

A VIDA DE
LUIZ VIANA FILHO

*João Justiniano
da Fonseca*

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 58



Luiz Viana Filho com seu fardão de imortal da Academia Brasileira de Letras, que se encontra hoje na *Sala Luiz Viana Filho*, da Academia de Letras da Bahia, por doação da família.

.....

A VIDA DE
LUIZ VIANA FILHO



Mesa Diretora
Biênio 2005/2006

Senador Renan Calheiros
Presidente

Senador Tião Viana
1º Vice-Presidente

Senador Antero Paes de Barros
2º Vice-Presidente

Senador Efraim Morais
1º Secretário

Senador João Alberto Souza
2º Secretário

Senador Paulo Octávio
3º Secretário

Senador Eduardo Siqueira Campos
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senadora Serys Slhessarenko
Senador Álvaro Dias

Senador Papaleo Paes
Senador Aelton Freitas

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 58

A VIDA DE
LUIZ VIANA FILHO

João Justiniano da Fonseca



Brasília – 2005

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Vol. 58

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2005

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – Brasília – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm](http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm)

.....

Fonseca, João Justiniano da.

A vida de Luiz Viana Filho / João Justiniano da
Fonseca. -- Brasília : Senado Federal, Conselho
Editorial, 2005.

290p. -- (Edições do Senado Federal ; v. 58)

1. Político, biografia, Brasil. 2. Jornalista,
biografia, Brasil. 3. Viana Filho, Luiz, 1908-1990,
biografia. I. Título. II. Série.

CDD 923.281

.....

.....

Sumário

AGRADECIMENTOS

pág. 9

A PALAVRA DOS MESTRES

pág. 11

DEDICATÓRIA

pág. 13

APRESENTAÇÃO

por Josué Montello

pág. 15

I

O CONSELHEIRO LUIZ VIANA

pág. 17

II

INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA, PRIMEIRA MOCIDADE

pág. 37

III

O JORNALISTA

pág. 63

IV

LARGOS PASSOS

pág. 75

V

O ACADÊMICO

pág. 85

VI
NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
pág. 131

VII
O GOVERNADOR DA BAHIA
pág. 145

VIII
NO SENADO
pág. 193

IX
O HOMEM E O AMIGO
pág. 221

X
CAMINHANDO PARA A GLÓRIA
pág. 251

BIBLIOGRAFIA
pág. 277

APÊNDICE
pág. 279

.....

Agradecimentos

U

MA palavra de agradecimento a Luiz Viana Neto, que me ensinou informações de família, sugestões e até orientação, e aos acadêmicos Lêdo Ivo e Josué Montello, que ao conhecerem a primeira versão do texto me sugeriram sua ampliação para incluir a vida acadêmica do biografado, sendo mestre Josué a mão de apoio nessa parte da pesquisa, que veio a ser realizada no Centro de Memória da Academia pelo senhor Paulino Lemes Cardoso, a quem igualmente agradeço a boa acolhida e o cuidado no trabalho.

Vai, afinal, a palavra de afeto, somada aos agradecimentos, à poetisa Patrícia Neme, nobre e querida amiga, que cuidou da difícil tarefa de revisão.

.....

A Palavra dos Mestres

“LUIZ Viana Filho é, por si, um título de glória para o nosso país”, diz Austregésilo de Athayde. E Josué Montello o chama de “o mais polido de seus contemporâneos, o mais civilizado dos brasileiros. Íntegro. Superior. Obra-prima do bom gosto de Deus”. “Toda vez que o Brasil conjugar o estilo da lhanexa com o sentido da grandeza, o alto vulto de Luiz Viana Filho sorrirá para nós, lá do Senado das sombras”, registra Guilherme Merquior.

.....

Dedicatória

E*STE livro é, com muito carinho, para D. Julieta Pontes Viana – a Juju do biografado, a quem correspondia tratando-o por Lulu. Para seus filhos, netos e bisnetos, para os que privaram de sua amizade, os que o amaram e admiraram.*

.....

Apresentação

QUANDO o meu caro amigo João Justiniano da Fonseca me convidou a escrever o texto de abertura deste livro, senti-me honrado com a lembrança de meu nome. Amigo fraterno de Luiz Viana Filho, alcancei o relevo da homenagem que me era prestada, sabendo que ela exprimia o reconhecimento do autor deste livro que singularmente me distinguia.

Luiz Viana Filho bem merecia o relevo com que foi destacado. Quem leu sua obra literária, para inteirar-se de seu texto literário e de suas conclusões, há de ter associado a essa leitura a admiração da obra de arte, realmente esmerada na pena de João Justiniano da Fonseca, igualmente conclusiva.

Vale a pena acentuar que a admiração é uma forma de concordância natural, imposta pela identidade do gosto harmonioso. O louvor de João Justiniano da Fonseca vale como uma identidade objetiva.

Convém reconhecer que o elogio é como se fosse uma comunhão de concordância plena. O louvor neste caso é uma forma de identidade. Daí reconhecermos que na louvação de João Justiniano da Fonseca está implícita a concordância entre o amigo e o mestre.

Basta reconhecer no aplauso irrestrito a comunhão evidente na concordância do mestre com o companheiro, o que vem a ser uma forma de identidade, o que explica a emoção com que repassei o texto de Luiz Viana Filho e o texto de João Justiniano da Fonseca, reconhecendo na identidade evidente a concordância plena.

O autor primoroso de A Vida de Luiz Viana Filho é o mestre da concordância objetiva, sem que a identidade excluísse a comunhão plena, no plano da harmonia fraterna. Cada qual a ser ele próprio nesta evocação exemplar.

JOSUÉ MONTELLO

.....

I

O CONSELHEIRO LUIZ VIANA



CONSELHEIRO Luiz Viana destacou-se como político, chefe do Partido Liberal na Bahia, no final do Segundo Império e nas duas primeiras décadas da República. Foi Conselheiro e Presidente do Tribunal de Apelação e Revista, situação correspondente, hoje, a desembargador, e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, professor da Faculdade de Direito da Bahia, hoje integrada à UFBA, sendo um dos seus fundadores, Senador do Estado e Presidente do Senado Estadual, Governador do Estado da Bahia, Senador Federal. Assumiu o governo do estado a 28 de maio de 1896, deixando-o no final do mandato, em 28 de maio de 1900. No governo, fundou a Escola Politécnica, também integrada à UFBA, ampliou as instalações da Escola Normal, criou condições para a ampliação das usinas de açúcar – então base da economia do estado –, determinou a construção de açudes nas regiões mais castigadas pela seca de 1888/89. Antes de eleito governador, fora candidato a Intendente da Cidade de Salvador, sendo vencido por José Eduardo Freire de Carvalho Filho.

Filho do coronel José Manoel Viana, fazendeiro e comerciante na região, e dona Mariana Ribeiro Viana, nasceu em Casa Nova, antiga São José de Casa Nova, pequena cidade baiana do lado norte do Rio São

Francisco, pouco acima de Juazeiro, de onde recebe o reflexo sócio-cultural e econômico desde os primórdios – no ano de 1846, no dia 30 de outubro. Faleceu a 6 de julho de 1920 a bordo do paquete holandês *Limburgia*, nas proximidades de Las Palmas, sendo o corpo embalsamado e trasladado para Lisboa, depois Salvador, onde foi sepultado no dia 1º de agosto. Deixou o filho Luiz Viana Filho, do segundo casal, com dona Joana Gertrudes Fichtner Viana, então aos 12 anos de idade e a quem dera o nome de Henrique Luiz Viana. Gabriel Viana apresenta-se como filho: “*Ao nosso sempre lembrado pai saudades eternas de Gabriel e Amanda*”, registra a coroa de flores dedicada por estes ao falecido. Amanda era a esposa de Gabriel. Fica a dúvida. Luiz Rogério de Souza, amigo de Luiz Viana Filho, com quem convivera proximamente, dizia que ele tinha uns irmãos pretos (falava no plural). Gabriel é lembrado no testamento do Conselheiro, que declara que o criou e educou, deixando-lhe o valor de vinte contos de réis em apólices do Estado da Bahia. Ingressando no processo de inventário com um requerimento em que denuncia que a inventariante está desviando para outras propriedades gado seu, com a marca a fogo G, que criava em uma das fazendas do falecido, autorizado por ele, Gabriel alega que provará ser seu filho, por via de uma investigação de paternidade a que está procedendo. Até o fim do processo não apresentou essa prova nem a do reclamado desvio de gado, não participando, assim, do inventário. Pode ser que Gabriel fosse realmente seu filho. Tem registro com o seu nome – Viana, o que parece valer como uma declaração de paternidade.¹

Casa Nova, ao tempo do nascimento do Conselheiro, devia ser um pequeno povoado rural, ligado a Juazeiro, que, por sua vez se subordinava a Sento Sé, que seria também muito pouco. Tudo isso, esteve na zona de influência do Sobradinho, do célebre Domingos Sertão, três séculos atrás. A atual cidade de Juazeiro, então, chamava-se Passagem do Juazeiro.

José Manoel Viana faleceu a 7 de janeiro de 1911, tendo a alegria de ver o filho governador do estado. Era filho, José Manoel Viana, de um Senhor Viana, português, fundador de Casa Nova.

Tão pouco era Sento Sé em 1846, que tendo sido criada aí uma comarca em 1835, vinte e dois anos depois, em 1857 (tinha onze

anos o Conselheiro Luiz Viana), foi a mesma transferida para a povoação de Juazeiro, que alcançou maior desenvolvimento.

Com efeito, uma lei de 21 de maio de 1835 cria a “Comarca de Sento Sé, compreendendo as vilas de Juazeiro e Pambu, desmembrada de Jacobina”. Outra, de 14 de dezembro de 1857, define: a Comarca “de Sento Sé que se chamará Juazeiro, constará de três termos – Capim Grosso, Juazeiro e Sento Sé”. Aqui aparece mudado o nome de vila de Pambu para Capim Grosso, atual Curaçá, porque também esse termo já mudara de endereço, isto é, desenvolvendo-se Capim Grosso mais do que Pambu, fora transferida, a categoria de vila, de um lugar para o outro, indo, na transferência, também o Julgado – ou Termo Judiciário, em decorrência da lei de 6 de junho de 1853².

Cursou, o Conselheiro Luiz Viana, a tradicional Faculdade de Direito de Recife, formando-se em 1869. Sem demora ingressou no ministério público, na magistratura e a seguir na vida política. Em 1870 ocupou o cargo de promotor de Xique-Xique, onde esteve até 1872, quando foi eleito deputado provincial. Foi juiz de direito da Comarca de São Francisco por decreto imperial de 1874, aí se mantendo até 1882, quando foi removido para a província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Comarca de Santa Catarina, onde esteve por pouco tempo, sendo declarado avulso. Em 1885 retornou à Bahia, designado para a comarca de Mata de São João, tendo acesso, dois anos depois, em 1887, ao cargo de juiz da capital, vara de Órfãos. Em 1890, poucos meses depois da proclamação da República, foi nomeado juiz federal de seção na Bahia, cargo do qual se exonerou pouco depois, para dedicar-se à política.

Primeiro votado para a Constituinte Estadual, foi o seu presidente, e, desdobrados a Assembléia e o Senado, foi senador e presidente do Senado Estadual. Em dezembro de 1891, diante de uma crise política, que envolvia contestação pelo fato de acumular o cargo de juiz com o de senador estadual, renunciou ao Senado, sendo nomeado membro do Tribunal de Apelação e eleito seu presidente. Nesse cargo aposentou-se em 1895. Em 1896 empossava-se como governador do Estado.

Quando governador da Bahia, teve seu nome cogitado para candidato à presidência da República, é o que se entende de uma carta de Machado de Assis ao seu amigo e confidente Magalhães de Azeredo, em resposta a um convite deste para um passeio à Europa, Roma, preci-

samente: “O Governador da Bahia, Conselheiro Luiz Viana, que chegou há dias, tem tido festas e cumprimentos. Dizem que será um dos candidatos à eleição de presidente da República, daqui a três anos; alguns crêem que será eleito.”³ Essa mesma informação aparece em *A Tarde*, de 12 de julho de 1920.

No seu governo feriu-se a desnecessária e sangrenta guerra contra os fanáticos de Canudos – talvez se utilize melhor a palavra “massacre” – onde era líder e condutor social e espiritual o beato-fanático Antônio Conselheiro – Antônio Vicente Mendes Maciel. Meio Exército Brasileiro moveu-se para as brenhas de Canudos. E tanto sangue aí se derramou! Sangue bom e simples de humildes e fanáticos nordestinos, inclusive índios, ao lado do sangue dos nossos bravos soldados. Bem pensado friamente na distância do tempo, foi doloroso. Uma sucessão de erros envolvendo autoridades civis, estrategistas militares, representantes do clero, fazendeiros da região e políticos, levou a isso. O governador foi acusado de proteger Antônio Conselheiro e até tentou-se defenestrá-lo. Acusaram-no de monarquista, e, como tal, interessado na causa do beato, que também o era. Todo incêndio começa por uma fagulha ou um pavio. No caso foi um pavio – o juiz Arlindo Leoni, por sinal amigo do governador. Leoni era Juiz de Direito em Juazeiro. Antes o fora em Bom Conselho – diga-se hoje Cícero Dantas. E ali entrou em choque com os fanáticos, que, num ímpeto de revolta e violência contra a cobrança de impostos, chegaram a expulsá-lo da cidade. É da natureza do povo revoltar-se contra excessivos impostos. A revolta que levou ao enforcamento de Felipe dos Santos e ao passeio de seu corpo pelas ruas de Ouro Preto, arrastado na cauda de um cavalo, proveio de uma “derrama”.

No caso de Cícero Dantas, houve até protestos e palavras hostis à República. E ocorreu o primeiro embate e a debandada dos soldados, que talvez tivessem medo, não da força militar dos fanáticos, mas das suas rezas. Em Juazeiro foi a hora da vingança. Correu o boato de que a gente do beato assaltaria a cidade. O juiz pediu garantias e foi mandada uma tropa de 100 homens. Ele fez que a tropa seguisse ao encontro dos fanáticos. O primeiro erro, que conduziu aos demais. A história está contada e recontada.

É de destacar-se em sua vida de lutas, o empenho, e, sobretudo, a calculada malícia política com que o Conselheiro Luiz Viana cuidava da reeleição de Rui Barbosa para o Senado – Rui, o federalista, o republicano, o legalista, o civilista perseguido por Floriano Peixoto, que depois de impor-lhe a perda do mandato, fechando o Congresso Nacional por um ato de violência, queria derrotá-lo a qualquer custo; a qualquer custo impedir-lhe a reeleição. Floriano aterrorizava meio mundo. Ainda assim o Conselheiro não arredou pé no apoio ao seu correligionário e amigo. Eis como se colocava a situação: “A demora da publicação da chapa – escreveria Luiz Viana ao deputado Paula Guimarães – não significava hesitação na apresentação de Rui. Até o José Gonçalves já me increpava por isso! A razão, ou antes, as razões, eram as seguintes: 1) O José Gonçalves entendia que devíamos apresentar os três nomes, por ser o meio de fazê-los vingar. Achei que o amigo e os companheiros tinham razão e era preciso não surpreendê-los com uma deliberação contrária ao seu pensamento; 2) Quanto mais demorada fosse a apresentação mais aproveitaria ao Rui. O Governo Federal, que o guerreira de morte, se conservaria na esperança de que nós recuássemos, e era preciso até não deixar morrer nele essa esperança. Enquanto isso se dava, nós iríamos trabalhando com afinco, de sorte que quando lançássemos a sua candidatura seria tarde para qualquer providência – até mesmo a do adiamento da eleição, para o que já havia eu tomado as devidas cautelas. A aclamação do Artur (Rios) e o último escrito do Jeremoabo, sem nos ouvir, iam-nos criando embaraços; já por parte do Governo, já por assanhar os cabalistas. Foi depois do escrito do Jeremoabo, que eles pensavam estar retirado, que o Bispo se desenfreou contra Rui. Não faz idéia do que tem feito com a padraria. A política tem também a sua tática militar. Para melhor vencer, é preciso surpreender o adversário. A dúvida não tem planos – e a surpresa traz sempre o inimigo à debandada.” Definitivamente, Luiz Viana Filho teve muito de quem herdar a malícia e a boa intriga política, o jeito de pensar e decidir silenciosamente para ter vitoriosa a sua opinião.

Por outro lado, esse “*não sei quê de altivez e carinho da Babia para com os seus filhos, na hora do infortúnio*”, estava bem vivo. Agora é a carta de José Gonçalves, outro empenhado na reeleição de Rui, a Paula Guimarães: “Sobre o triunfo do Rui e Manoel Vitorino não resta mais dúvida,

e com isso estão os nacionais furiosos, possessos; mas eu creio que a vitória será completa e isso, é justiça confessar, graças à tática inimitável do nosso Luiz Viana.”⁴ Outro perseguido de Floriano, de quem o Conselheiro Luiz Viana patrocinou a eleição, foi Seabra, conduzido à Câmara de Deputados.

Outra vez, em 1896, já agora à frente do Governo da Bahia, Luiz Viana, contra a vontade do governo federal, então, representado por Prudente de Moraes, se empenha na reeleição de Rui Barbosa. E sempre jogando com a tática de retardar respostas para confundir o adversário. Ao ser empossado no governo da Bahia, escreve-lhe o General Glicério, líder do governo Prudente de Moraes na Câmara de Deputados, comandante, como se dizia, das 21 brigadas, assim chamadas as bancadas estaduais, preparando o terreno para eliminar Rui da chapa ao senado e pôr no lugar dele o deputado César Zama, seu tradicional inimigo. Além de escrever, chegou a mandar um emissário com veladas ameaças. Luiz Viana não se atemoriza, nem se deixa envolver pelas insinuações. Diz a J. J. Seabra: “Quando tomei posse do governo recebi uma carta do General Glicério, na qual de fato, me insinuava a necessidade, para os fins do partido, compreendido como ele o compreende, da exclusão do Rui da chapa, fazendo-me considerações sobre tal assunto, ao que julguei dever responder do modo que não agradou, pelo que não se voltou à carga, senão por outro meio e indireto.” Autoriza J. J. Seabra a transmitir a Rui que “o Governo da Bahia não obedecia a intimações e faria o que o seu patriotismo e os interesses de sua terra aconselharão, pouco se incomodando com a declaração de hostilidade de quem quer que fosse”.⁵ Era digno e corajoso, cômico do interesse e da conveniência do Estado, das responsabilidades e prerrogativas do governador. A mensagem – e já era a segunda transmitida por intermédio de J. J. Seabra – vinha em razão de pressões seguidas: além da carta do general Glicério representando o Presidente da República, duas de Severino Vieira, que, como seu ministro, também falava em nome deste, alertando para o fato de que se insistisse na defesa da candidatura de Rui, cortar-se-iam suas relações com o Governo Federal.

João Mangabeira assim resumiu o episódio: “Congregaram-se as hostes governamentais para impedir-lhe a reeleição pela Bahia. Mas seu governador – Luiz Viana – estava à altura da sua grande terra.

Quando, por portas transversas, Prudente e Glicério lhe intimavam: ‘A Bahia não pode ter como candidato Rui Barbosa’, respondia com altivez: ‘A Bahia não pode ter como candidato senão Rui Barbosa.’ No entanto, nem as relações políticas, nem as pessoais obrigavam Luiz Viana a esta atitude, que, naquele instante, assombrou o país. Porque até Severino Vieira o aconselhou a ceder. Viana a tudo resiste e é preciso frisar que só os mais altos sentimentos de patriotismo e amor à Bahia guiaram Luiz Viana nesse passo arriscado, em que enfrentou o Governo da União.’⁶

A Severino respondeu com algum retardamento, de propósito, para deixá-los em dúvida sobre sua decisão, mas respondeu com altivez:

“Discordo inteiramente dos que pensam que a exclusão de Rui é uma necessidade. A verdade é esta – não temos ainda partidos organizados, pelo que diante de nós não há combatentes arregimentados; e assim constituímos um exército ‘para o que der e vier’, mas sem termos ainda quem combater. Ninguém, portanto, tem o direito de combatê-lo, por considerá-lo em campo oposto. O que é inegável é que é bom republicano, e será de má política estar a descontentar os que se esforçam e crêem nas instituições republicanas. O Rui é um baiano, um brasileiro tão eminente que, sem grave responsabilidade, não poderíamos assumir o compromisso de excluí-lo da representação do país.

“Seria o caso de irmos ao seu encontro, fazendo agora o que fizemos em outro tempo a José Bonifácio.

“Receiam o Rui? Ele nos faria mais mal fora do Parlamento. Não se lembra do que se deu por ocasião da exclusão acintosa dele no ministério Ouro Preto?

“O Rui é um combatente até ousado em favor do governo civil. Não está isto no programa do Partido Republicano Federal? Não é esse, talvez, no momento o nosso principal objetivo? A sua exclusão revelaria uma política sem orientação e sem ideal e seria o resultado do despeito e do ódio pessoais, caminho em que não desejo enveredar o partido da Bahia. Dizem-me daí, que o Presidente não vê com bons olhos esse candidato. Não creio. Concorrer ele para destruir os elementos propugnadores do governo civil seria trabalhar para destruir a si mesmo; além disso, Rui exprime outra corrente de idéias – a da paz.

Porventura o Governo Prudente arrepende-se do que fez no Rio Grande do Sul? Não creio, repito, meu amigo.

“Deixe que o despeito cegue outros, não a nós, que estamos servindo à República por amor dela e não especulamos com ela. Quando passarem os ódios e arrefecerem as paixões, nos darão razão. Você sabe quanto o Almirante Custódio de Melo fez para excluir o Rui na eleição passada. Resistimos a tudo, mas afinal ele mesmo nos fez justiça. Talvez aconteça o mesmo com os que hoje nos increpam por sustentarmos de novo essa candidatura.

“Eu não me sentiria bem no governo da Bahia se concorrêssemos para a exclusão de Rui, porque se me afiguraria nosso estado humilhado sob a pressão de uma política de ódios e estranha a ela. Além disso, o partido, em sua grande maioria, e o estado em sua quase totalidade, pronunciam-se em favor dessa candidatura, e eu bendigo isso porque sinto-o já completamente republicano.”⁷

Era a defesa inteira e entusiasmada, e mesmo a tentativa de atrair Severino Vieira para o seu candidato. E até o Presidente Prudente de Moraes. Dizer melhor, era a palavra de um republicano em defesa de outro republicano, civilista e pacificador. Era igualmente a expressão do destemor e da altivez, da dignidade: *O Rui é um baiano, um brasileiro tão eminente que, sem grave responsabilidade, não poderíamos assumir o compromisso de excluí-lo da representação do país... Eu não me sentiria bem no governo da Bahia se concorrêssemos para a exclusão de Rui, porque se me afiguraria o estado humilhado sob a pressão de uma política de ódio estranha a ela.* Luiz Viana Filho tinha bem a quem sair, também na ponderação, na pacificação, na busca constante do diálogo, na defesa da dignidade do estado.

Por seu lado, “Rui nunca mais esqueceria essa solidariedade”, como anota Luiz Viana Filho na biografia deste. “Tempos depois, ele escreveu sobre essa carta: ‘O Conselheiro Luiz Viana, por uma carta memorável, recusou-se a ser instrumento da manifestação oficial da sua terra em benefício da oligarquia organizada no Rio de Janeiro. E por esse rasgo de varonilidade, que não podia derivar de móveis particulares, tem obrigação de ser-lhe grato o Sr. Rui Barbosa, como grato lhe é pelos seus inolvidáveis serviços à honra baiana no incidente de Canudos, em que não sabemos quantos seriam capazes da coragem por ele desenvolvida, opondo contra a aluvião que aqui veio arrebear depois de 5 de

novembro – data do atentado contra Prudente de Moraes, anota o biógrafo – a barreira a uma vitória jacobina, origem para a nação inteira de calamidades incalculáveis’.” O biógrafo continua o registro: “Não era a primeira vez que Rui externava admiração pelo denodo com que o governador da Bahia se opusera aos desejos de Prudente de Moraes. Dois meses antes, em julho de 1899, ele comentava na *Imprensa*: ‘Mais uma vez, no Governo do Estado a que preside, já teve S. Ex^a ocasião de mostrar, em circunstâncias notáveis, que não pertence ao gênero dessas criaturas sem individualidade, entre as quais os chefes de facção vão encontrar, sem custo, fáceis instrumentos. Não é merecimento vulgar, por exemplo, na geração que hoje nos rege, habituada à submissão e à dobrez, o dessa independência, com que, há três anos, o Governador da Bahia scandalizava os árbitros da sua parcialidade, resistindo à sanha, que o intimava a esmagar uma candidatura malvista aos cabeças da política republicana. Mas, onde S. Ex^a imprimiu no relevo quase nulo desta nossa época um traço da qualidade que o recomenda aos espíritos inquietos ante a anarquia que nos cerca, é nesse episódio indelével da sua administração, em que teve de manter o brio de seu estado e a autonomia de seu governo contra essa reação que, apoiada a um tempo na demagogia e nas armas, ameaçou dissolver a ordem constitucional e subverter o país.

“Se a torrente de lodo e sangue não tivesse encontrado então naquela Bahia, de cuja atitude tantas vezes tem pendido para o Brasil o bem, ou o mal, um homem forte, não se calculam, não se poderão calcular as conseqüências do espaçamento dessa catadupa de ódios...”⁸

Faleceu o Conselheiro Luiz Viana em pleno mar, viajando para a Europa em 1920. Ia a passeio com a esposa e o filho. Era noite, conversava tranqüilamente com seu companheiro de viagem, jornalista Edmundo Bittencourt, e se dispunham a jogar uma partida de solo, quando sentiu-se mal, retirando-se para o camarote, onde sofreu um ataque de coração, uma síncope (seria o nosso infarto). Veio o médico e ainda aplicou-lhe uma injeção no peito. O recurso da época. Não adiantou. Morreu nos braços da esposa, o filho ao seu lado. A regra era lançar o corpo ao mar, como ocorrera, na mesma viagem, com outras pessoas, antes do seu falecimento. A viúva se opôs obstinadamente e o jornalista Edmundo Bittencourt interferiu, convencendo o gerente da empresa

marítima a consentir no embalsamamento, sendo este realizado pelo médico de bordo, Dr. Otto Samuel Batistaans, auxiliado pelo enfermeiro Henrik Willen Verbeek, mediante o pagamento de 1.500 libras esterlinas. A embarcação se encontrava nas proximidades de Las Palmas. O primeiro porto era Portugal. Aí, ao desembarcar, a viúva mandou celebrar missa na igreja da Piedade e o corpo foi depositado no jazigo da Câmara Municipal até o embarque de retorno ao Brasil. Dona Joana Gertrudes e o pequeno Henrique Luiz Viana, então aos 12 anos de idade, hospedaram-se no hotel Metrópole, onde ocuparam o quarto nº 18. O primeiro navio com destino ao Brasil foi o paquete holandês *Gelria*. Nesse, embarcam de volta, conduzindo o corpo do extinto⁹. A criança, sem nenhuma dúvida, sentiu o maior choque de sua vida e teve frustrado o seu primeiro passeio. Assistiu, certamente aturdido, ao embalsamamento e providências para o transbordo do corpo do pai e o acompanhou de volta a Salvador. Chocante para qualquer pessoa, quanto mais para uma criança de doze anos de idade.

Desse companheiro de viagem do pequeno Henrique Luiz, que interferira com o seu prestígio de respeitado homem de imprensa, possivelmente com a força de sua dialética, com o seu poder de argumentar, para que o corpo do pai não fosse lançado ao mar, diria o jornalista Luiz Viana Filho 23 anos depois (*A Tarde*, de 22-10-43): “Em relação a Edmundo Bittencourt, seria muito banal dizermos que o seu desaparecimento abre um grande claro nas fileiras do jornalismo nacional, embora isso seja perfeitamente exato. É que se nos voltarmos por um instante, para lembrar o que foi a vida desse homem de imprensa, o que representou na existência do país, o que fizeram as suas campanhas, compreenderemos, sobretudo, que ele pertenceu a uma espécie de jornalistas, que, em pouco, talvez esteja inteiramente desaparecida, a dos jornalistas que fizeram a nação interessar-se pela causa pública, pensar e escolher.

“Realmente, surgindo em campo, com o *Correio da Manhã*, nos albores do século, ele não tardará, pela soma de qualidades que lhe marcavam o temperamento e a inteligência, em filiar-se àquela cadeia de homens de imprensa para os quais o jornal era, acima de tudo, uma tribuna e uma trincheira, donde se discutiam e defendiam idéias e opiniões. E não há exagero em dizer-se que, conquistando esporas de cavalheiro, ele

de logo ganhara o seu lugar na mesma galeria onde se inscreveram os nomes de Evaristo da Veiga, Saldanha Marinho, Ferreira de Araújo, Quintino Bocaiúva, Alcindo Guanabara e Rui Barbosa, o maior de todos. Edmundo Bittencourt marcou uma época na imprensa nacional. E se seria injusto dizer que foi o último, não é demais afirmar-se que foi dos derradeiros a conseguirem perante o público essa identidade entre um jornal e um jornalista. O *Correio* era ele. Para o leitor o que importava não era ler o jornal, era saber a opinião do jornalista, tão pessoal, e tão cheio de personalidade. Inconfundível, poderemos afirmar.”

Casando-se o Conselheiro Luiz Viana com dona Joana de Abreu Mariani Viana em 1889, sete anos depois, em 1896, o casal se separa. Na separação, pactuou-se, em documento datado de 23 de maio, a divisão amigável dos bens comuns, fazendo-se presentes ao ato o Conselheiro Pedro Mariani, que a representava, e os seus filhos e genros, entre estes Pedro Ribeiro de Araújo Bitancourt. Leia-se: “Escritura particular de bens que fazem o Conselheiro Luiz Viana e sua mulher dona Joana de Abreu Mariani Viana. Saibam quantos este público instrumento de escritura de partilha de bens virem, que como em direito melhor (ilégível) que no ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e oitocentos e noventa e seis, aos vinte e três dias do mês de maio, nesta cidade de São Salvador, capital da Bahia, e na casa de residência do excelentíssimo Conselheiro Luiz Viana, ao Campo dos Mártires, Freguesia e Distrito de Sant’Ana, onde fui vindo e sendo aí, compareceram o mesmo Conselheiro Luiz Viana, o Conselheiro Pedro Mariani, o doutor Pedro Ribeiro de Araújo Bitancourt e Francisco Bonifácio Mariani... Em presença das testemunhas declarou o primeiro outorgante, Conselheiro Luiz Viana, que tinha acordado com sua mulher, dona Joana de Abreu Mariani Viana, representada por seu bastante procurador, Conselheiro Pedro Mariani, fazer a partilha amigável de todos os bens do casal e, tendo nesta partilha consentido os filhos da dita sua mulher, os quais são dona Márcia Joana Mariani, representada por seu marido, o Conselheiro Pedro Mariani Júnior, dona Ana Mariani Bitancourt, representada por seu marido, doutor Pedro de Araújo Bitancourt, Antônio Mariani, por si e como tutor de seu irmão menor Francisco Bonifácio Mariani”...¹⁰

No documento de que se transcreve o trecho acima, os bens são minuciosamente relacionados. Oficializava-se a separação cinco dias

antes da posse no governo do Estado, que se deu em data de 28 de maio. Foi governador descasado, livre e desembaraçado, aos 50 anos de idade. Mulher não devia faltar, antes, sobrava. No entanto, só viria a fazer novo compromisso marital muitos anos depois, passado o período governamental, já em França. Era dona Joana Gertrudes Fichtner, que seria mãe de seu filho único, como declara no testamento, gerado na velhice, aí pelos 60. Tinha, agora, o desejado herdeiro.

Desobrigado da ex-esposa com a partilha dos bens, no ano de 1918, a 12 de janeiro, porque já se sentia “em avançada idade”, o Conselheiro Luiz Viana, de próprio punho, dispôs em testamento, distribuindo bens com vários parentes e amigos, enquanto deixava a maior parte, inclusive os imóveis, para seu filho único, Henrique Luiz Viana. Entre os aquinhoados estavam sua ex-mulher Joana de Abreu, com 25 apólices do estado, de conto de réis cada uma, 25 contos; a sobrinha Alice, casada com o sobrinho Alípio, com 20 apólices do estado, de conto de réis cada uma, 20 contos; o senhor Gabriel Viana, com 20 apólices do estado, de contos de réis cada uma, 20 contos; o amigo doutor Carlos Artur da Silva Leitão, com 10 apólices de conto de réis cada uma, 10 contos de réis; o sobrinho Adolfo Viana, nomeado primeiro testamenteiro, com 5 apólices do estado, de conto de réis cada uma, 5 contos; o sobrinho Alfredo Viana, filho do irmão Antônio Luiz, com 5 apólices do estado de conto de réis cada uma, 5 contos; o amigo Conselheiro Porciano Ferreira de Oliveira, com 5 apólices do estado, de conto de réis cada uma, 5 contos de réis; o amigo doutor Guilherme Moniz de Bitancourt, com 5 apólices do estado de conto de réis cada uma, 5 contos de réis; outros. Um trecho do documento: “Eu, Luiz Viana, conselheiro aposentado no cargo de Presidente do Tribunal de Justiça deste Estado da Bahia, onde ocupei diversos cargos políticos e ocupo atualmente o de senador federal do mesmo Estado, julgando-me por isto bem conhecido, e achando-me em avançada idade, mas em perfeita saúde, para prevenir eventualidades, faço este testamento, do meu punho, para dispor dos bens de fortuna de que disponho. Sou filho legítimo do coronel José Manoel Viana e de dona Mariana Ribeiro, e casado com dona Joana de Abreu, de quem não tive filhos, sendo ela viúva com quatro filhos.” Sobre Gabriel Viana, assim se manifesta: “Ao senhor Gabriel Viana, por mim criado e educado, vinte (20) apólices do estado da Bahia, no valor de conto de

réis cada uma.” Em seguida à distribuição de bens, refere-se à segunda esposa: “Julgo com toda capacidade para administrar os bens que deixo ao menor Henrique Luiz Viana, sua mãe, madame Gertrudes Fichtner, a quem devem ser entregues como sua tutora natural.”¹¹ Ainda não era casado com Joana Gertrudes. Desencontros e decepções da vida, a que todas as pessoas, grandes e pequenas estão sujeitas: vivendo com uma a quem amava e lhe dera o desejado herdeiro, não podia casar-se porque estava vinculado legalmente a outra a quem não amava e nada lhe oferecera.

No processo de inventário aparece Gabriel Viana tentando a inclusão de seu nome através de uma investigação de paternidade, da qual declara em requerimento junto aos autos que faria prova, mas que não chegou ao processo, não sendo ele incluído como herdeiro. É longo o arrazoado de Gabriel. A introdução: “Provará o autor, filho do Conselheiro Luiz Viana, que o criou e mandou instruir na Europa, daí voltou trazido por seu pai aos 17 anos de idade, em 1902; e desde então morando ele sob sua economia e guarda, na fazenda Santo Estêvão, não só foi posto a fiscalizar e administrar esta e as várias fazendas, adjacentes ou não, de propriedade paterna, senão também que por determinação e dádivas de seu próprio pai começou a criar gado *vacum* na fazenda Mataripe, próxima daquela primeira e notoriamente pertencente ao sobredito pai.”

Falecendo a ex-mulher, Joana de Abreu Mariani em 3 de abril de 1920, logo no dia 16 o Conselheiro Luiz Viana casou-se com Joana Gertrudes Fichtner. Era, certamente, a sua grande preocupação. Dava legitimidade ao filho. Devia estar feliz: “Certifico e dou fé – é a certidão firmada pelo escrivão Virgílio Thomaz de Aquino, da Vara de Casamentos da Comarca de Salvador – a todas as pessoas que a presente minha certidão virem que em meu poder e Cartório existe um livro findo de registro de casamentos e dele consta o registro do teor seguinte: Registro. Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de mil novecentos e vinte, nesta Cidade da Bahia e casa de residência do Senhor Coronel Vicente Ferreira Lins do Amaral, sita à rua da Independência, nº 35, em audiência extraordinária às dezessete horas, onde foi vindo o Senhor Doutor Álvaro Pedreira de Cerqueira, Juiz de Direito da Vara de Casamentos, comigo, escrivão de seu cargo, adiante nomeado, presentes as testemu-

nhas Coronel Vicente Ferreira Lins do Amaral, negociante e residente no distrito de Santo Amaro, Herculano Moreira Leite, negociante e residente no distrito de São Pedro, Doutor Carlos Arthur da Silva Leitão, advogado e residente no distrito de Santo Antônio, Doutor Joaquim Pires Maciel de Carvalho, advogado e residente no distrito de Nazaré, Comendador Manoel José Conde, digo, José Machado, negociante e residente no distrito da Vitória, receberam-se em matrimônio o Senhor Conselheiro Luiz Viana, e Dona Joana Gertrudes Fichtner. O nubente é viúvo, com setenta e três anos de idade, Magistrado aposentado, filho legítimo do Coronel José Manoel Viana e Mariana Ribeiro Viana, falecidos e nascidos em datas não mencionadas, natural deste Estado, domiciliado e residente no distrito de Passé. A nubente é solteira, com trinta e cinco anos de idade, filha legítima de Luiz Paulo Fichtner e Dona Ida Fichtner, natural de Dresden, Capital de Saxe, Alemanha, domiciliada e residente no distrito acima. Para habilitação foram apresentados os documentos seguintes: Certidão de idade, declaração do estado, domicílio e residência dos cônjuges e de seus pais e atestado de duas testemunhas declarando não haver impedimento que os inabilitasse de se casar. No ato, pelos contraentes foi declarado que o seu casamento é feito em regímen de separação de bens, digo, regímen comum respeitadas as restrições da Lei Civil. Em seguida o Conselheiro Luiz Viana declarou para ser consignado neste termo que vivendo em sua companhia Dona Joana Gertrudes Fichtner maritalmente, tem o propósito de legitimar, como legitimado fica, seu filho Henrique Luiz Viana, nascido em vinte e oito de março de mil novecentos e oito, nascido em Paris, distrito de Luvres Oiase, registrado no Cartório (ilegível) de Jurisdição Civil Francesa. Declarou mais que de suas primeiras núpcias não teve filhos. Em firmeza do que faço este termo, que depois de lido e achado conforme, vai pelo Juiz, contratantes e testemunhas assinado e por mim Virgílio Thomaz de Aquino Escrivão escrevi. Estava colada uma estampilha estadual no valor de dois mil réis, inutilizada do modo seguinte: Bahia, dezesseis de abril de mil novecentos e vinte. Álvaro Pedreira de Cerqueira. Assinados Luiz Viana, Joana Gertrudes Fichtner, Vicente Ferreira Lins do Amaral, Herculano Moreira Leite, Joaquim Pires Maciel de Carvalho, Carlos Arthur da Silva Leitão, Manoel José Machado, Virgílio Thomaz

de Aquino. Nada mais se continha no dito registro que acima fica transcrito do referido livro...”¹²

Festejando o casamento, viajaram à Europa. Faleceu o Conselheiro na viagem. Veio a apresentação dos seus bens a inventário. Interpôs-se o inventariante de Dona Joana de Abreu Mariani, Pedro Ribeiro de Araújo Bitancourt, genro da falecida, que vinte e quatro anos antes acordara na divisão dos bens entre os ex-esposos, contestando aquela divisão como nula em face do artigo 230 do Código Civil e requerendo que se processasse primeiramente o inventário do primeiro casal, para, só depois deste, dispor-se sobre os bens restantes, que passariam ao meiro sobrevivente, os quais, somente a partir daí, poderiam ser oferecidos a inventário. Depois de uma delonga de dois anos, em um processo que conta 892 folhas, veio o despacho interlocutório: “Atendendo a que, não estando ainda partilhado o acervo do primeiro casal, que se rege pela comunhão de bens (sem embargo da escritura de fls. 5, de cuja matéria penso que este juízo não deve tomar conhecimento, por lhe parecer atentatória do Código civil, art. 230), não se podem conhecer de antemão quais os bens que tocam à meação do “de cujos” e pertencentes ao segundo casal para sobre eles ter posse e administração a segunda inventariante, sem colidir com a posse e administração em que se acha o inventariante do primeiro casal”. Era a colação dos dois inventários. “Bens trazidos à colação por dona Joana Gertrudes Fichtner Viana conferidos pelo valor real de adiantamento feito pelo Conselheiro Luiz Viana ao menor Henrique Luiz Viana – monte mor 909:996.000.”¹³ Dos bens colados, caberia aos herdeiros de dona Joana de Abreu Mariani Viana a quantia de 419 contos, 637 mil e 453 réis, sendo de igual valor a parte dos herdeiros do Conselheiro Luiz Viana. Deduzidos o valor dos legados, honorários de advogados, impostos e outras despesas, coube ao menor Henrique Luiz Viana, herdeiro único, o quinhão de 367 contos, 544 mil e 137 réis, pago em apólices, ações e as seguintes propriedades imóveis: fazenda Santo Estêvão, fazenda São Lourenço, fazenda Muri- beca e Casa das Palmeiras, em Salvador.

Foram advogados do segundo inventário, Odilon Santos e Gonçalo Porto de Souza, este numa segunda fase. Dá a impressão de que a colação dos inventários causou lesão aos interesses do menor Henrique Luiz Viana. Isso se dava 24 anos depois da divisão dos bens e

seguramente o patrimônio do Conselheiro teria aumentado. Era ele aposentado com os proventos de Presidente do Tribunal de Apelação, o que lhe proporcionava renda suficiente para viver, mesmo em Paris, como aconteceu, ficando intacta a renda do patrimônio, que, assim, aumentaria. Enquanto isto, a ex-mulher, sem outros recursos, certamente usou a renda das propriedades, o que reduziria o patrimônio. Pedro Ribeiro participou diretamente da divisão dos bens na separação do casal e com ela concordou. Sendo, como era, um jurista competente, conceituado, conheceria, de logo, da ilegalidade da divisão e assim, deveria recusá-la de imediato, jamais assentir, assinar para contestar tanto tempo depois. Afinal de contas, tratava-se de homem afeito à profissão, que não tinha como ignorar um simples dispositivo do Código Civil.

Bateram-se acerca disso dois cobras na área do direito – Pedro Ribeiro e Odilon Santos. É longa a discussão, a troca de palavras sutis nos vários requerimentos. Depois de advertir para o fato de que a divisão dos bens se dera em 1896 e o código civil era de 1917, Odilon Santos fala em “assalto do interesse econômico”. Agravando em nome de sua constituinte, tem palavras assim: “Moralmente, não resiste ao primeiro embate essa atitude contraditória. Olhando-a nos seus detalhes, vemos que ali estavam três altos personagens na política e no cosmos do Direito. O Conselheiro Luiz Viana foi, como se sabe, o mais elevado órgão do poder judiciário, como presidente que era no Tribunal de Apelação e Revista, já tendo sido presidente da Constituinte baiana, passando depois a Governador e Senador Federal, com o que percorreu toda a escala que vai da elaboração à aplicação da lei. O Conselheiro Pedro Mariani, tão cedo roubado ao serviço público pela reuma da endêmica invalidez, era seu colega naquele mesmo Tribunal, do mesmo modo que o Conselheiro Pedro Ribeiro era um dos luminares da Justiça já em via de se tornar no que é, membro do mesmo Tribunal, agora seu venerável presidente.

“Com esses luminares pontífices da lei e do direito em via de elaboração de um ato como aquele, impossível seria admitir que se estivesse a praticar uma nulidade, sob pena de darem do alto de seus curiês e das dobras de suas togas uma triste cópia do seu saber.” E continuava, zangado: “O signatário desta lamenta que esteja a agitar interesses nos quais se acha envolvido o Agravado, que não pode deixar de ser quem é,

onde apareça. Advogado de si mesmo nos autos e em cartórios e juízos, onde diretamente clama, reclama, intervém e perambula, é de ver com quantas dificuldades pode ir por diante a Agravante, porque afinal quem está em foco é sua Excelência, o Agravado. Iniciado em 12 de dezembro este inventário, não houve meio de alcançar, a Agravante, romper as barreiras opostas até que, depois de muito requerer e muito denunciar dilapidações que não lograram despacho, a não ser o de fls. 46, e pessoalmente, sendo fato público e notório que as matanças de gado se sucedem nas fazendas para venda em açougues por ocasião de todas as grandes festas de dezembro e janeiro, sem falar no gado retirado para lugares ignorados, como tudo há de ser devidamente apurado, depois de tudo isso, logrou a Agravante levar ao ânimo do ilustre titular da Vara de Órfãos, senhor doutor Leovigildo de Carvalho, a convicção de que o Agravado não estava procedendo como era de esperar de sua alta posição, o que o levou a lançar o despacho de fls 47v determinando seqüestros, depósitos etc.”¹⁴

É possível que houvesse constrangimento. Há um despacho do Juiz da Vara de Órfãos favorável ao menor Henrique Luiz, anulado, logo a seguir, pelo juiz substituto, que favorece o inventariante Pedro Ribeiro. Era delicada a situação. Afinal, funcionava no processo, requerendo em causa própria, o Presidente do Tribunal, o topo da hierarquia judicial no Estado. No caso de apelação ou agravo, isso desaguardaria naquele órgão e maior seria, de certo, o constrangimento. O fato ocorreu. Odilon Santos agravou.

Com a morte do Conselheiro Luiz Viana, desapareceu a figura tradicional por excelência da política baiana, o último dos grandes chefes políticos que a velha República comportou. Com efeito. Na primeira década da República, destacam-se homens de valor, dois ou três vindos com aprendizado da política imperial e os republicanos históricos chefiados por Rui Barbosa, Campos Sales e Prudente de Moraes. Entre estes, o Conselheiro Luiz Viana foi o de maior vulto. Político sagaz, aliando à habilidade a calma sem afetação, qualidade que foi sempre característica sua, leal e intransigente, fiel aos compromissos, quando empenhava a palavra, era como se fizesse um pacto de honra. No seu governo, a Bahia alcançou autoridade e renome não mais vistos por muito tempo. Foi um período áureo. Rompeu com galhardia todas as acusações que

lhe assacou o jacobinismo no episódio de Canudos; elegeu Seabra e reelegeu Rui duas vezes contra a vontade do poder central, não obstante todas as ameaças, gritou alto e em bom som que “A Bahia é república porque quer ser”. Aliciador invencível, contava com dedicações e lealdade que o acompanharam mesmo na fase de ostracismo, de 12 anos, depois que deixou o governo. Foi um grande chefe, que em certa oportunidade, teve a política nacional segura em suas mãos.

Senão vejamos: Proclamada a República, logo o nome do Conselheiro Luiz Viana começou a destacar-se na política baiana. O Presidente da Província, Almeida Couto, quis resistir mas receou tomar essa atitude sem ouvir os amigos mais influentes. Dentre estes, Luiz Viana. As opiniões pró e contra foram vacilantes. Só ele, em tom decisivo, opinou por que Almeida Couto deixasse o governo, passando a manutenção da ordem à maior autoridade militar local. Almeida Couto não aceitou o conselho e nessa mesma noite viu-se obrigado a abandonar o governo. Daí em diante, a palavra de Luiz Viana passou a pesar nas reuniões políticas por sua ponderação e atilamento, até avolumar-se o crédito que o levou à chefia do governo. Da Bahia passou a influir na política nacional, ao ponto de ser cogitado para candidato à Presidência da República e diz-se que não chegou lá, pela perfídia de alguns dos seus próprios correligionários.

NOTAS

- 1 – Raimundo Estrela, em *Pau-de-Colber*, p. 139
- 2 – *A Tarde*, de 8-7-1920, 9-7-1920, 2-8-1920
- 3 – Luiz Viana Filho, em *A vida de Machado de Assis*, p. 188
- 4 – Idem, idem, em *A vida de Rui Barbosa*, p. 282/283
- 5 – Idem, idem, p. 325
- 6 – Idem, idem, p. 329/330
- 7 – Idem, idem, p. 327
- 8 – Idem, idem, p. 328/329
- 9 – *A Tarde*, de 6-8-1920

- 10 – Inventário do Conselheiro Luiz Viana e Joana de Abreu Mariani Viana, colados, no Arquivo Público do Estado da Bahia
- 11 – Prontuário do Acadêmico Luiz Viana Filho, na Faculdade de Direito da UFBA
- 12 – Inventário do Conselheiro Luiz Viana, no Arquivo Público da Bahia
- 13 – Idem, idem
- 14 – As informações sobre Antônio Conselheiro, constantes deste livro, foram colhidas em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, *Cartografia de Canudos*, de José Calasans, e *O Rei dos Jagunços*, de Manoel Benício

KONINKLIJKE HOLLANDSCHE LLOYD.

EXTRACTO do Diario de bordo do Vapor Hollandez

" LIMBURGIA "

e que contem a CERTIDÃO DE OBITO de

LUIZ VIANNA

Hoje aos (a) sete dias de Julho de Mil Novecentos e
 (b) Vinte a bordo do sobredito Vapor que
 se acha actualmente em. (c) Oceano Atlantico do Norte $12^{\circ}54'$ Lat. N. $22^{\circ}28'$ Long. O.
 apresentaram-se a mim (d) JOHAN MARIE KOLEMAN
 Capitão do dito Vapor, as pessoas seguintes: (e) OTTO SAMUEL BASTIAANS
Médico, de 44 annos de idade, domicilio Amsterdam e
HENDRIK WILLEM VERBEEK, Enfermeiro, de 38 annos de idade,
domicilio Amsterdam,
 que declararam ter fallecido a bordo d'este Vapor em (f) seis dias de Julho
de Mil Novecentos e Vinte.
 as (g) noze horas da (h) tarde
 a pessoa de (i) LUIZ VIANNA
 de 73 annos de idade, casado(a) com (k) JOHANNA GERTRUD FICHTLER
 Filho de (l) JOSE MANOEL VIANNA
 e de
 profissão (m) -----
 e ultimamente domiciliados em (n) Bahia - Brasil.
~~actualmente viuos~~
 já fallecidos.

Fizemos e assignamos este ACTO com os comparecentes acima mencionados depois de o haver lido aos interessados.

Assignaram o Diario: (n)

O. S. Bastiaans
H. Verbeek
Koleman

Conforme o Original:

O Capitão supra mencionado:

Koleman

*Certidão de falecimento do Conselheiro Luiz Viana, a bordo do vapor holandês
 KONINKLIJKE HOLLANDSCHE LLOYD*

.....

II

INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA, PRIMEIRA MOCIDADE

INICIAVA-SE a primavera em Paris e “a cidade cinzenta já começava a trocar de roupa”, diria Luiz Navarro de Brito, isto é, começava a enflorar-se, e os pintores certamente trabalhavam suas telas na via pública, como era costume; as luzes noturnas brilhavam, os teatros enchiam-se. Paris seria uma cidade de 2.500.000 habitantes, não mais. Era o dia 28 de março do ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1908. Nascia o filho único do Conselheiro Luiz Viana e da senhora Joana Gertrudes Fichtner Viana, que receberia o nome de Henrique Luiz Viana. Aos dois anos de idade tomava porto na Bahia, o “doce ninho murmuoso” de Rui Barbosa, o chão do Barão de Cotegipe e do Visconde do Rio Branco, que seria a sua verdadeira terra, aquela onde viveria a infância e a adolescência, a mocidade, a vida inteira, onde se encaminharia para o futuro, onde brilharia e seria acatado e respeitado como cidadão e político, como intelectual, ampliando, a partir daí, o seu círculo de amigos e afeto, de respeito e admiração para todos os rincões da pátria. O pai, líder político, depois de exercer a governança do estado não se candidatou a nenhum outro cargo e, assim, teve uma fase de ostracismo. Sendo um homem de posses e boas rendas, viveu essa temporada em Paris, onde conheceu dona Joana. Nascido o herdeiro pelo qual sem dúvida ansiava, tratou de

retornar à terra natal e retomar a atividade política e o comando partidário. Elegeu-se senador da república. Como senador, em um tempo em que não havia o avião do vai-e-vem, residiu no Rio e aí levou o filho à escola. Como informa Navarro de Brito, esteve, este, inicialmente em uma escola pública em Botafogo, passando a seguir para o Colégio Anchieta e mais tarde para o Aldridge, depois para o Externato Burlamarque de Moura como aluno interno. Após o falecimento do pai, no Rio ele continuaria ainda por algum tempo, interno no Burlamarque Moura, enquanto a mãe se fixava na Bahia certamente pela conveniência de administrar os bens deixados pelo falecido esposo e cuidar do inventário. Veio logo mais para Salvador onde realizou, no Colégio da Bahia, os exames indispensáveis à matrícula no vestibular, que iniciara no Pedro II, Rio de Janeiro. Nos exames realizados no Pedro II, ele se destacaria com distinção, nota 10 em História do Brasil, História Universal, Corografia e Geografia.

Nascido em Paris, distrito de Louvre e Oíase, Henrique Luiz Viana, foi registrado no Cartório da Jurisdição Civil local. Só em 1926 teria o seu registro baiano, que se deu no Cartório da Sé. Era, não o registro de nascimento, que não poderia ser feito no Brasil existindo um outro, anterior, em França, mas o registro de emancipação, já aí com o nome de Luiz Viana Filho.

Dá-se que, ao completar 18 anos de idade, acadêmico de direito cursando o segundo ano e exercendo, havia dois anos, a profissão de jornalista, sentindo-se apto para todos os atos da vida civil, requer, tendo como procurador Aliomar Baleeiro, a emancipação, para que possa administrar seus próprios bens, até então gerenciados por sua mãe. O juiz requerido acolhe o pleito e manda que se proceda ao registro. Aí se declara que Luiz Viana Filho não tem registro de nascimento em nenhum Cartório de Salvador. A anotação se encontra no livro 17, às folhas 19, do Cartório da Sé: “Aos dois dias do mês de junho de mil novecentos e vinte e seis neste Distrito da Sé, em meu Cartório, compareceu o Doutor Aliomar Baleeiro, advogado, natural deste Estado, residente à rua Areal de Baixo, número quinze, como representante do acadêmico de direito Luiz Viana Filho, exibindo uma certidão de sentença passada pelo Exmo. Sr Dr. Juiz de Direito da Vara de Órfãos e Ausentes, para ser registrada na forma do artigo 12 de referência art. 9, nº 1, ambos do



*Luiz Viana Filho com os pais, Conselheiro Luiz Viana e
Joana Gertrudes Fichtner, aos 8 anos de idade*

Código Civil Brasileiro, cujo teor é o seguinte: Sentença. Vistos etc. Verificando que o Sr. Luiz Viana Filho tem idade completa de dezoito anos e possui capacidade necessária para reger a sua pessoa e bens, declaro-o emancipado e apto para todos os atos da vida civil, sendo-lhe entregues os bens e movimentos, pagar as custas. Sejam estes autos apensos aos do inventário do Conselheiro Luiz Viana, seis de maio de mil novecentos e vinte e seis, assinado João Gonçalves Moniz. Nada mais se contém nem declaro no teor da sentença que bem afirmados a qual me reporto e dou fé. Esta certidão vai por mim escrevente juramentado escrita e pelo escrivão Carlos da Rocha Reis rubricada, subscripta e por outro escrivão conferida e acertada nesta Cidade do Salvador Capital do Estado da Bahia aos dois de junho de mil novecentos e vinte e seis. Eu, Francisco Xaves Nunes da Silva, escrevente juramentado a escrevi. Eu, Carlos da Rocha Reis, escrivão a subscrevi e assino. Carlos da Rocha Reis. E para constar faço este termo tendo o representante mencionado Aliomar Baleeiro declarado mais que fazia este registro no Cartório da Sé desta Capital por ser a sede da Cidade e o Sr. Luiz Viana Filho nascido na França, na cidade de Paris, não tem registro de nascimento em nenhum Cartório de Oficial de Registro Civil desta cidade, que depois de lido por mim e achado conforme vai pelo seu representante assinado. Eu, Joaquim Pinto dos Santos, escrevo e assino. Joaquim Pinto dos Santos, Aliomar Baleeiro, Luiz Viana Filho. Anotação aos dezoito dias do mês de abril de mil novecentos e cinqüenta, neste Subdistrito da Sé em meu Cartório presente o mandado expedido pelo Dr. Almiro dos Reis Meireles Pretor, na Jurisdição Plena da 2ª Civil faço a presente anotação à margem do termo do registro de emancipação do Dr. Luiz Viana Filho para que fique constando como parte integrante do mesmo termo, que o emancipado nasceu no dia vinte e oito de março de mil novecentos e oito. E para constar faço este termo. Eu, Maria da Glória Martins Bonfim, escrivã, escrevi e dou fé. Maria das Graças Martins Bonfim.” Não obstante a determinação de que os autos fossem juntos aos do inventário do Conselheiro Luiz Viana, a anexação não se deu.

No ano anterior, antes de inscrever-se no exame vestibular à Faculdade de Direito, havia feito a alteração do nome, publicando-a no *Diário Oficial do Estado*, de 28 de março, data em que completava 17 anos. Eis:

“*Declaração.* Henrique Luiz Viana, filho do Conselheiro Luiz Viana, declara para todos os efeitos que desta data em diante passa a assinar-se Luiz Viana Filho. Bahia, 24 de março de 1925” (assinado Luiz Viana Filho).¹

A alteração nominal era alguma coisa como uma confirmação. Com efeito. Henrique Luiz Viana vinha a significar Henrique, filho de Luiz Viana. Ele preferiu, com muita razão e bom senso, Luiz Viana Filho. Fixava-se aí o nome da pessoa humana simples e bondosa, do cavalheiro de trato ameno e nobre; do intelectual brilhante, membro da Academia de Letras da Bahia, da Academia Brasileira de Letras, da Academia de Ciências e Letras de Lisboa, da Academia Internacional de Cultura Portuguesa, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, príncipe dos biógrafos brasileiros; do político que se destacaria como Governador de seu Estado, Ministro, Deputado Federal, Senador da República, Presidente do Congresso Nacional.

Feita a alteração do nome, agora é a preocupação do jovem, muito natural, com a nacionalidade brasileira. Filho de pai brasileiro magistrado, professor e político que exercera o cargo de governador do Estado, tendo nascido em país estrangeiro, mas aportado na Bahia aos dois anos de idade para ficar em definitivo – brasileiro, baiano se sentia e desejava ser, não francês, e o seria da mais alta representatividade, e com grandes serviços prestados no correr de toda a vida. Prova daquele desejo é que ao requerer matrícula na faculdade de direito, como brasileiro se qualifica:

“Luiz Viana Filho, brasileiro com 17 anos de idade, solteiro, filho de Luiz Viana, tendo sido habilitado no exame vestibular prestado nesta Faculdade e querendo matricular-se no 1º ano, vem pedir a V. Sª que se digne mandar incluí-lo na lista dos matriculados do referido ano.”

Na primeira página do prontuário do Professor Luiz Viana Filho, lá está a confirmação de sua assumida nacionalidade brasileira: “Nascido em 28 de março de 1908 em Paris (Brasileiro)”.^{1-A} Ele era a Bahia, diria Nelson Carneiro, 65 anos depois, enquanto velava seu corpo no Palácio da Aclamação. De fato. São muitas as oportunidades em que defende com entusiasmo e dedicação à Bahia, luta por ela e suas causas. São muitos os momentos em que, com amor e carinho, se manifesta sobre

Inspectoria do Serviço Agronomico e Meteorologico
Secção Meteorologica

Estação Central em «Ondina Bahia»
Latitude Sul... 13° 0' 12" S
Long. W. Greenwich... 38° 16' 45" W = Est. 14° S
Dia 26 de Março de 1925.

Table with 4 columns: MAXIMA, MINIMA, MEDIA. Rows include Barometro R.do a Ce cent., Temp. do ar, Therm. secc., Humidade relativa, etc.

Quantidade de chuva cado em 24 horas (summa) (summa) 2 mm 0
Direcção da chuva (summa aproximada) 0 h. 35.
Altura da Evaporação d'agua (a sem bra) em 2 horas (registros) (summa) 5 mm 5.

Caixa economica e Monte Socorro
Devido prescrever no dia 30 do corrente mez os saldos de penhores que ficaram do fidejussario em 30 de Março de 1920, convide os interessados a virem receber os antes de se dar a prescripção.

Declaração
Henrique Luiz Vianna, f'ho do Cons. Luiz Vianna, declara para todos os effeitos que desta data em diante passa a assignar-se Luiz Vianna Filho.

Companhia Valença Industrial
Achar-se á disposição dos Srs. Accionistas no escritorio desta Companhia, á Rua do Corpo Santo n. 53, os documentos de que trata o art. 147 do Dec. n. 474, de 4 de Julho de 1921.

Companhia Valença Industrial
Eso convidados os Srs. Accionistas para a assembleia geral ordinaria annual e se realizar no dia 31 do corrente mez, ás 13 horas e meia, no escritorio desta Companhia, á rua de Certo Errio, n. 23, sem de tomarem conhecimento de relatório, balanço e contas referentes ao anno de 1924, e do Parecer do Conselho Fiscal, bem como elegirem os novos funcionarios para o seguinte exercicio.

Companhia Industrial de Ilhéus
Convidam-se os Accionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinaria, que se realizará ás 14 horas de 2 de Abril proximo, no escritorio de sua sede á Rua Portugal, n. 12, 1o andar, sem de lhes serem apresentados o Relatório da Directoria, Contas e Parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercicio financeiro de 1924, e elegerem o Director e Secretario da Assembleia Geral, seus Directores para o triennio de 1925 a 1927, Conselho Fiscal e supplementes para 1925.

Associação dos Funcionarios Publicos do Estado da Bahia

Em nome do Excmo. Sr. Dr. Presidente Perpetuo da Libreria rogo a presença de todos os dignissimos Directores, Membros da Commissão de Syndicancia Contas, na 39 sessão extraordinaria que se realizará na proxima segunda-feira 30 do corrente, ás 3 horas da tarde: edificio da Intendencia Officio, onde tem-sei conhecimento do relatório e d Contas da gestão finda.

Companhia Alliança da Bahia

Pelo presente são convocados os S Accionistas desta Companhia para reunirem no dia 28 do corrente m.e.s. ás 13 horas em um nome do Governo municipal, para a eleição do Conselho Geral ordinario, em o lugar de conhecimento do Relatório do Directorio e parecer do Conselho Complementares ao anno findo, resolvendo bre a aprovação desses documentos elegem, de accordo com os Estatutos vigentes, Mesa da Assembleia Geral, Directoria e Supplementes, Conselho Fiscal Supplementes.

Ao Commercio

Augusto de Carvalho & C. Accionistas de 1o de Janeiro de 1925, em o como socos solidarios de sua firma seus antigos auxiliares e em o Herme e Mrs. P. Fernand Thomaz e Abalaid Teixeira d'Almeida, o renunciam a mesma sem alteraçao, e o contrato achivado na Prefeitura Municipal e registado no Cartorio de Racer a mesma cartoria de 20 de Dec. Bahia, 27 de Março de 1925.

Fabrica de Cachaça & C. Netto Co S. João

Os syndicos abaixo assignados convidam aos accionistas a reunirem-se no dia 15 de Maio de 1925, ás 10 horas da tarde, no antigo 82 da praça de sua para o que se encontram a l'voo e l'voo das 13 ás 17 horas, á rua do 1 n. 88.

Declaração, em cartório, da alteração do nome de Luiz Henrique Viana para Luiz Viana Filho



THE SOURO DO ESTADO DA BAHIA

1 A pua para o estado de se dea tutu sua
2 has de laurando, nas has de impo de Biumdi
3 que os intubla de se cogad. No ato pelos
4 Qmtra alente foi de laurando que o em
5 orramento i. Guito pelo, peguinau sa
6 e para gas de hui dig e fraginam Pau
7 unguu respectu de an totu i cor da
8 Lii Civil. Com seguida o Caisellairo
9 Luis Trauma de laurau fase su Com
10 seguida este termo que se randa em
11 sua Comfencia. Dona Trauma Ge
12 tuda se tona e em tala mudo te
13 na e se proprie de legitimao Oguo
14 legitimao fora seu filho Cauri
15 que Luis Trauma, nas eido em ante
16 ato de de mes de uif, moe antora X
17 ato, nas eido em Paris, distrito de
18 Lima e Ciase, registado no Carta
19 rio Biumund de juis seco Civil
20 Franca. De laurau mai que de
21 sua, hui qaras unpias moe tira
22 filha. Com seguida o que faga este
23 termo, que se par de lido p aha
24 do Camforbio, e as fido Luis, Cauri
25 fante, este termo de as digne de
26 e por uim Tugilio Thaulaf delqui
27 no de curao se eiv tatura. Colla
28 da unna ut a un pilla ut a un el un
29 valud de da un uif riu, imutales de
30 do un de peguinau. Folia, se se is

Reconhecimento de filiação

sua terra. Veja-se esta sua transcrição (*A Tarde* – 23-12-43): “Realmente, como se os bons fados se esmerassem em preparar para a Bahia os filhos que lhe valeriam o epíteto de Virgínia Brasileira, é curioso observar a prodigalidade com que demos ao país nomes e vultos dos mais eminentes, quer na política, quer nas letras. Aqui nasceriam os dois Ferreira França e os dois Rebouças. E, da fase da Independência, são os nomes de Abrantes, Montezuma, e Jequitinhonha. Depois, seguem-se Rio Branco, Nabuco de Araújo, Cotegipe, Saraiva, Dantas, Ferraz, Junqueira e Zacarias. E cada qual seria bastante, por si só, para marcar, com um clarão de inteligência, de talento e de capacidade a sua época. Por isso mesmo o Império é a fase dos estadistas baianos. E não convém esquecer que é o período mais brilhante da nossa História. Contudo, não é apenas na política que se assinala essa grande geração de baianos – nas letras, é daqui que sai Castro Alves.” Também ele honraria a sua Bahia, quer na política, quer nas letras. E buscava os momentos mais solenes de sua vida para manifestar-lhe seu amor e declarar seu orgulho de ser baiano: “... *para me estimular e ajudar, sempre contei com aquela que jamais falta aos seus filhos, nos esforços da inteligência – a Bahia. A Bahia, fonte de toda a minha inspiração*”, diria, vibrando, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras.

Desembarcado em Salvador aos dois anos de idade, só voltaria à terra de nascimento aos 49 anos. Era o ano de 1957. Foi a uma conferência interparlamentar em Nice, quando aproveitou para conhecer Paris, onde seu filho Luiz Viana Neto fazia o doutorado em Direito Internacional; é este que oferece a informação.

Não dispunha da certidão de idade francesa, que poderia ter-se extraviado ou preferia não apresentá-la, para melhor firmar a nacionalidade que desejava? O certo é que, como prova de identificação ao ingressar na faculdade, apresentou a certidão de casamento dos pais, que o qualifica com as mesmas características da certidão de nascimento – nome, data e local de nascimento, nome dos pais e avós paternos e maternos.

“Chegando à Bahia em 1910 – diz Luiz Navarro de Brito em *Biografia de Luiz Viana Filho* – ele será levado para o Mamão, uma pequena fazenda do pai, a trinta quilômetros de Salvador. Aí passará sem-

pre as férias escolares, quando os encargos do conselheiro Luiz Viana obrigavam o Senador da República a residir no Rio de Janeiro.”²

O próprio Navarro confessa que lhe foi impossível, a ele, que esteve tão perto de Luiz Viana Filho, trabalhando sob suas ordens na Casa Civil da Presidência da República como subchefe e em seu Governo, como secretário da educação e cultura, conseguir informações sobre sua infância e adolescência³ e anota a possibilidade de que os ss e rr “guturais”, meio embolados que pronunciava, poderiam vir de reminiscências dos seus primeiros dois anos em França. O autor esqueceu a convivência da mãe, que lhe acompanhou a infância e a adolescência e de algum modo influenciou. Dessa convivência, sem excluir a possibilidade aventada por Navarro de Brito, eu suponho, jamais lhe perguntei, viria o hábito de “afrancesar” a pronúncia dos ss e rr. Por exemplo, ele pronunciava meu nome com um Foncheca. Esse pequeno cacoete o acompanhou durante toda a vida e até parece que apreciava tê-lo, uma vez que não fazia por corrigir. As coisas da infância são assim, agradam a gente, agradam sempre e é sempre doce recordá-las – no caso, vivê-las.

Dona Joana Gertrudes não era francesa, mas alemã. É o que consta da procuração assinada como inventariante de seu marido, ao advogado Odilon Santos: “Traslado de procuração que faz dona Joana Gertrudes Fichtner Viana, alemã, viúva, domiciliada no Rio de Janeiro e residente aqui, à rua Portão da Piedade, número 33, por si e por seu filho menor impúbere Henrique Luiz Viana”, assim é o documento junto aos autos do inventário. No registro de seu casamento está indicado o local onde nasceu: “A nubente é solteira, com trinta e cinco anos de idade, filha legítima de Luiz Paulo Fichtner e Ida Fichtner, natural do distrito de Dresden, Capital de Saxe, Alemanha.” Seria radicada em Paris, onde certamente a conheceu o Conselheiro Luiz Viana, tendo convivido com ela aí, depois no Brasil, até que por morte da primeira mulher, de quem era separado em um tempo em que não havia o divórcio, se casaram.

Quem oferece, embora escassas, suaves informações da infância de Luiz Viana Filho, é Renato Vaz Sampaio, a quem, de certo, as confidenciaria. Um desses registros dá conta de que, ausente o pai do Rio, telegrafa a Simões Filho, que ali se encontra, para ir tomá-lo no internato onde estudava e levar à Biblioteca Nacional, a fim de ouvir os

discursos de Constâncio Alves e Rui Barbosa, por ocasião do jubileu literário deste⁴. Era sem dúvida o cuidado em oferecer-lhe a cultura política, encaminhá-lo no respeito e admiração aos grandes homens, na estima ao seu amigo, de quem, por duas vezes, fora responsável pela eleição ao senado em luta aberta contra dois presidentes da república. Outro registro de Renato Sampaio é o referente a um almoço do Conselheiro Luiz Viana no lar de Rui Barbosa, que, ao convidá-lo, recomendou que levasse o filho. Enquanto os dois políticos conversavam longamente depois da refeição, isolado da conversa, o pequeno consumia uma cesta de fatias de pão esquecida à mesa. Quando se despediram de Rui, o pai chamou-o às falas: “O senhor me fez passar uma vergonha. Comeu a cesta de pão inteira, como a deixar entender que o almoço não o satisfez!” Lembraria ele o caso ao amigo, com a observação singela e possivelmente um toque de saudade: enquanto os velhos discutiam graves problemas, a criança, isolada, distraía-se comendo pão⁵. Sem dúvida uma grata reminiscência.

Do curso de primeiras letras até os preparatórios, passo a palavra ainda a Navarro de Brito. No Rio de Janeiro “ele frequenta pela primeira vez uma escola. Uma escola pública, na Rua Martins Ferreira, em Botafogo. Depois foi transferido para o aristocrático Colégio Anchieta e em seguida para o Aldridge”. Em seguida iria, como interno, para o Externato Burlamarque de Moura.

“Quando mais tarde prestara seus exames preparatórios no Colégio Pedro II, Pedro Couto, impressionado com os seus conhecimentos de História do Brasil, convidou-o para sentar junto à banca examinadora, declarando que ele estava em condições de examinar os seus colegas.”⁶ Foi bom estudante, vê-se, e por uma vocação natural, dedicado à História, de que viria a ser professor, sendo igualmente historiógrafo, revelando-se como tal, mesmo nas biografias. As biografias de Rui, Nabuco e Rio Branco, são também e em muito, a história do segundo reinado, da abolição da escravatura, da proclamação da república, dos primeiros anos da república até 1909, das lutas de Floriano, da Revolta da Armada, das questões de consolidação das fronteiras nas Missões, nas Guianas e no Acre.

Em seu trabalho de jornalista, aponta alguma reminiscência, coisa rara por sinal. A impressão que se tem é a de que Luiz Viana Filho

era um homem muito reservado, pouco chegado a reminiscências, talvez inibido de oferecer particularidades de sua vida, guardando segredos de si mesmo, ou um homem descuidado com as suas memórias. Aqui, ali, dizia uma pequena coisa. Como introdução para outro assunto, esta reminiscência de circo: “Uma das impressões de infância de que guardo nítida recordação é a do javanês perito em malabarismo, o que eu ia ver, no circo, deslizar sobre a corda bamba. Com uma pequena sombrinha à mão, o homem ia e vinha de uma a outra extremidade da corda bamba, ante a ansiedade do meu coração, quase parado, sempre à espera do que nunca aconteceu: a queda do javanês.”⁷

De seu tempo de escolar, registra a maldade, a antipatia, talvez o complexo, a impertinência do censor: “Qual de nós não terá tido o seu censor? Eu, de mim, recordo-me ter sido a mais antipática figura das que povoaram a minha vida colegial. Chamava-se Martinho Brito. Sem capacidade para chegar a professor, Martinho Brito vingava-se em nós – alunos que lhe acompanhavam as distrações para a leitura de um livro proibido – dos insucessos que lhe reservara a vida, destinando-o a ser o cão de fila do estabelecimento, onde as gerações passavam e ele permanecia como criatura que a sorte imobilizara no mister de fazer respeitados os regulamentos da ordem interna do colégio. Mesmo nas férias, quando todos nós nos despedíamos em busca de alguns meses alegres de liberdade, ele ali ficava a montar guarda aos mais travessos e que os pais mandavam permanecer no internato. Depois voltávamos e ali encontrávamos o Martinho Brito, taciturno, a fisionomia um pouco mais envelhecida, as orelhas para a frente como as de um animal atento e sempre prontas a colher o menor ruído provocado nos bancos de estudo que ele cruzava em todos os sentidos no seu passo de papagaio.” Afinal, arremata com uma palavra de desculpa para o homem que ganhava o seu pão montando guarda sob as diatribes dos adolescentes, certamente de alívio, talvez de melancolia: “Tudo porém tem o seu fim. E um dia, terminado o curso, fiquei livre do Martinho Brito, que longe do que eu pensava, nada tinha de original – era apenas um tipo completo de censor.”⁸

Esta é uma outra lembrança no cérebro da criança curiosa, viva, observadora, atenta ao que ia ao redor de si: “A minha geração é aquela que começou a tomar acordo de si quase no fim da guerra passada.

Nem por isso, no entanto, qualquer de nós deixa de ter bem nítida a lembrança de algum desses históricos momentos vividos na infância. Quem não se lembra da vibração que varria o país de Norte a Sul, por ocasião dos célebres discursos de Rui contra os ‘novos hunos’? O verbo candente e profético sacudia o Brasil, agitava-o, e ninguém poderia permanecer indiferente.”⁹

Voltemos ainda um pouco à viagem a Europa, nos seus doze anos, ao lado dos pais. Estão a bordo do *Limburgia*.

Distante da pátria, no momento em que antegozava as belezas do passeio. O mar, alto mar. As ondas indo e vindo, lançando-se no costado do navio, avançando e recuando como os “mares bravios” da costa cearense de Alencar, ele, que mais tarde seria o biógrafo do grande romancista cearense, contemplando esse volumoso ir e vir, talvez sentindo algum enjôo, mas também se divertindo com a fúria das águas. Mar e céu, céu e mar. A viagem devia ser monótona para o adolescente. Inteligência viva, observação acurada nessa idade que tudo entende, a tudo vê, tudo memoriza, sem dúvida estava atento ao desfile das senhoras à hora da refeição, à hora do passeio no tombadilho, ao cri-cri, ao fru-fru das sedas e rendas, às conversas amenas à hora do chá. Certamente imaginava, sonhava. A idade dos doze é bela e sonhadora, sem responsabilidades maiores, salvo as da escola, da qual, em gozo de férias ninguém se lembra. Sonhava. Primeiro seria Lisboa, depois Madrid, Roma, Paris... Ver novas terras, ver e conhecer familiares do lado materno, fazer amigos... Recebe o choque inesperado da morte do pai. Dor próxima do desespero. Três na viagem, ele, a mãe, o pai, quando este, de surpresa, fecha os olhos. O coração, o infarto do miocárdio que pegaria a ele também, mais longe no tempo é certo, bem mais longe, entretanto muito cedo para quem tinha tanto amor à vida, como ele, e vivia tão satisfeito no lar, no trabalho e entre os amigos, lendo, escrevendo e acariciando os livros de sua rica biblioteca.

Doze anos de idade. Uma criança ainda, nem bem um adolescente, uma criança no despontar da adolescência. O abalo é terrível, é indizível o sofrimento. Resta a mãe, como companhia. Ao lado dessa, um amparando o outro, acompanham o embalsamamento, seguem até Lisboa, tomam outro navio, trasladando o corpo do falecido pai rumo ao chão natal, onde seria sepultado. Ficariam para trás o passeio, o so-

nho de conhecer a cidade onde viera ao mundo, ver paisagens novas, viver novos ambientes por uns dias, de certo fazer amigos entre os familiares da mãe, ele que foi tanto de amizades – tudo isso que lhe ensinaria a viagem.

No retorno, continuaria no internato do Burlamaque Moura ainda por algum tempo. Em seguida, vem viver com a mãe, na Bahia. Aqui continuará sendo o mesmo aluno estudioso e dedicado. Frequenta o Colégio da Bahia, estabelecimento público de ensino ainda hoje existente na entrada do bairro de Nazaré – Colégio Central da Bahia e, sem dificuldades conclui os exames indispensáveis ao exame vestibular, iniciados no Colégio Pedro II. A vida seria muito diferente a partir daí. E ele a enfrentou com galhardia, sem nenhuma precipitação, antes, calculadamente. Com toda a calma que Deus lhe deu. Por sorte, apesar do inesperado desfecho do inventário, que, pela colação, sem dúvida o lesaria,¹⁰ o patrimônio era suficiente para que a parte que ficara a ele e à mãe, ensinasse levar o barco com segurança. Restou-lhe um patrimônio de 367 contos, 544 mil e 137 réis. Ainda assim, cedo enfrentaria o trabalho remunerado. Sem dúvida se sentia mais homem, mais responsável, mais dono de si, lutando pela vida, disputando um espaço seu, pessoal, independente.

Por felicidade tinha um temperamento calmo, e imaginativo, inteligente, saberia romper as dificuldades naturais à orfandade e contou com o carinho materno, o zelo e os cuidados da mãe, uma pessoa de visível doçura, segundo depõe Renato Vaz Sampaio, alta, elegante, muito parecida com ele. Esta só contraiu segundas núpcias, depois que o filho alcançou os 18 anos de idade, já trabalhava, e, emancipado por decisão judicial, passou a administrar os seus bens, tinha segura a vida. Casada com Roger Souvestre, Jeanette, como era carinhosamente chamada dona Joana Gertrudes, voltou a residir em Paris. Em 1937 estava de retorno ao Brasil para ficar até o fim da vida e aqui baixar à sepultura.

Rompeu as eventuais dificuldades uma por uma, para chegar a um patamar mais alto que o do pai, que não alcançou a arte das letras, nas quais ele brilhou. Tem-se a impressão de que, ainda criança, o pai, depois a mãe, o prepararam psicologicamente para seguir o caminho paterno. Ele o entendeu e caminhou bem. Nisso, foi como se pretendesse ser o que o pai fora e um pouco mais, para que os filhos ou algum des-

ses, fossem maiores que ele. O pai sempre deseja o filho em posição superior à sua. Parece que ele recebeu também afeto e boa orientação dos amigos do Conselheiro. O lar dos Gordilho, entende-se de referências e raras confidências, há de ter sido, para ele, um segundo lar. Simões Filho, em *A Tarde*, foi sem dúvida um mestre e um orientador nas artes de escrever. O resto seria com a sua inteligência e o seu descortino, com a vontade de ser. Esta, a vontade de ser, produz milagres.

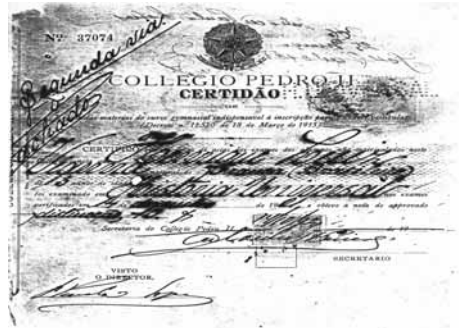
Iremos encontrá-lo logo mais, aos 17 anos, na Faculdade de Direito por uma inspiração de momento, quando na verdade sua pretensão era estudar medicina, isto confessaria sem meios termos em uma entrevista a João Condé, para os seus *Arquivos Implacáveis*, logo depois de eleito para a Academia Brasileira de Letras: “Se pudesse recomeçar a vida, gostaria de ser médico e muito se arrepende de não ter estudado medicina.”¹¹ Os caminhos da vida nem sempre seguem o nosso traçado, senão o do destino. Ele próprio crê no destino e repete seguidas vezes esse conceito nos seus escritos.

Em seu livro *Luiz Viana Filho*, à página 16, Navarro de Brito registra: *Alinhou-se com o “Autonomismo”, onde militavam Pedro Lago, seu padrinho, e todo o antigo grupo politicamente ligado ao seu pai.* Não indica a fonte de apoio que o levou à informação de que Pedro Lago foi seu padrinho. Enquanto isso há um depoimento do próprio Luiz Viana que contraria tal informação: “Fez ontem cem anos que na Cidade de Salvador, onde por quase meio século exerceu a profissão de médico, nasceu Adriano Gordilho. Embora político e professor, esse o traço que lhe marcou indelevelmente a personalidade. Para mim, seria antes de tudo o Padrinho a quem me ligaram os mais fundos laços de gratidão filial. Inúmeras vezes, à mesa, referia-se com os olhos rasos de lágrimas aos padecimentos de algum amigo. Sentimento de que compartilhava, naturalmente amparando-o, a esposa, Dona Maria, tão cheia de suave bondade e de simpatia, para quantos se aproximavam ou lhe batiam à porta do lar, que transformou em um recanto tranqüilo, seguro e belo.” *Para mim seria antes de tudo o Padrinho a quem me ligaram os mais fundos laços de amor filial*, escreveu.¹² Essa declaração, parece-me, não deixa dúvida. O padrinho de Luiz Viana Filho era Adriano Gordilho. Pedro Lago teria sido, isto sim, o padrinho político. A madrinha foi Celina Gordilho Wanderley Pinho, filha de Adriano Gordilho, como seguramente informa a Professora Lia Viana

de Queiroz: “*Constantemente visitava Celina Gordilho Wanderley Pinho, sua madrinha muito querida, a quem dispensava amor filial.*” Aliás, esta mesma palavra, de que os padrinhos foram Adriano Gordilho e sua filha Celina, é confirmada pessoalmente por dona Julieta Pontes Viana. Uniu-o aos padrinhos um fundo amor filial, escreve ele próprio e o confirma sua filha. Não era para menos. Perdeu o pai aos doze anos, quando mais carecia de assistência e apoio. A mãe, sendo estrangeira e sem maior relacionamento entre nós, que não fosse o dos amigos do falecido esposo, poderia fazer pouco por ele sem a presença daqueles amigos, que, diga-se em homenagem à fidelidade que aconchega as pessoas de bem, não faltaram à vida do adolescente. E, entre todos os amigos, quem teria razão mais forte que os padrinhos, para acolhê-lo com amor paternal? O padrinho, reza a tradição cristã, na ausência do pai toma o seu lugar na vida do afilhado. Assim foi com Adriano Gordilho e Celina Gordilho na vida de Luiz Viana Filho, que pagaria o amor paternal com o *amor filial*, está escrito. Não teria sido da convivência com o médico humanitário Adriano Gordilho a inspiração de seguir a carreira de medicina?

Outros que o apoiaram, foram Simões Filho e Jerônimo Sodré Viana. Pedro Lago, integrado à política de seu pai, foi seu primeiro orientador nas lides políticas e líder nos primeiros passos. Juvenal Gordilho, filho do padrinho, foi um dos seus maiores amigos desde a mocidade, ele o declarou a João Condé, acrescentando mais: Aliomar Baleeiro, Álvaro Nascimento e Péricles Madureira de Pinho.¹³ Foi Adriano Gordilho, quem compareceu, ao lado de dona Maria Gordilho, à residência de Frederico Pontes para pedir a mão de D. Julieta Pontes para sua consorte. Era o dia 4 de julho de 1928. Haviam-se conhecido seis meses antes e logo se engraçaram um do outro e logo namoraram. Amigos, os dois, dos filhos do Governador Góis Calmon, o primeiro encontro se deu em uma recepção no Palácio da Aclamação, que viriam a ter como residência em tempos vindouros. Seriam capazes de imaginar isso naquele momento? Não é impossível que ele o imaginasse, ou ao menos sonhasse, filho de governador que era, buscando seguir os passos ao pai.

Se desde menino foi bom estudante e cedo concluiu seu curso de direito, igualmente muito cedo começaria a vida profissional, a política e a literária. Estava sem dúvida convencido de que, faltando o pai que



Boletim de nota estudantil no Colégio Pedro II

2 - Sr. Dr. Director da Faculdade de Direito da Bahia

Bahia, 31 Mar. 1925

Caro Sr. Director

Sr. Vácuca Filho, brasileiro com 17 annos.
idade, solteiro, filho de Sr. Vácuca e de D. Joh.
Gertrud Fritzier Vácuca tendo sido habilitado
do 1º curso matriculando-se nesta Faculdade
e querendo matricular-se no 1º curso, venho
pedir a V. S. que se dignes autorizar-me
a ser habilitado e matriculado de repetição

Q. i. 49.099

P. D.



U. requerente pede a V. S. que se dignes autorizar-me
a ser habilitado e matriculado de repetição, a certo dia de idade.

Sr. Vácuca Filho

Matricula na Faculdade de Direito da Bahia

o apoiasse moral e economicamente, haveria, moralmente, de espelhar-se em seu exemplo e em termos de economia enfrentar a vida sem perda de tempo, para ampliar o patrimônio recebido por herança e cedo conseguir a independência. Assim, ainda adolescente, aos dezesseis anos, teve o seu primeiro emprego, como jornalista, no *Diário da Bahia*, onde trabalhava o seu primo Jerônimo Sodré Viana, que lhe conseguiu o trabalho. Ao lado da conveniência de ordem econômica, influía, sem dúvida, o desejo de realizar-se. Logo mais estaria na Faculdade de Direito. Data do tempo do *Diário da Bahia*, sua amizade com Nestor Duarte, Hermes Lima e Aloísio de Carvalho Filho, aos quais esteve ligado a vida inteira de cada um destes. Do *Diário da Bahia*, confessaria a Navarro de Brito: “foi um mundo para mim”. A confissão devia significar que aí aprendeu a trabalhar e se relacionou com homens de primeiro nível, como foram os acima mencionados e ainda conviveu de perto com o primo Sodré Viana. Depois disso, a gente simples, trabalhadores, tipógrafos, jornalheiros, tudo que dá vida e movimento a um jornal e tão cedo conhecia. O primeiro emprego é isso mesmo, o mundo em que se aprende a trabalhar e a viver, a ser independente, a ser gente, a governar os próprios atos. Recordando os seus tempos no jornal, escreveria:

“Precedeu a ascensão de Calmon agitada campanha política, principalmente na imprensa, onde sobressaía o tradicional *Diário da Bahia*, abrigo de uma plêiade de jovens combatentes: Clemente Mariani, Nestor Duarte, Jerônimo Sodré Viana, o alegre Jesovi da Musa Risonha, Aloísio de Carvalho Filho, Albérico Fraga, Alfredo Curvelo e eu, o mais moço de todos, e Hermes Lima, o memorialista que assim evocou esses dias de juventude: ‘Essa passagem pelo *Diário* vivemo-la como temporada num palco. Aí envolveu-nos o rumor de uma presença notada, que os fados prolongariam. O melhor de tudo, o inesquecível, estava no laço da camaradagem afetuosa, que nos prendia, e na ilusão que a cidade era mais alegre por nossa causa.’ Na ocasião, Hermes e eu morávamos em uma modesta pensão, na Travessa do Rosário, 13, e a vida em comum nos fez amigos para sempre.”¹⁴ Outra nota de recordação é sobre a residência de Madureira de Pinho, que dava acolhida aos jovens intelectuais:

“O velho Madureira, assim o chamávamos, embora não atingidos os cinqüenta anos, orgulhava-se daquele pequeno cenáculo, que

lhe enchia a casa e onde ao lado dos filhos, Péricles, Dêmades e Demóstenes, conviviam estudantes e bacharéis recém-formados, entre os quais Aloísio de Carvalho Filho, Nestor Duarte e Jaime Aires, que cedo conquistaram renome como parlamentares. À residência dos Madureira, casa simples e ampla do começo do século, sempre aberta àquele bando de jovens, nós chamávamos simplesmente “o 9”, identificando-a pelo número da porta. Pequena e acolhedora corte, na qual o velho Madureira, celebrizado pela oratória em júris famosos, pontificava satisfeito e admirado.

“Completando a inquietação do grupo de principiantes, Madureira estimulou e ajudou a publicação da *Revista de Cultura Jurídica*, que não sobreviveu ao quinto número, morta pela Revolução de 30. A nós ela dava a impressão de termos a glória ao alcance da mão. Houvéssemos publicado as *Pandectas*, e não seríamos mais felizes. Aloísio de Carvalho Filho, catedrático de Direito Penal, foi o diretor. Péricles e eu os redatores. E os bacharelandos Demóstenes Madureira de Pinho e Nelson de Almeida Pinto, secretário e gerente, respectivamente. Ao modesto núcleo de estudos se juntara Anísio Teixeira, que a todos conquistava pela inteligência.”¹⁵

E esse “modesto grupo” manteve-se unido no correr da vida, imbuídos os seus componentes dos mesmos ideais de liberdade que na primeira mocidade os congregara. Data de pouco depois da morte da revista, a carta que escreveria a Anísio Teixeira noticiando a queda de Neiva e comentando os assuntos políticos que os envolviam. Vale resgatá-la do anonimato, incorporando à sua biografia:

“Meu caro Anísio

“Todas as felicidades.

“Mais cedo do que eu esperava o Neiva, com todo o seu séquito, foi ao chão. Estamos acéfalos e na fase perigosa da escolha. Que sairá daí? Fala-se com insistência no nome de Jurandir Mamede, mas ainda estou propenso a crer num tertiús mais incolor. Contudo não creio que, politicamente, nos tenha feito grande mal o fora do Neiva. O momento requer uma habilidade extraordinária, pois da decisão que tiver o ‘nosso’, caso vai depender a política geral do país, quer em relação à pessoa do Getúlio, quer em relação à Constituinte. Fechado o Norte com a posse da Bahia não teremos mais nenhum arrefecimento da fome

mística da revolução. Como agirá o Governo? Há geral indignação contra a maneira por que foi feita a deposição, e as manifestações ao Pimenta sucedem-se com um entusiasmo ainda não assistido por aqui. Saberão aproveitar os civis essa brecha que se lhes depara? Dê o Getúlio um passo em nosso favor com o nome de uma patente mais alta ou mesmo o João Alberto e tudo estará sanado com um xeque nos tenentes que estão engatilhados com os nomes do João Félix, Monteiro e Mamede. Qualquer nome extra-chapa é uma derrota. De qualquer maneira, porém, a nossa situação irá se definir com muita nitidez, pois ou ficamos com o Interventor ou vamos para uma oposição franca. Não me parece que possamos continuar nessa água morna. Os fatos dirão melhor do que eu. Esperemos. Com o Neiva-Bernardino nada teríamos. E agora? É um salto no abismo, mas tenho confiança no êxito da empreitada. Faça sentir a esses políticos furta-cor que ou eles falam ou afundam, pois ninguém passa duas situações à espera que eles queiram cantar.

“Em carta outra lhe contarei tudo como se passou. O Neiva só caiu por inepto e medroso.

“Abraços do muito seu, amigo de sempre. Luiz.” (VIANA FILHO, Luiz. Carta a Anísio Teixeira, Bahia, 18 ago. 1931. Localização do documento: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC – Arquivo Anísio Teixeira – Até 31.01.11, na Biblioteca Virtual Anísio Teixeira, www.academia.org.br/cardes/22luís.htm). Não viria “uma patente mais alta ou mesmo o João Alberto” como parecia desejar o missivista, nem algum dos que rolavam na imaginação dos preocupados moços da política baiana. Os tenentes não receberam o desejado xeque. Veio um deles, Juracy Magalhães, contra quem os idealistas, agrupados no Autonomismo, foram para “uma oposição franca”, mantendo-a até o fim da interventoria. Com o golpe de 1937, Juracy abandonou o barco e tomou, com os ex-adversários, a trilha da oposição. Em 1958 seria eleito governador do Estado com o concurso destes. Quanto a Luiz Viana, se tornaria seu amigo, de freqüentar-lhe a residência, até o fim da vida.

No *Diário da Bahia* começara também Rui Barbosa a sua atividade jornalística. Do jornal, na época de Rui, diria o próprio Luiz Viana Filho ao escrever-lhe a biografia: Manoel Dantas “entregou a Rui a direção do *Diário da Bahia*. Pela dedicação e inteligência ele fizera jus a essa

prova de confiança, sendo escolhido entre outros redatores mais antigos para ocupar o primeiro posto. A preferência encheu-lhe de alegria. Amava aquela vida de jornalista, que lhe dava a ilusão de ser uma força somada às outras em oposição aos conservadores”.

Ao retornar à Bahia, o seu “verde ninho murmuroso de eterna poesia”, depois de quatro anos de ausência, para agradecer a reeleição de senador com que o brindou a “altivez e o carinho da Bahia”, Rui visitou o seu *Diário da Bahia*. Diz o Conselheiro Luiz Viana em carta ao Barão de Jeremoabo: “Embarcou-se ontem o Rui. Teve acompanhamento seletto e condigno. Os empregados do *Diário* fizeram-lhe uma saudação de despedida comoventíssima. Ele lembrou sua antiga tenda de trabalho, onde iniciou sua carreira jornalística, a primeira pedra do seu futuro e o último refúgio de suas consolações. O nosso Augusto (Guimarães) foi de lenço aos olhos. E eu também”.

Apesar de agradecer-lhe aquele mundo de conhecimentos e experiência, de vivência do *Diário da Bahia*, logo mais Luiz Viana Filho, introduzido por Aliomar Baleeiro, entraria na *A Tarde*, sob o comando de Simões Filho, amigo de seu pai, com quem tinha razões de gratidão, depois seu amigo também até o fim da vida. Aí, já entraria na redação, até porque na redação estava ao deixar o jornal anterior. Sem dúvida a carreira jornalística em *A Tarde* seria mais interessante e vantajosa. Aí escrevia, segundo me disse uma vez, uma crônica diária e isto, seguramente, serviu nos seus primeiros passos políticos, possivelmente por toda a vida. Por sinal, essa revelação se deu em ocasião em que falávamos de política e conquista de votos, de encaminhamento político. O relacionamento de afeto com Luiz Viana Filho era em regra permanente, porque ele sabia realmente cultivar amigos. Até os seus adversários, vencia-os com o tratamento cortês, com o relacionamento cordial, evitando ter nestes inimigos pessoais. Parece que nunca os teve intransponíveis. Mesmo nos casos de esfriamento da relação política ou de estima, ficava em posição tal que a pessoa não teria constrangimento em procurá-lo, nem ele de buscar, de volta, essa pessoa. Devia ter lido, além de apaixonadamente, Rui e Eça de Queiroz, com quem confessa que aprendeu a escrever – “*bem ou mal aprendi a escrever com Eça de Queiroz*” –, também *Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas*, de De Carnegie. E soube aproveitar os

seus ensinamentos, eis que dominava a fina arte de ter e conservar amigos, de influenciar, de fazer prosélitos sem os pleitear diretamente.

Com a rapidez com que se iniciou no trabalho, também se iniciava na vida acadêmica, ingressando na Faculdade de Direito da Bahia aos dezessete anos, em 1925. Seguiu os passos do pai, de quem em tudo queria tomar o exemplo, a profissão como profissão e parece que só faltou, para isso, ter integrado a magistratura – ficou na área do Ministério Público como Procurador do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), cargo que veio a alcançar em 1938.

Por sinal, a magistratura lhe foi oferecida muito adiante na vida e ele a recusou. Parece que achou bastante tarde. Tantos anos depois de ter sido advogado e professor de direito, agora dedicado inteiramente à política e a sua literatura, não se sentia seguro de que poderia desempenhar a magistratura fazendo a figura ideal, considerado que até aí se desempenhara com garbo em todos os campos de atividade. Eis o depoimento de Renato Vaz Sampaio, pessoa de sua intimidade: “Insistiram com a ida de Luiz Viana para o Superior Tribunal Federal. Aposentar-se-ia posteriormente e reiniciaria a carreira política. Para tribunais superiores também foram Amaral Peixoto, Etelvino Lins, Geisel e muitos outros. Contrapunha-se Luiz Viana: o seu Direito era de mais de cinquenta anos atrás. ‘Falta-me a consciência jurídica que me daria o apreço de um magistrado’, acrescentava. O Presidente da República interveio de maneira incisiva: ‘O senhor, que fez outros ministros, não quer aceitar, agora, que reconheçamos os seus próprios méritos.’”¹⁶ Não aceitou. Estava certo de que não faria a figura costumeira e, fora disso, nada lhe servia.

Em 1928 – também aqui bastante cedo –, no penúltimo ano da faculdade, ensaia na atividade política, sendo eleito presidente do Centro Acadêmico Rui Barbosa. Ainda nesse ano, aos vinte de idade, fica noivo de Dona Julieta Pontes. Aos vinte e um anos, em 1929, saía bacharel em ciências jurídicas e sociais. A solenidade se deu no salão nobre do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que mais adiante viria a integrar, sendo paraninfo da turma o professor João Marques dos Reis. Tivera como professores, além do paraninfo, Leovigildo Filgueiras, Afonso de Castro Rabelo, Severino Vieira, Antônio Moniz Sodré de Aragão, Filinto Bastos, Bernardino de Souza e Edgar Sanches. Seus ami-

gos mais próximos na faculdade: Albérico Fraga, Aliomar Baleeiro, Aloísio de Carvalho Filho, Clemente Mariani, Demóstenes Madureira de Pinho, Hermes Lima, Jaime Junqueira Aires, Péricles Madureira de Pinho e João Marques dos Reis.¹⁷

Mais ou menos por essa ocasião, antes da formatura, criaria, sob a direção de Aloísio de Carvalho Filho e com a participação de Péricles Madureira de Pinho, Lauro Vieira de Sá, Joel da Rocha Lyra, Demóstenes Madureira de Pinho e Nelson de Almeida Pinto, a *Revista de Cultura Jurídica*.¹⁸ O órgão recém-criado parece que tinha finalidade eminentemente política, eis que, no quarto número, de 1931, Luiz Viana investe:

“Dos problemas que se agitam atualmente dentro do Brasil, nenhum poderá merecer maior atenção do que a reconstitucionalização do País. Temos a embarcação sem leme, navegando ao sabor das ondas. Terá a ditadura remédios para tudo isso, quando ninguém ignora a insuficiência das ditaduras em casos idênticos? Não é provável. Necessitamos apenas de ordem, de legalidade. Urge-nos o governo legal, a cuja sombra se organizam as forças sadias e capazes de serem um estanke às idolatrias exógenas.”¹⁹ Não há dúvida. O texto é de um político de oposição ao regime ditatorial iniciante. E muito corajoso, sabido que a ditadura tudo podia. Tinha 23 anos e nessa idade se é idealista e intemorato, sem receio a nada neste mundo. Vale anotar que fora simpático à revolução de 1930. Ao constatar que esta, antes de convocar a Constituinte, descambava para a ditadura, tomou a trincheira oposicionista. A revista é que não passaria do quinto número. Por sinal não lhe faria falta, pois desde o ano de 1929 tinha sua tribuna jornalística montada em *A Tarde*, onde publicava os artigos de oposicionista e comentarista de variado assunto. Para confirmar que na tribuna de *A Tarde* escrevia livremente e sobre variado assunto, veja-se esta tirada crítica de 13 de maio de 1929: “O ministério! E como ser ministro? A resposta de ontem para hoje não variou de muito: agradar o executivo. De forma que ao em vez de políticos arregimentados sob a mesma bandeira, ligados pelos princípios, o que vemos na maioria ao alongar a vista para meio século atrás, são os políticos profissionais de sempre a esperarem o aceno de Pedro II.”²⁰ Logo em seguida à formatura, em 1930, entrava no escritório de advocacia de Aliomar Baleeiro e Álvaro Nascimento, ambos seus amigos de toda a vida, o primeiro seu companheiro no Congresso, o segundo seu revisor literário em seguidos livros. Casava-se em 31 de dezembro de

1931 com Dona Julieta Pontes, a quem chamava carinhosamente de Juju, sendo correspondido pelo carinhoso apelido de Lulu. O casamento era previsto para o ano seguinte. Alguém lembrou que 1932 seria bissexto, e pois, de mau agouro. Eles, muito que bem, usaram a deixa para ganhar tempo. Em 1932, estreava nas letras, assinando em parceria com Aliomar Baleeiro, o livro – *O Direito dos Empregados do Comércio*, 241 páginas, editado por Almeida e Irmãos Editores, Salvador. Também em 1932 redigiu “grande parte do *Manifesto da Liga de Ação Social e Política*”, que desaguarda, tempos depois, no Autonomismo, a que igualmente se ligou até esgotar-se a sua finalidade. Era o jornalista de 1929 continuando a sua luta oposicionista. Aqui o depoimento de Navarro de Brito: “Não tergiversa para aderir à Revolução Constitucionalista de 1932. Com Aloísio de Carvalho, Eugênio Gomes, Gilberto Valente, Inocêncio Calmon, Prado Valadares e outros, ele redige grande parte do *Manifesto da Liga de Ação Social e Política*, afirmando a solidariedade baiana aos revolucionários de São Paulo. Na manhã de 21 de agosto recebe ordem de prisão no seu escritório e é transportado para a penitenciária do Estado. Foram três dias de expectativa. Alguns dos seus companheiros, também alojados na enfermaria, pensam em rebelar-se. ‘Tive medo’, confessou-me. ‘As guaritas, ocupadas permanentemente dominavam todas as janelas. Por precaução protegi minha cama atrás de uma das colunas existentes no dormitório’. Mas não houve a rebelião. No dia 23 foi autorizado a voltar à sua residência onde devia, por algum tempo ainda, permanecer sob palavra.”²¹

Em 1933, aos 25 anos, enfrentava a primeira eleição para deputado à Assembléia Constituinte, sem conseguir, dessa primeira vez, na condição de candidato avulso, a quota de votos suficientes para ter o mandato, ainda que fosse o mais votado em Salvador. Seria a sua única derrota política. Mas, recebe como que uma compensação, pelo menos em termos profissionais, sendo contratado para ensinar, provisoriamente, Direito Internacional e Público na Faculdade de Direito da Bahia, na vaga deixada por Bernardino de Sousa, e logo no ano seguinte está eleito deputado federal, iniciando o mandato em 1935, o mais jovem dentre os seus colegas,²² para perdê-lo com o golpe de 1937.

Nesse ano de 1937, vendia uma casa em Salvador. Aliás, não uma casa, mas parte de sua área. Trata-se da Casa das Palmeiras, sita à rua Floriano Peixoto, nº 69, havida por herança paterna. Constituía-se o

imóvel, da casa e uma grande área com 23 casinhas, que desdobrou em lotes. Ao cuidar das providências para a escritura de venda de uma parte do imóvel, constatou que havia uma nota de inalienabilidade. Entrou em juízo reclamando a exclusão dessa nota indevida. O requerimento, de próprio punho, está anexado ao processo de inventário de seu pai e tem o seguinte teor: “Ex.^{mo} Sr. Dr. Juiz da Vara de Órfãos. Diz Luiz Viana Filho, que desejando vender parte do imóvel denominado Casa das Palmeiras e que houve por herança de seu pai, o Cons. Luiz Viana, e que é sito à rua Floriano Peixoto, nº 69, nesta Capital, foi surpreendido com a nota existente no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas de se achar o referido imóvel gravado com a cláusula de inalienabilidade, quando conforme se vê dos autos do inventário de seu falecido pai, houve o referido imóvel livre e desembaraçado de qualquer ônus. Pelo Exposto pede a V. Ex.^a que tendo em vista o que consta dos autos do inventário do Cons. Luiz Viana, se digne mandar cancelar a cláusula com que por equívoco evidente se acha gravado o imóvel em causa. Nestes termos, pede deferimento. Bahia, 15 de dezembro de 1937. Luiz Viana Filho.”

NOTAS

- 1 – Prontuário do acadêmico Luiz Viana Filho na Faculdade de Direito da UFBA
- 1-A – Idem, idem
- 2 – Luiz Navarro de Brito, em *Luiz Viana Filho*, p. 9
- 3 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, p. 121
- 4 – Idem, idem, p. 151
- 5 – Idem, idem, pp. 149/164
- 6 – Luiz Navarro de Brito, em *Luiz Viana Filho*, pp. 9/10
- 7 – *A Tarde*, de 28-11-1932
- 8 – Idem, idem, de 13-11-1933
- 9 – Idem, idem, de 12-3-1942
- 10 – Inventário do Conselheiro Luiz Viana, Arquivo Público do Estado
- 11 – Renato Berbert de Castro, em *Bibliografia de Luiz Viana Filho*, p. 37
- 12 – *A Tarde*, de 20-4-65

62 João Justiniano da Fonseca

- 13 – Renato Berbert de Castro, em *Bibliografia de Luiz Viana Filho*, p. 35
- 14 – Luiz Viana Filho, em *Anísio Teixeira*, p. 13
- 15 – Idem, idem, pp. 25/26 e Inventário do Conselheiro Luiz Viana, Arquivo Público do Estado
- 16 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, p. 163
- 17 – Luiz Navarro de Brito, em *Luiz Viana Filho*, p. 11
- 18 – Idem, idem, p. 15.
- 19 – Idem, idem, p. 15
- 20 – *A Tarde*, de 13 de maio de 1929
- 21 – Luiz Navarro de Brito, em *Luiz Viana Filho*, p. 16
- 22 – As informações sobre Antônio Conselheiro, constantes deste livro, foram colhidas em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, *Cartografia de Canudos*, de José Calasans, e *O Rei dos Jagunços*, de Manoel Benício

.....

III

O JORNALISTA

“F

UI acusado de preguiçoso, queixa-se Luiz Viana Filho, quando desde os 16 anos, idade em que a juventude costuma se divertir, já era modesto trabalhador de um jornal.”

Aí está quando se inicia o jornalista, aos 16 anos, já se disse antes. De começo no *Diário da Bahia*, logo mais em *A Tarde*. Se é certo que principiou, no primeiro jornal, como modesto trabalhador, segundo confessa, em *A Tarde* já se posicionou como redator e logo mais estava como editorialista, escrevendo diariamente a então chamada página de fundo ou algum suelto, além de continuar trabalhando na redação de matéria vária. Era incansável. Sobre escrever os editoriais, sueltos e as matérias diversas a seu cargo, ainda contribuía com um artigo assinado periodicamente. Os artigos assinados não tinham dia certo, mas eram freqüentes desde o ano de 1929. Entre 1942 e 1945, por exemplo, chegaram ser diários e isto certamente seria o seu ponto de apoio na eleição desse ano, eis que sua base eleitoral esteve, então, em Salvador. Só estes, porque assinados, podemos apreciar, hoje, como saídos de sua pena. O material não assinado é ignoto, anônimo, um mês ou dois depois não se sabe quem o redigiu.

Apreciando-se, hoje, seu trabalho assinado, observa-se que escrevia com acerto e segurança, com perfeita maturidade, logo aos 21 anos, sobre os mais variados assuntos. Ia desde o comentário de ordem política, social e econômica, levantando muitas vezes o problema da lavoura cacaueteira, que era, então, a base da economia baiana, até à apreciação de livros e homens, não faltando a defesa do funcionário público e a reclamação sobre os baixos salários.

Em pesquisa em *A Tarde*, iniciada em 1925, quando ingressou no jornal, encontro seus artigos a partir de abril de 1929, quando estava nos 21 anos de idade e concluía o curso de Direito. Para trás não os alcancei, parece que começou nesse ano. Era primordialmente um jornalista político de combate, decididamente oposicionista, revolucionário.

O primeiro artigo, com o título *Joaquim Nabuco*, publicado em 3 de abril de 1929, foi produzido no Rio e está encimado com esta anotação “Rio, março 1929”. Mostra que já aos 21 anos o autor se preocupava com as biografias, por elas revelava o seu gosto, a elas se dedicava, aliás, buscando a verdade. Repare-se, como já no seu primeiro trabalho assinado, traça um esboço biográfico de Joaquim Nabuco, de quem escreveria mais tarde a biografia. De quebra, cita Rui Babosa. Mais um pouco, introduz-se registrando um fato histórico, a contradição entre as cartas e o diário íntimo de Musset. Era o talento que começava a firmar-se.

Mas, que fazia no Rio no mês em que completava os 21 anos de idade? Era jornalista em *A Tarde* e freqüentava o último ano de Direito em Salvador. Que fazia no Rio, nessa oportunidade? Talvez visitasse a noiva. Sabe-se que Frederico Pontes passou uma temporada no Rio. Talvez fosse nessa ocasião.

O derradeiro artigo, *Rui e a Constituição da República*, produzido por solicitação de *A Tarde* para comemorar o primeiro centenário da proclamação, foi publicado em 14 de novembro de 1989. Era o canto de cisne. Aí, Rui, que batizou o novo regime, foi cognominado o Construtor da República: “Tocou a Rui batizá-lo pelo Decreto nº 1, do qual foi o autor: República dos Estados Unidos do Brasil. Verdadeiramente se Deodoro é o proclamador da República e Benjamin Constant o seu idealizador, ninguém poderá negar a Rui haver sido ele o construtor da



*Luiz Viana Filho na conclusão do curso na
Faculdade de Direito da Bahia, em 1929*

República, que ergueu desde a primeira pedra até a cumeada da Constituição de 1891, da qual foi o único artífice.”

“Poucos meses fazem”, diz Luiz Viana naquele seu primeiro artigo de 1929, “que um fato curioso teve lugar no círculo dos historiadores franceses. Tratava-se de Musset e os biógrafos, pressurosos de ampliarem os seus conhecimentos, correram a desenterrar a correspondência do poeta com a célebre George Sand. As cartas foram lidas com avidez e tidas como a melhor documentação que se podia ter na vida amorosa do literato francês. Eram epístolas transbordantes de amor onde o poeta pusera o melhor do seu talento para dizer à sua Beatriz a felicidade que desfrutava graças aos seus carinhos. Cada carta um hino de amor, uma página de felicidade. A nova correu, tomou foros de verdade e muitos, talvez, já invejassem a ventura de Musset...”

“Mas as pesquisas continuaram e eis quando coisa mais célebre do que as cartas foi trazida à luz: – o diário íntimo de Musset. Era o oposto das cartas. Ao invés de páginas de felicidade, lamentações profundas, imprecações contra o destino que lhe negava o que ele pedia: a felicidade amorosa. Na mesma data em que escrevia cartas a Sand, inundadas de reconhecimento, anotava no seu diário íntimo o verdadeiro reflexo do seu pensamento, a desventura de suportar uma mulher velha e feia como George Sand. E assim a correspondência, antes tida como valiosa, ficou reduzida a simples cartas de pragmática em que não havia sinceridade nem verdade, mas apenas ditadas pela obrigação de continuar a amar a quem não amava... Assim são as biografias.

“Mas deixemos Musset, pois, quero falar de Joaquim Nabuco, sobre cuja vida sua filha Carolina Nabuco acaba de publicar um trabalho em que relevados alguns defeitos, que podemos chamar de técnica biográfica, temos uma obra que deve ser lida e principalmente pela geração nova que aí encontrará um belo exemplo de caráter e de coração.

“No último quartel do segundo reinado Nabuco é politicamente a figura mais curiosa. Isso porque numa época em que o país vivia rigorosamente arregimentado em partidos que disputavam o poder a todo transe, o representante de Pernambuco foi uma exceção e até um intruso: um homem sem partido.

“Na política interna o seu ponto culminante é a campanha abolicionista. Ainda menino esse sentimento antiescravagista brotara-lhe

do coração. Um escravo fugido arroja-se aos seus pés em busca de garantia. Depois com os estudos, o amadurecimento das idéias, a razão alia-se ao coração e com essa couraça de convicção e ideal arroja-se à luta. Não teme adversários. No Parlamento sempre animado por esse fogo sagrado que lhe encandece a imaginação fértil, é sempre o mesmo orador empolgante da causa dos escravos.

“A sua ação alcança um raio de propagação imenso, por todo o Brasil, e é assim, sempre de lança em riste contra os ministérios escravagistas, até que o colhe a nova alvissareira, a coroação de seus esforços, a Lei de 13 de Maio. Vencera a campanha. A peleja fora árdua mas alcançara a recompensa suprema: o país livre da escravidão.

“O gesto da princesa fizera um monarquista. Bate-se então pela federação. É o meio de evitar a República. Dessa vez porém não lhe sorri a vitória: a federação vem com a República.

“É quando a República reclama a sua cooperação. O seu primeiro movimento é de recusa, mas quando lhe falam na Pátria, nos serviços que ainda poderá prestar ao país, não tem pejo de servir com o novo regime e segue para a missão como advogado do Brasil na questão da Guiana Inglesa.”¹

Observe-se a força, a segurança, a inclinação positiva para a biografia já aos 21 anos de idade e logo no primeiro artigo assinado. A partir daí voaria sempre mais alto.

Luiz Viana Filho defendeu a Revolução de 1930 e quando Getúlio Vargas descambou para a ditadura, retornou à oposição e apoiou a revolução paulista de 1932. Esteve preso na fase da revolução de 1932, como se constata de suas próprias palavras: ... “recebo ordens de ir à presença do chefe de polícia, que conheço de minha prisão durante a revolução constitucionalista”. Na fase revolucionária de 1930, como na de 1932, nos seus artigos oferecia sugestões, opinava: “A revolução” – escreve em 1931 – “já se fez e é um fato consumado, e, agora, o que cumpre, acima de tudo, é salvá-la. Como, porém, fazê-lo, sem cumprir o seu primeiro postulado, aquele com que ela se apresentou às massas, eletrizou o ambiente e venceu: a liberdade de opinião e o respeito ao voto? É preciso que os dirigentes não se esqueçam de que noventa e cinco por cento da população de qualquer democracia não intervém continuamente nos seus destinos: vota apenas. E essa é a grande força, a que tra-

balha, que lavra os campos e movimenta as fábricas. Só intervém pelo voto. Vão às urnas, depositam a sua opinião e voltam ao seu labor diário, que faz a riqueza da nação. Foi em nome dessas forças, que se diziam oprimidas por uma falsa máquina eleitoral, que se fez a revolução e, no entanto, até hoje, ainda não puderam se pronunciar e nem sabem quando o conseguirão fazer – o ditador ri e as urnas estão trancadas”.² Isto é ao mesmo tempo sugestão e crítica, oposição corajosa. *“O ditador ri e as urnas estão trancadas”*.

Em 1932 diria: “As revoluções não devem ser tidas apenas como um mal, pois, antes disso são um índice de vitalidade e de força. São como a febre do organismo que reage e luta para progredir. E é sob esse aspecto que devemos examinar as revoluções brasileiras de 1930 e 1932. Elas significam alguma coisa a mais do que um simples movimento armado visando o poder – são reações dos Estados contra o centro. São movimentos partidos da periferia subjugada pela hipertrofia do governo central – é a federalização da federação brasileira. Impõem-se como um fenômeno social inevitável e invencível. São as várias regiões desse grande Brasil a se diferenciarem por um processo lento e seguro de seleção. Foi dessa consciência federalista que se vai formando em cada Estado, que nasceram os dois últimos movimentos. E será deles que há de surgir a verdadeira federação brasileira delineada em melhores e mais seguras bases econômicas e políticas.”³ Aqui é mais a pregação, a manifestação do ideal.

O moço jornalista também sabia ser irônico, o que, por sinal, transparece aqui e ali, nos escritos do homem maduro. Veja-se a simpatia e a verve, a alegria dessa tirada: “Seja por falta de apetite ou de prestígio, a verdade é que, até hoje, nunca participei de um banquete, quer político ou político disfarçado em admiração pura e simples. Para eles nunca passei de um espectador curioso, que, às vezes, pelo interesse de ouvir um discurso, se comprimia entre os que disputavam um lugar sem embarçar os ‘garçons’. Mas, apesar dessa distância por mim conservada das homenagens com que é freqüente mimarem aqueles que detêm o poder, guardo experiência bastante para, ao simples anúncio dum rega-bofe de primeira classe, saber quem irá e o que haverá. A começar pelo cardápio, nada varia. Tudo se repete. As caras são as mesmas. Comparecem em primeiro lugar, e para as primeiras filas, aqueles que entram na

designação genérica de mais altas autoridades do Estado e onde se contam os secretários de estado, os presidentes dos tribunais e as altas patentes militares. Depois, vem o recheio do ágape: é geralmente um bloco de pessoas abastadas e que por sua vez se podem dividir em duas categorias: ingênuos e espertos. Estes, são os que pleiteiam algum recebimento ou alguma revisão contratual. Aqueles, os que se contentam com a honraria do nome entre os convivas. Daí seguem os funcionários graduados e em comissão.”⁴

No futuro viria a ser alvo dessas manifestações de apreço e regabofes, no exercício da chefia do governo ou do ministério. Imagino que intimamente sorriria olhando para os espertos, assediado por eles, medindo as palavras, como era de seu jeito, para a recusa ou o acolhimento do pleito. Talvez gozasse a ingenuidade dos inocentes. As autoridades, as altas patentes, os funcionários, esses, muitas vezes, roem os ossos do ofício, isto é, comparecem como que no exercício do trabalho.

Em 1935 era eleito deputado federal e do Rio de Janeiro continuou produzindo seus artigos. Veio o golpe de 1937 e, fechado o Congresso Nacional, retornou a Salvador para continuar no mesmo mister do jornal, na redação, nos editoriais e nos artigos assinados, ao lado de sua banca de advogado e logo mais do exercício do magistério. Como jornalista, continuou na oposição. Oposição moderada, sem ofensas, sem agressões, como do seu jeito. Um perfeito cavalheiro desde cedo, nunca foi em toda a sua vida, senão um homem de diálogo, de bem tratar, de respeitar a opinião do semelhante. Mesmo o adversário político não chegava a ser seu desafeto pessoal, respeitava-o e era por ele respeitado.

Continuemos apreciando o seu trabalho jornalístico. Como jornalista, mesmo nas lutas baianas do chamado autonomismo, era moderado no escrever, sem deixar de dar suas penas oposicionistas um tanto de leve, porém perfeitamente entendidas: “Quem não sentirá a necessidade fremente da ampla liberdade para a propaganda eleitoral dos partidos?” – escreveria –. “Eu mesmo, quanto não daria para que a heróica Interventoria deste Estado me concedesse meia coluna diária onde pudesse, livremente, acentuar desde a atuação pessoal dos administradores até a prudência dos contratos e a benignidade das autoridades? Era apenas isso que desejava o conde Afonso Celso. Foi bastante para que a

ditadura o devorasse.” E desabafa: “Aos que se aproximam da ditadura só há, com o tempo, um dilema: ou se afastarem ou serem mastigados.”⁵ Era o máximo que podia oferecer aos seus leitores. A censura estava vigilante, não deixava passar além disso. O jornal que se atrevesse a mais seria fechado, o jornalista ficava sujeito à cadeia.

Pois não! Em razão desse artigo a situação renderia, e em pouco a polícia estava no encalço do jornalista. Vejamos como ele conta o caso: “22 de dezembro de 1932. Desde ontem que um telefonema interrompendo a visita que fazia a D. Lili Tosta, avisara-me estar a polícia no meu encalço. O motivo era um artigo em que pedia uma coluna diária para analisar a ‘atuação dos administradores, a prudência dos contratos e a benignidade das autoridades’. Hoje pela manhã, vários amigos confirmaram-me as intenções da polícia. Resolvo, então, acabar com essa expectativa e dirijo-me ao Palácio da Aclamação para entregar-me. É que, depois do movimento paulista, a prisão já não tem, para mim, o horror do desconhecido. Mas aí não encontro nenhuma autoridade. Rumo para *A Tarde*. E é ao retirar-me, que um rapaz louro, tipo de eslavo, encaminha-se para mim e convida-me a comparecer à chefatura. Ponto-me à sua disposição e seguimos juntos num bonde, onde ele me diz ser estudante de preparatórios e estar pouco satisfeito com essa missão. Desculpo-o e continuamos a conversa até quando recebo ordens de ir à presença do chefe de polícia, que conheço de minha prisão durante a revolução constitucionalista. É o mata-mouros que forma a dupla com o interventor. – Sente-se. Sento-me e ele abre uma grande gaveta donde puxa o meu artigo da véspera para perguntar-me: – É do senhor? – Basta a assinatura. – Mas isso não é prova. – Então posso lhe assegurar que é. A afirmativa irrita-o e diz que vai fornecer-me um bloco de papel para que eu positive as denúncias contra o governo. Interrompo-o, então, para declarar que o meu desejo é denunciar ao povo e que não me sendo isso permitido, nenhum interesse tenho de fazer denúncias a quem já as deve conhecer. – Isto é sofisma, retruca-me visivelmente enfurecido. São os processos dos senhores. São os processos dos senhores. – O senhor tem todos os direitos da força, observo. – Mas isso é sofisma, continua a repetir, e acrescenta: – O senhor nada tem a dizer contra o governo. – Não é bem assim, retruco. E para localizar fatos da própria po-

lícia lembro o caso de Mário Braga, o caso do furto de Andaray e a questão do jogo em que a posição da repartição não é das melhores.”

Estava realmente com vontade de ser preso, sem medo da prisão, pelo menos. Se não seria a primeira vez... Eis que continua o artigo: “Às 18h30m estou perante o interventor. Recebe-me amável. Um riso constante distende-lhe os lábios finos, mostrando os dentes alvos que dão ao rosto nédio uma expressão de saúde. O interventor explica-me (eu já o sabia) que o regímen é de força e que tendo eu sido rebelde à compreensão desse fato, fico proibido de atacar o governo. – A força tem todos os direitos, digo numa reverência. – E por isso os senhores só tomarão o governo pela força, diz-me num aviso. – Provavelmente, se eu fosse militar, estaria pensando como o senhor, respondo. Mas a Constituição há de se modificar. – É, mas no dia em que eu não puder manter a censura da imprensa abandono o governo.”⁶

Era muita coragem. Passa longe o medo da prisão. E seus artigos continuariam, sem ofensa pessoal, coisa que nunca foi sua, sem excessos, até porque não podia ir além do permitido pela censura, mas sempre marcando a oposição sem temor.

Em outra oportunidade escreveria: “Tudo se pode corromper e enlamear desde que seja para evitar que os baianos filiados à ‘Concentração Autonomista’ vão às urnas enxotar com o voto o governo indesejado.” E prossegue: “Mas não conseguirá. A Força Pública da Bahia, que tem, como nenhuma outra, o senso de ordem, da disciplina, do dever, nunca se negou aos mais rudes sacrifícios no cumprimento de sua missão. Disso deu mostra por várias vezes, e sempre com o mesmo denodo. Mas, entre o cumprir o dever de militar e transformar-se em esbirro de chefes políticos do interior há algumas diferenças. E é com isso que ela não concordará.”⁷ Era uma grande colher de chá para a Força Policial, que na oportunidade devia estar atuando com isenção, senão, não a receberia.

Também o patriota, aliado como em todos os seus escritos ao democrata, que propugnava sempre pela volta da liberdade, contra o regime de força durante todo o período de exceção, se manifesta no jornalista. Eis como escreve sobre a Segunda Guerra Mundial: “Ao contrário do que costuma acontecer, a declaração de guerra do Brasil à Alemanha e à Itália, longe de trazer a intranqüilidade, a agitação e a dúvida ao seio

da população nacional, trouxe consigo a tranqüilidade, a calma e a confiança. É que, antes de ser um ato do governo, o nosso definitivo rompimento contra as forças que buscam escravizar a humanidade e pô-la a serviço de uma raça, foi uma deliberação do povo. De Norte a Sul as aclamações encheram o país num movimento uniforme, total, espontâneo e patriótico de apoio à palavra do governo e repulsa à agressão. Foi assim em 17. Há de ser assim em 42. Pois é o mesmo o Brasil, que se levanta pelos mesmos ideais que sempre o animaram e conduziram. Os ideais da liberdade, da fraternidade e da paz, que a ambição dos ditadores tem tentado afogar na opressão. E mais do que isso, estamos de pé pelo Brasil.”⁸

Em 1945 escreveria: “Dos muitos males que afligem atualmente o Brasil, poucos serão tão graves e estarão a exigir remédio pronto, quanto essa generalizada descrença que, hoje, envolve os órgãos políticos da nação. De fato, graças à persistência, à contumácia com que tem faltado a todos os compromissos, mesmo os mais solenes, já hoje não consegue a situação dominante, quando fala pelo seu mais alto representante, ser ouvida e acreditada. É a conseqüência de quinze anos, durante os quais, rompendo-se com os princípios de ética que determinavam o respeito à palavra empenhada, o cumprimento das obrigações assumidas, o zelo pela lealdade com amigos e adversários, preferiu-se instituir a política do ‘pau de dois bicos’, da maromba, da ‘espada preta’, sistema que, por evidente equívoco vocabular, se rotulou com o título sinuoso de ‘habilidade’.

“Em 1929 era o candidato da Aliança Liberal a assegurar ao Presidente Washington Luiz o respeito à legalidade, ao mesmo tempo em que se preparava o movimento armado. Em 1930 era o chefe do governo provisório a prometer a rápida reconstitucionalização do país e o restabelecimento das liberdades cívicas, ao mesmo tempo em que se procrastinava o assunto, que só logrou solução em face das imperiosas circunstâncias criadas pela Revolução Paulista de 1932. Em 1937 era o Presidente da República a proclamar de público, em 7 de setembro, ser aquela a última vez em que se dirigia à Nação naquela qualidade, ao mesmo tempo em que já se preparava na sombra o golpe de Estado de 10 de novembro.”⁹

NOTAS

- 1 – *A Tarde*, de 3-4-1929
- 2 – *A Tarde*, de 1-5-1931
- 3 – *A Tarde*, de 5-8-1932
- 4 – *A Tarde*, de 30-11-1932
- 5 – *A Tarde*, de 20-12-1932
- 6 – *A Tarde*, de 7-3-1934
- 7 – *A Tarde*, de 23-12-1935
- 8 – *A Tarde*, de 24-8-1942
- 9 – *A Tarde*, de 27-2-1945

.....

IV

LARGOS PASSOS

D

EPOIS da estréia nas letras, assinando com Aliomar Baleeiro o *Direito dos Empregados no Comércio* – livro técnico, Luiz Viana Filho não parou jamais de pesquisar e escrever. Era então advogado em Salvador. Em 1936, em pleno exercício do mandato de deputado federal, publica o seu primeiro livro individual – *A Língua do Brasil*, um pequeno volume de 70 páginas, em edição de “A Gráfica, Salvador”, correspondendo a pareceres e pronunciamentos na Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, da qual participara. A partir daí, voa livre. Perdendo o mandato com o célebre golpe de 10 de novembro de 1937, em que Getúlio Vargas impõe aos seus “brasileiros” a *Polaca*, deixando os candidatos já lançados e em campanha para a Presidência da República, José Américo de Almeida, Armando Sales de Oliveira e Plínio Salgado, a ver navios e os congressistas desempregados, retorna ao jornalismo e à advocacia na Bahia.

Em 1939, recebe, do Governo do Estado, o Prêmio Caminhoá, pelo seu livro *A Sabinada*, editado no ano anterior. Vejamos como o notícia *A Tarde*, de 22 de julho de 1939: “Por ato de ontem, a Inter-

ventoria do Estado concedeu ao Dr. Luiz Viana Filho o Prêmio Caminhoá, pela publicação de seu livro *A Sabinada*.

“A obra premiada foi recebida pela crítica nacional com louvores sem restrição, sendo classificada como um dos trabalhos mais conscienciosos e lúcidos dentre os que recentemente têm versado capítulos da história brasileira.

“Jornalista, parlamentar, publicista, o Dr. Luiz Viana Filho ocupa lugar de relevo na moderna geração de intelectuais baianos, aliás brilhante entre moços de comprovado merecimento, pelo que a notícia de lhe haver sido conferido o Prêmio Caminhoá só pode ser recebida com muita simpatia pela justiça que exprime.” *A Tarde* não lhe fazia favor, destacava o mérito. Mas, é certo que o jornal orgulhava-se do seu redator e jamais, durante toda a vida deste, perdeu oportunidade para lhe tecer encômios, promover o seu nome, divulgá-lo e até acariciar. Era alguma coisa assim como um sentimento de dever para com aquele que aos dezessete anos de idade se iniciara em suas páginas, e vida em fora, ainda que sempre ocupado e exercendo outras e muitas tarefas profissionais ou intelectuais, nunca deixara de ser presente à casa e de modo geral à imprensa.

Em 1940, a 29 de outubro, empossava-se como Catedrático de Direito Internacional Privado, posição alcançada por via de concurso público realizado naquele ano, submetendo-se às provas nos dias 9, 10, 11 e 12 de abril, com a tese, vitoriosa, *Direito dos Estrangeiros no Brasil*. Nesse concurso, no qual foi aprovado com média 8.85, se inscrevera a 28 de dezembro de 1938. Concorria com Clóvis Newton de Lemos, professor substituto no exercício da Cadeira. Realizadas as provas, defendidas as teses, o candidato perdedor recorreu ao Ministro da Educação, alegando falhas e favoritismo ao candidato aprovado. O recurso, apesar de extemporâneo, foi acolhido e analisado minuciosamente. *A Tarde* de 24 de Setembro de 1940 transcreve o Parecer do Diretor Geral do Departamento de Educação. Coloca-se assim a situação:

O Diretor Geral do Departamento de Educação, Abgar Renault, opina contrariamente à pretensão do reclamante, Bacharel Clóvis Newton de Lemos, que contesta o resultado do concurso.

O parecer, aprovado pelo Ministro da Educação, Gustavo Capanema, analisa detidamente as alegações, e as rejeita com apoio na

informação da Faculdade de Direito. Em resumo é este o arrazoado do diretor:

“1 – quanto à composição da banca examinadora, deveria ter sido impugnada antes da realização do concurso, cujos editais foram publicados na forma do art. 7º, parágrafo 3º, da Lei nº 444;

2 – quanto às ‘interrupções freqüentes dos examinadores no tempo em que o recorrente fazia a sua defesa’, ocorreram, de fato, como acontece forçosamente em todos os concursos na defesa da tese, em razão da própria natureza da prova;

3 – quanto ao sorteio do ponto para a prova didática, não é exato que se tenha feito a portas fechadas: foi feito no salão da diretoria da Faculdade, com a presença dos dois candidatos, do inspetor, da banca examinadora, professores, alunos e outras pessoas;

4 – quanto ao fato de ter sido presidente da banca e um dos examinadores o Professor Ferreira de Oliveira, que conta 79 anos de idade, nenhum dispositivo de lei o impede, acrescentando as razões enumeradas no item 1;

5 – quanto à má-vontade para com o recorrente, da parte da Congregação e da parte do inspetor federal, cumpre, relativamente a este, assinalar que o recorrente o chama de ‘homem independente e probo fiscal de aplicação da lei’, o que basta a invalidar a afirmação de haver o inspetor procedido com má-vontade, ou seja de má-fé, para com o recorrente; relativamente à Congregação, dois fatos são apontados pelo recorrente como prova da sua alegação: a) haver protelado a sua inscrição por vários meses; b) não lhe haver conferido o título de Doutor em Direito após o concurso para livre docente, a que se submetera. A estas duas acusações responde a Faculdade cabalmente a fls. 9 de sua informação;

6 – quanto ao fato de não haver o outro candidato apresentado documentação de atividade profissional ou científica relacionada com a disciplina sobre que versou o concurso, não é exata a alegação, bastando um exame dos documentos constantes de fls. 94 e 95 para ficar provada a superioridade da documentação apresentada pelo Dr. Luiz Viana Filho sobre a do recorrente, muito embora não se relacione toda ela com o Direito Internacional Privado;

7 – quanto ao fato de haver o outro candidato incluído entre os seus títulos o de Deputado Federal, não parece ter a mínima importância, mesmo porque o recorrente incluiu entre os seus o de Promotor Público de Cachoeira;

8 – quanto às alegações do recorrente de que todas as suas atividades ‘se têm limitado à esfera do ensino’, especialmente o Direito Internacional Privado, não procedem, visto como pelo menos de 1932 a 1939, isto é, durante sete anos, foi promotor em Cachoeira, onde não lhe seria possível ensinar Direito Internacional Privado;

Sou por tudo isso, de parecer que não há qualquer fundamento para dar-se provimento ao recurso.”¹

Em 1941, o Professor Luiz Viana Filho foi designado para proferir a aula inaugural dos cursos, sendo ainda convidado a exercer, em substituição, a Cadeira de Direito Administrativo, cumulativamente com a Cátedra de Direito Internacional Privado, até o seu provimento por catedrático. Em 1942, iria, ainda cumulativamente, responder pela Cadeira de Direito Público Internacional. Em 1943 continuou, por todo o ano, na Cadeira de Direito Público Internacional, sem prejuízo de sua cátedra. Ainda em 1943, por concurso público, é nomeado Catedrático de História do Brasil, na Faculdade de Filosofia da Bahia. Até 1945, quando recebe o mandato de deputado, à Constituinte Nacional, exerce a tríplice atividade de jornalista, advogado e professor duas vezes catedrático.

Era o despontar da renovação democrática, Getúlio afinal apeado. Mas, quem entrou em 1930 e ficou até 1944, catorze anos de regime discricionário, fazendo o que queria e entendia, só podia era ter força eleitoral, tanto mais que no, exercício do poder ditatorial, seu regime era o do chamado populismo, cheiro de povo, vontade de povo. Não via o povo, nem tinha condição para isso, como não tem ainda hoje, que a pobreza cobria o Brasil de ponta a ponta, o país só não era parado porque andava por si mesmo, com os passos da economia privada, mal, mal, é verdade. Daí que, apesar do favoritismo da candidatura Eduardo Gomes, das esperanças que o candidato herói nacional dos Dezoito do Forte despertava, não obstante todas as expectativas de vitória desse candidato, Getúlio Vargas, que se mantivera quieto até a última hora, solitário em Itu, Rio Grande do Sul, nos dias finais da campanha manifes-

tou-se a favor de seu ex-ministro da guerra, Eurico Gaspar Dutra, fazendo-o vitorioso. Dutra vitorioso e pacificamente empossado, até porque houvera um acordo de cavalheiros entre os candidatos no sentido de que o partido derrotado garantiria a posse do eleito, Luiz Viana Filho estava na oposição – era a União Democrática Nacional, que ficou inicialmente conhecida como o partido de Eduardo Gomes, mais adiante como partido dos reacionários: a “bandinha”, alguns chamavam. Quem está na oposição é sempre reacionário. É até um fenômeno natural – reagir ao poder.

Entrava o Deputado Federal Luiz Viana Filho no Congresso como oposicionista. Por sinal oposicionista foi até à Revolução de 1964, a que se incorporou. Sendo então ministro do Governo Castelo Branco, a partir daí, situou-se na área governamental até o fim da vida. Com ele, em 1945, seus companheiros baianos de idade maior ou menor – Otávio Mangabeira, o líder, Nestor Duarte, Nelson Carneiro, Aloísio de Carvalho, entre outros. O Presidente Dutra, inteligente e ponderadamente, compôs um ministério de conciliação e a UDN da Bahia estava representada pelo Ministro Clemente Mariani. Era um grande avanço para adubar e irrigar a “plantinha tenra” do velho e sofrido Otávio Mangabeira. Clemente Mariani seria o homem que erradicou a malária do Rio São Francisco. Nem assim a oposição da “eterna vigilância” deixou de ser feita pela bancada udenista da Bahia, atendidas as regras de civilidade e respeito. Afinal os baianos se constituíam em uma bancada de alto nível e o Governo Dutra foi realmente um governo de paz. Mangabeira seria, em seguida, eleito governador da Bahia, de onde continuaria adubando e irrigando a democracia. Grande homem! Era o ano de 1947. Seu nome chegou a ser lembrado para candidato a Presidente da República. Não decolou. É uma pena que os grandes nomes não recebam o apreço da Nação. Fora assim também com Rui, que, candidato duas vezes, duas vezes foi derrotado.

“Aos quinze anos – escreveu Luiz Viana Filho de Joaquim Maria (Machado de Assis) –, então uma criança, começou a sua jornada.” Que pensaria de si mesmo começando-a aos dezesseis anos, apenas um a mais? Sem dúvida não se sentia quase uma criança, sim, um rapaz, tanto assim que se acercou de adultos, homens já então iniciados na luta pela vida, que seriam vultos de destaque em futuro próximo, e aos quais se

ligaria política e afetivamente pela vida afora, entre estes Hermes Lima e Aliomar Baleeiro, que viriam a exercer influência em sua vida, como confessou. Um homem aos 16 anos, eis que logo se iniciava na redação, primeiro no *Diário da Bahia*, depois, em *A Tarde*. No *Diário da Bahia*, iniciara-se “glosando quotidianamente os fatos políticos”, razão provável que o levara a desistir de estudar medicina para estudar direito. Pensou, talvez, que para seguir a carreira política, mais facilmente o faria sendo formado em direito. Talvez fosse a vontade de seguir os passos do pai, o certo é que mudou de rumo e sentir-se-ia mais tarde arrependido, como confessou, parece que sem muita razão. Rumo modificado, é possível que fosse, sem o perceber, para o caminho certo. Sendo médico, se cedo se dedicasse à profissão, como cedo dedicou-se à advocacia, seria mais difícil o caminho político. A não ser que tomasse o curso como mera formalidade para ter um título universitário, e essa hipótese não se enquadra no seu temperamento de homem trabalhador, que desde a adolescência, de manhã cedinho, se debruçava sobre a sua *olivetti*: não se ajusta às suas convicções de homem responsável que não faltava aos compromissos, não condiz com o exemplo paterno que buscava seguir. Continuo achando que é a força do destino. Aliás, ele mesmo escreve: “*O destino tece os seus caminhos.*”²

Jorge Calmon o vê assim nos seus tempos de jornalista em *A Tarde*: “Costumava escrever com o busto inclinado sobre a mesa, a encher com a caneta de pena de metal e tinta roxa as laudas de papel jornal cortadas em resmas, com sua letra deitada, fácil de ler. Deixava muito espaço entre uma linha e outra, porém raramente riscava o que escrevera, para emendar o texto.”³ Apaixonado pelo jornalismo, trabalhava sem repouso, queria escrever sobre todos os assuntos. Era decerto a inclinação para as letras, que nascia. Não há melhor caminho nem maior oportunidade para a carreira das letras, que o trabalho na redação do jornal. Aí o redator é tudo, escreve tudo que se faça necessário para fechar o jornal. Adquire experiência, manejo na arte redacional, intimidade com as palavras, força na elaboração do texto. Estava igualmente bem encaminhado para a política, vez que em *A Tarde*, a partir de 1929, mantinha uma crônica assinada, se não diária, ao menos constante, bastante frequente, aliás. Sem prejuízo dos trabalhos vários da redação e de suas crônicas, depõe Jorge Calmon, “alcançara um estágio mais alto, caben-

do-lhe, todas as manhãs preparar alguns tópicos que o jornal publicava na coluna de abertura da terceira página”.⁴ Eram os editoriais. Aqui ficaria em definitivo. Aqui montaria a sua plataforma política, ao lado e sob a orientação do mestre Simões Filho, sempre em evidência no jornal. Para cá voltaria após o golpe de 1937, continuando até 1945. Aqui seria sempre acolhido e divulgado, evidenciado pelas notícias do jornal durante toda a vida. Aqui permaneceria como colaborador, quer assinando eventualmente algum artigo, quer participando, quando solicitado, em edições e cadernos especiais. “Nunca faltou”, continua sendo de Jorge Calmon a palavra, “aos pedidos que *A Tarde* lhe dirigia no sentido de colaborar com artigos para edições especiais ou comemorativas.”⁵

Era realmente um homem de trabalho e um homem de compromissos, foi assim por toda a vida. Não recusava o favor, não sabia dizer não, e quando isso fosse necessário, torcia-se e invariavelmente puxava um “quer dizer”, gaguejava, dava voltas para sair do constrangimento. Um não, para ele, quando se tratava do pleito de favor ou de uma justa razão, era um terrível sofrimento. Correspondia a não poder, mesmo. Não tinha rancor, não sabia guardar mágoas por muito tempo, creio até por tempo nenhum. Jorge Amado tem, sobre isso, um depoimento comovedor:

A direção do Partido Comunista decidira brigar pelo comando da ABDE. Queria o comando, custasse o que custasse, diz Jorge Amado, mesmo ocorrendo a divisão dos escritores. Dalcídio Jurandyr, comunista consciente e disciplinado, foi escalado para a briga e não refletiu em nada, era atender ao interesse do comando partidário, mesmo com o sacrifício pessoal, mesmo fazendo inimigos, mesmo perdendo amigos. Luiz Viana Filho foi um dos atropelados no incidente. Tinha razões ao menos para queixa. Pois bem, anos depois, Dalcídio, pobre e doente, precisava de recursos para um custoso tratamento médico. Foi orientado no sentido de candidatar-se ao prêmio Machado de Assis, cujas inscrições se abriam. Candidatou-se. Contados os votos, faltava um. Jorge Amado foi informado disso por Marques Rabelo, lembrando a possibilidade de pedir o voto de Luiz Viana Filho. Jorge foi a sua casa em Salvador – sua casa baiana como diz – e contou o B-A-BÁ, perguntando em seguida se ele seria capaz de esquecer o passado para ajudar o adversário. “Não houve um momento sequer de indecisão – depõe –, Luiz levantou-se,

tomou do papel e da caneta, entregou-me o voto com o qual o bom Dalcídio ganhou o prêmio Machado de Assis.”⁶

Fala ainda Jorge Amado: “Mais uma vez lhe perguntei se era capaz de esquecer o passado. Relatei-lhe o drama de Glauber. Se existe alguém capaz de resolver o problema, disse-lhe eu, esse alguém é você, pode obter do governo (estávamos no Governo Geisel, sendo Golbery o homem forte e decisivo do Planalto) garantias para a volta de Glauber. Mas garantias reais. – Fique descansado, farei o possível. E o impossível? – disse eu. – Sim, o possível e o impossível, concluiu ele. Na data combinada, recebi, em Londres, telefonema de Luiz Viana. Glauber poderia voltar ao Brasil quando melhor lhe parecesse. Eu ainda quis saber se havia garantia absoluta que nada de ruim lhe iria suceder. Nada, respondeu Luiz, tenho a palavra de Golbery e a do próprio presidente.”⁷ Glauber Rocha estava exilado, com processo nos serviços de segurança nacional. Voltou e reiniciou seu trabalho de produtor cinematográfico no Brasil. Não foi molestado até o fim da vida, que, por sinal, não demorou muito.

Em 1932, conforme capítulo anterior, criava-se a Liga de Ação Social e Política, que desaguaria mais tarde no autonomismo. Ao candidatar-se, em 1933, à Assembléia Constituinte, já o fazia engajado no autonomismo, ao lado de “Pedro Lago, seu padrinho, e todo o antigo grupo politicamente ligado ao seu pai. Lutou bravamente. Seus principais cabos eleitorais foram os artigos diários que escrevia em *A Tarde*”, é a palavra de Navarro de Brito.⁸ Engajado ao autonomismo, continuaria ainda na eleição de 1935, depois na de 1945, agora sob a liderança de Mangabeira, ao lado de Aliomar e outros companheiros. No autonomismo ficaria até esgotar-se a sua finalidade, que era a de lutar contra a presença de pessoas estranhas à Bahia, no comando do Estado, governado, quando se iniciou o movimento, por Juracy Magalhães, que, se queixavam os autonomistas, trouxera o Ceará inteiro para os postos de governo. A bancada baiana de 1945, no conjunto, constituía-se de Albérico Fraga, Aliomar Baleeiro, Aloísio de Carvalho, Aloísio de Castro, Altamirando Requião, Carlos Mariguela, Clemente Mariani, Dantas Júnior, Eunápio Peltier de Queiroz, Frois da Mota, João Mendes, Juracy Magalhães, Lauro de Freitas, Luís Barreto, Luís Lago, Manoel Novais, Negreiro Falcão, Nestor Duarte, Otávio Mangabeira, Pinto Aleixo, Rafael Cincurá,

Régis Pacheco, Rui Santos, Teódolo Albuquerque, Vieira de Melo e Luís Viana Filho.⁹

Considerando essa sua qualidade de fazer e manter amigos, eu estranhei o afastamento entre ele e Ulisses Gonçalves, seu velho amigo de Campo Formoso, que conheci fazendo as mais altas referências, os mais rasgados elogios a Luiz Viana, e quando este estava no governo, aí pelo fim do mandato, ouvi repetidamente essa expressão de tristeza de Ulisses, que sabia do meu bom relacionamento com o governador: “Ah! homem ingrato... Ah! homem ingrato.” Nunca chegou a mais que essas três palavras de tristeza, nem jamais revelou as razões da queixa, que, sem ser desabonadora, era indicativa de profunda mágoa e afastamento político e pessoal. Uma vez, bastante depois, perguntei a Luiz Viana sobre a razão do rompimento, e ele me respondeu mais ou menos isso: O Ulisses foi meu grande amigo, confesso que houve um tempo em que lhe devi a eleição – ou minha eleição dependeu dele, não recordo exatamente as palavras. Araguacy foi a responsável. Queria mandar em todo o nordeste da Bahia e isso eu não podia permitir, havia outros companheiros do mesmo partido a serem atendidos e os interesses se chocavam – mais ou menos isso. Nem por isso deixava de o estimar, encerrou a conversa. Araguacy era a esposa de Ulisses Gonçalves e exerceu o mandato de deputada estadual no Governo Luiz Viana Filho. Ulisses Gonçalves passou do centenário, lúcido e bom conversador. Dormiu há pouco.

Sobre o rompimento com Oliveira Brito, que conheci seu Secretário das Minas e Energia e sendo também meu amigo, a vontade comum aos dois me ajudou imensamente nessa área, quando fui prefeito de Rodelas, o qual falava mal de Luiz Viana, de quem nunca ouvi uma palavra contra ele, quando lhe perguntei, a resposta foi mais ou menos esta: você, como eu, conhece Oliveira Brito e Ferreira Brito como irmãos – primos e duas vezes cunhados, um casado com a irmã do outro. O problema, aí, foi o complexo dos cassados. Oliveira afastado e Ferreira em atividade, este trazia as reivindicações da região e eu atendia. A briga se refletiu sobre mim.

Mantiveram-se afastados até o fim da vida. Nunca ouvi uma palavra de recriminação ou queixa de Luiz Viana. Creio que nunca a proferiu, antes, silenciou sempre. A política que os fez companheiros de

trabalho, amigos, os separou, mas Luiz Viana não se mostrava ofendido, nem ofendia. Nem ao menos comentava. Hoje estão ambos na eternidade. Aí o perdão é mútuo e eterno.

Oliveira Brito, deputado federal pelo MDB, tinha problemas com o movimento revolucionário; era, entre muitos outros, um homem marcado. Participou ativamente na campanha para a eleição de Luiz Viana, defendendo-a junto aos deputados do MDB baiano. Foi convidado para a Secretaria de Minas e Energia, o que, ao lado de ensinar-lhe prestar um serviço ao Governo e ao Estado, afastava-o do fogo. Nem isso foi suficiente para livrá-lo da cassação. A cassação dói, o político cassado tem-se sempre como injustiçado, com ou sem razão. Quem não tem razão? No caso de Oliveira Brito, creio que o sentimento de injustiça era verdadeiro. Nunca foi subversivo e não consta que fosse corrupto, as duas razões que nortearam os processos de cassação. Houve muitos erros e injustiça, muita perseguição política. A depuração de Oliveira Brito foi uma dessas.

NOTAS

- 1 – Renato Berbert de Castro, em *Bibliografia de Luiz Viana Filho* (1930-1985), pp. 23/25, *A Tarde*, de 24 de setembro de 1940
- 2 – Luiz Viana Filho, em *A vida de Machado de Assis*, p. 79
- 3 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, p. 97
- 4 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, p. 97
- 5 – Idem, idem p. 98
- 6 – Idem, idem, p. 93
- 7 – Idem, idem 94
- 8 – Luiz Navarro de Brito, em *Luiz Viana Filho*, p. 16
- 9 – Luiz Navarro de Brito, em *Luiz Viana Filho*, p. 25

“A

SABINADA, publicada em 1938”, diz Navarro de Brito, “revela então o político inconformado. Ao contar a história da Revolução de 1837, ocorrida portanto um século antes do golpe de 10 de novembro, o autor colhe as oportunidades para ressaltar a figura de Sabino Vieira” (Luiz Navarro de Brito, em *Luiz Viana Filho*, p. 18). E os seus anseios de liberdade, pode-se completar.

É verdade. Mas, ao lado disso, mostra-se, no livro, o biógrafo. *A Sabinada*, sendo, bem contada, esmiuçada na pesquisa, a história da Revolução de 1837, que proporcionou à Capital da Bahia quatro meses de Estado Republicano, é, de igual modo, a vida de Sabino Vieira até o dia de sua morte, no exílio de Mato Grosso. Mesmo a inscrição do túmulo está registrada. Confirmando a opinião de Navarro de Brito, o político idealista teoriza:

“As revoluções fracassadas não se identificam pelas suas transigências. Marcam-se pelas idéias, que lhe deram impulso, agremiaram homens, agitaram os espíritos e as deflagraram. Não se podem libertar do conflito entre os homens e os acontecimentos. Por isso, uma vez lançadas na vida real, saídas do círculo dos conspiradores para o ambiente

largo das multidões, são obrigadas a adaptar-se, transigir, mutilar-se, ganhando em vigor, em força, o que perdem em pureza doutrinária, em limpidez ideológica. Mesmo para vencerem, são levadas a poupar o sentimento conservador da maioria, respeitando as susceptibilidades do meio” (Luiz Viana Filho, em *A Sabinada*, pp. 109/110.)

Já aos 21 anos de idade Luiz Viana Filho revela seu pendor, mais que pendor, interesse pela biografia e manifesta o zelo que a ela há de ser oferecido pelo escritor. Apreciando a biografia de Nabuco, trabalhada por Carolina Nabuco, escreve: “Sob o ponto de vista puramente histórico a biografia tem sofrido, nos últimos tempos, sérios reveses. É uma fonte quase sempre claudicante e que raramente traduz com exatidão os fatos do passado, visto os fatores que para ela concorrem mais freqüentemente virem sempre envoltos por uma ganga que prejudica o historiador e o faz perder o rumo exato. São cartas escritas em momento de paixão e que não podem traduzir o retratado, depoimentos em que a memória já se embaçou pelo perpassar do tempo e, muitas vezes, próprios autógrafos a que se deve dar o maior valor e que, no entretanto, pecam pela insinceridade.” E continua: “Quero falar de Joaquim Nabuco, sobre cuja vida sua filha Carolina Nabuco acaba de publicar um trabalho em que, relevados alguns defeitos, que podemos chamar de técnica biográfica, temos uma obra que deve ser lida e principalmente pela geração nova que aí encontrará um belo exemplo de caráter e de coração.”¹ Diz isso, mas não se contenta com o incompleto. Publicaria, em 1985, *A vida de Joaquim Nabuco*, uma completa história da vida do biografado em traços fortes e estilo lírico-romântico, que proporciona um sabor de romance, no qual não falta sequer o suspense com o sofrimento da pobre Eufrásia e a humildade de Evelina.

Em outro artigo, como que se inicia o biógrafo em uma simples comparação de Rui com Floriano, de quem traça um ligeiro retrato: “O Marechal Floriano e a Águia de Haia eram corpos que se repeliam. Um, a acreditar cegamente na força que domina, no poder que nada respeita, na tirania absoluta. O outro, um enamorado da Justiça, do Direito e da Razão, eterno sonhador da liberdade. A fusão era impossível.” E continua, agora com um esboço de retrato: “Tendo como credo a força, mas embuçado numa capa de indiferença e eternamente a enrolar um modesto cigarro de palha, Floriano era sempre a mesma incógnita de

hoje. Ninguém lhe sabia o pensamento. Falava vagamente, por monossílabos. Deram-lhe o poder. A mudança foi radical. Toda a aparência de lassidão transformou-se numa realidade de energia e despotismo. Parecia ter a volúpia do mando. Nada conheceu acima dele. Só havia uma vontade no país – a de Floriano. E esta era maior que a de todas as leis, mais forte que a de todos os códigos, mais real que a da própria Constituição. Na sua cesta de papel deve ter lançado toda a obra dos sonhadores de 89 a 91. Floriano resumira o Brasil na sua espada, na mesma espada com que derrubara o império e dissolvera a armada.”²

Era realmente o biógrafo nascendo aos 21 anos de idade. A um Floriano Peixoto não se abalançaria a biografar. Estava longe das suas convicções, do seu ideário, da sua inclinação pelos grandes homens. Porém fixa traços marcantes. Registre-se, ainda, a tirada a seguir, que escreve dez anos depois, citando Pedro Calmon: “Nesse período, a figura dominante é incontestavelmente a de Floriano, cujas atitudes frias, imprevisas e sangrentas conquistam dedicações incríveis, ao mesmo tempo em que esmagam as duas grandes peças do novo regime: a federação e o judiciário.”³

Retrato simpático, traça de Hermes da Fonseca: “O personagem que o país imaginou nada tem do homem, tal como foi: bom, generoso, com serviços ao Brasil, e cujos erros se originaram das fraquezas do coração ou dos impulsos do temperamento, coisas em que se mostrou bem igual ao tio Deodoro. Sobrinho de Deodoro, capitão na época do Governo Provisório, Hermes manteve-se nessa ocasião numa atitude de tal modo correta que, em 1909, às vésperas, portanto, do embate civilista, Rui não teve dúvida em dizer que o vira então como ‘um tipo que me chama a atenção e me cativa a simpatia pela sua discrição, pela sua modéstia, pelo seu desinteresse, pela sua severidade precoce, pela correção de sua atitude civil e de seu porte militar’.”⁴

Um outro retrato simpático é o de D. João VI: “Embora devorasse um frango e vivesse roto, de mãos postas diante dos oratórios, temendo a tudo e a todos, foi a administração de D. João VI, nos doze anos que viveu no Brasil, a melhor obra de sua existência. Passam longe os punhados de lama que Tobias Monteiro lhe atirou. Acusam-no de fraco – mas aí residiu a sua maior virtude: tímido, sem ânimo seguro, D. João era desses espíritos que não podem caminhar sem o apoio de um

cajado: o conselho. Tendo horror às responsabilidades, vendo sempre diante de si o fantasma do erro, mas querendo fazer alguma coisa que lhe ligasse o nome à terra, o Rei sentia-se bem quando um estadista amigo chegava-lhe ao ouvido para segredar-lhe: – Faça isso, Majestade, esse é o caminho de V. Alteza. D. João vislumbrava as palmas agradecidas do povo e ordenava que se fizesse.”⁵

Sobre Rui Barbosa, são inúmeros os artigos do moço jornalista. Era sem dúvida o trabalho de pesquisa que se acumulava para resultar na grande biografia – *A vida de Rui Barbosa*, com 11 edições sucessivas, da qual vale à pena esta transcrição: “Antônio Costa, criado de Rui, dele nunca se esqueceu. Conhecia-lhe as minúcias de vida. Os detalhes do gosto. As preferências nas flores. E foi tudo isto que me contou quando visitei o palacete de S. Clemente. Passávamos lentamente pelas salas de ‘Haia’, ‘Constituição’, ‘Código Civil’, ‘Maria Augusta’, enquanto ele disqueteava sobre a vida de Rui Barbosa, atraindo-me muito mais do que os biógrafos já de mim conhecidos. Era um novo Rui, que aparecia. O Rui da intimidade, bom, mas às vezes irritado, renascendo na palavra amiga do seu antigo servidor. Não me esqueci mais do mordomo nem ele de mim. Ainda em 1931 ele me escrevia: ‘Cordiais saudações. Tomo a liberdade de lhe remeter a presente fotografia, a fim de que V. Ex^a faça por intermédio do jornal *A Tarde* um apelo aos baianos a fim de que a Bahia coloque na Casa de Rui Barbosa a sua Erma do escultor Pinto do Couto, único para quem o grande brasileiro pousou nesta casa. Esta Erma eu tinha em tempo falado ao Sr. Dr. Simões Filho o qual me declarou que a Bahia tinha o dever de a colocar. Com a alteração da ordem nacional ninguém mais pensou nisso...’ A alteração continua e nada pude fazer.”⁶

Deodoro da Fonseca baixou um decreto concedendo honras de general a Rui Barbosa e com as honras o insigne brasileiro recebeu uma espada. Guardou-a tão bem escondida, como se sentisse que a não merecia, pois a insígnia militar não fazia a glória do jurista e do parlamentar. A espada só veio a aparecer depois de sua morte, quando se cogitou da fundação do museu da Casa de Rui Barbosa. A respeito disso, registra Luiz Viana Filho em um de seus artigos: “Quando a balança da justiça passa para os quartéis e invade o parlamento, vem a promiscuidade de funções e, em tese, a ordem está alterada. A lição foi magnífica. Rui lançou fora a espada que não era sua e pegando da ferramenta que

era sua – o livro e a pena – burilou a Constituição, fez a reforma financeira, imprimiu na lava escaldante da revolução o sinete do seu gênio, e sem ódios, sem violências, sem prepotência, substituiu-se a coroa imperial pelo barrete republicano. Iluminado pela cultura e pela inteligência ímpar de Rui, o Governo Provisório não deportou em massa, não exilou, não prendeu, não seqüestrou, não organizou tribunais de exceção, não feriu a magistratura, não demitiu.”⁷

O cuidado, o amor, o carinho, na pesquisa de Rui é um dos pontos fortes em toda a vida de Luiz Viana Filho. Refletia a admiração pelo ídolo, sobre quem escreveria mais um artigo pouco antes de falecer, por sinal o último de sua vida.

“Lembrar Rui”, escreve em 1932, “é lembrar uma jornada de cinqüenta anos de jornalismo em que ele, como a força maior da classe, lutou por fazer da imprensa os olhos atentos da nação, a fiscalizadora desassombrada do poder público, a examinadora sadia dos atos do governo, a sentinela mais avançada do país no exame a todas as atitudes e a todos os propósitos dos detentores do poder, como expressões momentâneas da confiança pública. Seria a lanterna a levar a luz onde houvesse um ato menos escrupuloso. Seria a propagadora de todas as faltas e de todas as virtudes. A esclarecedora mais legítima da opinião pública, que aí iria buscar o rumo melhor a seguir pelo bem da pátria. Mas, para isso, a primeira condição seria a liberdade de ação. A garantia contra as arruaças, o apoio do próprio governo, consciente de sua proibidade e sem receios de qualquer arremetida injusta.”

“Recordar Rui”, continua, “é recordar todas as lutas contra a opressão, desde o fim da Monarquia até à sua morte, e em que ele foi o combatente mais corajoso, o acusador mais independente, o estigmatizador mais cruel e cuja voz, mesmo no exílio a que o condenou a ditadura, não se calou, não cedeu, não transigiu – preferiu que a nação voltasse ao governo de si mesma, que o povo retomasse a direção do país e ele, livre, podendo falar e escrever sem peias e sem censuras e ameaças, também voltasse ao berço estremecido.”⁸

Era o 5 de novembro de 1971, Dia Nacional da Cultura. Rui, em cuja homenagem foi escolhida a data, completava o seu centésimo vigésimo segundo aniversário de nascimento. Em reunião conjunta do Conselho Estadual de Cultura e Associação Baiana de Jornalismo, reali-

zada na Assembléia Legislativa do Estado sob a presidência do então Governador Antônio Carlos Magalhães, Luiz Viana Filho pronuncia uma conferência sobre Rui, escolhendo como tema seu último ano na Bahia, 1881. Fala a convite do presidente da ABI, jornalista Jorge Calmon, então Redator-Chefe de *A Tarde*. Abre a conferência com estas palavras de saudação:

“Honrado pelo convite com que me distinguiu o Dr. Jorge Calmon, ilustre presidente da Associação Baiana de Imprensa, para falar nesta singular oportunidade, nesta data e neste local, sobre o maior de quantos viram a luz no ‘verde ninho murmuroso de eterna poesia’, pareceu-me próprio evocar o derradeiro ano baiano de Rui Barbosa, o ano de 1881. Realmente seria o último em que a águia incomparável permaneceria, por período mais ou menos longo, na terra que lhe servira de berço. Realmente, se compulsarmos os trabalhos de Rui Barbosa nesse ano tipicamente baiano, veremos surgir diante de nós o Rui jornalista, o Rui polemista, o Rui político, o Rui educador, o Rui conferencista, cada qual deles já a nos deixar antever o Rui imortal.”

Feita a saudação e a introdução, o conferencista discorre longamente sobre cada uma dessas facetas de Rui. Começa com o jornalista, do qual anota:

“É que por toda a vida, da adolescência até a velhice, jamais estive Rui longe do jornalismo, uma das três tribunas das quais pregou à Nação, convocando-a para as lutas do direito e da liberdade. Daí a exação, o zelo, o cuidado com que exerceu a profissão, que ninguém mais que ele honrou e enalteceu.”

No exercício dos misteres de jornalista, por força do embate político, destaca-se o polemista. Diz Luiz Viana:

“Ressalta, entretanto, da pequena colheita, a polêmica que por esse tempo viu-se forçado a travar com *A Gazeta da Bahia* e *O Monitor*. A polêmica foi das mais dolorosas na vida do extraordinário lutador, atingido por adversários rancorosos, dispostos a esmagá-lo e expulsá-lo da vida parlamentar. Rui, como sempre, havia de emergir, marcado pela bravura, pela energia, pelo destemor. Nada ficou sem resposta, face às injúrias ditadas pela paixão política.”

Agora trata do Rui político:

“A eleição não era fácil, e Rui, durante longos meses, viveu a sua mortificação eleitoral. Realmente, travada a peleja eleitoral, ele, pelo voto do segundo escrutínio, representa a terra natal no Parlamento do Império, aliás, pela última vez sob a Monarquia.”

Para fechar o círculo das várias facetas de Rui, que nesse ano de 1881, aos 32 anos de idade, como que prefaciava a imortalidade, discorre sobre o Rui educador e o Rui conferencista:

“Naturalmente, desejava conciliar as necessidades financeiras, que tanto lhe agoniaram a juventude, com a vocação para os problemas do ensino. Realmente, desde que, pelo ‘desempenho de um rigoroso dever filial’, resolvera assumir a responsabilidade das dívidas paternas, Rui não tivera mais repouso, tornara-se ‘escravo dos credores’, e almejava encontrar, pelo trabalho, a carta de alforria.”

“Nesse pensamento de ganhar dinheiro para honrar os compromissos, trabalha na tradução das *Lições de Cousas*, de Calkins, enquanto coleta material para a *Reforma do Ensino*, com que, no ano seguinte, deslumbraria os colegas no Parlamento. Da Europa solicitara vários programas, inclusive alguns da Escola Politécnica de Paris, e dos cursos da Sorbonne. O tempo dava-lhe para tudo. Tanto que em meio a tantas fadigas, lutas, dissabores, desilusões, ainda encontraria como escrever a página admirável do *Elogio ao Poeta*. Página que não é apenas o enunciado de uma conferência extraordinária, mas a admirável flor que brotou da inesperada contestação surgida contra a glorificação do Poeta, na oportunidade do decenário da sua morte.” (*A Tarde*, de 6-11-71.)

Sobre Rui Barbosa, como acima mencionado, viria a ser o seu último trabalho publicado em *A Tarde*, que no decorrer da vida foi o seu jornal, uma vez que afastando-se da redação em 1945, quando assumiu o mandato de deputado federal pela segunda vez, jamais deixou de ser colaborador, assinando artigos periodicamente. Sobre Rui, acerca de quem escrevera vários outros artigos e afinal a biografia. Parece uma predestinação. Comemorava-se o centenário da proclamação da República. Era o dia 14 de novembro de 1989. Título do artigo – *Rui e a Construção da República*:

“Aparentemente fora fácil derrubar a Monarquia. O difícil seria construir a República. Realmente, o levante militar chefiado por

Deodoro pusera abaixo o cetro real sem que fosse necessário uma gota de sangue.

“Não foi outro o destino da República, nos dias que se seguiram à vitória do movimento. A Monarquia estava por terra. O Imperador partira para o exílio. A República, entretanto, estava longe de ser levantada sobre as ruínas do velho regime. Construí-la seria o extraordinário papel de Rui. No momento em que os espíritos pareciam ainda atordoados diante da vitória, coube-lhe levantar o edifício republicano, traçando o perfil do novo regime, as garantias sob as quais iríamos viver, a liberdade que haveríamos de respirar. Campos Sales, que seria o ministro da Justiça, ainda permanecia em S. Paulo por alguns dias, tendo Rui acumulado a pasta da Justiça com a da Fazenda, da qual seria, por 14 meses’ o titular, verdadeiro construtor da República recente. Nas primeiras horas, tudo seria motivo de dúvidas e vacilações, a começar pelo próprio nome do regime triunfante. Tocou a Rui batizá-lo pelo Decreto nº 1, do qual foi o autor: República dos Estados Unidos do Brasil. Achava-se o nome do novo regime.”⁹

É admirável o seu empenho na busca da verdade na biografia. Veja-se o exemplo da biografia de Joaquim Nabuco. Seu primeiro artigo publicado em jornal, aos 21 anos, focaliza a figura de Nabuco. Continuará pesquisando, buscando a verdade, para desaguar no grande livro de 1952. E, mais que o exemplo da Biografia de Joaquim Nabuco, é o exemplo da Biografia Rui Babosa. Também sobre Rui, seu primeiro artigo data de 1929. E vem daí na busca da verdade, produzindo vários artigos, para chegar à biografia, em 1941. Reedita-a onze vezes, sempre com mais uma verdade em cada reedição. Não se contenta ainda. Mas continua a pesquisa e a busca até 1989, quando escreve o último artigo sobre o grande biografado. Buscou incessantemente essa verdade.

De Seabra, cuja biografia ainda se está a dever, referindo-se a uma oportunidade da qual conta de vista, diz em seu necrológio o jornalista Luiz Viana Filho: “Quando alguém se lembrar de escrever a vida de Seabra, certamente uma das existências mais interessantes e movimentadas graças aos seus contrastes e imprevistos, terá de haver um capítulo sobre o Seabra da Câmara dissolvida pelo Golpe de Estado de 1937. É para ele que deixo aqui algumas notas.

“A Câmara eleita em 1935 reunira alguns velhos nomes famosos na política brasileira e dentre eles passeiam os dos Drs. Artur Bernardes, Borges de Medeiros e Seabra, deputados sobre os quais recaía a curiosidade dos mais jovens. Cada qual tinha o seu ‘cartaz’, lembrava episódios de um Brasil que já desaparecera, e prelibava-se o sabor que seria assistir debates com a participação daqueles ases meio lendários. A verdade, no entanto, é que somente Seabra, o velho Seabra como todos nós o chamávamos, corresponderia à expectativa. Era o único capaz de adaptar-se, e que conservava a verve e a agilidade mental indispensáveis a um parlamentar. Parecia não se lembrar dos altos cargos ocupados nos últimos quarenta anos e isso poupava-o de qualquer constrangimento, permitindo-lhe que se atirasse às discussões e à tribuna com o ardor e a coragem de quem nada tem a perder e sim a ganhar. As batalhas seriam para ele um motivo sempre novo de glórias. E pareciam satisfazer-lhe a ambição ainda tão fresca e tão forte quanto a que devia existir no peito dos que buscavam abrir caminho para posições desconhecidas. A tribuna, com as indiscrições a que muitas vezes força os oradores, comprometendo-os, não o assustava. Enquanto os dois outros antigos chefes de clã preferiam o silêncio, que compensavam através de conversas discretas e veladas, o velho Seabra continuava a amar a cena aberta e ampla. E que ator! Imperturbável, estimando os apartes, que para ele representavam boas achas de lenha atiradas à fogueira da sua dialética, tinha o dom de saber prender os auditórios, mantendo-os numa constante expectativa em torno dos imprevistos, que eram as suas respostas ágeis, muitas vezes mortais. Por isso, mal pedia a palavra e se levantava da cadeira onde se sentava entre os deputados de São Paulo, ninguém permanecia indiferente ao espetáculo. Pelos próprios corredores do Palácio Tiradentes a notícia corria célere: ‘o Seabra vai falar’. E o plenário enchia-se rapidamente. Realmente era um espetáculo ver-se na tribuna aquele velho ator, velho mas ainda tão rijo e tão cheio de colorido e de graça, e que conhecia todos os efeitos da palavra e da mímica fazendo-a ora trágica, ora cômica, ora causticante.

“Ainda estou a lembrar o dia em que subindo à tribuna para estranhar a apatia da oposição em face dos acontecimentos políticos do país, o velho Seabra – ele que em outros tempos jamais perdera as oportunidades – estigmatizou aquele triste prenúncio com uma frase e uma

imagem que logo ganharam mundo e celebridade: ‘a oposição está fazendo croché’, dissera. E o velho Seabra, o antigo lutador que se opusera a Floriano e suportara dois exílios por causa de suas idéias de democrata, deve ter morrido levando a mágoa de assistir na velhice aquilo que jamais imaginara na mocidade: o país fazendo croché. Ele que não temia as derrotas, pois só ambicionava as batalhas.”¹⁰

Sobre Simões Filho, o grande jornalista, o extraordinário comunicador, o político intemorato, assim se pronuncia o escritor Luiz Viana Filho:

“A poucas pessoas, no Brasil, poder-se-á tão adequadamente chamar-se de jornalista, mas jornalista, em toda a extensão da palavra, quanto a Simões Filho. Realmente ele o foi durante toda a vida. Como se cumprisse um destino. Iniciando-se ainda estudante secundário, dirigiu a *Gazeta do Povo* mal saído dos bancos acadêmicos. No entanto *A Tarde*, que fundou em 1912, afirmar-se-ia na sua plenitude a vocação e a capacidade do homem de imprensa. De fato, no jornalismo baiano, constituiu o jornal de Simões Filho, então um jovem franzino, bravo e petulante, alguma coisa nova e surpreendente. Um jornal como ainda não se vira. Rompia com os cânones da velha imprensa, vestida à moda do império – sobrecasaca preta e cartola – e escandalizava a província com a aparência leve, viva, ágil e vigorosa. Era irreverente e nada temia: nem homens nem instituições. Desconhecia os tabus, voltava as costas aos medalhões, e se propunha a dizer a verdade numa linguagem desabusada. Não bastaria para explicar o êxito conquistado desde o início? Antes, salvo o *Jornal de Notícias*, onde Aloísio de Carvalho derramava verve nada agressiva, o jornal como que se limitava ao austero e judicioso artigo de fundo, medida dos jornalistas da época, e a um noticiário deficiente e insosso. Fora disso, um escasso serviço telegráfico: uma correspondência da capital federal e o clássico romance em folhetim. Eis tudo. *A Tarde* foi diferente. Em matéria de jornal nada havia que Simões Filho ignorasse. Desde a revisão até o artigo de fundo, tudo lhe era familiar. E por uma espécie de instinto, que bem podemos ter, sem favor, como o talento do jornalista, parecia adivinhar o tipo de jornal que a Bahia reclamava para acompanhar o ‘*progresso*’, que era uma nota do começo do novo século. A primeira novidade foi o clichê, coisa até então quase reservada às revistas: *A Tarde*, para gáudio dos leitores,

encheu-se de fotografias. E exceto por ocasião de grandes acontecimentos, extinguiu o terrível artigo de fundo, de cuja confecção, no *Diário da Bahia*, fui das últimas vítimas, pois sem ele não se ‘fechava a página’. Simões filho substituiu-o pelo suelto. O suelto é uma espécie de artigo de trajos de praia: short e blusão. É popular, nada tem de erudito ou pretensioso, e deve ser claro, gracioso, e se possível mordaz. É um caminho sem volta entre o jornalista e o leitor. Deve ir direto e rápido ao alvo. E nisso Simões Filho foi realmente incomparável. Dele podemos dizer que possuía o gênio do suelto. Tinha-lhe a medida exata: nunca mais de um palmo de coluna. Mas aí, nesse pequeno espaço sabia dizer quanto queria, e de modo a impressionar e convencer o leitor. Às vezes bastava o título, ou uma simples frase, que logo circulava pela cidade. Geralmente, coisas simples, ao alcance do homem da rua, que assim se integrava na opinião pública. Na realidade o suelto foi a grande arma do jornalista: verdadeiras granadas, terrivelmente destruidoras. Do venerando *Journal do Comércio* costumavam dizer que derrubava ministros com uma das famosas ‘Várias’. Na Bahia, *A Tarde* fez coisas equivalentes com os sueltos. E ninguém deixava de conhecer os que traziam a marca de Simões Filho.

“Não era, porém, apenas no suelto que se revelava a capacidade jornalística do fundador de *A Tarde*. Também sabia paginar o jornal, dar o título próprio a certa matéria, ou ‘apresentar’ uma simples notícia policial, que ao passar-lhe pelo crivo rigoroso (e muitas vezes disso fui testemunha) logo adquiria novo colorido, aguçando o interesse do leitor. E quem melhor do que ele desenvolvia uma entrevista? Aliás, durante a primeira grande guerra (1914/18), conta-se que se esmerou como tradutor de telegramas sobre o conflito, não faltando quem dissesse haver matado mais alemães do que a população do império germânico. Não importa. O que há de acentuar é tê-lo feito de modo a provocar interesse do público ao mesmo tempo em que conquistava largas simpatias para os Aliados. Fê-lo perfeito, como consumado jornalista que era.

“O certo, pois é isso o incontestável, é ter dominado o cenário jornalístico da Bahia desde que lançou *A Tarde*. E durante quarenta e cinco anos manteve a posição conquistada. Identificou o seu jornal com o público baiano, e isso não raro através de agitadas e rumorosas campanhas de imprensa nas quais punha um vigor admirável. Mas de tal

modo, com tal arte que o jornal e os comícios populares pareciam confundir-se. A rua se reconhecia no jornal vibrante, destemido, e que lhe interpretava os anseios muitas vezes suscitados pelo próprio jornal. Quase um círculo vicioso. E tudo isso a demonstrar a invulgar capacidade do jornalista completo, integral, jornalista da cabeça aos pés, que embora afastado da sua trincheira por circunstâncias ocasionais, jamais deixou de ter o gosto e o gênio do homem de imprensa.

“Não é exagero afirmar-se que, por cerca de quatro décadas, Simões Filho monopolizou, na Bahia, a popularidade alheia. Sem ele, sem o seu apoio, sem a sua arte de grande encenador ninguém podia pretender completa popularidade. Na política ou no futebol, era *A Tarde* que regulava a popularidade e o calor dos aplausos e manifestações. O próprio Rui Barbosa jamais desfrutou, na Bahia, de popularidade tão compacta, quanto a que conheceu nas duas vezes que visitou a terra natal em 1919, com a *A Tarde* a realçar-lhe a glória enquanto soprava o orgulho dos baianos, tão sensíveis às coisas do espírito. E Simões Filho, diga-se de passagem, alegrava-se com esse prestígio popular do jornal, que afinal, tudo bem pesado, era a sua grande obra, a obra do seu espírito de jornalista, e a cujo serviço estava sempre uma aguda, pronta e grande inteligência. O jornal para ele era tudo. Inclusive o destino, que aceitou e serviu com uma paixão e uma grandeza somente possíveis em quem tivesse a total vocação do jornalista. De fato, na vida de Simões Filho nada sobrepunha ao jornalista. Este foi completo e extraordinário.”¹¹

Dias passados Luiz Viana Filho havia levado à Câmara a notícia do falecimento do jornalista e político, do homem de lutas, Simões Filho, num discurso comovente e circunstanciado em que discorreu sobre sua vida. Era a merecida homenagem da Bahia a um dos seus filhos mais bravos e autênticos.¹² Coragem moral, amor cívico e dedicação à imprensa, foram as três grandes qualidades de Simões Filho.

Em 1941 Luiz Viana Filho publica *A vida de Rui Barbosa* e em 1943 é eleito para a Academia de Letras da Bahia, Cadeira nº 2, que tem como patrono Gregório de Matos, substituindo Aloísio Lopes Pereira de Carvalho – celebrizado como Lulu Parola.¹³



Foto de Luiz Viana Filho na Academia de Letras da Bahia



Medalhão de Luiz Viana Filho na Academia de Letras da Bahia

Quando, em 1954, candidatou-se à Academia Brasileira de Letras, já havia publicado *A Língua no Brasil*, *A Sabinada*, *A Verdade na Biografia*, *Antologia de Rui Barbosa*, *A vida de Rui Barbosa*, *O Negro na Bahia*, *Rui e Nabuco*, *A vida de Joaquim Nabuco* e, antes destes 8 livros, *O Direito dos Empregados no Comércio*, em parceria com Aliomar Baleeiro. Nove títulos, uma bagagem para poucos aos 46 anos de idade. Trabalharia ao depois, *Miguel Osório* – um pequeno volume de 76 páginas com o elogio ao seu antecessor na Academia, *A Vida do Barão do Rio Branco*, *Afrânio Peixoto*, *A vida de Machado de Assis*, *O Governo Castelo Branco*, *A vida de José de Alencar*, *A vida de Eça de Queiroz*, *Anísio Teixeira*, editado postumamente. Deixou de escrever a biografia de Euclides da Cunha, cujas pesquisas iniciara muitos anos antes, mas não realizou para evitar susceptibilidades, ao que se entende do depoimento de Renato Vaz Sampaio, atendendo a uma ponderação de Dilermando Cruz. Em uma viagem política, de trem, depõe Renato Vaz Sampaio, Luiz Viana discorria sobre Euclides da Cunha. Notaram o vivo interesse e a impaciência de um passageiro silencioso e estranho. O cavalheiro era Dilermando Cruz, o “infortunado matador de Euclides da Cunha”. Pediu uma audiência reservada ao escritor. Entendera, da riqueza das referências, que daí sairia uma biografia. “Por toda a manhã expusera ao biógrafo os antecedentes da conseqüência funesta. Restabeleceu o seu perfil de impetuoso cadete ainda não amadurecido para a crueldade dos reveses que vinha amargando. Situou-se no contexto da imensa comoção nacional com a morte do grande escritor. Pedia, entretanto, que naqueles cinco anos não fosse reaberto o assunto que tanto o afligia.”¹⁴

O pedido foi acolhido. O livro poderia ficar para depois. Acabou não se realizando. Publicou, igualmente, em plaquetas, discursos vários pronunciados no Congresso Nacional e Academias de Letras, entre os quais se destacam *A Bahia Espoliada*, 6 páginas, na Câmara dos Deputados, 1958; *Em Favor do Nordeste*, no Senado, 36 páginas, 1975; *Otávio Mangabeira*, no Senado, 58 páginas, 1988; *Deus Ajude o Brasil*, no Senado, 30 páginas, 1988; *Centenário de Aloísio de Carvalho*, 34 páginas, na Academia de Letras da Bahia, 1966. O jornal *A Tarde*, com o destaque que sempre lhe deu, publica integralmente vários discursos pronunciados na Câmara dos Deputados.

Venceu uma eleição disputada, em que concorreu com Raimundo Magalhães, Maurício de Medeiros, Leonídio Ribeiro, Olavo Dantas, Joaquim Tomaz e Nilo Bruzzi. Foram presentes à sessão os

acadêmicos Barbosa Lima Sobrinho, presidente, Elmano Cardim, Austregésilo de Athayde, Gustavo Barroso, Luís Edmundo, Viriato Correia, Múcio Leão, A. Carneiro Leão, Ademar Tavares, Afonso Pena Júnior, Aloysio de Castro, Antônio Austregésilo, Aníbal Freire da Fonseca, Ataulpho de Paiva, Cláudio de Souza, Clementino Fraga, João Neves da Fontoura, José Carlos de Macedo Soares, Levi Carneiro, Manuel Bandeira, Pedro Calmon, Peregrino Júnior e Roquette-Pinto. Votaram por procuração os acadêmicos Ribeiro Couto, D. Aquino Correia, Guilherme de Almeida, Alceu Amoroso Lima, Afonso Taunay, Nilo Lobo, Carlos Magalhães de Azeredo, Cassiano Ricardo, Olegário Mariano, Celso Vieira, Osvaldo Orico (para o 1º e 2º escrutínios), Menotti del Picchia, Otávio Mangabeira, Viana Moog, Getúlio Vargas e Rodrigo Octávio Filho. Obteve 18 votos no primeiro turno e 31 no terceiro. Eram votos de sobra, 21 elegiam. Faltavam 8 para a unanimidade e estes marcaram-se em branco (*Academia Brasileira de Letras – Ata da 6ª Sessão, realizada a 8 de abril de 1954*). Ocupou, em sucessão a Miguel Osório de Almeida, a Cadeira nº 22, fundada por Medeiros e Albuquerque, cujo Patrono é José Bonifácio, o Moço. Atingia, aos 46 anos de idade o ápice da cultura nacional, enquanto tantos outros sonham a vida inteira, sem o alcançar. A posse se dá em 1955, a 15 de abril, sendo recebido pelo acadêmico Menotti del Picchia.

“Quero vos dar testemunho do meu reconhecimento, pela indulgência com que me fizestes subir até vós, falando-vos com o coração nas mãos” – assim se introduz na saudação aos confrades, para continuar com observações e revelações de ordem pessoal, que, por sinal, não eram de seus hábitos, e que, por isso mesmo, merecem destaque: “Imaginaí, pois, a emoção com que alcanço as cumeadas perseguidas pelos meus sonhos. Emoção e humildade, permiti que vos diga, pois, ao par das minhas alegrias, também vive em mim neste momento intensa simpatia por todos aqueles cujos esforços e aspirações, embora elididos desta ou daquela forma pelo destino, constituem a base sobre a qual, na cultura de uma nacionalidade, se levantam os mais favorecidos. Faltaria, porém, à verdade, se vos dissesse, como pôde fazê-lo Afrânio Peixoto ao transpor os vossos umbrais, que vejo consagrada a *minha ambição de criança*. Realmente, não me nasceu cedo a aspiração da Academia, do mesmo modo que não me foi precoce a ambição literária. Até porque,

dado o ambiente que me cercou a infância, e por mais que meu pai se desvelasse por afastar de mim o demônio da Política, foi esta que primeiro me medrou, confundindo-se com a própria vida que começava a desdobrar-se aos meus olhos. Somente mais tarde, já às portas da Faculdade, e quando o jornalismo deslumbrou a imaginação do adolescente, é que as boas letras começariam a interessar-me. Como a vida é sutil! O que eu acreditava ser o caminho largo para a política levar-me-ia concomitante e irreversivelmente para o campo das letras, que, bem ou mal, não mais pude deixar, tanto é certa a observação de Schopenhauer de que o homem nunca pode *querer o que quer*. Nem por outra coisa a escalada se me tem afigurado suave e breve, de modo tal que me permitiu aqui chegar sem precisar vos falar das fadigas da jornada, mas antes nos encantos com que me enlevou. É que, para me estimular e ajudar, sempre contei com aquela que jamais falta aos seus filhos, nos esforços da inteligência – a Bahia. A Bahia, fonte de toda a minha inspiração, e onde sei que, nesta hora, sincronizados com as minhas emoções, palpitam os corações de alguns amigos, que eu desejaria estreitar fraternalmente.

“Bem mais recente ainda foi em mim a aspiração da Academia, na qual comecei a pensar timidamente, receoso de que me ficasse *curta nas mangas*, como diria Eça de Queiroz.” (*Academia Brasileira de Letras – Discursos Acadêmicos, volume 13, páginas 283 e seguintes.*) Vale destacar o carinho para com a Bahia, as palavras de afeto no seu momento solene: *É que, para me estimular e ajudar, sempre contei com aquela que jamais falta aos seus filhos, nos esforços da inteligência – a Bahia. A Bahia, fonte de toda a minha inspiração.*

Quem recebeu com festas a eleição, foi *A Tarde*, que em ampla e enaltecedora reportagem, diz entre muitas palavras de elogio e amor: “A eleição do escritor Luiz Viana Filho para a Academia Brasileira de Letras, que ontem se verificou, constituiu motivo de alto e justificado júbilo para a cultura baiana, que tem naquele conterrâneo uma das suas expressões legítimas. Desse júbilo participa inteiramente a família de *A Tarde*, a que Luiz Viana Filho, nosso antigo companheiro de trabalho, continua a pertencer, como colaborador, a ela associado, ademais, pela afinidade de sentimentos e opiniões na comum compreensão dos assuntos públicos. Nesta casa conquistou em boa parte, a sua formação de homem de letras e de político. Ainda acadêmico de direito e já um jornalista em que se positivavam raras qualidades, teve na admiração e

na estima de seus companheiros de redação o eco das primeiras vitórias, continuadas mais tarde, pelos sucessivos êxitos nos setores vários por que distribuiu a sua atividade.”¹⁵

Diga-se de passagem que *A Tarde* sempre teve Luiz Viana Filho como um dos seus. Diga-se melhor, um dos seus mais legítimos orgulhos. Sempre teve para ele as portas abertas para o mais amplo noticiário. Sem regateios, sem medir espaço ou página.

Seu fardão de imortal da Academia Brasileira de Letras, protegido por uma redoma de vidro, encontra-se hoje na Sala Luiz Viana Filho, da Academia de Letras da Bahia, por doação da família. Ali está também um seu retrato em medalhão de bronze e no salão nobre um outro retrato a óleo.

“Numa manhã da Semana Santa”, registra o repórter do *Jornal de Letras*, que publica, no número 59, maio de 1954, ampla notícia sobre a eleição, com fofocas acadêmicas e tudo, “encontramos Luiz Viana Filho, o mais novo membro da Academia Brasileira de Letras, e conversamos sobre o que representa sua eleição para a Casa de Machado de Assis. Encontramos em Luiz Viana Filho o mesmo homem simples e amigo, que tinha ingressado na imortalidade do *Petit Trianon*.”

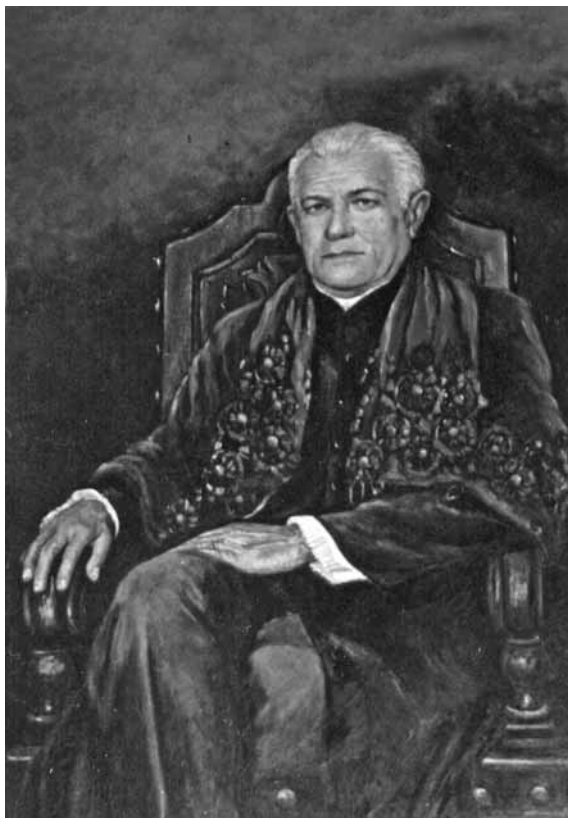
Pergunta o jornalista como se sentia.

“Graças a Deus”, diz-nos ele, “o mesmo homem, com os mesmos defeitos e as pequenas qualidades que por ventura possuo. Enfim um mortal como qualquer outro”. Era assim Luiz Viana, em qualquer lugar e qualquer circunstância, com qualquer pessoa – simples e ameno, sensível e humano, amigo.

“Tendo começado a vida como jornalista”, responde o escritor à outra pergunta, “é evidente que sempre andaram em mim, mais ou menos associados, o escritor e a política, embora seja esta uma terrível inimiga da tranquilidade necessária a qualquer produção propriamente literária. Dentro desse conflito estou há mais de 20 anos e dele não consigo me libertar. Quando deixo o escritor sobrepujar o político, tenho saudades da política; quando a política domina meu espírito, não tardo em sentir a necessidade de me refugiar nas letras.”¹⁶ Jamais se libertaria. O escritor e o político nasceram gêmeos quando aos 16 anos de idade ele ingressou no jornalismo – eram dois em um. Em entrevista a João Condé, para os seus *Arquivos Implacáveis*, que sai publicada na revista *O Cruzeiro*, deixa o seguinte depoimento:



*Fardão do Acadêmico Luiz Viana Filho na
Academia Brasileira de Letras*



*Foto de Luiz Viana Filho no Instituto
Geográfico e Histórico da Bahia*

A melhor coisa que teve na vida foi sua mulher. Amigos que influenciaram no rumo de sua vida, Hermes Lima e Aliomar Baleeiro. Seus amigos mais queridos desde a mocidade, Juvenal Gordilho, Aliomar Baleeiro, Álvaro Nascimento e Péricles Madureira de Pinho. É vaidoso de ter muitos amigos. Se pudesse recomeçar a vida, gostaria de ser médico e muito arrepende-se de não ter estudado medicina. Comparados aos anos posteriores, os da sua infância são extraordinariamente cheios. Se tivesse de escolher uma legenda, escolheria essa, de Rui: “Não ser baixo com os grandes, nem arrogante com os miseráveis; servir aos opulentos com altivez, aos indigentes com caridade.”

Ainda a Condé, em outra entrevista publicada em *O Cruzeiro*, deixa esta opinião: “No caso da biografia, porém, ao contrário do que acontece com o romance, onde a imaginação é a criadora, temos de andar presos à verdade em todas as suas minúcias. Se dizemos que em tal dia fazia sol ou havia trovões, é por termos algum documento que nos informe. E é a isso, depois de um trabalho imenso de pesquisa, que alguns chamam de ‘biografia moderna’ ou ‘biografia romanceada’. De romanceada, no entanto, elas têm apenas a disposição da matéria, que é apresentada de modo a interessar mais ao leitor, mas sem que, para isso, seja feita a menor concessão à fantasia.”¹⁷

Entre 1956 e 1957 o novo acadêmico exerceu a função de 2º Secretário da Academia, em 1958 foi 1º Secretário e entre 1960 e 1965 foi Secretário-Geral (Arquivo da Academia Brasileira de Letras, Dados Biográficos). Faltou o exercício da presidência. Depõe Josué Montello, que chegou a cogitar de sua eleição, não indo adiante com o projeto em razão de lhe faltar presença assídua, condição indispensável ao exercício do comando da Casa. Foi muito freqüente à Academia, continua Montello em seu depoimento, até à mudança do governo para Brasília, a partir de quando sua presença passou a ser esporádica.

A 2 de julho de 1974 recepcionava o acadêmico Américo Jacobina Lacombe, na cadeira 19, cujo Patrono é Joaquim Caetano da Silva, sendo fundador Alcindo Guanabara e titulares anteriores D. Silvério Gomes Pimenta, Gustavo Barroso e Antônio da Silva Mello (*Ata da Sessão Solene Extraordinária de 2 de julho de 1974*).

Em 1967, Governador da Bahia, recebe, em Lisboa, o título de Membro da Academia Internacional de Cultura Portuguesa¹⁸ e em novembro de 1969, ainda na qualidade de Governador, pedia licença à Assembléia Legislativa para afastar-se do estado e do país, por 30 dias, a fim de participar do Congresso da Academia Internacional de Cultura Portuguesa, cujo início estava marcado para o dia 8 de dezembro, em Lisboa.¹⁹

Presente ao congresso, faz comunicação à Academia sobre a “contribuição do padre Vieira para os Direitos do Homem”.²⁰

Em 1974 é eleito para a Academia de História e para a Academia das Ciências de Lisboa.²¹

Em 1982 recebe o título de professor emérito da Universidade Federal da Bahia. Exercera duas cátedras universitárias, a de Direito e a de História do Brasil. Era um homem plenamente realizado, e, na oportunidade, candidato à reeleição de senador. Um pequeno trecho do seu discurso, na oportunidade: “Não preciso dizer-vos quanto a educação e particularmente a Universidade estão nas minhas preocupações de homem público. Não apenas em função da grave hora que atravessamos, mas principalmente por motivo do futuro, tenho a convicção de que os caminhos do progresso, da harmonia e do equilíbrio da sociedade brasileira, hoje tão inquieta, terão de passar necessariamente pela Universidade. Ou esta disporá de autonomia, recursos materiais e humanos para proporcionar uma nova, próspera e tranqüila fisionomia ao Brasil, ou chegaremos a imprevisíveis conseqüências. Não sou um pessimista – talvez, sim, um sonhador. Mas, quem terá dúvidas, quem não verá estarmos inevitavelmente a caminho de um novo mundo?”²²

Analisando o livro *A vida de Machado de Assis*, o acadêmico Afrânio Coutinho, crítico literário, tem as seguintes palavras: “A biografia de Machado de Assis, que Luiz Viana Filho acaba de lançar, merece todos os louvores. O autor vem apurando sua técnica biográfica a cada novo livro que dedica às nossas figuras maiores. E sempre logra superar flagrantemente os que o antecederam no tempo. É surpreendente a coragem com que se lança a uma figura cuja biografia aparentemente já estava feita, e em todos os casos não só fez melhor, mas superou, em todos os aspectos, a documentação, a técnica biográfica, o acabamento da obra. Assim ocorreu em relação a Rui, Nabuco, Rio Branco e agora

Machado de Assis. A todos deixa longe, sem todavia denotar qualquer pedantismo ou jactância, ao contrário despretensiosamente, com a classe dos que dominam o seu ofício.” (*A Gazeta Esportiva*, São Paulo, de 14-2-1965 – Arquivo da Academia Brasileira de Letras.)

De Luiz Viana Filho, diz Tristão de Athayde: “Completando o seu grande tríptico – Rui, Nabuco, Rio Branco – deu-nos o Sr. Luiz Viana Filho o seu maior livro. Nele se mostra, realmente, na plena posse de todos os seus meios confirmando a sua classe indiscutível de príncipe de nossos biógrafos. Se nas atividades artísticas podemos, até certo ponto, e só mesmo até certo ponto, separar o autor da obra, isso é praticamente impossível em política. Nela se conjugam, indissolúvelmente, os dois aspectos, e toda a tentativa de os isolar diminui tanto a um como a outro. Dando-nos esses três magistrais retratos, de corpo inteiro, de três vultos que projetaram de modo indelével o Império sobre a República, o século XIX sobre o século XX, prestou o Sr. Luiz Viana Filho um serviço realmente inestimável, tanto à nossa História política como à nossa História literária.”²³ E Gilberto Freire o chama de “mestre sem igual nessa difícil arte, com alguma coisa de ciência”.²⁴ Escreve Josué Montello: “Príncipe dos nossos biógrafos” – assim o chamou Alceu Amoroso Lima, com a sua dupla autoridade de grande crítico e grande escritor, a Luiz Viana Filho, por ocasião da publicação de *A Vida do Barão do Rio Branco*. E acrescenta: “Com este livro confirma os altos méritos de biógrafo que nele assinalou Alceu Amoroso Lima.”²⁵

Ao escrever a biografia de Machado de Assis, Luiz Viana era um príncipe falando de outro príncipe. Eis a transcrição que faz de uma declaração do romancista Aluísio de Azevedo: “Machado de Assis é, na presente ocasião, o príncipe de nossa literatura; e eu, que não reconheço a soberania casual dos monarcas constitucionais, curvo-me, entretanto, reverentemente, defronte desse outro cetro de ouro, conferido pelo talento e conquistado heroicamente por uma existência de lutas e vigílias”.²⁶

A 7 de junho de 1990, o presidente, acadêmico Austregésilo de Athayde faz a seguinte comunicação: “FALECIMENTO DO ACADEMICO LUIZ VIANA FILHO – Na madrugada de terça-feira, dia 5, faleceu, em São Paulo, o acadêmico Luiz Viana Filho, que tinha ido àquela capital para se submeter a exames de rotina no Instituto do Coração. O

seu corpo foi transportado para Salvador onde se realizou o sepultamento, depois do velório no Palácio da Aclamação. O acadêmico Sr. Luiz Viana Filho era o terceiro na ordem de antigüidade, logo depois do decano, Sr. Barbosa Lima Sobrinho, e do Presidente, Sr. Austregésilo de Athayde. A Academia fez-se representar nos funerais pelo Presidente da Academia de Letras da Bahia, Prof. Cláudio Veiga.” A seguir o presidente comunica: “Hoje realizar-se-á a Sessão de Saudade dedicada à memória do acadêmico Luiz Viana Filho, declarando-se, em seguida, a vaga da Cadeira nº 22.”

Vencidos os assuntos em pauta, deu-se início à Sessão de Saudade, da qual, abaixo, são transcritos alguns trechos:

O Sr. Austregésilo de Athayde: “Srs. Acadêmicos, para surpresa, para desgosto e muita tristeza de todos nós, Luiz Viana Filho morreu em São Paulo, anteontem, e foi sepultado na Bahia. A Academia se fez representar no sepultamento de Luiz Viana Filho pelo Presidente da Academia de Letras da Bahia. Vamos começar, portanto, dando a palavra a Abgar Renault, que é o mais antigo acadêmico aqui presente.”

O Sr. Abgar Renault: “Sr. Presidente, o homem e o escritor são, pelo geral, seres diferentes e separados; não se unificam, não se fundem, não são um. Luiz Viana Filho realizou essa dificultosa unidade: não se conseguia, nele, separar essas duas personalidades, e assim aconteceu porque o nosso querido amigo jamais destacou, na sua poderosa unidade, o homem que vivia o cotidiano, do homem que realizava a obra literária. As duas personalidades confluíam e compunham figura una, harmônica, incisiva. Ele foi sempre admiravelmente constante em tudo quanto de si oferecia; sua obra não diverge do que nos dava no dia-a-dia do nosso convívio: era, no que escrevia, o mesmo homem sereno com quem os amigos conversavam. Não há nos seus livros uma expressão crítica de desgosto em face das personalidades que estudava, o que nunca o impediu de ser exato e justo nos seus juízos. A doçura do seu trato casava-se harmoniosamente com a suavidade do seu estilo fluído, correntio e luminoso. O escritor, quer como biógrafo, quer como historiador, não era alterado nunca pelo homem, e essa rara virtude surgia e fulgurava em tudo quanto lhe nascia da boca nos debates a que o exercício político o obrigava. Merece lançado em relevo o fato de que os seus

estudos biográficos são também estudos críticos da obra dos biografados e revelam, assim, mais uma face admirável de Luiz Viana Filho.

“Mas é imprescindível assinalar que o autor dessas admiráveis páginas biográficas e críticas deixou, também, livros importantes sobre direito, movimentos sociais, política e até petroquímica, que estudou em função do exercício de cargos públicos, como o de Governador do seu Estado natal. Como político, professor, escritor e jornalista, Luiz Viana Filho foi alta, rara e rica personalidade, na qual a figura do amigo é singularmente forte. A todas essas faces do mesmo grande homem, a quem o nosso País deve tantos serviços, o nosso preito de admiração e saudade.”

O Sr. *Aurélio de Lyra Tavares*: “Sr. Presidente, quando aqui se comemoraram os vinte anos de Academia de Luiz Viana, o presidente deu a palavra a todos os companheiros e, inclusive, a ele. E ele deu um depoimento a meu respeito, como Chefe do Gabinete do Presidente Castelo Branco, que muito me emocionou, por partir dele. Porque eu comecei a conhecer Luiz Viana Filho nessa época, na época da ebulição, e dentro daquele ambiente estava sempre a figura que não cultuava de maneira nenhuma o negativo, o errado, o estrondo; estava Luiz Viana, destacava-se o Luiz Viana. Era possível conversar com ele, no meio da tempestade, com serenidade. Assim também era o seu estilo. E até mesmo eu deslumbrei ao ler as suas grandes biografias, que o glorificaram como escritor, e um livro em que ele fala sobre a exatidão da biografia. O biógrafo mostrando ser exigente na pesquisa para elaborar uma biografia. Isto é, o pesquisador está como se policiando para produzir a sua obra, daí o valor da obra biográfica que ele escreveu. E as outras, desde *A Sabinada*, desde a que ele escreveu em colaboração com Aliomar Baleeiro, *O Direito dos Empregados no Comércio*, já naquele tempo se iniciando como escritor, como jornalista, redator de *A Tarde*, citado já pelo nosso companheiro Abgar Renault. Mas, o traço principal do Luiz Viana era a serenidade. A serenidade que ele guardava, a serenidade que ele como que pedia, porque era uma figura de equilíbrio, uma figura de que nós estamos precisando muito na situação em que vivemos agora, no meio do cenário da vida pública brasileira, em que há discursos, há artigos violentos e falta aquela ponderação necessária para pensar, conciliar e acertar os caminhos. E o Luiz Viana era uma figura para isso. Pude

constatar, nos contatos que tive, e tive muitos nesse período da revolução, que ele sempre foi o mesmo, igual. De forma que ele tinha que ser o grande pesquisador que foi nas suas obras, nas biografias que escreveu, todas elas glorificadoras, sérias. É assim que eu me lembro e que recordo agora a convivência com Luiz Viana, a convivência tranqüila, do indivíduo que prefere pensar a discutir, porque rende mais”.

“Porque eu vi início de discussão que ele desmanchava; assisti, aqui na Academia, discussão que partia para discussão mais forte e ele esvaziava, não tinha interesse pela discussão. E essa figura serena, amena, convivência agradável, um homem realizador, o homem público probo e muito realizador, realizador sem chamar a atenção para si. Até no Palácio do Governo, muitas vezes eu o vi no canto, naquele tumulto, lendo papéis e documentos com toda a tranqüilidade. É essa a figura que eu guardo de Luiz Viana com a grande admiração que ele sempre me inspirou.”

O Sr. Antônio Houaiss: “O que eu gostaria de ressaltar, Sr. Presidente, é que, e já foi aqui frisado, é o aspecto que todos nós recordamos como traço marcante da personalidade marcante do Luiz Viana. Era um homem harmonioso, sem contrastes, sem altos e baixos, sem agressões, lhano, cortês, mesmo nos momentos de atrito e de discussão, sem asperezas, sem palavras mais agressivas. Meu primeiro trato com ele foi ao lado de Américo Lacombe, na Casa de Rui Barbosa, pelos idos de 56 e 58. Ele lá ia com freqüência para um bate-papo com o então diretor da Casa de Rui Barbosa, hoje seu presidente, e recordo que tive a oportunidade de participar desses encontros em que todos os assuntos eram assuntos, e predominantemente naquele então, o assunto por excelência era Rui Barbosa. De lá para cá o meu convívio tem sido com ele sempre cordial, só havendo uma coisa a lamentar, Sr. Presidente, que ele não pudesse participar tanto das sessões acadêmicas quanto nós todos desejávamos. Agora, o saldo de uma vida tão bela como essa é perdurante. Ele foi exemplar no trato da biografia de grandes personalidades humanas, e embora não tenha destacado o lado negativo de cada biografia dele, todas as grandes figuras que ele tratou são exemplares pela documentação, pela exatidão, pelo equilíbrio. Um escritor sem arbítrios estilísticos era, entretanto, de uma correção, de uma linhagem à toda prova. Eu não sei, Sr. Presidente, o que mais dizer desse homem em que não se

pode lembrar uma taxa, uma mácula moral. De quem não se pode fazer uma objeção no trato afetuoso, carinhoso, que ele tinha para com todos, quaisquer que fossem os indivíduos na escala social. De maneira que, para quem está ficando velho nesta Casa, como eu, é um acréscimo de carinho para com esta Casa a lembrança do convívio que ela proporcionou a cada um de nós, tendo nos dado por muitos e muitos anos a amizade de Luiz Viana Filho. Ele ficará conosco.”

O Sr. *Herberto Sales*: “Sr. Presidente, senhores acadêmicos, eu era um obscuro rapazola na minha então graças a Deus simplezinha cidade natal de Andaraí, com bananas nos quintais e moças nas janelas, e já conhecia de nome Luiz Viana Filho, nome importante de nascença e na política e nas letras, em múltipla projeção de presença. Me habituei a ouvir falar por toda a parte, e nos jornais (na respeitabilíssima *A Tarde*) a ver impresso o nome de Luiz Viana Filho, realmente um nome múltiplo, numeroso Luiz feito Luízes: o jornalista, o orador, o mestre de Direito, o político, o constitucionalista, o escritor, figura, em suma, ilustre da sua geração, em plena e ampla ação de sua admirável mocidade, que em atos e feitos de vitalidade o acompanhou pela vida afora, não dando a menor bola para a contingência cartorial do registro civil. Envelheceu moço, e embora não lhe falte idade para não ser mais considerado moço, continua moço. Foi como o pai governador da Bahia, foi senador, é senador, foi deputado e membro da Academia Brasileira; só não foi o que não quis.”

O Sr. *Américo Jacobina Lacombe*: “Sr. Presidente, é com muita dificuldade que eu posso falar sobre Luiz Viana. Porque os laços de amizade que me prendiam a essa figura eram realmente os mais fortes em toda a minha vida.”

“Convivia com ele desde 1940, quando veio ao Rio para começar a elaborar a sua primeira biografia, a de Rui Barbosa. Eu tinha sido nomeado diretor da Casa em 1939, estava organizando exatamente o Arquivo, que Luís Camilo já tinha começado a arrumar e eu estava classificando.”

“A sua biografia de Rui Barbosa, que ele fez à vista de documentos, como posso atestar, é o início de uma série de biografias admiráveis. A de Nabuco, em que ele introduziu a figura da noiva, que tinha sido omitida pela biografia feita pela filha, com uma grande delicadeza,

extraordinário trabalho. Na de Rio Branco, ele reunia depois as três biografias num volume só. A biografia de Rui Barbosa teve edições aqui, teve edições em Portugal. Possuo todas essas edições. A nossa contínua atividade era também pelo telefone. Ele gostava muito de falar ao telefone, telefonava-me freqüentemente de manhã cedo, à noite, para comentar fatos, em geral literários. Não falava mal de ninguém, não era maledicente, não havia fofocas. Eram conversas sobre acontecimentos, sempre calmos, sempre tranqüilos. Realmente eu sinto, com o desaparecimento dele, aquela sensação que um francês disse da velhice: *La veillesse est un outrage*. Sentimos, ao chegar à velhice, o desaparecimento gradual dos companheiros de trabalho. Vamos ficando cada vez mais isolados, cada vez mais com saudades, pedindo a Deus que nos dê forças para contemplar a eternidade na hora final da nossa existência.”

A Sr^a Rachel de Queiroz: “Sr. Presidente, eu não convivi com Luiz Viana Filho tanto quanto queria, porque as nossas vidas nos separavam muito. Mas na Editora José Olympio, principalmente naquele período da Praça 15 de Novembro, a gente se via com freqüência e conversava muito. Depois, continuamos a conversar sempre que nos víamos, a nos procurar às vezes, a escrever-nos bilhetes e cartas. E a minha constante reclamação com o Luiz era: por que ele precisava ser político? Era político, a política o tirava de nós. Quem faz essas biografias, Luiz, não precisa ser político. Ele ria e dizia: Você se esquece que eu tenho todos os genes de político no sangue. Quando ele escreveu a biografia de José de Alencar, nós nos telefonamos e, de vez em quando, ele sabendo que eu sou da família e parente relativamente próxima, porque a família é muito misturada, ele vinha me perguntar detalhes, que eu dava, corrigia. E num dado momento, quando ele historiava aquele episódio, quando o velho Alencar pediu perdão ao Imperador, que ele passa por cima, não entra em detalhes, eu lhe disse: Por que você poupou os Alencar daquela vergonha daquela carta, que nós todos, os Alencar, ressentimos muito, aquela carta do Senador Alencar ao Imperador pedindo perdão. Ele respondeu: Porque também eu sou político. Você me acusa de ser político, mas o meu senso político não ia me deixar brigar com toda a raça Alencar deste mundo. Porque vocês podem falar, mas eu, como biógrafo, não ia falar. Era o lado gentil de que o Américo falou, era o lado não fofoqueiro, não maledicente, principalmente. Em geral, as biografias,

em grande parte, são exercícios maledicentes. Luiz conseguiu fazer biografias de uma grande perfeição de fatura, de uma grande dignidade de composição e de, principalmente, uma grande riqueza de informação, sem chegar jamais ao minuendo, à insinuação malevolente e sem também chegar ao exagero das biografias laudatórias, que são, em geral, abomináveis, porque partem daquele *parti pris* a favor que sempre incompatibiliza o leitor. Já se disse dele tudo muito melhor do que eu diria. E a gente fala na saudade, na perda daquele companheiro, nos lindos olhos azuis do Luiz, que eu ainda conheci muito jovem e muito mais brilhantes, como a gente, brincando, dizia.”

O Sr. Lêdo Ivo: “Sr. Presidente, há certas vidas que são harmoniosas e são ostensivamente harmoniosas, e que são misteriosamente harmoniosas. O nosso querido e saudoso companheiro Luiz Viana Filho viveu uma dessas vidas. Essa harmonia estava em seu airoso e belo porte físico, um porte aristocrático, que fez dele uma espécie de Joaquim Nabuco da terceira República. Aquele aristocrata que ia buscar no voto popular a legitimidade para o seu desempenho político. Essa harmonia estava no seu convívio social, no seu trato com as outras pessoas e estava também no seu procedimento literário. Alceu Amoroso Lima o chamou de ‘o príncipe dos biógrafos brasileiros’. E eu creio que a expressão é justa, porque o Luiz Viana tinha realmente algo de um príncipe, de um fidalgo, talvez até a circunstância dele, tendo sido um dos mais baianos de todos os baianos, ter nascido em Paris, dava até um certo matiz romanesco a sua figura física, moral e intelectual. Ele foi realmente um grande biógrafo. Ele depositou na mesa literária brasileira uma verdadeira constelação de grandes biografias sobre José de Alencar, sobre as figuras exponenciais da idade de ouro da literatura brasileira, que foi num certo sentido a geração de Machado de Assis, de Rui Barbosa, de Joaquim Nabuco. Ele estava, aliás, predisposto a escrever uma biografia de Euclides da Cunha, quando foi subitamente levado pela morte. As suas biografias são realmente exemplares. Antônio Houaiss falou que nessas biografias ele não tocava, vamos dizer, na parte sombria e enferma das criaturas. Talvez essa observação não seja de todo justa, porque eu me lembro que na biografia que ele escreveu sobre Rio Branco, esta parte é muito tocada, a solidão do Rio Branco, a desordem, os conflitos, aquela luta terrível de Rio Branco com o seu meio. Ele foi

uma figura exponencial da Academia. Entrou aqui jovem, com 46 anos, teve uma longa imortalidade. Há uma frase, não sei se latina ou grega, que diz: os amados dos deuses morrem jovens. No caso de Luiz Viana Filho, pela sua trajetória política que o levou a posições tão eminentes, e pela sua harmoniosa trajetória intelectual, ele foi um amado dos deuses, até na sua morte súbita e inesperada. De modo que, às vezes, os amados dos deuses morrem velhos.”

A Sra. Nélida Piñon: “Sr. Presidente, senhores acadêmicos, eu sempre admirei o Senador Luiz Viana Filho, por força também da minha natureza ficcional, que é voltada para novelar a realidade, sempre me senti atraída pelos biógrafos. E Luiz Viana Filho, para mim, sempre foi um grande biógrafo, sobretudo alguém que contrariava a índole da criação brasileira, uma vez que a nossa língua não abraça grandes biógrafos. Nós não temos tradição de tecer enredos fundamentados na vida de grandes homens, ao contrário da tradição da língua inglesa. Os ingleses, os americanos, são extraordinários nas biografias. De modo que também nisso ele se destacou no cenário brasileiro, um grande biógrafo que, ao mesmo tempo que era minucioso quanto à vida dos seus biografados, era capaz de nos dar o País que justamente envolvia esses biografados. De modo que não poderemos, no futuro, entender o Brasil, interpretar o Brasil, sem ler as biografias de Luiz Viana Filho. Eu, como acadêmica nova nesta Casa, confesso que fiquei muito triste, porque conheci pouquíssimo o Senador Luiz Viana Filho. Sempre o considerei um homem belo, um homem fino, de trato muito amável e extremamente elegante. E pude conhecê-lo muito pouco e lamento tanto que uma das razões que me fizeram vir até a Academia era buscar o convívio. De modo que eu estou triste porque esse convívio foi desfalcado pela partida, pela despedida inesperada do Senador Luiz Viana Filho. Fica-nos a memória e eu procurarei, junto aos meus outros companheiros aqui presentes, conhecê-lo melhor, agora que ele se foi.”

O Sr. Cândido Mendes: “Sr. Presidente, senhores acadêmicos, me permitam agora falar do aristocrata Luiz Viana. Eu acho que há poucas pessoas, num momento em que se denigra tanto e destrói tanto o conceito de elite no Brasil, eu acho que há poucos como modelo ideal que se possa falar de um patrício, na melhor noção etimológica da palavra, do que de Luiz Viana. Eu insisto na expressão porque ela é um modelo

dentro do quadro das elites em duas linhas básicas: a primeira, é de que o patricio tem noção imediata da linhagem, ele se comunica com esse tronco no tempo, onde o seu espelho é necessariamente a biografia. E quem no Brasil conseguiu esse pugilo de biografias: Nabuco, Rui, Machado, Rio Branco, e eu estou apenas salientando as maiores, e a mais difícil e contundente, a de Castelo Branco. Eu tenho uma última carta dele, que recebi dentro desse esforço de procurar trazer a obra chave de cada confrade dentro da língua francesa – quero registrar a alegria de que vamos poder publicar *Experience et Culture (Experiência e Cultura)* de Miguel Reale daqui a uma semana, em Bordeaux. Eu havia perguntado ao Luiz Viana qual das suas biografias era a do seu coração. Ele levou dois meses para me responder. Eu pensei que ele ia dizer Castelo Branco, depois achei que o exemplar de Rui ia ser a resposta. Ele disse: não, eu quero a de Rio Branco. E isso me dá, e eu quero trazer à Academia, o testemunho do seu próprio juízo sobre as suas biografias, e no que me parece que é a sua predileção entre elas, no sentido do seu trabalho. Patrícios, homens de linhagem e evidentemente homens de grei. O Brasil vive dessas grandes famílias políticas. E nós não podemos esquecer que, sucedendo a fidelidade do seu pai, Luiz Viana foi o homem fiel a Otávio Mangabeira, depois de 1930. Exilou-se, voltou, praticou essa fidelidade rara, e foi homem dentro dessa gente naquela ebulição da política baiana, que tem o prazer, a volúpia e o sacrifício das grandes diferenciações passadas de geração em geração. Mas o patricio é também o homem da grande ética. É o homem que sabe levar até à cicuta o seu compromisso e viver o cálice todo do que é o compromisso com um determinado tipo de fidelidade política.”

O Sr. Geraldo França de Lima: “Sr. Presidente, vou apenas relatar um pequenino episódio que mostra a humildade desse grande homem, desse extraordinário homem público de letras, de pensamento, de cultura. Um dia, eu recebo um telefonema de Luiz Viana e ele me diz que tinha conversado com Aloísio Noviz, e que Noviz lhe dissera que eu era um maníaco do Eça de Queiroz, o que é verdade, e me pedia se eu podia fazer o favor de ler umas notas que ele escreveu sobre o Eça. Aquilo para mim foi uma coisa que teve o efeito de raio, surpreendeu-me, e além de surpreender-me, elevou-me. Porque eu não tinha contato maior com ele a não ser o da amizade. Quando eu li as notas e

as devolvi a ele, ele bateu no meu ombro e disse: Vai pensando na Academia. Há muito tempo isso. E eu sinto profundamente a morte dele. Porque vejo nele uma das últimas grandes expressões da cultura brasileira, uma das expressões morais que o tempo ceifa, corta e que dificilmente substitui.”

O Sr. Austregésilo de Athayde: “Declaro vaga a Cadeira nº 22, que teve como patrono José Bonifácio, *O Moço*, fundador Medeiros de Albuquerque, sucedido por Miguel Osório de Almeida, enfim por Luiz Viana Filho, cuja memória acabamos de honrar nesta sessão.

Estão abertas as inscrições para o preenchimento desta vaga. Está encerrada a sessão.”

Acadêmicos que não estiveram presentes à sessão do dia 7 apresentaram sua palavra de saudade na sessão seguinte, 12 de junho (Arquivo da Academia Brasileira de Letras):

O Sr. Evaristo de Moraes Filho: “Luiz Viana foi um trabalhador incansável, deixando-nos livros exemplares. Aos 26 anos começou timidamente, em colaboração com Aliomar Baleeiro, com *O Direito dos Empregados no Comércio*, de 1934, ano em que foi criado o Instituto de Aposentadoria para esses trabalhadores. Muito cedo professor de Direito Internacional Público (1933) e mais tarde Internacional Privado (1940), catedrático na Faculdade de Direito da Bahia, o direito não era o seu campo de eleição. A História e a Biografia o haveriam de absorver totalmente, com vocações incoercíveis. Começou com *A Sabinada*, em 1938, livro até hoje fundamental para o estudo da matéria. Consagrou-se, no entanto, com *A vida de Rui Barbosa*, cuja 1ª edição é de 1941, já tendo atingido mais de uma dezena de edições. É sua obra mestra, com a qual mais se identifica. Mais outras biografias exemplares saíram de sua pena: a de Nabuco, a do Barão do Rio Branco, a de Machado de Assis, de José de Alencar, a de Eça. Por meio de seu governo, Castelo Branco lhe mereceria também a biografia. A sua principal característica era a documentação: exaustiva, esclarecedora e indiscutível. Em *Barão do Rio Branco*, tal foi a pletora de documentos, que quase se sente a sua dificuldade em dominá-los, em prejuízo da elaboração da parte propriamente literária e analítica. O mesmo acontece em *Rui Barbosa*, sendo a de Nabuco mais solta e, pela própria vida do biografado, a mais bela literariamente.”

“A despeito das numerosas obras dedicadas a Eça de Queiroz, ainda pôde surpreender os estudiosos portugueses e brasileiros com dados e documentos inéditos, segundo a seu modo de ser de pesquisa acurada. O pormenor não lhe era despiciente, desde que significativo para a compreensão das ações do seu biografado. Nesta seleção – entre o significante e o não-significante, como acontece também na pesquisa científica – é que está o seu mérito fundamental, na busca da *Verdade na Biografia*, título de um dos seus livros ainda da década de 1940.”

O Sr. Arnaldo Niskier: “Sr. Presidente, Afrânio Coutinho pediu apenas que eu o antecedesse para que ele fizesse o fecho de ouro. Sr. Presidente, eu não pude, por estar em Brasília na semana passada, período regular de sessões do Conselho Federal de Educação, estar aqui na Sessão de Saudade em homenagem ao nosso querido confrade Luiz Viana Filho, que eu, naturalmente como leitor, aprendi a admirar pelas qualidades dos seus serviços literários, que já foram certamente aqui realçados, como a Ata registrou. Mas eu gostaria de dizer duas palavras apenas, para que constasse a minha solidariedade à família Luiz Viana Filho e para que ficasse na Casa a ênfase com que se deve proclamar o homem público que foi Luiz Viana Filho, com quem eu tive o privilégio de conviver ao tempo que ele, governador da Bahia, teve a lucidez de criar a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, que foi muito importante para o desenvolvimento científico e tecnológico da Bahia, posto que esta secretaria se responsabilizou inclusive pela formação de recursos humanos para os pólos petroquímicos que se sediaram naquele Estado. Eu senti um vazio, sobretudo hoje, quando li o excelente, o extraordinário artigo do nosso colega Josué Montello; eu senti necessidade de vir aqui, de dizer o quanto sofro a ausência de Luiz Viana Filho, razão pela qual eu pedi a palavra e faço questão desse registro.”

O Sr. Afrânio Coutinho: “Sr. Presidente, pela mesma razão que impediu Arnaldo Niskier de estar aqui na semana passada, em que se fez a homenagem de registro de falecimento do nosso querido Luiz Viana, eu estava também em Brasília exercendo as funções no Conselho de Educação. Mas não quero deixar passar a oportunidade de me referir também e testemunhar também a minha tristeza, a minha emoção grande,

o momento que eu tive, em Brasília, de choque violento quando ouvi a notícia da morte de Luiz Viana. Eu creio que eu era o mais antigo amigo de Luiz Viana aqui dentro da Academia. Ele era ainda estudante e nós já nos dávamos, já nos cortejávamos, já mantínhamos boas relações. Ele ganhou nessa época um concurso. A primeira manifestação pública de Luiz foi na Faculdade de Direito – eu não era da Faculdade de Direito, mas acompanhava, era mais moço, e acompanhava a carreira dele, já naquele tempo brilhante, já se projetando. Eu me lembro do concurso que ele ganhou, de Oratória, na Faculdade de Direito. Foi uma prova belíssima que ele ganhou, com um grupo de colegas. Depois ele foi crescendo, foi subindo. Eu me lembro perfeitamente dele namorando com a moça que veio depois a ser a sua esposa. Naquele tempo o namoro não era junto, ela na janela da casa e ele na grade de fora da casa do pai, na casa magnífica do pai, ali na descida da Maria da Graça; ele de fora e ela na janela, os dois conversando, namorando ali, ainda me lembro perfeitamente dessa cena, sempre dizia isso a ele. De modo que eu fui realmente muito amigo dele e gostava imensamente dele.”

O Sr. Josué Montello: “Sr. Presidente, eu agradeço a Vossa Excelência de ter determinado a reprodução do meu artigo nos nossos Anais. E quero confessar a Vossa Excelência que, ao longo de toda uma vida de homem de jornal, de homem de livro, o mais difícil artigo que me saiu da pena ou da máquina foi precisamente o louvor de Luiz Viana Filho. Por uma razão muito grande: é que nós escrevemos com a palavra diretamente ligada ao nosso pensamento. Desta vez, a palavra estava diretamente ligada aos meus sentimentos, sobretudo o sentimento da amizade profunda. Eu tive a oportunidade de, ao telefonar para Vossa Excelência, por volta das quatro e pouco da manhã, cinco horas, despertando-o e lhe dar a triste notícia, disse a Vossa Excelência do infausto desaparecimento do nosso companheiro, disse-o chorando, e Vossa Excelência foi chorando que me respondeu. Eu creio que, nesta maneira de reagir de nós dois, que somos aqui contemporâneos dele no momento em que chegava, com a diferença de pouco tempo, porque por ordem de antiguidade na Casa somos, eu em último lugar, em quarto lugar, Luiz Viana em terceiro, Vossa Excelência em segundo e, em primeiro, Barbosa Lima Sobrinho. De maneira que constituímos aqui o grupo daqueles veteranos que viveram a Casa na grande transição entre a uma

velha Academia, que era aquela que ainda tinha um saldo de fundadores, e a Academia que veio depois, em que nós próprios éramos então representantes e, de certo modo, expoentes. Luiz Viana, para mim, não foi apenas esse companheiro de Academia. Nós somos contemporâneos daquelas horas difíceis. Luiz Viana tinha comigo o sentimento da amizade, da confraternidade, de tal modo que não se passavam dias, mesmo longe do Brasil, onde quer que ele estivesse, quer fosse em Lisboa, quer fosse em Madri, que eu não tivesse, pelo menos uma vez por semana, o telefonema de Luiz Viana Filho. E tinha também a resposta, aquela preocupação de conviver com ele, de participar da sua vida, dos seus problemas. Os problemas de Luiz Viana Filho foram os meus problemas, os meus problemas foram os problemas de Luiz Viana Filho. Por isso mesmo, Sr. Presidente, no momento em que me detive para começar o meu artigo, eu que me desvanço de poder escrever com uma certa instantaneidade os meus trabalhos de jornal, comecei por perder a visibilidade da máquina. Aquele teclado desaparecia diante de mim, com os meus olhos molhados. O esforço para que eu chegasse ao fim do artigo era um esforço de emoção, mas também um esforço físico, a lutar contra as minhas lágrimas. Porque o Luiz, dois dias antes, tinha saído da minha casa, como fazia sempre todas as vezes que vinha ao Rio; era na minha casa que conversávamos, terminávamos o seu derradeiro dia do Rio na minha casa, ou então juntos, para conversar sobre coisas, amigos, Academia, política, tudo isso constituía o mundo dos nossos diálogos. Luiz Viana, que foi modelo de companheiro, o modelo de amigo, talvez o mais civilizado daqueles amigos, pessoa com quem você podia dialogar, a quem você podia contar um segredo, pessoa a quem você podia confiar um problema, e tinha como resposta a preocupação de resolvê-lo. Luiz foi o homem de jornal. Luiz tinha o sentimento, o gosto da palavra. Nós podemos ajuizar daquilo que ele foi em vida pelos temas que escolheu para objetivos dos seus livros. As biografias de Luiz Viana Filho compõem uma constelação de grandes homens do Brasil, de homens de bem. E o livro dele, que deve sair dentro de dois meses e cujas últimas provas, quase em livro, eu tive a oportunidade de ver hoje na Nova Fronteira, é um livro sobre Anísio Teixeira, em que ele presta ao seu antigo companheiro, ao seu amigo, a grande homenagem da sua admiração e da sua ternura, vendo em Anísio o grande estadista da educa-

ção. Para que os meus colegas tenham uma idéia, Luiz um dia me contava esse episódio: foi entrevistar, como repórter na Bahia, uma velha dama da Bahia, uma velha senhora, velhinha, já nos seus oitenta e tantos anos, e a certa altura essa senhora se levanta e vai apanhar uns guardados de família e traz um maço de cartas, uns retratos. De repente, apanhou um retrato, um retrato seu, quando mulher dos seus dezoito anos, e ela própria ficou olhando em silêncio, com Luiz ao seu lado. Ela ficou a olhar o retrato, demoradamente, e à certa altura, com as costas da mão batia no retrato e só dizia assim: Sr. Luiz, o tempo, que canalha! Esse episódio, guardado por Luiz, ele não foi guardado apenas com a memória do jornalista, ele foi guardado com a memória do biógrafo, o homem que sabia recolher pequenos episódios significativos e transformar esses episódios numa definição de personalidade. Luiz vai fazer para nós uma grande falta. Ainda hoje, eu recebi, pelo meu artigo de hoje no *Jornal do Brasil*, algumas manifestações de carinho, de interesse, de comunhão de sentimentos, de pessoas que nunca vi, nunca conheci, mas o meu telefone não parava, de pessoas que me buscavam para comungar comigo o mesmo sentimento de estima e admiração por Luiz Viana Filho. Eu agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade que me dá a Casa de dizer essas palavras, com a mais profunda emoção. A certa altura, eu sinto que devo parar, que devo calar-me, não porque me faltariam coisas para contar, recordando o Luiz Viana já nos seus últimos dias, a recolher, conforme acentuou Evaristo de Moraes, os documentos para o livro que pretendia escrever, que seria o final da sua vida de homem de letras, de biógrafo, que seria a biografia de Euclides da Cunha. Eu próprio dei alguns livros raros que ele não possuía, para que tivesse ao alcance da mão, onde quer que ele se encontrasse, porque Luiz conseguiu fazer isto: conciliar a sua atividade de homem político com a sua atividade de escritor, fiel escritor, fiel a si mesmo, escrevendo esplendidamente, preocupado, meu caro Houaiss, com os problemas da língua portuguesa no Brasil, sobre a qual ele escreveu um livro realmente excelente, quer dizer um livro que chega a ser fundamental, embora ele não fosse especialista. Luiz Viana, Sr. Presidente, é realmente aquela grande figura, que nós o vimos às vezes. Vossa Excelência às vezes comentava comigo: o Luiz, quando contava os seus segredos, fazia-o num tom de voz que todos nós percebíamos, às vezes cochichos interrompiam as nossas sessões e era preciso que a

gente chamasse o Luiz à ordem, para poder restabelecer aquele silêncio propício, para que os oradores se manifestassem. Este nosso Luiz Viana Filho será, enquanto vivermos, uma saudade. Daí eu ter dito no final de meu artigo: A saudade do Luiz passou a morar comigo.”

O Sr. Oscar Dias Corrêa: “Sr. Presidente, meus eminentes colegas não de perceber a emoção com que vos falo ante a notícia da morte de Luiz Viana, depois de ouvir as palavras dos eminentes companheiros, por fim o depoimento admirável de Josué Montello.”

“Tive, Sr. Presidente, o privilégio de chegar à Câmara dos Deputados, quando ali imperava, talvez, a mais notável constelação de homens públicos do Brasil contemporâneo. Lá estavam, na bancada da Bahia: Luiz Viana, Aliomar Baleeiro, Otávio Mangabeira, Nestor Duarte e Vieira de Melo, para lembrar apenas alguns dos que se foram. Na bancada de Minas: Bilac Pinto, Gustavo Capanema, Gabriel Passos, Milton Campos, Pedro Aleixo. Na do Rio: Prado Kelly, para lembrar apenas um. E eu, Sr. Presidente, tive o privilégio de conviver com esses homens que são, sem dúvida, a mais notável contribuição moderna à vida pública brasileira, e de aprender com eles. Luiz foi assim como um companheiro mais velho, dedicado, afável, lhano, estimulante, sempre a nos trazer para a linha de frente, como a nos pretender ensinar a arte da batalha. E em Luiz eu lembraria aqui, apenas o parlamentar. Parlamentar que todas as vezes que ia à tribuna trazia uma contribuição efetiva aos temas que debatia. E era por nós, aqui uma revelação, o escolhido para as questões de ordem nos grandes momentos do uso do direito de obstruir. Quando se tratava de formular qualquer questão de ordem, com intuito de obstrução, era a Luiz Viana que nós nos apegávamos. Porque ele, com sua autoridade, não apenas de grande parlamentar, de grande biógrafo, escritor, de homem que conhecia profundamente o regimento, e de membro da Academia Brasileira de Letras, formulava, com tranqüilidade, a sua questão de ordem, vamos dizer, espichava o mais que podia, sem que o Presidente se sentisse autorizado a interrompê-lo. De modo que Luiz era para nós o homem da questão de ordem, que ele formulava com uma precisão e uma competência e sobretudo a prolixidade que nós exigíamos naquele momento, para que pudessemos impedir a votação de matérias que considerávamos contrárias ao interesse público e ao bem comum.”

“Nessas palavras, Sr. Presidente, quero apenas exprimir o fundamento da minha emoção, a tranquilidade com que eu vejo agora que Luiz Viana se aparta de nós, mas deixa, ele sim, um nome imortal nesta imortal Academia de Letras.”

O Sr. Otto Lara Resende: “Sr. Presidente, não tendo podido comparecer à sessão da semana passada, não pude prestar a minha homenagem ao nosso saudoso Luiz Viana Filho. Nada teria de novo a dizer, depois das palavras que aqui foram ditas e dos necrológios que saíram na imprensa, dando realce à figura do homem público e do homem de letras que a Bahia e o Brasil perderam.”

“Conheci Luiz Viana Filho quando, ele deputado, eu repórter, nos encontramos na Assembléia Nacional Constituinte de 1946. Já era seu admirador, pela sua atuação política e por sua incipiente obra de escritor e biógrafo. Mais de uma vez tive oportunidade de me manifestar sobre *A vida de Rui Barbosa*. Como Luiz Viana, mas claro que sem o seu conhecimento e o seu fulgor, fui e sou um admirador do grande brasileiro que sozinho, ou quase, fez a Constituição de 1891.”

“Como homem público e como homem de letras, Luiz Viana Filho, como se tem dito, foi um exemplo de civilidade e de devotamento ao bem-comum. Vi-o em Salvador e, tomando parte num jantar em palácio, entre outros convidados, tive oportunidade de admirar a sua classe e a sua insuperável polidez.”

“A Academia Brasileira perdeu uma de suas figuras fundamentais. Perdemos nós um companheiro sempre cordial, que tinha no bom convívio um dos traços marcantes de sua personalidade. Luiz Viana Filho conseguiu o privilégio de ser grande nas letras e na vida pública. Seu nome estará sempre ligado, como ‘príncipe dos nossos biógrafos’, na expressão de Alceu Amoroso Lima, à história da cultura brasileira.”

O Sr. Cyro dos Anjos: “Sr. Presidente, profundamente conternado pela morte do nosso querido Luiz Viana Filho, escritor ilustre e amigo incomparável, associo-me às manifestações de pesar aqui proferidas pelos companheiros da Academia.”

O acadêmico Sr. Ledo Ivo propôs a inclusão nos Anais da Academia do artigo do acadêmico Sr. Carlos Castelo Branco, publicado no *Jornal do Brasil* do dia 6 de junho, sob o título “Luiz Viana, o político

e o escritor”. O trabalho referido está em parte transcrito em outro capítulo deste livro.

Ainda na sessão de 21 de junho (*Arquivos da ABL*), o acadêmico Sr. *Marcos Vinícios Vilaça* diz de seu pesar pelo falecimento de Luiz Viana Filho, concluindo: “Tudo que eu gostaria de manifestar a respeito, está expresso no artigo de Josué Montello publicado no *Jornal do Brasil*. Eu juntaria à transcrição do artigo de Josué Montello o de Castelo Branco, o de José Guilherme Merquior, domingo, no jornal *O Globo*, que também é uma obra primorosa. E o do Sr. Austregésilo de Athayde...”

Em sessão de 28 de junho (*Arquivos da ABL*), o acadêmico Josué Montello pediu a inclusão nos Anais da Academia do artigo do Sr. Luís Forjaz Trigueiro, intitulado *Um Adeus a Luiz Viana Filho*. O trabalho representa tão bem o valor de Luiz Viana Filho em Portugal, onde integrou três academias e mantinha preciosos e dedicados amigos, que vale ser transcrito em seu inteiro teor:

“Um dia alguém fará a história das relações entre Portugal e o Brasil neste século; começa a ser tempo de pensar-se nisso e já é possível mesmo uma perspectiva. Nessa história, na qual são muitíssimas as luzes e raríssimas ou até inexistentes de fato grandes sombras, há de ser dado lugar muito especial a Luiz Viana Filho, escritor, homem de Estado, parlamentar, senador. Pela inteligência sensível, diga-se assim, como nos amava e entendia; pela coerência perfeita entre uma devoção exemplar e a prática do ideário a que foi sempre fiel e que o levou aos mais altos cargos: duas vezes Ministro de Estado, Presidente do Senado, Governador do Estado da Bahia, finalmente Presidente da Comissão de Relações Internacionais do Senado. E tantas mais. Quando a notícia de sua morte vem abalar o ânimo dos que eram seus amigos (e tantos tinha em Portugal), surpreendê-los como se nos tivéssemos habituados à idéia de que, afinal, em homem assim rijo no porte e no saber, tanto quanto na vontade, os anos, afinal, não passariam, alguns recordarão o mestre do Direito Internacional Privado, o estadista, da hierática aparência que não ocultava, porém, os dons muito especiais da subtileza e da pronta argúcia no entendimento dos fatos e, bem mais importantes, dos homens e – Santo Deus – dos homens políticos, por entre os quais transitou como um grande senhor que sempre foi, combatendo quando a causa o merecia e as suas condições o exigiam, sabendo julgar com frieza,

mas sabendo também perdoar com tranqüilidade: magnânimo sem alarde, indulgente sem quebra; outros, porém, e é esse o meu caso, guardarão até o final a memória do amigo que não precisava de ser chamado para responder ‘presente’, vigilante sem exhibir o que era, nas curvas e contra curvas dos caminhos daqueles que estimava, e sempre, em qualquer circunstância, e por entre os mais duros combates da vida política do seu país – e tantos viveu e em tantos tomou parte durante mais de 60 anos de presença ativa – sempre o escritor que fazia da sobriedade no estilo a primeira arma da sua clareza expositiva e, por isso também, o instrumento de uma objetividade rigorosa na análise das grandes figuras que biografou, que reanimou, que arrancou à moldura do tempo em que viveram para torná-los mais próximos do nosso. E este será um dos pontos que o inevitável estudo a fazer sobre a sua obra, vastíssima, terá de evidenciar um espírito essencialmente analítico que, no entanto, procurava no âmago dos políticos e dos escritores que escolhera (e no Brasil, como se sabe, com freqüência as duas condições andam juntas) a totalidade humana de cada um – e foi sobre essa qualidade que ergueu com a justeza de mestre sabedor, a exaustiva informação do investigador infatigável e a intuição luminosa do psicólogo, a galeria das suas grandes obras biográficas. Depois de Luiz Viana Filho, nunca mais será possível estudar figuras políticas como Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Rio Branco ou Castelo Branco ou as de escritores como Machado de Assis, José de Alencar ou Eça de Queiroz, sem recorrer aos trabalhos que lhes consagrou. No caso do último, fomos alguns, portugueses, que tivemos o privilégio de ver de perto como Luiz Viana trabalhava, a totalidade de um esforço de pesquisa infatigável, o cuidado posto na investigação do documento, da correspondência, do pormenor aparentemente dispiciendo e, mais ainda, o respeito do escritor, impecável no trato e no compromisso, pelos arquivos particulares que lhe abriram. Uma vez lhe disse ser ele ‘um *gentleman* incurável’, que sabia transitar num mundo descomposto e apressado, conseguindo vivê-lo profundamente sem se lhe misturar. Melhor, sabia aproveitar-lhe sempre o reverso positivo, impondo-se acima das pequenas ou grandes quezílias, enfrentando-as de perto e, no entanto, conseguindo manter-se longe delas. Também por isso, (sobretudo no tratamento dado às personagens históricas de seu friso de biografias, figuras mais vulneráveis nessa condição de homens públicos

como ele) os episódios mais polêmicos, as grandes lutas, partidárias ou não, os mais duros embates, não eram de modo algum suavizados, mas Luiz Viana ‘tratava-os’ como especialista, com a objetividade do historiador íntegro, a moldura do escritor de raça e a experiência do político. Com muita autoridade escreveu Francisco Gama Caeiro na introdução à edição portuguesa de *A vida do Barão do Rio Branco*, introdução que é um modelar ensaio sobre metodologia da história: ‘Viana Filho entra na historiografia de língua portuguesa, mais ainda do que como escritor que é, dotado dessa vigorosa capacidade de síntese, dessa tremenda força evocativa a fazer-nos lembrar Stendhal, ingressa ali, insistimos, sobretudo como renovador dos estudos biográficos. A biografia converte-se com o nosso autor, em monografia científica. Só um leitor atento pode surpreender o tal grau de harmoniosa inserção no texto, o aparato erudito das notas, as citações de uma bibliografia exaustivamente utilizada, a documentação variadíssima e quase sempre inexplorada que servem de suporte ao seu trabalho.’

“Portugal deve muito à memória de Luiz Viana Filho. Em 1940 em plena juventude, ele apresentava ao Congresso Luso-Brasileiro integrado nas celebrações do Mundo Português (fez bem Gama Caeiro em lembrá-lo) um estudo muito importante de história econômica, demografia e história social com o título *O trabalho do engenho e a reação do índio, estabelecimento da escravatura africana*. Já em 1936 publicara um estudo sobre a *Língua do Brasil* e em 1944 *O Negro na Bahia* com um estudo introdutório de Gilberto Freire. Na Academia Brasileira de Letras, à qual pertencia desde 1943, membro destacadíssimo, voz sempre escutada, nunca um confrade português ali presente deixou de ser saudado por ele. Pertencia também aos quadros dos correspondentes da nossa Academia de Ciências, da Academia de História e da Academia Internacional de Cultura Portuguesa. Tomaria posse nesta em 1969 falando da contribuição do Padre Antônio Vieira para os direitos do homem; em 1982 escolheu como tema para a sua posse na Academia uma evocação de Rui Barbosa, mas já ali falara em 1980 sobre Camões e o Brasil, e em 1976 viera a Lisboa para a cerimônia da entrega do busto de Camões oferecido pela Academia Brasileira à sua congênere portuguesa. Finalmente, em 1980, fazia o *Elogio de Ribeiro Couto* na Academia Portuguesa

de História. Os temas escolhidos, tratados com mestria, e a sabedoria do historiador-acadêmico, são bem significativos do ecletismo de sua cultura.

“Fundamental serviço prestado à literatura de língua portuguesa foi a de Edgar Lello de publicar, a partir de 1981, com *A vida de José de Alencar*, prefaciada por Jacinto do Prado Coelho, as biografias de Luiz Viana Filho e, sucessivamente, *A vida de Rui Barbosa*, que tive a honra e a alegria de prefaciar. *A vida de Joaquim Nabuco*, com prefácio de Artur de Anselmo, *A vida do Barão do Rio Branco*, com o já citado prefácio de Gama Caiiro, e ainda esses dois verdadeiros monumentos da biografia que são *A vida de Machado de Assis* e *A vida de Eça de Queiroz*, esta publicada em 1ª edição pela Nova Fronteira, em 1983, e a 2ª em 1985, e pela Lello, no Porto, também em 1983. Só esta obra, se tantas outras razões não houvesse, justificaria que a cultura portuguesa lembrasse muito especialmente agora o nome de Luiz Viana Filho, por ser obra de história literária, de biografia. De investigação e de amor. Essa imensa capacidade brasileira (e bem baiana) de pegar num tema, numa obra, num autor, e saber amá-los com apaixonada objetividade. Todas as homenagens são devidas e a seu tempo virão, estou certo, neste País tanta vez distraído mas não ingrato, a esta figura de homem e de escritor exemplar. Nada poderá, no entanto, compensar a perda imensa que os seus amigos sofreram e que me levou a escrever, sobre a hora, estas linhas tão pobres afinal, para o que Luiz Viana Filho merecia.”

Em sessão realizada a 11 de outubro de 1990 foi eleito sucessor de Luiz Viana Filho, na Cadeira nº 22 da Academia Brasileira de Letras, o Sr. Ivo Pitanguy.

Escreve Josué Montello no necrológio de Luiz Viana Filho, em sólidas e sábias palavras, repassadas de sentimento:

“Guarda a Bahia, agora, no seu chão glorioso, o meu querido amigo Luiz Viana Filho.

“Com ele desapareceu não apenas o companheiro dileto, meu confrade da Academia, mas sobretudo o grande escritor, o político eminente, governador de sua terra, herdeiro da linhagem política de seu ilustre pai, e o mais polido de seus contemporâneos, onde quer que estivesse. Aquele a quem Alceu Amoroso Lima com a sua autoridade de grande crítico literário, definiu como o príncipe dos nossos biógrafos. O parlamentar que soube honrar com seus discursos a tribuna da Câmara

e do Senado, e a quem este confiou a direção de seus trabalhos, confirmando-lhe os méritos.

“Tudo isso explica a consternação da Bahia, ao ver desfilar-lhe o coche fúnebre, pelas ruas de Salvador, depois de o ter velado, por uma noite, com o pranto de seu povo, no mesmo palácio de que ele foi titular.”²⁷

“Há poucos dias, num programa de televisão ouvi esta gorda bobagem: que Luiz Viana Filho representava a mais antiga oligarquia baiana. Dalí, dizia o locutor, a continuidade de suas vitórias eleitorais, como deputado, como senador, como governador.

“Nada disso. Luiz devera seus triunfos à circunstância de ter sido, por sessenta anos contínuos, um modelo de polidez, de austeridade, de equilíbrio. Estou mesmo inclinado a concluir que, ao longo de todas essas décadas, ele soube ser, exemplarmente, o mais civilizado dos brasileiros. Ou um deles, poucos.”²⁸

Referindo-se especialmente à biografia *A vida de Machado de Assis*, diz Montello: “O próprio Luiz Viana Filho, no prefácio a essa mesma edição, adiantou-nos, explicando o seu processo: ‘ser exata, verdadeira, é o primeiro dever de uma biografia. Tornar-se uma obra de arte é o mérito do autor. Sem arte, os fatos, observou Litton Strachey, serão apenas inexpressivas compilações’. E foi esse, realmente, o patamar que ele alcançou desde a biografia de Rui, em 1941, e que tratou de aprimorar a cada nova edição.”²⁹

Depois da palavra de Josué Montello, vejamos a de José Guilherme Merquior:

“Daí, talvez, sua opção como escritor, pela biografia. O interesse pela personalidade alheia, o gosto pela diversidade da fauna humana se desdobraram nele em discreta curiosidade pela aventura existencial de alguns dos nossos maiores solitários: Rui, Nabuco, Rio Branco, Alencar, Machado. Biografias feitas de admiração (só um idiota se privaria de admirá-las) mas sem jamais caírem na beatice habiográfica, na conversão pateta do herói político ou intelectual em supermedalhão falsamente perfeito.

“Cortesia sem cortesia, convivência na dignidade, senso da história e não puxa-saquismo da opinião – eis o perfume moral de uma

elite agora bastante escassa entre nós. Luiz Viana era um dos seus mais autênticos representantes. Como seu querido Eça de Queiroz, ele sabia velar a nudez crua de nossa miséria política com o manto diáfano, não da fantasia, mas da ironia ao mesmo tempo cônica e compassiva, crítica e construtiva. Toda vez que o Brasil conjugar o estilo da lhanza com o sentido da grandeza, o alto vulto de Luiz Viana Filho sorrirá para nós, lá do Senado das sombras.”³⁰

Vai a opinião de Austregésilo de Athayde:

“Não há que avaliar em qual dos campos da sua atividade foi maior, se na política ou nas letras. Nessas últimas, ocupa um lugar de primazia, como biógrafo das grandes personalidades políticas e literárias do Brasil, não encontrando rival pela percuciência, fidelidade aos fatos, interpretação fiel do homem e do seu tempo. Nabuco, Rui, Machado encontram em sua pena, uma correta iluminação do seu destino e do papel que tiveram como expoentes de nossa cultura. Luiz Viana Filho é, por si, um título de glória para o nosso País.”³¹

NOTAS:

1 – *A Tarde*, de 3-4-1929

2 – *A Tarde*, de 5-11-1929

3 – *A Tarde*, de 12-12-1939

4 – *A Tarde*, de 9-9-1941

5 – *A Tarde*, de 22-3-1930

6 – *A Tarde*, de 10-1-1934

7 – *A Tarde*, de 15.....- 1931

8 – *A Tarde*, de 15-11-1932

9 – *A Tarde*, de 14-11-1989

10 – *A Tarde*, de 8-12-1942

11 – *A Tarde*, de 1º-4-1958

12 – *A Tarde*, de 27-11-1957

13 – Renato Berbert de Castro, em *Bibliografia de Luiz Viana Filho*, pág. 16

14 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, pág. 152

15 – *A Tarde*, de 9-4-1954

- 16 – Renato Berbert de Castro, em *Bibliografia de Luiz Viana Filho*, pág. 33
- 17 – Renato Berbert de Castro, em *Bibliografia de Luiz Viana Filho*, págs. 37/40
- 18 – Renato Berbert de Castro, em *Bibliografia de Luiz Viana Filho*, pág. 117
- 19 – Luiz Navarro de Brito, em *Luiz Viana Filho*, pág. 23
- 20 – Josué Montello, em orelhas de *A vida de Machado de Assis*
- 21 – Luiz Viana Filho, em *A vida de Machado de Assis*, pág. 130
- 22 – Renato Berbert de Castro, em *Bibliografia de Luiz Viana Filho*, pág. 17
- 23 – *A Tarde*, de 27-11-1969
- 24 – Renato Berbert de Castro, em *Bibliografia de Luiz Viana Filho*, pág. 17
- 25 – Idem, idem, pág. 18
- 26 – *A Tarde*, de 5-11-1982
- 27 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, pág. 107
- 28 – Idem, idem, pág. 108
- 29 – Idem, idem, pág. 109
- 30 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, págs. 103/104
- 31 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, pág. 33



*Luiz Viana Filho e a família no dia da posse na
Academia Brasileira de Letras*

.....

VI

NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

EM 1933 LUIZ VIANA FILHO candidata-se à Constituinte. Embora fosse o majoritário em Salvador, não teve votos suficientes para alcançar a eleição. Foi candidato avulso, porque, sendo, na oposição, parlamentarista, não quis entrar na chapa oposicionista dos presidencialistas. Não alcançou o coeficiente eleitoral, embora tivesse mais votos que outros candidatos inscritos no partido da oposição. E aqui cabe a pergunta: onde estavam os votos da alegada oligarquia política, da mais antiga oligarquia baiana? Não existiam simplesmente. Sua sustentação deveu-se ao seu trabalho e ao seu valor pessoal. Foi o majoritário em Salvador porque em Salvador, como jornalista oposicionista atuante, assentou inicialmente a sua base eleitoral. É certo que o voto de família, dos seus parentes casa-novenses, dos ainda restantes amigos do pai ou descendentes destes, estavam presentes. Mas eram poucos, insuficientes para garantir uma eleição, quanto mais para sustentar o que se diz oligarquia. O apoio do sertão só veio depois, por via dos serviços prestados, da boa representação política e até do proselitismo do ho-

mem que sabia fazer e conservar amigos. Eram amizades suas, feitas pela dedicação aos amigos.

Perdida a eleição para a Constituinte em 1933, continuou no batente do jornal com a tranqüilidade dos seus vinte e cinco anos de idade. Voltou a candidatar-se ao Congresso Nacional em 1934, sendo então eleito. Exerceu o mandato, deputado mais moço da legislatura, entre 1935 e 1937. Fechado o Congresso Nacional em 1937, por um Golpe de Estado de Getúlio Vargas, perdeu o mandato e retornou a Salvador para as suas atividades de jornalista, advogado e professor. Continuou sendo político de oposição, nesses termos firmando os seus artigos no jornal *A Tarde*, onde voltou a trabalhar na redação. A oposição era vigiada, falava pouco, a imprensa era censurada, grande era a opressão. Ainda assim Luiz Viana Filho tinha sempre um jeito de escrever aqui, ali, uma ironia, sem ir ao ataque frontal.

Dessa primeira fase na Câmara, é o parecer ao projeto de criação da Universidade Federal na Bahia, que *A Tarde* publica inteiramente, com a seguinte nota: “Publicamos o brilhante parecer que o Deputado Luiz Viana apresentou na Comissão de Educação ao projeto que manda criar a Universidade Federal da Bahia. É um documento que honra o jovem representante baiano e corresponde inteiramente aos ideais do ensino em nossa terra.” O projeto saía da lavra de Pedro Calmon, e era a sua primeira iniciativa no campo legislativo. Assim começa o parecer:

“Ao projeto apresentado pelo Deputado Pedro Calmon criando a Universidade Federal da Bahia, não será necessário aduzir argumentos e razões de sua utilidade como obra de alta significação e eficiência no desenvolvimento cultural do País. Seria isso repetir o que a Câmara dos Deputados não deve ignorar. Limite-me, nesse particular, a citar uma frase do Dr. Anísio Teixeira sobre o relevante papel que está destinado às Universidades como instrumento de aperfeiçoamento e progresso ao ensino no Brasil: ‘A Universidade, diz o eminente educador, é, pois, na sociedade moderna, uma das instituições características e indispensáveis, sem a qual não chega a existir um povo. Aqueles que não a têm, também não têm existência autônoma, vivendo tão-somente um reflexo dos demais.’

“Duas argüições, porém, têm sido feitas contra o projeto: *a)* a competência exclusiva do Senado Federal para a iniciativa do presente

projeto em face do artigo 41, parágrafo 3º, da Constituição Federal; b) a competência dos estados para a criação de Universidades em face do artigo 150, letra e, combinado com o artigo 151 da Constituição Federal.

“A nós, quer nos parecer que não procedem nenhum dos argumentos que ouvi invocados sobre a constitucionalidade do projeto.

“De referência ao primeiro, é nosso parecer que o projeto em primeiro lugar não interessa determinadamente ao Estado. Criando a Universidade na Bahia, a União, longe de ter com isso praticado um ato de interesse estadual terá, por certo, realizado um passo a mais na grande obra, que toda a Nação está a exigir, da educação nacional. Com o localizá-lo no Estado da Bahia não se terá atendido a um interesse regional determinantemente da Bahia, mas sim, ido ao encontro de uma velha tradição brasileira, que sempre fez da Bahia, antiga capital do país, um dos núcleos de maior irradiação de cultura e para onde, até hoje, ainda se encaminham acadêmicos de todos os estados e especialmente do Norte, para aí receberem um ensino melhor e mais aperfeiçoado. Não é, pois, a um interesse estadual que se atende. Ampara-se uma necessidade nacional – a difusão de universidades. Realiza-se uma útil obra de caráter brasileiro – o aperfeiçoamento do ensino. E a ter de ampará-la e realizá-la certamente que um estado teria de ser escolhido. Com o escolher, tirar-se-á à iniciativa patriótica o seu caráter eminentemente nacional? De nenhum modo. Sobretudo se atendermos a que, já existindo universidade em São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal e Rio Grande do Sul, é o Norte do país a única região a que ainda falta tão útil e necessária organização, e ainda mais, que na Bahia está localizada a melhor instituição federal de ensino superior – a tradicional e ilustre Faculdade de Medicina. Eis porque nos parece que a União, criando na Bahia a Universidade, com realizar uma obra genuinamente nacional, localiza-a, não de acordo com pequenos interesses locais, mas buscando uma solução natural e inatacável, e sem que isso seja obstáculo em futuro próximo ou remoto à criação de outras universidades, mesmo no Norte do país.

“Abandonados pontos de vista mesquinhos para substituí-los por uma interpretação constitucional larga e de acordo com o espírito unionista que presidiu à nossa Constituição de 1934, outra não poderá ser a conclusão. Fora disso é deturpar, transformando a maleabilidade

da federação num organismo rígido e maléfico. Tudo será interesse de estado. Tudo o que for obra da União fora dos territórios federais será de interesse regional ou estadual. O governo federal, ao construir uma fábrica de aviões em Juiz de Fora, estará fazendo uma obra de interesse determinantemente de Minas e ao instalar uma fábrica de pólvora em Lorena atenderá aos interesses de São Paulo. Não pecaria a interpretação por absurda? Tudo isso é eminentemente nacional, do interesse nacional, e por circunstâncias várias tem forçosamente de se localizar num ou noutro estado para melhor servir ao Brasil.

“É o caso da universidade na Bahia.

“O segundo ponto a discutir é da competência da União para criar a Universidade. É a própria Constituição no seu artigo 1º, quem o diz: ‘Compete concorrentemente à União e aos estados: VI, difundir a instrução pública em todos os seus graus’. Poderá a União ter meio melhor, mais eficiente para difundir a instrução que a universidade?

“Mas não bastasse a clareza da Constituição, que deu competência concorrente à União e aos estados nessa matéria, e ainda teríamos, para ilustrar o assunto, o Decreto nº 22.579, de 21-3-1933, artigo 1º e o Decreto nº 19.851, de 11-4-1931, que no seu artigo 5º estabeleceu poderem as universidades ser criadas e mantidas pela União, pelos estados ou sob a forma de fundações ou associações.

“Resolvidos esses assuntos cremos que a Câmara dos Deputados, no intuito de bem servir à nacionalidade, não terá dúvidas em aprovar o projeto na sua idéia central, embora peçamos vênica para apresentar um substitutivo, no qual, aprovando o muito que tem de útil o projeto, procuramos introduzir algumas modificações.”

Prossegue o parecer, para concluir-se com um substitutivo, em que fixa:

“Art. 1º É criada uma universidade federal na capital do Estado da Bahia.

Art. 2º Fica o governo autorizado a entrar em contato com o Estado da Bahia e as instituições de ensino autônomas nesta lei nomeadas, a fim de que a Universidade Federal abranja as seguintes instituições:

“Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito e Escola Politécnica, assegurada a federalização atual, em idênticas condições à Escola de Medicina de Porto Alegre, também federalizada.

“Parágrafo único – O organismo universitário deverá ainda integrar ou conter a Faculdade de Ciências Econômicas, a Escola de Belas Artes, a Escola Agrícola e a Escola Normal da Capital.

“Art. 3º – Os cursos de extensão universitária serão extensivos aos demais institutos de ensino oficiais ou oficializados e aos estabelecimentos culturais subvencionados”. Seguem-se, no substitutivo, outras diversas normas, transitórias.¹

Neste parecer encontra-se a primeira manifestação oficial de interesse de Luiz Viana Filho pela educação em todos os seus graus, especialmente o universitário. No decorrer de sua vida, em todas as oportunidades tinha uma palavra em favor da educação. Estávamos no ano de 1935. Houve embaraço ao projeto, de parte do Executivo baiano, que desejava fundar uma universidade estadual, e a este se somou o interesse do Executivo Federal, que pretendia não arcar com despesas maiores criando a universidade federal, antes, descartar a faculdade de medicina, a faculdade de direito e a escola politécnica. Era o veto. Em artigo publicado em *A Tarde*, de 3 de outubro do mesmo ano, Luiz Viana dá o alarma: “A Bahia anda realmente com má sorte. O caso da Universidade Federal é característico. Sempre foi uma aspiração dos que desejaram ver melhorado o nosso ensino a criação aqui duma Universidade, mantida pela União, que com os amplos recursos de que dispõe bem poderia elevar o nível do nosso ensino, dotando-o de aparelhagem própria e digna das suas tradições. Tudo, porém, dentro das diretrizes da Constituição e da legislação do Governo Provisório, se encaminhava para que, aprovado o projeto Pedro Calmon, viesse a ser satisfeita tão justa aspiração baiana. Continuaríamos desse modo no mesmo plano em que temos vivido dentro do Brasil: um dos maiores centros de irradiação cultural. Para sufocar, porém, esse nobre desejo deram-se as mãos dois homens – o Sr. Juracy e o Sr. Capanema. Cada um visando um objetivo, chegou-se no entanto à mesma conclusão: vetar a Universidade Federal da Bahia. Ao primeiro faltava o interesse, o carinho pelo que é nosso. Acima disso, para o Sr. Juracy está o ter numa Universidade Estadual mesmo pobre, insuficiente, desaparelhada, sem recursos, uma fonte de

empregos para alguns amigos e coestaduanos. Ao senhor Capanema o que interessa é descartar-se da Faculdade de Medicina e da visão da Escola Politécnica. São dois espantalhos que lhe tiram o sono. Afastá-los de si, separá-los da União é o seu objetivo. Pouco se lhe dá – e isso não admira – que a Faculdade de Medicina tenha mais de um século de serviço ao país e que seja uma das nossas maiores tradições.”

A partir daí silencia-se sobre o projeto. Vem em 1937 o Estado Novo, que leva na enxurrada a democracia brasileira. Somente em 1946, com a redemocratização do país, cria-se a Universidade Federal da Bahia, por iniciativa de Souza Campos, então Ministro da Educação e Saúde. Cabe a Pedro Calmon, representando o ministro, de quem era amigo e junto a quem influíra na sua criação, proceder à instalação da universidade. No salão nobre da velha Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus, preside, solenemente, à cerimônia, tendo a oportunidade de indicar e ver aprovado o nome de Edgard Santos para reitor. Era o dia 8 de abril. Devia estar feliz mestre Pedro Calmon, vendo realizado o seu ideal e afinal acolhida a sua iniciativa de onze anos atrás. Devia estar feliz Luiz Viana Filho que, comungando daquele mesmo ideal, apoiara e defendera a iniciativa, no Congresso Nacional e na imprensa.

Também nessa primeira fase, pelo menos dois discursos foram pronunciados pelo deputado Luiz Viana Filho, ambos criticando o governo da Bahia. O primeiro, não alcançamos. Certamente teve uma réplica do Deputado Artur Neiva, a quem Luiz Viana treplicaria logo a seguir, em uma oração publicada na íntegra pela *A Tarde*, ocupando duas páginas do jornal. Vão dois trechos:

“Senhor Presidente. Não tive, infelizmente, a oportunidade de ouvir o discurso que em defesa da administração Juracy Magalhães, proferiu, anteontem, nesta Casa, o meu ilustre colega Deputado Artur Neiva, a fim de agradecer a S. Ex^a os adjetivos tão generosos com que me honrou e que vivamente me sensibilizaram.”

Prossegue, agora entrando no assunto que há de ter sido o do discurso anterior, porque se trata de uma réplica:

“A Escola de Menores foi construída e é mantida não pelo Orçamento do Estado, mas por uma verba clandestina da polícia, à custa das casas de tavolagem.

“Era isso o que eu não queria dizer porque a Escola de Menores é um pé de couve plantado à custa do carvalho que poderia medrar amanhã. Para manter algumas crianças abandonadas alastram-se pela Capital e por todo o Estado da Bahia centenas, quiçá milhares, de jogos de roleta, dados, jaburus e toda a larga e infundável escala de misérias que entretêm esse vício.

É isso, Senhor Presidente, que representa a Escola de Menores. São crianças abandonadas, custeadas pela miséria e pela degradação de milhares de baianos, atraídos pelo jogo franco e aberto de dia e de noite campeando em toda a capital do Estado.”²

Getúlio não sabia governar com o Congresso. E tanto não sabia, que o seu retorno em regime constitucional terminou pelo suicídio. Veio o fechamento do Congresso e os deputados voltaram de crista baixa aos estados. Foram mais oito anos de governo unipessoal, ditador e interventores, decretos-lei, propaganda oficial de louvação, o DIP vigiando a imprensa.

Com a queda de Getúlio e a redemocratização do país, volta Luiz Viana Filho à Câmara dos Deputados em 1945 e é reeleito em 5 legislaturas seguidas. Deixa a Câmara em 1964, para exercer o cargo de Ministro Chefe da Casa Civil. Daí viria para o Governo do Estado, depois de cujo mandato ficou quatro anos fora da atividade parlamentar, por ter-se recusado a se afastar do cargo para candidatar-se ao Senado, como fora sugerido. Era a inabalável vontade de levar o compromisso até o fim. Ao cabo daqueles quatro anos em que voltou à cátedra como professor de História do Brasil, fez política mantendo unidos os seus correligionários e escreveu “O Governo Castelo Branco”; já não retornou à Câmara de Deputados, mas foi para a Câmara Alta. Eleito em 1974, foi reeleito em 1982, falecendo no exercício do mandato, no qual foi substituído pelo suplente, Luiz Viana Neto, seu filho, que não concorreria à reeleição.

É ampla, prestigiosa e bem sucedida a sua atividade na Câmara dos Deputados entre 1945 e 1964. São vários os discursos proferidos e os projetos de lei apresentados, diversos os pareceres nas comissões técnicas da Câmara, muitas as defesas dos interesses da Bahia como dos seus amigos e correligionários, quando estes sofriam pressão dos poderes locais. Nem todo o material se consegue na pesquisa, nem todo

aquele de que se dispõe comporta-se na transcrição e até pode acontecer que parte desse escape à sensibilidade do biógrafo no instante do registro. Arrolaremos, a seguir, alguns trechos de discursos, pareceres e declarações à imprensa e notícias.

Em outubro de 1955, o Deputado Luiz Viana Filho apresenta na Câmara dos Deputados um projeto de lei mandando que a Petrobrás pague diretamente aos municípios interessados a quota a que legalmente têm direito pela exploração do petróleo em suas terras. Faz observar que é uma coisa curiosa deste nosso país, a sem-cerimônia com que os responsáveis se dispõem a descumprir as leis, ninguém pensando em punição para tais transgressões. São fatos de rotina. No que se refere ao problema do petróleo, chama a atenção, não restava mesmo explicação bastante, para o fato de até então não se haver providenciado o cumprimento das disposições legais favoráveis às comunidades baianas.³

Sua preocupação com a pobreza dos municípios e a participação destes nos tributos gerais já se manifestava em 1943. Vamos ler um trecho de seu artigo – *A Miséria dos Municípios*: “Como se constituísse alguma nova descoberta, andou apregoadado há poucos dias que se cogitava de suprimir todos os municípios brasileiros, cuja renda anual não atingisse cem contos de réis. Evidentemente, o remédio, bem pesadas as coisas, equivaleria a cortar a cabeça de quem tivesse dores de cabeça.

“De fato, em matéria de administração, não se poderia precognizar nada mais absurdo do que esse expediente, cujo inventor, por certo, há de ser algum indivíduo cheio de ranço germânico, pois de todos os países civilizados do mundo, inclusive aqueles dominados por sistemas fascistas, o único onde se adota como norma de administração a centralização dos negócios municipais, é a Prússia.

“Na realidade, porém, o que teremos necessariamente de fazer não será suprimir os municípios mais pobres, mas justamente ao contrário, proporcionar-lhes maiores meios, melhores elementos para que consigam desenvolver-se e prosperar. E para isso, em vez de começarmos pelo esmagamento proposto, o que se terá de realizar é a própria reforma da divisão tributária do país e onde, sem dúvida, reside o grande mal, a causa do atraso, da miséria dos municípios brasileiros. Basta, aliás, rápido confronto entre o sistema tributário dos Estados Unidos e o nosso, para que se veja, sem maior dificuldade, a maneira

por que são espoliados os municípios brasileiros. Assim é que, enquanto no Brasil, de toda a arrecadação de impostos cabem 9% aos municípios, 28% aos estados e 61% ao governo federal, nos Estados Unidos a proporção é respectivamente de 54%, 14,5% e 31,5%. Portanto, ao passo que no sistema americano mais de metade dos impostos revertem para os cofres municipais, no Brasil apenas 9% convergem para a comuna. Como, portanto, podem deixar de ser pobres, miseráveis, os municípios brasileiros, se o Estado e sobretudo a União, sugam mais de nove décimos da arrecadação?

“Daí dimanam todas as conseqüências imagináveis. Enquanto na América do Norte, onde o município, por mais pobre, possui o seu serviço de águas e esgotos, de luz, de transporte, serviços que revertem em benefício da população local, que pagou os impostos, no Brasil, somente os municípios mais afortunados se podem dar ao luxo – e assim mesmo com que sacrifícios – de manterem tais serviços públicos. E, em última análise, no Brasil, viver no interior, no município, nada mais é do que trabalhar para as populações das capitais, únicas beneficiárias dos impostos arrecadados no interior.

“Pois bem, depois de tudo isso, depois de se transformar na sanguessuga dos municípios, seria bastante estranho que a União viesse afrontá-los com a pobreza de que é ela a maior causadora.”⁴

Essa situação se alteraria com a Constituição de 1945 – dois anos depois da publicação do artigo –, quando a distribuição de rendas foi modificada, cabendo uma parte dos impostos federais aos municípios. Era o chamado Fundo de Participação dos Municípios.

Em 1958 o Deputado Luiz Viana pronunciava um discurso iniciado com uma pergunta direta ao Presidente da Câmara:

“Sr. Presidente, espero não tome por impertinência de minha parte a pergunta que desejo fazer a V. Ex^a antes de começar meu discurso. A indagação que dirijo a V. Ex^a é se o Governo da República ainda sabe onde fica a Bahia?”

O presidente responde que a pergunta traz endereço errado e o deputado continua: “V. Ex^a é dos membros mais ilustres do Governo, de forma que meu endereço não pode estar errado, mas asseguro que a impressão que nós, da Bahia, temos, é a de que realmente fomos totalmente esquecidos pelo Poder Central. Então, o que há, graças a esse

abandono em que ficou o meu estado, é um perecimento gradual, constante, da economia baiana. É sobre esse aspecto que pretendo tecer algumas considerações, para as quais peço a atenção dos nobres colegas. Inicialmente falarei sobre aquilo que está sendo tirado da Bahia. Depois direi o que se está deixando de dar. Quanto à primeira parte, a observação que me cabe fazer é sobre o injusto confisco cambial que tem representado para a Bahia uma sangria de cerca de 6 bilhões de cruzeiros anuais. É quanto custa à nossa terra essa pilhéria de sistema cambial vigente. A Bahia contribui – para as diversões do Sul, para Brasília e para outros empreendimentos desse gênero – com uma soma de cerca de 6 bilhões de cruzeiros, como vou demonstrar. Sangria que se repete a cada ano, conforme se vê desse quadro.”

Faz a apresentação do quadro e continua a oração. Por fim deságua no assunto abordado três anos antes, o do petróleo: “A realidade é o oposto. Vejamos. Há grande número de poços petrolíferos dentro da Bahia de Todos os Santos: são os chamados poços submarinos. E ao contrário do que manda a lei, a Petrobrás julga que o óleo extraído desses poços submarinos não deve pagar *royalty* à Bahia. Por quê? Considerar que tais poços estão fora da Bahia, é um absurdo, porque a lei específica declara que o Estado onde se lavra o óleo ou o gás tem direito a um *royalty*. Onde se lavra o petróleo da Bahia de Todos os Santos? Será por ventura na China, será no Japão ou em outro país qualquer? É na Bahia. Na Bahia que tem direito incontestável ao que lhe está sendo negado pela Petrobrás. Mas a Petrobrás convenceu-se de que a Bahia de Todos os Santos pertence a ela, Petrobrás, não mais à Bahia e de que, assim sendo, o óleo ali extraído não está sujeito a *royalty*. A mesma coisa acontece com o gás.” Volta ao problema do confisco cambial, para lembrar: “Enquanto a Bahia produz cacau e é obrigada a vendê-lo a dólar de Cr\$43,00, não obtém a contrapartida que seria de esperar do petróleo, a fim de contrabalançar os prejuízos advindos do cacau. Infelizmente, Sr. Presidente, o petróleo não é nosso, é deles.”⁵

Em 1973, então candidato ao Senado da República, pronuncia no Instituto de Pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso, (IPEAC) a conferência “Rui Barbosa e o Parlamento”, e recebe do Presidente da Câmara a medalha e o diploma alusivos às comemorações do Sesquicentenário do Poder Legislativo. “Além de distinguirmos um dos

mais destacados homens públicos do País, também homenageamos um dos nossos, pois que o Ministro Luiz Viana Filho fez quase toda a sua carreira como membro da Câmara dos Deputados”, disse o Presidente da Câmara ao homenageado. Agradecendo, acentuou Luiz Viana que se considerava “realmente ligado à Câmara para sempre”.

Quando em 1964 Luiz Viana Filho licenciou-se da Câmara para exercer o cargo de Ministro Chefe da Casa Civil do Governo Castelo Branco, já era um nome firmado e confirmado, na política como na literatura. Tanto que foi em razão de seu conceito, quer como deputado, quer como escritor, que o Presidente recém-eleito, sem o conhecer pessoalmente, convidou-o para o cargo. Queria um político experiente e bem relacionado, de fácil diálogo e ao mesmo tempo um intelectual para a chefia do seu gabinete. Diz-se que desejava perto de si o biógrafo de Rui.

“Conheci-o desde a Constituinte de 1945, deputado de uma bancada rica de valores individuais, que contava com figuras como Nestor Duarte, Aliomar Baleeiro, Aluísio de Carvalho e outros que atendiam ao comando de Otávio Mangabeira ou de Juracy Magalhães, conforme a vertente de que eram oriundos. Renovou seu mandato eleição após eleição com os votos da região do São Francisco e de Salvador. Em 1964, o Presidente Castelo Branco, fascinado por políticos de porte intelectual, chamou-o para ministro-chefe do Gabinete Civil. De lá saiu para o Governo da Bahia, posto que exerceu com elevação e eficiência, tornando-se um dos grandes ocupantes do Palácio da Aclamação, do qual terá sido talvez o último habitante”, é o depoimento do jornalista Carlos Castelo Branco.⁶

“De plano”, agora é o depoimento de Renato Vaz Sampaio, “Luiz Viana recusou o convite para a Casa Civil. Castelo Branco deu-lhe algum tempo para decidir-se. Servira-se do tempo, não para pensar. Mas para ir ao historiador Hélio Viana, parente de Castelo, pedir-lhe entrosagem com o pessoal da área militar. Se ainda fosse o Ministério da Educação, poderia ser um coroamento de sua carreira. Castelo, grande admirador de Rui, desejava mesmo o biógrafo de Rui bem próximo de si. E voltou a insistir, contrafazendo os seus hábitos militares: – Aceite pelo bem do Brasil. Nestes termos, respondeu o escritor baiano, eu só poderia recusar

com as palavras do Barão do Rio Branco: ‘Era preciso juntar a certidão de óbito para não aceitar.’”

Não havia mesmo como recusar, era uma convocação muito forte. Até aí havia sido político de oposição. Estrearia o exercício do poder para prestar um serviço ao Brasil. E o prestou bem, tanto ao país, quanto ao Presidente da República. Quanta vez salvou pessoas de bem, democratas, do expurgo dos primeiros dias? Logo se iniciou nesse mister. Eis mais um depoimento de Renato Vaz Sampaio: “Logo no terceiro dia de trabalho na Casa Civil, vai um oficial, solene, ao seu gabinete dar-lhe notícia de que iam prender, na Bahia, Raimundo Reis, como subversivo. O Dr. Luiz tomou a defesa deste. Era um jornalista bem humorado, completamente apartado desta área de risco.” O oficial sairia faiscando ira. “No dia imediato, quem primeiro se fazia anunciar no gabinete de Luiz Viana, era o General Geisel” – continua o depoimento de Renato Vaz: “Fazia-se acompanhar de duas volumosas pastas. Começou demonstrando, à luz até de certidões de nascimento, que um era o jornalista Raimundo Reis, de crônicas leves, chistosas, ex-deputado estadual. O outro Raimundo Reis, era um ‘perigoso líder bancário; suspendeu o expediente de sua unidade de trabalho por uma hora, em sinal de advertência. A adesão ao movimento foi de 25% da categoria’. – É general, meu forte não é esta área. Efetivamente, houve um erro de pessoa, concluiu Luiz Viana convencido que estava da irrelevância da situação de ambos; o jornalista e o líder sindical se nivelavam. Nenhum teria que ser punido, em seu entendimento.” E não o foram.

Outra vez foi Negrão de Lima. Leia-se o depoimento de Josué Montello: “Negrão de Lima era Governador do Estado da Guanabara. Uma tarde, com voz alterada, Negrão me telefonou: – Preciso falar contigo, e vou aí. Nunca eu o tinha visto assim tenso. Chegava a estar desfigurado, com a fisionomia contraída. Queria ler-me a carta que acabara de escrever, dirigida ao Presidente Castelo Branco. Éramos ele e eu, nesta minha sala. Em poucas linhas exprimia Negrão de Lima a sua revolta: a despeito de sua respeitabilidade, tinha sido arrolado como freqüentador de umas reuniões de marginais, em Copacabana, na Rua Paula Freitas e isso, essa miséria, essa podridão, constituía objeto e matéria de um processo reles, nos tribunais secretos da Revolução. A carta de Negrão, dirigida ao Presidente da República, era mais do que

um protesto, um assomo de revolta – era um rompimento, o ponto de partida de uma crise política. Ouvi-lhe a leitura com a calma necessária. E perguntei a Negrão de Lima, quando ele concluiu: – Já mandou ao Presidente? – Não quis mandá-la sem que você a ouvisse. E eu, devidamente sereno: – Nesse caso, deixe-a comigo. O Luiz Viana, todos os sábados, ao chegar de Brasília, vem aqui. Quero primeiro ouvi-lo.

“Sem mostrar a carta a Luiz, resumi-lhe a miséria. E ele mandou este recado para Negrão de Lima: – Diga-lhe que, segunda-feira, cedo, à hora do despacho, tratarei do caso com o Presidente. E na segunda-feira a boa notícia: o Presidente avocara a si o processo; lera-o, e rasgara-o, indignado, no mesmo instante, diante de Luiz Viana.

“O mesmo Luiz Viana que atendeu a outra de minhas ponderações, para servir a outro amigo e foi dizer na Hora do Brasil que a cassação do mandato do Presidente Kubitschek, conforme relatei no meu *Diário da Tarde*, tinha sido um ato político. Graças a essa declaração oficial, pôde Juscelino atravessar de cabeça erguida o seu exílio. Esse, o Luiz Viana Filho que todos nós perdemos com a sua morte. Íntegro. Superior. Obra-prima do bom gosto de Deus.”

Era, de fato, o império da dignidade. Nos dois – o Chefe da Casa Civil, o Presidente da República.

NOTAS:

1 – *A Tarde*, de 24-9-1935

2 – *A Tarde*, de 20-8-1936

3 – *A Tarde*, de 22-10-1955

4 – *A Tarde*, de 6-11-1943

5 – *A Tarde*, de 28-5-1958

6 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, p. 35

.....

VII

O GOVERNADOR DA BAHIA

ELEITO pela Assembléia Legislativa em 3 de setembro de 1966, contando com 51 votos dos 60 eleitores e o apreço publicamente manifestado de associações de classe, deputados federais e estaduais e 141 prefeitos,¹ o Governador Luiz Viana Filho foi diplomado em 24 de janeiro e empossado no dia 7 de abril de 1967.

Em seguida à posse de Luiz Viana Filho no Governo da Bahia, o Deputado Osório Vilas Boas criticou-o, da tribuna da Assembléia Legislativa, afirmando que “o Sr. Luiz Viana Filho, honra nossa pelo seu valor intelectual e moral, é um homem de bem. Mas rasgou seu passado e ficou ao lado de um governo ditatorial, leu o Ato Institucional nº 2, cassou mandatos quando Ministro da Justiça e agora é interventor na Bahia, um delegado imposto pela Revolução e pelo Sr. Castelo Branco, porque não agüentaria uma eleição direta”.

Acho que não. O deputado seguia uma linha partidária diferente e embora elegantemente reconhecesse o valor e a dignidade do intelectual e do homem público, tinha as suas razões políticas, e só políticas, para atacar o adversário de circunstância e considerar que este romperá com o seu passado porque apoiou a Revolução. A Revolução de

1964 não se iniciou como ditadura. Veio para salvaguardar o país de uma crise em que estava posto em total baderna, ninguém pode negar que assim era na oportunidade. Não fechou o Congresso Nacional nem as Assembléias Legislativas, respeitou o Poder Judiciário. Precisou, para pôr ordem no Estado, cassar mandatos, limpar as Casas Legislativas de baderneiros e corruptos. Só de baderneiros e corruptos. Tanto, que o Deputado Osório Vilas Boas, não sendo nenhuma dessas duas coisas, continuou no exercício de seu mandato sem ser molestado. Injustiça nas punições certamente houve. Todo pós-revolução, nos momentos de paixão comete erros, até desatinos. Luiz Viana Filho integrou a Revolução de 1964, como muitos outros políticos então em oposição àquele estado de coisas. E integrante da Revolução aceitou o convite para ser ministro do primeiro governo revolucionário, e nesse cargo, quanta vez defendeu pessoas de bem acusadas por equívoco ou perseguição – a perseguição é coisa comum em política –, a quantos salvou da cassação e da cadeia! Quantas vezes interferiu, quantas vezes conciliou. Leu o Ato nº 2, que foi, sem dúvida um retrocesso. O Ato, ao que se diz, foi uma imposição da chamada Linha Dura. Ou o assinaria Castelo Branco, ou cairia, o que seria certamente pior. Era alguma coisa ligada à eleição de Negrão de Lima na Guanabara e Israel Pinheiro em Minas Gerais. O pessoal da Linha Dura queria impedir a posse. E, para que essa se desse, Castelo cedeu. Fora disso cairia e a posse seria impedida.

Assim se manifesta, sobre a intervenção de Luiz Viana em favor da liberdade em momentos difíceis, o Senador Humberto Lucena: “Luiz Viana Filho, ao lado de Milton Campos e Pedro Aleixo – e os três pertenciam à ex-União Democrática Nacional – foram naquelas horas sombrias da ditadura militar, que durante mais de vinte anos infelicitou este país, as maiores lideranças civis que nós, que estávamos na oposição ao regime militar, tínhamos para estabelecer um mínimo de diálogo com os donos do poder de então. Luiz Viana Filho – como Milton Santos e Pedro Aleixo –, sempre tinham uma palavra de conciliação ao defender os direitos humanos, no auge das torturas. Quantas vezes, como líder do PMDB e da oposição na Câmara dos Deputados, ao Governo Médici, após a cassação de Mário Covas, o procurei, e àqueles dois outros eminentes homens públicos da ex-UDN para que levassem aos presidentes militares de então uma palavra de apelo em favor de presos políticos ou



Luiz Viana Filho quando Governador da Bahia



*Quando Governador da Bahia (1967–1971),
ao lado da esposa, D. Julieta Pontes Viana*

de pessoas que estariam desaparecidas e eram procuradas, em vão, pelos familiares.” (Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, p. 250.)

Por outro lado, o Governo Castelo Branco se autolimitou o quanto era possível em um regime revolucionário, quando as paixões estão sempre acesas, e nisso teve a integral colaboração, possivelmente o aconselhamento, de Luiz Viana, homem que nunca deixou de pautar pela liberdade e de defender a liberdade. Não rompia com as suas tradições, com o seu ideal, com o seu sentimento de repulsa aos regimes de força, o jornalista que em comentário ao livro de João Mangabeira sobre Rui Barbosa classifica-o como um “serviço às letras, à história, de certo modo ao próprio Rui”, e reafirma, em plena ditadura Vargas, seu pensamento: “Hoje, no entanto, além de tudo isso, e mais do que tudo isso é um nobre serviço prestado à República como a desejaram os seus fundadores e construtores, isto é, à República que pusesse todos os cidadãos ao abrigo das violências do Poder, à República que erigisse o voto em ‘praça de armas do cidadão’, à República onde se não esmagasse a liberdade da palavra e do pensamento, à República onde a lei estivesse acima da vontade dos governantes e a justiça a salvo de todas as perseguições” (*A Tarde* – 19-2-44). Antes, servia à República em um momento de crise que aconselhara a Revolução. Estava longe de imaginar o que viria no futuro.

Quanto a aceitar a eleição indireta para governador, foi uma injunção da época. Era a eleição possível. Assim foi em todos os estados, assim foi no governo federal, onde tempos depois Tancredo Neves, opositorista, correligionário de Osório, aceitou uma eleição indireta. Isso não quer, de leve, significar que perderia uma eleição direta. Ao contrário, seu passado político de 5 mandatos de deputado federal consecutivos, indicava que tinha todas as possibilidades de ser eleito. Seu futuro político, de quem venceu duas eleições majoritárias para senador, o confirmam.

É certo que continuou apoiando a Revolução até o fim e esta, em certo momento procedeu como perfeita ditadura, o Congresso manietado, o poder da força mandando e desmandando, as terríveis perseguições políticas e torturas, a morte nos porões da polícia política. Era uma situação de fato, de que não participava diretamente e como mui-

tos, inclusive os da oposição, inclusive Osório, silenciou quando não podia dar uma demão para contornar a situação. Em certa oportunidade diria, referindo-se à fase revolucionária: “Houve momentos em que o melhor que pude fazer pela Bahia foi silenciar.” Homem de paz e concórdia que sempre foi, durante seu governo fez várias tentativas para uma conciliação nacional, que poderia resultar em apressar o retorno ao regime legal, porém não encontrou acolhida. Os jornais da época noticiam essa tentativa de conciliação amplamente. Conversaria com Jango, com Juscelino e até com Lacerda, que rompendo com a Revolução tão só porque tinha pretensões a presidente e foi preterido, o ofendera grosseiramente, assim tivesse acolhida a sua proposta. Os políticos, os partidos políticos, os militares da Linha Dura, o conjunto de forças vivas da nação não aceitaram conviver. E a Revolução, como governo de força, mostrou as mangas. Que poder teriam Luiz Viana Filho ou Osório Vilas Boas para impedir? Apenas o silêncio, até o momento amadurecido para a reação ao poder discricionário. Mas nem sempre foi o silêncio. Quando encontrava oportunidade, Luiz Viana Filho tinha uma palavra pelo retorno ao regime democrático.

Quem se manifestou com acerto sobre a eleição indireta de Luiz Viana Filho foi o jornal *A Tarde*: “Sobre o novo processo eleitoral para escolha dos governadores já firmamos opinião. Contra ele, na devida ocasião, nos manifestamos.

“Temos de ressaltar, porém, que por um ou por outro desses processos, o candidato que hoje será eleito (estávamos no dia da eleição), o Sr. Luiz Viana Filho, preenche todas as condições exigíveis para o Governo do Estado. Por isso, consideramo-lo, quando do lançamento do seu nome pela Aliança Renovadora Nacional, o candidato natural, dada a sua exemplar vida pública e os títulos que no seu decorrer conquistou para chegar à culminância da carreira política.

“Com uma honrosa tradição política, que se transmitiu de pai a filho, é um homem totalmente integrado na vida do nosso povo, de cuja índole participa e a cujo lado tem estado no curso de uma vida pública dedicada a seu serviço.”

Pouco antes da posse reuniu o secretariado assim constituído inicialmente: Fazenda, Boris Tabacof; Trabalho, Renato Medeiros Neto; Justiça, Gilberto Pedreira; Municipalidades, Luiz Viana Neto; Minas e

Energia, Oliveira Brito; Segurança, Antônio Teodoro do Nascimento; Transporte e Comunicações, Francisco Benjamim; Agricultura, Edson Marques; Educação e Cultura, Luiz Navarro de Brito; Saúde, Roberto Santos; Indústria e Comércio, Ângelo Sá; Secretário Extraordinário para Assuntos Econômicos, Vítor Gradim; Procurador da Justiça, Carvalho Filho; Procurador do Estado, Paulo Almeida; Chefe da Casa Civil, Hilton Rodrigues; Presidente do Banco de Desenvolvimento, João Falcão; Presidente do Banco do Estado, Lelivaldo de Brito; Chefe da Casa Militar, Coronel José Isidro.²

Antes de ser eleito, a partir de quando começou a falar-se de sua candidatura, Luiz Viana Filho manifestava o que pretendia realizar e cuidava em providências no interesse do Estado. Falando a respeito de seu futuro governo, declarou em *A Tarde*, segundo notícia de 12 de outubro de 1966, que estava concluindo as linhas gerais do plano de administração que pretendia realizar. Já estava, portanto, trabalhando. No tocante a medidas práticas, disse, buscava conseguir com o Banco Internacional do Desenvolvimento Financeiro o apoio a um grande plano de saneamento para levar água a 85 cidades baianas. Esse plano iria atrair o financiamento de 177 bilhões de cruzeiros. Um outro projeto importante, em que trabalhava, era o do combate às pragas do cacau e seringais do Estado, orçando em 8 a 10 milhões de dólares a ser financiado pelo Fundo Especial das Nações Unidas. Ocupava-se, ainda, do plano de irrigação do Vale do Rio Grande e de Juazeiro, pela FAO, com o objetivo de transformar áreas até então improdutivas ou pouco produtivas, em fontes de artigos de abastecimento.

Eleito governador, manifesta o desejo de dinamizar os setores de estradas e saúde na região do cacau. O cacau, produto de exportação, era, então, a maior fonte de renda do Estado. Afirma à imprensa que a rodovia BR-5, cujo traçado passa paralelo à costa, cortando e servindo aos municípios do sul baiano no sentido norte-sul, teria especial atenção na sua administração, devendo terminá-la o mais breve possível. Ao mesmo tempo que se planejava a construção da referida estrada, um outro plano estava sendo elaborado, declarou, com a participação da CEPLAC, para abertura de vias de interligação do centro desses municípios com a BR-5.³

No discurso de posse, o Governador Luiz Viana Filho manifesta sua preocupação com os vários problemas do Estado e focaliza pontos básicos de sua administração. Fala inicialmente da “plena consciência de que somos ainda uma sociedade flagelada pelo subdesenvolvimento, e portanto, açoitada pelos males. Talvez seja doloroso reconhecê-lo e proclamá-lo. Mas não sei de outro meio para evitarmos os irremediáveis perigos das ilusões, e, pior do que isso, os erros que levam a não distinguir entre o supérfluo e o indispensável. Distinção que não pode estar apenas à mercê das decisões governamentais, mas decorre de imperativo da coletividade que não deverá tolerar nos voltemos para empreendimentos suntuários enquanto existem centenas de milhares de crianças sem instrução, outros tantos enfermos sem assistência médica e milhares e milhares de famílias praticamente desabrigadas, tanto são precárias e deficientes as habitações em que vivem”. Continua, agora focalizando o que seria a marca de sua vida inteira e a maior preocupação de seu governo, a educação: “Não sei de maior dever para um governo democrático, e, portanto, obrigado a assegurar a todos iguais oportunidades, do que esse de proporcionar ao maior número a possibilidade de estudar, preparando-se para produzir melhor e ganhar mais. Muito se falou da multiplicação proporcionada pela energia elétrica. Acredito, porém, não ser menor a multiplicação representada pela educação, especialmente a educação técnica em todos os seus graus”... “Quando ambitionamos ingressar num período de industrialização, em boa hora tão bem iniciado, não será possível descurar do preparo dos que deverão ser a base humana de tarefa tão importante. Precisaremos estar aptos para atender aos que aqui pretendem levantar as suas chaminés.”⁴

Era a preocupação constante. De vida inteira. Em 1979, encerrando o Simpósio sobre o Nordeste, na qualidade de Presidente do Congresso Nacional, não só de homem sempre voltado para os problemas nordestinos, discursava: “Acredito que a primeira providência a ser tomada pelo país para reduzir o fosso que separa o Nordeste das regiões mais desenvolvidas, principalmente do Centro-Sul, é conceber algo de extraordinário em relação ao problema educacional da região. Como imaginarmos construir uma sociedade próspera, feliz, estável, alicerçada na ignorância?”⁵ E seguia longamente na temática, mostrando estatísticas e arrolando os argumentos que o acompanhavam desde a mocidade,

expendidos muitas vezes pelo jornalista dos primeiros anos da década de 30.

Falávamos no discurso de posse como governador. Vai adiante com um tema tão seu quanto a educação – a paz e a boa convivência: “Não devemos alimentar ódios ou cultivar dissensões entre brasileiros, pois haverá sempre alguma tarefa a ser realizada por toda a nacionalidade.” E encerra lembrando que exercerá um “governo que não tenha dois pesos e duas medidas e não conheça interesse que não seja o de todos. Um governo que não seja omisso dos seus deveres, sempre presente nas aflições e nas alegrias”.⁶

Logo mais o governador declara à imprensa que vai criar um grupo de trabalho integrado por secretários de estado, prefeito de Salvador e um representante da Arquidiocese, outro dos Voluntários da Paz, para estudar, visando a resolver, o problema dos Alagados.⁷

Ao completarem-se 30 dias da gestão o Governador Luiz Viana faz à *A Tarde* uma rápida apreciação desse primeiro mês, tempo realmente escasso para qualquer julgamento, mas que dá uma idéia dos rumos a seguir. Podia dizer-se que o governo estava em grande atividade, planejando o que caberia fazer e buscando informar-se da real situação dos recursos de que poderia dispor para a execução do programa pretendido de renovação. Desejoso de enfrentar e vencer preconceitos, o governador revelava-se um homem voltado para o povo, buscando dar ênfase a três iniciativas de cunho eminentemente popular: inicialmente resolver o problema dos Alagados, onde se abrigava uma imensa população pobre que carecia de assistência e o governo queria assistir, para o que convocava a colaboração de setores diversos que deveriam assegurar o êxito da iniciativa. Outra medida de caráter popular foi a ordem dada, para fazer-se a ligação de água em 30.000 residências em Salvador, principalmente nos bairros mais modestos, cuja população em grande parte ainda comprava água em latas ou barris. Por último, iria atacar o problema do abastecimento, certamente o mais grave que existia para os baianos. Neste particular, o governo, por não acreditar em medidas improvisadas ou arbitrárias, já tinha pronto um conjunto de providências que se destinavam a influir nos preços, especialmente dos gêneros de primeira necessidade.⁸

Em entrevista à imprensa ao fim de 40 dias de administração, o governador apresenta um extenso programa de governo. Fala sobre os empreendimentos que vem realizando em colaboração com a municipalidade. Efetuará, esclarece, em Salvador, a ligação da Liberdade com a Cidade Baixa; a conclusão da Avenida de Contorno até a saída dessa com a Praça dos Reis Católicos; a construção do trevo para acesso e escoadouro do tráfego no Túnel Américo Simas; a abertura da Avenida Suburbana, de Lobato a Periperi. No que se refere ao saneamento básico, diz sobre os projetos para a capital, onde é propósito do governo levar água encanada a 100 mil residências novas até o fim do quadriênio e construir um reservatório de 5 bilhões de litros no Rio Vermelho. Núcleos de habitações populares serão construídos, acrescenta, na Boa Vista, São Gonçalo e Retiro.⁹

Com referência ao saneamento básico no interior do Estado, esclarece que até dezembro estarão concluídos os serviços de água em 11 cidades, sendo meta do governo levar idêntico melhoramento a mais de 70. Grandes trabalhos no particular, serão o abastecimento de água de Feira de Santana e Cruz das Almas, distribuindo nessas cidades a água do Paraguaçu, elevada por meios mecânicos.

Referindo-se à educação, setor que considera o mais importante de todos, anuncia a elaboração do Plano Geral de Educação do Estado, sendo de imediato objetivo do governo a obrigatoriedade do ensino primário, a criação de ginásios polivalentes ou integrados e a promoção de cursos intensivos para professores. Setor muito próximo da educação, o da cultura, merecerá, assegura, a atenção do governo no sentido de revitalizar instituições já existentes na capital e no interior; executar um plano de fundação de bibliotecas nos municípios, coordenadas de Salvador, incentivar a edição de livros baianos.¹⁰

Passando ao setor de estradas, declara que construirá em sua administração a rodagem Capim Grosso/Jacobina/Mundo Novo/Irecê para servir a uma zona que pode ser um dos celeiros da capital. Obtida delegação do governo federal asfaltar a BR-101 de Ubaitaba até o extremo sul. Da UASAID, esclarece, já foram assegurados recursos para o trecho Ipiaú/Ubaitaba. O governo construirá a rodovia Seabra/Barreiras, a qual encontrará nessa cidade do São Francisco a rodovia Fortaleza/Brasília. Entre as estradas menores que constam do programa rodo-

viário da gestão, encontram-se a de Potiguara/Itarantim/Munique; a de Ponta de Areia, no extremo sul; a de Lapa a Santa Maria da Vitória; a de Conceição de Feira (asfaltamento); e mais 600 quilômetros de estrada na Zona do Cacau em convênio já assinado com a CEPLAC, no valor de mais de dois e meio milhões de cruzeiros novos.¹¹

Na área de comunicações, é mais uma notícia, será instalada a linha tronco Salvador/Juazeiro/Paulo Afonso/Jacobina, servindo a Senhor do Bonfim, para facilitar a comunicação telefônica com Recife e Maceió. Novas comunicações telefônicas serão estabelecidas na Zona do Cacau, em razão do que teremos melhor contato com Vitória e Rio de Janeiro.

Sobre a agricultura, menciona as seguintes medidas planejadas ou em princípio de execução: distribuição de sementes boas aos lavradores; distribuição de adubos; assistência à comercialização das safras; combate à aftosa; incremento da produção de leite; incentivo à pesca.¹² Já aí, sabendo com que recursos contava, havia planejado. Era, por sinal, um grande programa de realizações, que ao final do governo estaria integralmente executado e de muito ampliado.

Aliás, ainda em 1958, manifestava a preocupação, que o acompanhava desde a mocidade, como mostram, a contento, seus escritos em *A Tarde*, com os problemas de agricultura, de um modo geral: “No mundo inteiro, escreve em artigo assinado, se há alguma coisa mimada pelos governos são os campos, pois sem eles, sem a riqueza que surge das terras trabalhadas de sol a sol, nada se consegue fazer, nenhuma economia logra firmar-se. E como a vida do campo comparada a das indústrias é de maior sacrifício e de menor remuneração, tratam os governos de compensar tais desvantagens por todos os meios ao seu alcance. E disso tiram todas as vantagens, promovendo a riqueza, melhorando os mercados para os artigos industriais e evitando a corrida do homem para as grandes cidades.

“No Brasil faz-se tudo ao contrário – multiplicam-se por todos os modos os benefícios à produção industrial e aos trabalhadores da indústria, ao mesmo tempo em que se espezinha a agricultura e se negam todos os benefícios aos que nela mourejam.”¹³ Agora era a sua vez. Iria executar um vasto programa de trabalho na área rural.

Quanto ao setor de saúde, referiu-se o governador aos passos dados antes de assumir o governo para implantar uma política afirmativa nessa área. A administração elaborou um programa, ao custo de 450 mil cruzeiros novos, visando à recuperação dos quatro centros de saúde da capital, onde serão instalados, além desses estabelecimentos, mais dois centros e um pronto-socorro psiquiátrico. Em Feira de Santana e Jequié, serão criados dois dispensários contra a tuberculose. Na Zona do Cacau, os serviços de saúde serão controlados por um centro sediado em Itabuna, dando-se ao hospital de Ilhéus o caráter de hospital regional.¹⁴

AS REALIZAÇÕES

Respondendo em 1958, quando se aproximavam as eleições daquele ano, a uma enquete de *A Tarde*, que pergunta sobre as qualidades, os requisitos que deve possuir o futuro governador da Bahia, quem será ele, como deverá ser, Luiz Viana Filho, na qualidade de Presidente do PL, lembrando Rui – “meu programa está em minha vida”, tece comentários e traça um perfeito programa de governo, sem dúvida o ideal, o que adotaria anos mais tarde como governador. Eis a resposta:

“Caro amigo e confrade. Cordiais saudações.

“Respondo à sua carta de 4 do corrente, em que pergunta, como presidente do Partido Libertador, quais os requisitos que deve possuir a pessoa capaz de bem governar a Bahia, no próximo quadriênio.

“Confesso-lhe não acreditar que possa crescer algo ao que está mais ou menos no consenso geral. A pergunta, entretanto, pela sua extraordinária importância, é muito sedutora. Quem não já a terá formulado de si para si? De fato, mesmo os mais modestos não ignoram quais as diferenças para a vida da coletividade, entre um mau e um bom governador, e daí o interesse que a indagação lhes deve despertar. Até porque as contas de um governo incompetente quem as paga é o povo em geral, sem outra distinção além daquela que faz dos mais humildes os mais prejudicados, justamente por serem os menos capazes de suportarem as conseqüências dos erros, da inércia, ou do desescrúpulo dos dirigentes.

“Talvez me digam que o eleitorado, o povo enfim, muitas vezes tem errado na escolha. É exato. Entretanto, seria mais certo dizer-se que tem sido enganado, ludibriado por falsas promessas e falsos amigos. Realmente, e disso estou convencido, o povo sabe tão bem quanto qualquer pessoa quais as qualidades, os requisitos que deve possuir um governante. Sabe que deve ser honesto, integralmente honesto, não somente respeitando, mas fazendo respeitar o dinheiro público. Sabe que deve ser alguém que tenha por si uma presunção de capacidade, inclusive na escolha dos seus auxiliares imediatos da administração. Sabe que terá de considerar o governo antes como um árduo posto de sacrifício, do que venturosa oportunidade para fruir os mesquinhos prazeres proporcionados pelo poder. Sabe que precisará possuir a coragem de resistir aos amigos, a nobreza de ser justo com os adversários. Sabe que não deverá estar ligado a interesse de qualquer ordem dependente da administração. Sabe que se lhe exigirá o conhecimento dos graves problemas do Estado, bem como a firmeza no pleitear, da União, o reconhecimento dos direitos, das necessidades e da contribuição da Bahia, cuja população está profundamente sacrificada pelo governo federal. Sabe que deve ser alguém com alto senso de responsabilidade, e de amor à Bahia.

“Ou não saberá o povo serem essas as qualidades fundamentais de um bom timoneiro para os destinos de nossa terra? Sabe, certamente. Mas, o necessário, o imprescindível para bem escolher, é que tudo quanto lhe digam amanhã do candidato, tudo quanto lhe diga o próprio candidato possa ter como fiador, como penhor de que não se trata de uma impostura ou de uma ambição mentirosa, o que Rui Barbosa pôde dizer ao se candidatar a Presidente: ‘o meu programa está em minha vida’. Sem o que continuarão os enganos, os engodos e os equívocos. Embora o povo saiba muito bem quais as virtudes que deve possuir quem aspira à suprema honra de o governar.

Queira dispor do patricio e amigo. Muito obrigado.”¹⁵

Com efeito. A resposta é um esboço de programa. Estava preparado, já aí, para governar. E no Governo da Bahia, além da lisura com que se houve no trato do dinheiro e do bem público, do respeito ao adversário, da representação do Estado e zeloso pleito ao governo federal de benefícios para a Bahia, marcou uma grande administração, no aspecto físico, com a conclusão de obras que vinham iniciadas de

gestões anteriores e a construção de obras novas, previamente programadas com vistas a priorizar as mais urgentes, digamos as de necessidade premente, até alcançar as menos urgentes ou não urgentes, mas sempre necessárias à vida e ao desenvolvimento do Estado. O grande destaque talvez fique com a área econômica, pela continuação dos trabalhos de implantação do Centro Industrial de Aratu, iniciado no Governo Lomanto Júnior e sua conclusão, bem assim a atração, por via de incentivos fiscais e mesmo de convencimento pessoal, não raro ligado ao seu prestígio de conceituado e respeitável homem público e destacado intelectual, inspirando a confiança do meio empresarial do país e do exterior, bem assim pela criação e início de implantação do Pólo Petroquímico da Bahia, que seria continuado sem interrupção e com a mesma ênfase, pelo Governo Antônio Carlos Magalhães que entrava pelas mãos de Luiz Viana Filho, depois de ter passado pela experiência de Prefeito de Salvador, onde com o seu apoio realizara uma grande obra. Hoje, ainda que várias empresas tenham deixado o CIA, a economia baiana tem base especialmente nesses dois pólos industriais, aos quais se somam os de Feira de Santana e Alagoinhas, sem desprezar a contribuição da indústria do interior mais distante, da pecuária, da lavoura e da indústria extrativa, que também estimulou rasgando estradas e levando a energia elétrica, a educação, que conduz ao desenvolvimento e à riqueza, aos pontos mais distantes do Estado. O cacau, que em tempos antigos foi a base da economia baiana e ainda nos tempos de seu governo era o nosso grande produto de exportação, neste momento está em crise, impondo-nos a humilhante condição de importadores. A vassoura-de-bruxa anda livre, dizimando nossos cacauais.

As indicações que vão a seguir, e estão longe de representar o total das realizações do Governo Luiz Viana Filho, são as que se conseguiu na pesquisa da matéria impressa, uma vez que a busca nas repartições seria impraticável.

Começemos registrando as diversas inaugurações de obras e serviços no correr do governo, para mostrarmos, ao final, um sumário do que se realizou, longe, repita-se, de alcançarmos o seu total.

Em viagem ao nordeste da Bahia, no mês de maio de 1967, o Governador Luiz Viana Filho inaugurou o asfaltamento da estrada Olindina a Cipó, obra iniciada no governo anterior, e o serviço de ilumi-

nação da cidade de Cipó, interligado ao sistema de Paulo Afonso, construção da COELBA. No discurso de inauguração, disse que seu maior empenho era realizar um governo integrado, isto é, em que o interior se integre com a capital, para que o desenvolvimento se dê de forma harmônica. No particular do nordeste da Bahia, lembrou que era preciso dar-lhe tratamento prioritário, para que essa região se recuperasse dos longos anos de total esquecimento em que vivera. Em Cícero Dantas, inaugurou o serviço de iluminação pública e residencial da cidade, igualmente interligado a Paulo Afonso.¹⁶

No dia primeiro de junho de 1968, na cidade de Coaraci, diante de milhares de pessoas que acorreram às ruas, o Governador Luiz Viana Filho, ao lado do prefeito municipal, inaugurou o serviço de água daquela cidade, com capacidade para abastecer 20.000 pessoas. A obra foi realizada pelo SESEB e teve um custo final de 262 mil cruzeiros novos, constando os serviços de uma barragem, uma estação de tratamento e uma extensa adutora. No ato, o governador afirmou que o seu governo tem como meta principal o saneamento básico, no qual projeta investir em três anos 60 milhões de cruzeiros novos, por se tratar de um benefício ligado ao bem estar do homem baiano.¹⁷

Dando início, em abril de 1969, ao ciclo de inaugurações do seu segundo aniversário, o Governador Luiz Viana Filho inaugurou no Centro Industrial de Aratu o edifício-sede, que recebeu o nome de Presidente Costa e Silva, a Barragem do Guípe, o Horto Florestal e o viaduto que passa sobre a BR-324, fazendo a ligação entre o CIA e o Aeroporto Deputado Luiz Eduardo Magalhães.

Falando na oportunidade, disse:

“Depois das palavras tão exatas e informativas aqui proferidas em nome do Governo pelo secretário Ângelo Sá, quase que não me cabe mais que agradecer a todos aqueles que aqui vieram, honrando-nos com a sua presença, participar deste ato bem marcante da vida administrativa do Estado.

“Mas pediria licença para acrescentar alguma coisa. Queria dizer por exemplo, que, aqui, em Aratu, estamos realmente fazendo uma revolução. É uma Revolução Industrial do Nordeste, revolução que não é apenas do empresário, mas, também, do trabalhador.

“E, nesse particular, eu não quero me esquecer de uma frase de Tombe, do ilustre Tombe, quando diz que ‘a tecnologia é o moinho que tritura poder e riqueza’. Assim, se aqui estamos introduzindo novas técnicas, isto é, uma nova tecnologia, não tenhamos dúvidas de que também estaremos construindo uma nova sociedade. É impossível que sobre tecnologia nova se levante a mesma sociedade que existia antes. Não! Virá outra. Uma sociedade mais ampla, mais justa, mais humana.

“Estamos longe, hoje, das épocas demagógicas. Nós, agora, em vez de palavras, preferimos os fatos, fatos como este que atestam, realmente, que alguma coisa de novo se está fazendo, de que uma nova mentalidade surge no Brasil. Mentalidade que coloca, acima de tudo, o bem-estar da coletividade e para a qual a política não será um meio, mas um fim em si mesmo. Ela, hoje, é um meio para podermos ter os instrumentos e os elementos necessários, inclusive os elementos de apoio popular, de apoio de opinião pública, para realizar a obra que o Brasil está reclamando, para realizar a obra que o Brasil está exigindo para desmentir aquelas perspectivas tão sombrias que tanto correram o mundo através daquele livro o *Ano 2000*.

“Não! O Brasil do ano dois mil não será aquele país triste, sombrio, atrasado; nós confiamos em que pelo esforço da nossa comunidade, pelas qualidades do nosso povo, pelo nosso trabalho, pela nossa capacidade, nós haveremos de construir um Brasil diferente, um Brasil grande, um Brasil progressista, no qual todos os que o habitam se sintam, realmente, como membros de uma comunidade desejosa de progredir e avançar.

“É para isso que nós aqui estamos trabalhando; é para isso que dia a dia estamos ficando novos marcos no Centro Industrial de Aratu. Já tive a oportunidade de dizer-lhes certa feita: ‘Nós estamos ancorados em Aratu.’ Realmente, temos consciência, como acentuou o Secretário da Indústria e Comércio, de que é necessário incrementar pelo Estado novos e diferentes pólos de industrialização.

“Isso será necessário, sobretudo, para bem podermos parar a corrida para a metrópole, a corrida para Salvador que criará para nós tantos e tão graves problemas sociais.

“Posso também assegurar que daremos a Aratu aquela infra-estrutura que foi aqui reclamada nesse momento. Ela está dentro do nosso

programa e vai ser realizada. Escolas, saúde, preparo de mão-de-obra, tudo isso está sendo programado e será realizado, pois uma obra como a do Centro Industrial de Aratu, tem, sobretudo, de se apoiar no preparo da mão-de-obra. Não podemos criar uma cidade industrial se não dermos ao empresário o operário adequado, aquele que esteja realmente capaz de manejar aquelas máquinas tão complexas, muitas vezes graças à tecnologia moderna. Estamos aqui criando melhores salários para o trabalhador baiano, e, portanto, melhores condições de vida. E é isso que nos anima, e é isso que nos alegra, e é isso que nos entusiasma.”¹⁸

São palavras de um estadista com descortino nacional. Não era certamente um profeta, só um político, um administrador, um intelectual com visão de futuro, trabalhando, produzindo para que melhor fosse o futuro da Bahia e do Brasil. Acabamos de ingressar, festivamente, no dois mil, não somos realmente um país triste, sombrio, atrasado, inviável. Antes, somos um povo alegre que deságua as dores e o sofrimento na folia do Carnaval, na torcida do campo de futebol, na gritaria jovem dos programas de auditório da televisão. Mas somos também um país de maiores dificuldades e mais prementes necessidades que aquelas de há trinta anos, onde a violência mal-contida e a miséria comandam o espetáculo, convidando os homens públicos a repensarem a política social, de modo a criar condições mais dignas, mais humanas, mais justas para o nosso povo. Somos uma nação certamente viável, ainda destinada a um grande futuro, que tem errado, e muito, na administração do bem público, uma gente cuja elite legislativa não raro cuida mais de si mesma e mais trabalha em causa própria, do que pensa no bem público; cujo executivo prima por favorecer os amigos em detrimento da comunidade; cujo judiciário, nem este, não está livre das mazelas no uso irregular do poder. A torcida de hoje é para que antes de se fechar o primeiro século do terceiro milênio, o Brasil, além de não ser “aquele país triste, sombrio, atrasado”, seja “pelo esforço da nossa comunidade, pelas qualidades do nosso povo, pelo nosso trabalho, pela nossa capacidade, um Brasil diferente, um Brasil grande, um Brasil progressista, no qual todos os que o habitam se sintam, realmente, como membros de uma comunidade desejosa de progredir e avançar”.

Em Vitória da Conquista, ainda em abril de 1969, o Governador Luiz Viana Filho inaugurou a primeira unidade do Centro Integrado

de Educação, que recebeu o nome do Secretário Luiz Navarro de Brito. A unidade escolar inaugurada tinha 14 salas de aula e o projeto prosseguia, tendo o Governador determinado a abertura da concorrência pública para a construção da biblioteca e do ginásio. No canteiro das obras iniciadas da estação rodoviária da cidade, o governador assinou a ordem de serviço para prosseguimento dos trabalhos, dizendo ao construtor: “Seja rápido nesta obra, pois já chegamos aqui com bastante atraso.”

Seguindo-se à inauguração de Vitória da Conquista, em Itambé o Governador inaugurou os serviços de abastecimento de água da cidade, com uma barragem com 25 metros de comprimento por 1,60 de altura, vertedouro com treze metros e capacidade variável de 450 a 862 metros cúbicos; adutora com 685 metros de tubulação visando abastecer 20.000 pessoas e estação de tratamento para 400 metros cúbicos, representando tudo uma inversão de 692.000 cruzeiros novos. Inaugurou também a Escola Presidente Castelo Branco e um conjunto educacional com 4 salas de aula.¹⁹

No dia 10 de setembro de 1969, o governador cria a Universidade do Sul do Estado, antiga aspiração e ponto de partida dos mais importantes para a educação e o desenvolvimento regional. Presentes deputados e prefeitos da região, pronunciou o seguinte discurso:

“Não quis assinar esses dois atos, que reputo de real importância em nossa vida econômica e cultural, sem ter a presença de alguns dos legítimos representantes da região a que eles se referem.

“Em primeiro lugar, quero me referir ao decreto que cria a Universidade do Sul da Bahia. É uma velha aspiração da região cacauieira, a qual sempre o Governo, desde os seus primeiros dias, esteve bem atento e bem inclinado a atender.

“Precisávamos, entretanto, um melhor conhecimento do assunto. Algumas pesquisas, algumas investigações que nos mostrassem um melhor rumo a seguir para a efetivação dessa idéia tiveram de ser feitas. Sei que alguns acreditam precipitada a fundação dessa Universidade. Entretanto, na observação que tenho do que se vai fazer, sobretudo no sul do país, com a criação de numerosas universidades, como no Rio Grande do Sul, em São Paulo, no Paraná e em Minas Gerais, acredito que a Bahia não acompanharia o progresso do Brasil e o seu próprio desenvolvimento, se não se dispusesse, também, a criar novas universida-

des que dêem possibilidade a um maior aproveitamento daqueles que pretendem seguir cursos universitários.

“Há dias foi lembrado, numa solenidade do Governo, que este ano estão inscritos para a Universidade Federal da Bahia, para o vestibular, mais de 10.000 candidatos para a existência de 2.500 a 3.000 vagas, no máximo, o que significa que 7.000 jovens baianos que aspiram o curso superior não terão vagas para se matricular.

“Naturalmente, o Estado, dados os seus limitados recursos financeiros, não pode atender a toda necessidade, essa ânsia de estudar de nossa juventude, mas é necessário que façamos alguma coisa, que criemos novas oportunidades, que multipliquemos essas oportunidades, que, pelo menos, demos a um maior número de moços baianos a esperança de que vão ter, realmente, da parte do Governo, a atenção que merecem.

“Mas é-me particularmente grato que essa primeira universidade estadual se implante na região cacauceira, o que vale dizer, justamente na região que mais contribui para os cofres do Estado. Estamos assim, com essa iniciativa, devolvendo ao sul do Estado um pouco do muito que ele nos dá.

“Realmente não seria necessário que eu dissesse, ou instasse em acentuar que há muitos anos, há algumas décadas, mesmo, que a economia da Bahia repousa na região cacauceira, ou melhor, na produção do cacau. Não fosse o cacau e a Bahia não teria as condições econômicas que lhe permitem hoje, realmente, *almejar* com novas perspectivas, com novas áreas de desenvolvimento, para o acréscimo de sua receita.

“Tem sido fundamental para nós o trabalho e a produção do Sul. É portanto um dever do Estado, também ter a sua vista voltada para essa região, dando àqueles que aqui vivem, que aqui trabalham, melhores condições de vida, de educação, de ensino, como sei que é aspiração dessa grande região baiana.

“Como complemento, ou seguimento, a esse decreto, irei assinar outro que dá autonomia às faculdades de educação de Alagoinhas e Conquista. É um decreto também que vem complementar nesses dois grandes municípios da Bahia o seu sistema educacional. Acredito que a mocidade de Alagoinhas e Vitória da Conquista irá receber com entusiasmo esse decreto, que é a segurança de que essas duas novas facul-

dades integram aquelas duas cidades no mais alto nível educacional que podemos lhes dar.”²⁰

Em solenidade realizada no Palácio Rio Branco, recebendo em setembro de 1969 o projeto de Desenvolvimento da Indústria Petroquímica, o Governador Luiz Viana Filho convocou todos os baianos, sem exceção de qualquer ordem, a tomarem consciência do que poderá ser feito e do que “perdemos se não nos mostramos à altura na batalha em que teremos de nos empenhar pela implantação da indústria petroquímica na Bahia”.

O projeto foi elaborado pela CLAN, por encomenda do CONDER, atendendo a recomendação do BID que a convite do governador visitou a Bahia em 1967.²¹

No primeiro plano hoje, entre os estados, na área do desenvolvimento básico, somente em 1967 a Bahia saiu da inércia no campo da habitação – disse em janeiro de 1970 o Sr. Mário Trindade, Presidente do Banco Nacional de Habitação, quando inaugurava o Conjunto Habitacional Rubens Costa, no Centro Industrial de Aratu. No seu discurso destacou o programa de saneamento básico do Governo Baiano.

O Governador Luiz Viana Filho respondeu, em discurso, na oportunidade, que a Bahia era muito grata ao BNH e ao Ministro do Interior pela colaboração que prestavam ao programa baiano de seu governo. O conjunto inaugurado se constituía de 800 casas.²²

Dizendo, ainda em janeiro de 1970, do seu empenho em criar, ao lado da Grande Bahia, a Grande Feira de Santana, o Governador Luiz Viana Filho assinou, no Fórum Felinto Bastos, quatro atos, que, conforme acentuou, “marcarão época na vida daquela cidade”. Eram as leis que criavam a Universidade de Feira de Santana e o CEDIN; a autorização para início da Estrada do Feijão e a autorização para ampliação do Centro Habitacional de Feira da Santana. Com efeito, nada poderia haver de mais importante para a cidade e a região, do que a criação da sua universidade. Assim se pronunciou o governador:

“Não é a primeira vez que para falar no interior da Bahia escolho a grande cidade de Feira de Santana. Lembro-me que há cerca de dois anos, devendo lançar o programa de industrialização do Interior, foi daqui deste mesmo local, que me pareceu mais adequado, dirigir a palavra a toda a comunidade do interior do estado.

“Hoje, voltando a Feira de Santana, passo, nesse mesmo caráter, não apenas a falar para Feira, mas para falar à Bahia. Para falar sobretudo ao interior da Bahia e para dizer-lhe que o Governo continua a ter, como preocupação constante, atender às aspirações, às necessidades, aos ideais daqueles nossos irmãos que se espalham e trabalham por esse imenso território, cuja vastidão é um dos motivos de maior dificuldade para um governo com recursos tão escassos, como é o da Bahia.

“Em primeiro lugar, devo referir-me à Universidade que acredito, ser passo definitivo para que a fisionomia de Feira de Santana adquira um novo tom, uma nova altura, um novo gabarito. Decorre ela de uma decisão do Governo de considerar que já era tempo de darmos ao Interior, àqueles que aqui nascem, que aqui vivem e que aqui estudam, a oportunidade de freqüentarem os cursos superiores. Muitas vezes, sabemos nós, tão difíceis para aqueles que estão limitados a, apenas, à possibilidade da Capital do Estado. Daí a decisão que tomamos de criar a Faculdade do Sul do Estado, naturalmente a zona talvez mais rica, a zona cacauceira. Mas não podíamos jamais esquecer igual oportunidade à Universidade de Feira de Santana que é, realmente, uma dessas comunidades junto às quais eu me sinto estimulado para novos empreendimentos.

“Quero, por último, assegurar que tem o Governo todo o empenho de que em 1971 comece a funcionar na Feira de Santana uma universidade modelo, uma universidade que honre a Bahia e honre a Feira de Santana. Considerarei entretanto que não podia ser dissociado o progresso cultural da Feira com o desenvolvimento material. Daí iniciativa que tivemos no momento de criar o Centro de Desenvolvimento Industrial, de localizá-lo nesta cidade. Talvez houvesse, para alguns, razões ou motivos para que ele estivesse no Centro Industrial de Aratu. Mas era justamente uma demonstração que eu desejava dar, de que, embora interessado no desenvolvimento do Centro Industrial de Aratu, não esquecíamos o interior. Considerávamos tão importante quanto o desenvolvimento daquela área próxima da cidade do Salvador a implantação de indústrias no interior do Estado. E dado o apoio que encontraram aqui as indústrias, dado o Plano Industrial ou centros industriais que já cercam esta cidade, graças ao plano integrado para aqui projetado, aprovado e adotado pela prefeitura municipal, pareceu-me que nenhum lugar seria mais próprio do que Feira de Santana.”²³

Em outubro de 1970, o Governador Luiz Viana Filho inaugurou o Serviço de Água de Senhor do Bonfim, constituído de tubulação de descarga do açude Sohen, adução, caixa d'água, bombas, estação de tratamento de água com capacidade para 12.805m³, obra que se fez por um custo de CR\$3.237.470,43, com a participação do SAER e do BNH. Inaugurou também o Conjunto Habitacional Governador José Gonçalves, com 283 unidades, realizado em convênio da URBIS, BNH e Prefeitura Municipal. Na mesma oportunidade, o Governador foi a Juazeiro, onde inaugurou as obras do porto e assinou decreto estadualizando a Faculdade de Filosofia.²⁴

Em Ilhéus, ainda em outubro de 1970, o Governador Luiz Viana Filho inaugurou o Hospital Regional, que teve um custo de cerca de três milhões de cruzeiros e se realizou com a participação da Fundação Hospitalar e da CEPLAC, mediante convênio firmado com a Secretaria de Saúde do Estado.

Ainda nessa oportunidade esteve nas cidades de Gongogi, Ubaitã, Aurelino Leal e Barra do Rocha, onde inaugurou os serviços de água. Em Ipiaú firmou convênio entre a SESEB e a Prefeitura, para implantação do serviço de água.²⁵

A apresentação da obra realizada pelo Governado Luiz Viana Filho, que se segue, tem apoio sobretudo no trabalho de Hildérico Pinheiro de Oliveira, intitulado *Luiz Viana Filho como realizador de Obras Públicas*, publicado no livro *Homenagem a Luiz Viana Filho*, de Edivaldo M. Boaventura. Acima da realização da obra pública e da administração planejada, Luiz Viana representou o Estado com dignidade e fez valer seu prestígio e independência, não obstante tentativas de aviltamento por parte de certos setores do chamado “estamento militar” que comandou o regime de força. Ainda bem, que imbuído da convicção de que toda revolução há de necessariamente passar por uma fase de autoritarismo para chegar, sem retardamento ou com o mínimo de mora à plena democracia, fizera parte dos primeiros meses da revolução, no Governo Castelo Branco e contava, ainda, no Poder Militar, com amigos, militares e civis de ideais comuns aos seus, interessados em encurtar a ditadura, embora isso não se pudesse fazer ao gosto dos idealistas.

“Luiz Viana Filho, como Governador, definiu claramente, pelo menos até onde pôde ser observado nos planos de seu Governo,

duas linhas de ação – escreve Hildérico Pinheiro de Oliveira –: em primeiro lugar concluir as obras já iniciadas em governos anteriores, em segundo iniciar as novas obras programadas no seu governo.

“Acrescente-se, a tal acerto daquele grande homem, uma exigência da imprescindibilidade das obras para executá-las. Não houve no Governo de Luiz Viana Filho construções executadas pelo mero objetivo político.”²⁶

1 – CULTURA

Não obstante estar a obra destinada ao desenvolvimento econômico do Estado em primeiro plano, prefiro iniciar a relação das realizações do Governo Luiz Viana Filho, com as muitas deficiências e precariedade da informação e da pesquisa, pelo setor cultural, precisamente pela Biblioteca Central da Bahia, tendo em vista que foi uma obra de empenho pessoal do professor e homem de letras, conduzida e concluída com um projeto muitas vezes superior ao constante do Plano de Governo. E o faço dando a primeira palavra a Adinoel Motta Maia. Diz ele:

“Façamos um pouco de História. A Biblioteca Pública da Bahia, a mais antiga da América Latina, começou a funcionar em 4 de abril de 1811, numa pequena dependência do Palácio Rio Branco. Vai caminhando, portanto, para completar duzentos anos. Não é por outro motivo que ainda se encontra em seu acervo primeiras edições de livros importantes de autores como Balzac, de obras desde o século XVI. Seu crescimento levou-a para o outro lado da praça, em prédio próprio, onde ficou até 1970, quando Luiz Viana Filho transferiu-a para o prédio dos Barris, projetado com todos os requisitos necessários ao melhor funcionamento de uma biblioteca moderna, não só com aparelhagem mecânica necessária à movimentação dos livros (das estantes até o leitor) como também com a indispensável conservação dos volumes, inclusive um sistema de ar condicionado central.

“Luiz Viana fez mais do que construir um prédio, no entanto. Estava sendo implantado no seu governo o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, constituído não só pelas bibliotecas estaduais (também a Monteiro Lobato, a Anísio Teixeira e a Juracy Magalhães Júnior) como pelas municipais apoiadas pelo estado. O sistema precisava ser coordena-

nado por uma biblioteca central. Daí, a mudança do nome da Biblioteca Pública da Bahia, para Biblioteca Central do Estado da Bahia. Hoje o sistema tem 274 bibliotecas instaladas em toda a Bahia.

“É, portanto, aquela obra ali nos Barris, a que mais glorifica a memória de Luiz Viana Filho.”²⁷

Lá estão as placas alusivas à sua inauguração:

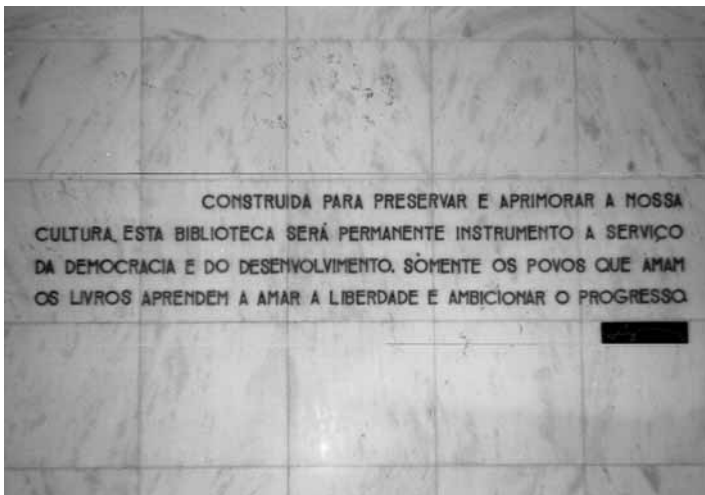
“O Governador Luiz Viana Filho mandou construir esta biblioteca cujas obras iniciadas a 26 de maio de 1969, sendo Secretário da Educação e Cultura o Prof. Luiz Navarro de Brito, foram concluídas a 5 de novembro de 1970, sendo Secretário de Educação e Cultura o Prof. Edivaldo M. Boaventura.”

“Construída para preservar e aprimorar a nossa cultura, esta biblioteca será permanente instrumento a serviço da democracia e do desenvolvimento. Porque somente os povos que amam os livros aprendem a amar a liberdade e ambicionar o progresso.

Luiz Viana Filho.”

Estava afinal realizada a obra que vinha em sua mente de eras distantes. Com efeito, já em 1943, assim se manifestava: “Realmente bastará pensar-se um pouco no que é, no que representa para a nossa cultura e na precariedade da Bahia.”²⁸ Era o homem público atento aos reclamos da comunidade cujos destinos dirigia. Certamente lhe seria agradável acolher os anseios da família desportista, da numerosa gente que tem como diversão primeira o esporte, indo, a seguir, para a folia do Carnaval. Tanto é certo, que ainda na área da cultura esportiva, cuidou em complementar o Parque Aquático Juracy Magalhães e ampliar e melhorar o Ginásio Antônio Balbino.

Outras realizações na área da cultura foram a restauração do Palacete Góes Calmon, onde foi instalado o Museu de Arte da Bahia, anos depois, sendo Governador Antônio Carlos Magalhães, transferido para o edifício onde funcionara a Secretaria de Educação e Cultura do Estado, na Avenida Sete de Setembro, cedendo-se o Palacete à Academia de Letras da Bahia; a instalação do Museu Wanderley Pinho, no Engenho Freguesia; O Museu das Alfaias, de Cachoeira; a construção do Parque Histórico Castro Alves, em Cabaceiras do Paraguaçu, abrindo espaço às comemorações do centenário de morte do poeta; o apoio e estímulo na instalação do Museu Costa Pinto; a implantação do IPAC e



Placa de inauguração da Biblioteca Central da Bahia



Busto de Luiz Viana Filho na Biblioteca Central da Bahia

a fundação da Casa Afrânio Peixoto, em Lençóis. Biógrafo de Afrânio Peixoto, a quem chama de querido amigo e se refere com muito afeto, Luiz Viana Filho compareceu ao evento, que se constituiu da inauguração das obras de recuperação da casa onde nasceu o educador e imortal polígrafo, na praça da matriz, em Lençóis, e da instalação do seu acervo bibliográfico, documental e museológico, incluindo entre outros pertences o violino, o fardão de acadêmico, a mesa onde trabalhou e fotografias de família. Lá ficou registrado na placa de inauguração:

“No Governo Luiz Viana Filho, sendo Secretário de Educação e Cultura o Prof. Edivaldo Boaventura, o Prof. Artur César Ferreira Reis, Conselheiro Federal de Cultura e o Sr. José Senna Brito, Prefeito de Lençóis, foi reconstruída esta casa onde nasceu Afrânio Peixoto, em 17-12-1876. Lençóis, 17-12-1970.”

2 – EDUCAÇÃO

Edivaldo M. Boaventura, Secretário da Educação e Cultura no final do Governo Luiz Viana Filho, oferece o seguinte depoimento:

“Foi no seu governo, de 1967 a 1971, que teve oportunidade de concretizar o seu ideal pedagógico, deixando marcas indelévels em escolas, faculdades, museus e bibliotecas. Educação e cultura, transporte, industrialização e urbanismo foram seus grandes programas. Especialmente no que concerne ao setor educação e cultura, pude acompanhar, como conselheiro de Educação, de 1967 a 1969, e, depois, como o próprio titular da pasta, de 1970 a 1971. Não foi apenas uma fase conclusiva de grandes obras, comandadas por Hildérico Pinheiro de Oliveira, mas de renovado esforço em construção de escolas, de salas de aula e o que julgo sumamente importante – a implantação da Universidade de Feira de Santana, decisão do Governador Luiz Viana Filho em atendimento às lideranças locais. Dr. Luiz tinha verdadeiro entusiasmo pela educação. Uma frase sua bem resume o seu pensamento a respeito: “Educar para enriquecer em vez de pensar em enriquecer para educar.”²⁹

A palavra com Hildérico Pinheiro, para o registro da obra do Governo Luiz Viana Filho, na área da educação:

“A rede estadual de ensino, no período de 1967 a 1971 apresentou notáveis melhorias, tanto nos aspectos quantitativos como nos qualitativos, tanto na sua estrutura organizacional como no processo en-

sino-aprendizagem e na ampliação e manutenção da sua infra-estrutura física. A matrícula no então denominado ensino primário passou de 266.000 para 416.000 alunos; no ensino médio o número de alunos cresceu de cinquenta mil para 125.000; a qualidade do ensino foi sensivelmente aprimorada, o que também concorreu para maior afluxo da população escolar nas escolas públicas estaduais; a arquitetura escolar foi objeto de estudos, pesquisas e análises para obtenção de partido arquitetônico e especificações de construção que permitissem construir escolas mais econômicas, todas porém com os necessários requisitos para adequada e satisfatória operacionalização das práticas pedagógicas.

“Todos os sucessos daquele Governo foram conseqüência do mais completo plano de educação já elaborado na Bahia. Não considerando outros aspetos e objetivando as construções escolares, é conveniente uma análise, ainda que não aprofundada, daquilo que foi o Plano Integral de Educação para o período de 1968 a 1971, pois ele foi precedido de um Plano de Emergência que norteou as ações postas em prática na rede estadual de ensino, no ano de 1967.

“No campo das construções, o Plano de Emergência fixou como primeira prioridade a conclusão, não só das obras escolares como também de todas aquelas ligadas à, então, Secretaria da Educação e Cultura. Entre a capital e o interior do Estado foi prevista a construção de mais de seiscentas salas de aulas, das quais 402 iniciadas na gestão anterior.

“O Plano Integral de Educação, fundamentado sobre resultados de estudos e análises que se realizaram ao longo de 1967 sob a coordenação de Navarro de Brito, começou a ser posto em prática no ano de 1968 e, ali, as construções escolares apareciam com destaque. Primeiramente localizar um prédio escolar nas sedes municipais onde tal não houvesse, com a capacidade necessária para absorver a demanda de matrícula existente. Em segundo lugar, o Plano localizava as demais construções escolares de acordo com a deficiência de espaço físico para acolher a população escolar, deficiência essa levantada pelos estudos realizados durante a elaboração do Plano.

“Em Salvador, Luiz Viana Filho fez construir três desses centros, um na Rua Waldemar Falcão, outro na Ladeira do Paiva e o terceiro na Av. Luís Tarquínio. São eles o Ginásio do Centro Integrado Conselheiro Luiz Viana, o Ginásio do Centro Integrado Anísio Teixeira e o

Ginásio do Centro Integrado Luiz Tarquínio. E ainda o Ginásio Pires de Carvalho e Albuquerque, o Ginásio Marquês de Maricá e dezenas de escolas de primeiro grau. No interior do estado, foram iniciados os centros integrados de Feira de Santana, de Jequié, de Vitória da Conquista, de Alagoinhas, de Ilhéus e de Itabuna, com os pavilhões das escolas primárias, que foram concluídos.

“Ainda que se constituam em complexo escolar altamente satisfatório para um ensino de excelente qualidade, mesmo hoje, os centros integrados foram, como modelo educacional, esquecidos pelas posteriores administrações escolares, dentro dessa comum política de personalismo administrativo; e mesmo aqueles iniciados no interior do estado não tiveram prosseguimento.

“As obras do Governo Luiz Viana Filho no setor educacional não se limitaram ao ensino fundamental. No nível superior foi criada a Universidade de Feira de Santana, com a construção de sua Faculdade de Educação; construiu e instalou as Faculdades de Educação de Alagoinhas, Jequié e Vitória da Conquista. Construiu várias bibliotecas em cidades do interior.

“As construções para fins educacionais realizadas no Governo Luiz Viana foram em tal número e em tal grau de qualidade, que asseguram àquela ilustre figura de homem público lugar ímpar, como governador, na administração da educação.

“Ao fim do governo, o próprio Luiz Viana Filho, na mensagem à Assembléia Legislativa, declarava que foram construídas 2.156 salas de aula para o ensino fundamental; o número é modesto pois os dados foram colhidos nos fins de 1970 e até março de 1971 muitas obras foram concluídas. Pode-se afirmar, ainda que os registros não existam mais nos órgãos responsáveis, que o programa de construções escolares do Governo Luiz Viana Filho ultrapassou de três mil salas de aula para o ensino primário e mais de 305 salas para o ensino médio.

“A cidade de Salvador foi beneficiada com mais de trezentas salas de aula, graças a um programa de aquisição de terrenos, por compra ou por convênio com órgãos públicos, para neles implantarem-se escolas. Pelo menos 16 grandes faixas de terrenos foram adquiridas, ultrapassando a 120.000m² da área no total, a um custo que superou a Cr\$1.000.000,00 à época, quando um prédio de 16 salas de aula custava Cr\$350.000,00.

“Com tal programa de obras, não apenas as matrículas no ensino primário e médio alcançaram aqueles desenvolvimentos já apontados, como, pela adequação técnico-pedagógica dos ambientes escolares, o ensino atingiu a níveis qualitativos altamente satisfatórios.

“Vale ressaltar, entre as obras educacionais do Governo Luiz Viana Filho, os Centros Integrados de Educação, organização escolar perfeitamente válida até hoje, que baseados no Centro Popular de Educação (Centro Educacional Carneiro Ribeiro) de Anísio Teixeira, antecipou-se à Lei nº 5.692/71: são, os Centros Integrados de Educação, um conjunto de edifícios que, pelas atuais denominações estabelecidas pela referida Lei, assim se constituem: uma escola para as quatro primeiras séries do ensino do primeiro grau com um pavilhão para ensino de atividades de trabalho, que poderá servir também às 5ª e 6ª séries do curso de 1º grau; num outro edifício funcionam as quatro últimas séries do 1º grau, que possui normalmente 12 salas de aula e mais três salas para práticas educativas em nível mais avançado que aquelas do ensino até a 4ª série; num terceiro edifício funciona uma escola de 2º grau, também com 12 salas e mais três salas especiais para práticas profissionais, além dos necessários laboratórios; em todos os prédios localizam-se as exigidas dependências para o bom funcionamento do ensino e da administração escolar. Além dos edifícios onde são ministrados os ensinamentos dos conhecimentos básicos e daqueles onde se realizam as atividades de preparação para o trabalho ou aquelas profissionalizantes, o conjunto possui uma biblioteca e um auditório (onde podem ser realizados espetáculos e conferências) que servem não apenas ao estabelecimento de ensino mas, também, à população do bairro em que se situa. Instalações tecnicamente construídas para prática de esportes e educação física, adequadas não só às variedades das atividades como à população do conjunto escolar, completam o Centro Integrado.”³⁰

3 – ECONOMIA

Ângelo Calmon de Sá, Diretor do CIA no Governo Lomanto Júnior e Secretário da Indústria e Comércio no Governo Luiz Viana Filho, oferece o seguinte depoimento:

“A sua inicial e grande preocupação em acelerar o desenvolvimento do estado – o que depois se revelou em ações concretas, era o início de que o seu governo iria constituir-se em um referencial sobre o progresso da Bahia. O Centro Industrial de Aratu, dentro desse objetivo governamental, foi uma constante prioridade na captação de investimentos, a partir do oferecimento de incentivos fiscais e de uma infra-estrutura adequada. O CIA, cujo início de implantação se deu no final do Governo Lomanto Júnior, mereceu do Governo Luiz Viana Filho toda atenção no sentido de sua consolidação.

“No seu governo, iniciou-se o planejamento do Pólo Petroquímico, tendo sido contratada a empresa Clan S.A. Consultores e Planejamento, que elaborou o primeiro estudo sobre essa possibilidade denominado *O Desenvolvimento da Indústria Petroquímica na Bahia*.”³¹

Bem antes de ser governador, em 1961, na condição de deputado federal, já sugeria a implantação da Petroquímica na Bahia, cujos interesses defendeu desde os seus primeiros passos como jornalista. Naquele ano, noticiando uma entrevista de Luiz Viana Filho na televisão, *A Tarde* publicava: “Entende o Deputado Luiz Viana Filho que a Bahia deve lutar pela instalação, aqui, da indústria petroquímica, não se deixando vencer pelos obstáculos que naturalmente surgirão, uma vez que igual pretensão têm outros Estados. Esta seria, dentre outras, a mais urgente reivindicação da Bahia no setor do petróleo. Salientando que toda prioridade deve ser dada à localização no estado da indústria petroquímica, pelo que representa no quadro geral do seu desenvolvimento, o político libertador criticou as grandes inversões em pesquisa e perfuração na Amazônia, com os recursos proporcionados pela produção dos campos de óleo do recôncavo baiano.”³² Meses depois, noticia o mesmo jornal que para o Deputado Luiz Viana a luta que a Bahia está sendo obrigada a travar, para conseguir que se efetive a vinda da Petrobras, decorre da lentidão com que se começou a executar a providência tomada pelo Presidente Jânio Quadros. Apreciando o assunto com muita clareza, o parlamentar contrerrâneo, registra o jornal, fez a seguinte declaração: “A esta altura, quando o assunto já se encontra perfeitamente amadurecido, considero oportuno dar-se ao problema da mudança da Petrobras um sentido objetivo, isto é, abreviarmos ou tentarmos abreviar os atos e decisões dos quais depende a transferência da empresa para Sal-

vador.”³³ Um assunto está vinculado ao outro e em 1962, entendendo que o parque industrial petroquímico, cuja instalação está sendo providenciada pela Petrobras, deve ser localizado em Salvador, o Deputado Luiz Viana Filho presta a seguinte declaração: “A petroquímica deve ser em Salvador. Pelo que sei, a Petrobras, após as vacilações e delongas que têm caracterizado o assunto, bem mais do que o cuidado e os estudos naturalmente indispensáveis, está tendendo a fixar-se na ilha de Madre Deus, sede do terminal marítimo e onde existem inegáveis facilidades de transporte, além da proximidade da Refinaria de Mataripe. Insisto, porém, em afirmar que a petroquímica deve ser instalada em Salvador. Na minha opinião o assunto não deve e não pode ser resolvido levando-se em conta os fatos de ordem técnica, que embora importantes, não são únicos. Principalmente tratando-se da Petrobras, que é uma empresa do Governo e tem, indiscutivelmente, uma função social a atender. Ora, um dos mais graves problemas de Salvador é o desemprego, é a falta de trabalho em que se debate a sua crescente população, hoje já estimada em cerca de setecentos mil habitantes.”³⁴ Caber-lhe-ia, como governador do Estado, tomar as providências definitivas para que o pólo petroquímico se instalasse, como defendia, na Região Metropolitana de Salvador. Era, além da realização, a vitória de quem, de longe, lutava pela providência.

Manifestando sua preocupação, que vinha desde a mocidade, como vastamente o confirmam seus artigos em *A Tarde*, com os problemas do estado em geral, a fome, a deficiência de escolas, a falta de trabalho, e voltando seus olhos, naquele momento, para a implantação de indústrias, especialmente para o CIA, no discurso pronunciado em 7 de novembro de 1967, quando lhe coube abrir os trabalhos do Encontro de Investidores do Nordeste, o Governador Luiz Viana Filho assim se pronuncia em trechos de sua oração: “Aos que, de boa fé, imaginam já nos havermos desenvolvido suficientemente, costume insistir para que venham ver não somente o muito que nos resta fazer, mas também as crianças mal-alimentadas, os adolescentes sem escola, os adultos sem trabalho e uma parte da população ainda enferma e sem habitação, tudo a formar um quadro diante do qual ninguém deixará de se sentir constrangido, e os homens públicos convencidos de que somente pela instalação de novas empresas que representem trabalho e salários além de

maior produção de bens e melhor receita pública poderemos suplantar o ineficiente e agonizante paternalismo com que, por largo tempo, entrevivemos a nossa miséria.”

Fala “do empenho com que nos lançamos à gigantesca tarefa de implantação do Centro Industrial de Aratu, onde, até junho de 1968, com o vigoroso apoio do Banco do Nordeste, será realizada a inversão de 28 milhões de cruzeiros novos em obras de infra-estrutura. Dispêndio justificado”, diz, “pelas 13 indústrias em implantação e mais 41 com cartas de opção já concedidas, representando investimentos globais da ordem de 630 milhões de cruzeiros novos. Tudo”, continua, “a proporcionar 14.000 empregos diretos, devendo, portanto, beneficiar cerca de 200 mil pessoas”.³⁵

Aliás, quem relaciona a obra realizada no CIA ainda é Hildérico Pinheiro:

“No Centro Industrial de Aratu, prosseguiu com as obras já iniciadas e ali executou 35km de vias de transporte abrangendo ligações externas – seja para o local onde depois veio a se construir o porto de Aratu, seja para o Aeroporto Dois de Julho – bem como vias internas; construiu barragens, posto médico, promoveu a execução do serviço de captação e distribuição de água, construiu a sede do CIA e um conjunto habitacional com oitocentas casas.”³⁶

4 – SAÚDE PÚBLICA

No âmbito da saúde pública, realizaram-se reformas nos hospitais Couto Maia, Tissila Balbino e Pronto Socorro Getúlio Vargas. Neste último, as obras levaram à ampliação do número de leitos em tal monta que, ao cabo dos trabalhos, o nosocômio podia atender às necessidades de Salvador com apenas 80% da sua capacidade de leitos e serviços ambulatoriais, ficando os demais 20% para as situações de emergências e de calamidades. No interior do estado, foram realizadas obras de reparos e reformas nos hospitais de Alagoinhas, Jequié, Jaguaquara, Mundo Novo, Vitória da Conquista, Livramento do Brumado e outros. Para melhorar o serviço público de atendimento médico-hospitalar, distribuíram-se subvenções a instituições mantenedoras de hospitais em dezenas de municípios.³⁷ O Posto Médico do Município de Rodelas,

construído na gestão Lomanto Júnior, no Governo Luiz Viana foi equipado e dotado de um médico e um odontologista.

5 – SANEAMENTO BÁSICO

Instalaram-se mais de 300km de rede de água no estado – capital, recôncavo e interior. Foi um avanço de mais de dois terços no sistema de distribuição de água, que até 1966 contava com 527km e em janeiro de 1971 estava em 827km. Na capital foi construído um reservatório no Cabula, no sentido de melhorar o abastecimento de Salvador. No interior, entre outras cidades, foram beneficiadas com abastecimento de água Senhor do Bonfim, Itambé, Coaraci, Itaberaba, Santo Amaro, Nova Soure, Lençóis, Seabra e Teodoro Sampaio.³⁸

6 – HABITAÇÃO

“A programação do Governo Luiz Viana Filho previa a construção de mais de vinte mil habitações, seja pelo IAPSEB, seja pelo BNH”, registra Hildérico Pinheiro e relaciona obras que perfazem um total de 16.025 unidades habitacionais, número próximo da meta, sobretudo se levarmos em conta, como ele próprio anota, que não há perfeita exatidão, antes, há falhas no informe e o número será maior. Ainda deixou pronto um projeto de construção habitacional na capital e no interior, que certamente desaguaria no governo seguinte. A relação da obra realizada, é esta:

Foram concluídos o Conjunto Habitacional Solar da Boa Vista, com 125 apartamentos e o Conjunto Habitacional da Fazenda Sete de Abril, situado nas imediações da Estrada Velha do Aeroporto, com 500 casas, que vinham do governo anterior. Iniciou-se e concluiu a construção de 3.500 habitações em Salvador e nas cidades de Juazeiro, Feira de Santana, Castro Alves e Jequié. Conseguiu-se aprovação pelo BNH para a construção de 11.900 habitações populares, além de ter ficado um projeto elaborado para a construção de conjuntos habitacionais em Salvador e nas cidades interioranas de Itaberaba, Ilhéus, Rui Barbosa, Ibotirama, Amargosa, Itapitanga, Ipiaú, Irará, Ipirá, Alagoinhas, Simões Filho.³⁹

7 – ENERGIA ELÉTRICA

“No que tange à energia elétrica, com segurança pode ser afirmado que mais de 1.000km de linhas de transmissão foram estendidas e, até 1969, 28 municípios já haviam sido atendidos” – a palavra continua com Hildérico Pinheiro, que ainda informa sobre o atendimento de mais de 21 municípios com redes de distribuição de energia na sede municipal, além de melhoria de redes em outras localidades.

O sistema de geração de energia elétrica do Rio de Contas foi ampliado em 150%. Foram concluídas as obras da Barragem de Pedras e ao pé dessa foi construída uma outra estação geradora. A Usina do Funil passou de 20.000 para 30.000 kW.⁴⁰ O Município de Rodelas teve construída uma rede de eletrificação rural, para fins agrícolas, que alcançou dois terços da margem do Rio São Francisco na sua jurisdição e ainda a rede de distribuição de energia da cidade.

8 – TRANSPORTES

O sistema “Ferry-boat”

O texto, a seguir, é de Hildérico Pinheiro de Oliveira:

“A ligação de Salvador à BR-101 por um sistema misto de barcos tipo ”Ferry-boat” e rodovia tem altos méritos e, por isso, deve ser objeto de comentário especial.

“A primeira vantagem do sistema é uma economia em percurso que, mesmo não reduzindo o tempo de viagem pela demora da travessia Salvador–Itaparica, economiza combustível e desgaste do veículo, pois a distância reduz-se em 80km. Em segundo lugar as cidades que ficam no eixo e nas adjacências da rodovia ligam-se mais fácil e rapidamente a Salvador e à BR-101. A tudo isso acrescenta-se a consolidação da ilha de Itaparica como um centro turístico, principalmente no seu litoral leste.

“Do extremo sul até as regiões do norte, de Salvador ao longínquo oeste do Estado da Bahia, numa ação realmente merecedora de destaque, o Governo Luiz Viana Filho atendeu, com obras rodoviárias dentro do sistema de viação do Estado, mais de cem municípios, não considerando a assistência às estradas municipais que atingiu a 248 dos

327 municípios então existentes na Bahia, uma extensão de mais de 22.000km.”

A seguir, relaciona a obra viária:

a) foram construídos 697km de estradas asfaltadas, contando-se a BR-242, atendendo a quinze municípios, inclusive Salvador; *b)* construíram-se novos trechos, com revestimento primário, em uma extensão de 1.727km, atendendo a 72 municípios; *c)* foram melhorados 471km de rodovias, atendendo a oito municípios; *d)* realizou-se a pintura e reaparelamento asfáltico em 178km, alcançando 12 municípios; *e)* construíram-se 2.700 metros de obras de arte ao longo das novas rodovias .

Em Salvador, fez-se a construção do acesso Comércio–Túnel Américo Simas, e vice-versa, por via da ligação da Avenida de Contorno à Praça dos Reis Católicos e pela construção da Avenida Suburbana, que, assim chamada vulgarmente, tem o nome de Avenida Afrânio Peixoto. Também foi construída a avenida paralela à orla até à rótula do aeroporto, que recebeu o nome de Avenida Luiz Viana Filho.

“É possível”, escreve Hildérico Pinheiro, “que hoje 2.100km de novas estradas não representem muito para as possibilidades financeiras da Bahia que pode ‘suplementar’ um orçamento, já no segundo semestre” – isso era em 1990 –, “com 116 milhões de dólares, se considerado o câmbio paralelo, pois no flutuante o valor será de 180 milhões. Em 1968, para construir a BR-242, estimada em 93 milhões de dólares, o Governo Estadual teve que lançar mão de um empréstimo de vinte milhões de dólares, tal era a escassez de recursos estaduais” – continua:

“Luiz Viana Filho, no período de 1967 a 1971, realizou, com uma rodovia, aquela idéia colocada pelo Engenheiro Ramos de Queiroz no plano.”

Três fatores foram certamente contados na vontade pessoal do governador em realizar essa obra, como sejam: *a)* a mudança da capital do País para o Planalto Central, perdida que fora a ligação marítima, como era com a antiga capital, distanciava Salvador do centro de decisões político-administrativas, e essa ligação era, é e será sempre, fator importante nas decisões do Governo Estadual, e altamente significativa no trânsito de pessoas e bens entre as duas cidades; *b)* a ligação terrestre Salvador–Brasília, antes dessa estrada fazia-se pela BR-116 até Minas Gerais, de onde se ia à Capital Federal, via Belo Horizonte, num percor-

so de 2.000km; c) a região a ser cortada pela rodovia, ampla, rica, de terrenos férteis, mas longínqua da capital do Estado e por isso mesmo pouco assistida, tal como se planejara, seria, como foi, altamente beneficiada, integrando-se ao processo de desenvolvimento do estado, recebendo inclusive o influxo da industrialização.

Ouvi recentemente em Palmeiras, Lavras Diamantinas, expressões de reconhecimento e respeito ao nome de Luiz Viana Filho, pela construção dessa estrada e referências expressas aos benefícios que ela levou à região. “Nós, aqui, somos muito gratos a Luiz Viana. Até o evento dessa estrada, o que se tinha aqui eram veredas de carro de boi, que nos deixavam em total isolamento”, diz Antônio Cavalcanti das Virgens, coadjuvado na informação por Josemar Santos Pereira. Referem-se naturalmente às velhas estradas ao nível do solo, ainda hoje existentes em minha região (Chorrochó, Macururé e alhures). No Município de Palmeiras, precisamente ao lado do morro do Pai Inácio, quilômetro 232, estão o obelisco comemorativo da inauguração da obra, que é exatamente o símbolo do Governo Luiz Viana Filho, e a placa, que apresenta esta singela e expressiva palavra do governador:

“1968–1970. Construída para tornar as distâncias menores, esta rodovia fará a Nação maior pela riqueza e integração do povo.”

Luiz Viana Filho

Com efeito! Proporcionou a riqueza e a integração do povo de uma grande região. Além da chapada Diamantina, onde, ao lado da cultura hortigranjeira, cultivava-se precipuamente mamona e recebe-se o benefício da indústria turística, e cujo espigão atravessa de ponta a ponta, alcançou as terras férteis de Ibotirama e o planalto de Barreiras, povoações antes isoladas, hoje integradas a Brasília e a Salvador, exportando soja e boi. “Cortando a chapada Diamantina – poetiza Hildérico Pinheiros –, do outrora opulento e fulgurante Lençóis, dos tempos áureos dos diamantes, do magnífico nascer do sol cantado em prosa poética por Afrânio Peixoto, das tempestades tenebrosas e belas, descritas por Walfrido Moraes, desenvolvendo o além São Francisco, melhorando o poder político do estado, ligando-o ao centro das decisões nacionais, aí está a BR-242, resultado da visão do Governador Luiz Viana Filho, que a tornou possível pela grande capacidade como realizador de obras públicas.”

“A BR-242, mesmo identificada por esse prefixo federal”, esclarece Hildérico Pinheiro, “foi, em quase sua totalidade, realizada pelo Governo Luiz Viana Filho, com recursos estaduais. Os recursos federais destinados à estrada não atingiram a 10% do total aplicado. A obra se realizou em três segmentos distintos: a) regularização e pavimentação asfáltica de um trecho de 88km; b) execução de toda a obra, desde o movimento de terra até a pavimentação na extensão Itaberaba–Ibotirama, com 380km; c) movimento de terra e o revestimento primário, entre Ibotirama – margem esquerda do rio São Francisco – e Barreiras, com 95km.”

“Às considerações que fundamentaram o projeto pode ser acrescentada uma circunstância de alta importância que é a estrada cortar, quase meio a meio, uma promissora região que, com mais de 80.000 km² de área, é contornada a oeste pelos rios São Francisco, Paramirim e Brumado, este encurvando-se para o leste até encontrar o rio de Contas, por onde começa o limite leste da região que continua pelo rio Sincorá, salta por sobre a serra do mesmo nome, alcança o rio Una, prossegue até o Paraguaçu, pelo Santo Antônio, pelo Utinga, e para o norte até as nascentes do Jacuípe, ultrapassa o paralelo 11 e deflete para a esquerda até Xique-Xique, onde iniciou-se o perímetro.”⁴¹

O *ferry-boat*, recentemente privatizado, já começa, ao que se lê nos jornais diários, a apresentar maiores problemas e deficiências que ao tempo da administração pública. Porque o Governo precisava de dinheiro e porque o serviço era deficitário, oneroso demais aos cofres estaduais, em razão da má administração por gerentes apadrinhados politicamente, com uma folha de pagamento sobrecarregada, regra geral em todas as empresas públicas, federais, estaduais ou municipais, passou à iniciativa privada. De cara foram elevadas as tarifas e está funcionando mal. Se estava sucateado, sucateado continua. O que parece faltar a este País, em todas as esferas da administração pública, é dignidade política, respeito aos bens públicos e à sociedade. Venho de um tempo em que os serviços de eletricidade e transporte ferroviário eram explorados por empresas estrangeiras. Tudo em sucata, servindo mal. Foram encampados pelo Governo, que gastou bilhões para recuperá-los. Recuperados, em condições de bem servir, servem mal e sobretudo são onerosos aos cofres públicos. Com um patrimônio extraordinário, montado pelo Governo à



Placa de inauguração da BR-242, junto ao Morro de Pai Inácio



*Emblema do Governo Luiz Viana Filho na BR-242,
ao lado do Morro do Pai Inácio*

custa da miséria de milhares de brasileiros, vão outra vez para a iniciativa privada. Quando estarão de volta, por mal servirem?

9 – SISTEMA AEROVIÁRIO E HIDROVIÁRIO

No sistema aeroviário, a contribuição do Governador Luiz Viana Filho, ainda que pequena, foi muito significativa, proporcionando reais benefícios às populações servidas, com o início de obras, construção, recuperação, melhoramentos e ampliação de pequenos aeroportos ou campos de pouso, bem assim com a conclusão de obras de governos anteriores. Realizaram-se trabalhos aeroportuários nos Municípios de Cipó, Senhor do Bonfim, Livramento do Brumado, Itaberaba, Belmonte, Barra, Barreiras, Valença, Porto Seguro, Canavieiras, Itabuna, Xique-Xique e Jequié – é a palavra de Hildérico Pinheiro, que acrescenta:

“No setor das hidrovias, independente do sistema *ferry-boat*, não esteve ausente o Governo Luiz Viana Filho. Em Valença realizou não só a melhoria do cais de atracação como também um cais para saneamento, que sofreu depois aterro, para ali ser implantado um conjunto habitacional. Porto de Juazeiro, cais de contenção em Belmonte, ponte de atracação em Camamu, foram alguns dos serviços que aquele Governo prestou na melhoria das hidrovias. É de ressaltar sua ação com medidas operacionais que reduziram substancialmente o déficit da Companhia de Navegação Baiana que, em 1967, despendia seis vezes o valor das suas receitas, nestas incluídas as subvenções recebidas; ao fim do Governo a despesa da Baiana era apenas 1,5 vezes a receita, não incluídas nestas, porém, as subvenções.”⁴²

10 – PARA ENCERRAR O CAPÍTULO

Um dos seus últimos atos na chefia do Governo baiano foi a criação do Conselho de Contas dos Municípios, que resultou no atual Tribunal de Contas dos Municípios. Visava a dar maior agilidade ao julgamento da gestão financeira dos nossos municípios, que assoberbava o Tribunal de Contas do estado, responsável pela onerosa tarefa de fiscalização financeira de todas as repartições estaduais. A criação do novo órgão se deu solenemente no Palácio da Aclamação, com a promulgação, a 4 de fevereiro de 1971, da Lei nº 2.900, que retificava a Lei nº 2.838, de

17 de setembro de 1970. Eram presentes o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Jaime Baleeiro e outras autoridades. Sua instalação, sob a presidência do Conselheiro Joselito Falcão Amorim, que seria a seguir aclamado presidente para o primeiro mandato, foi no velho prédio da Biblioteca Pública da Bahia, já então transferida para as novas e modernas instalações recém-construídas à Rua General Labatut, nos Barris, a 10 de março de 1971. Com o Conselheiro Joselito Amorim empossaram-se os Conselheiros José Casais e Silva, Renato Augusto Pedreira Leoni, João Lessa Ribeiro, Luiz Ovídio Fischer, Walter Ribeiro e Jorge Santos Pereira.

Quando, 20 anos depois, fechou os olhos da vida material para entrar na eternidade, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia aprovava unanimemente e transcrita em ata a seguinte moção, assinada por todos os conselheiros (um incêndio destruiu totalmente o arquivo do Tribunal e aí se foram a data da ata e a manifestação dos conselheiros):

“MOÇÃO DE PESAR. A Bahia foi surpreendida, esta manhã, com infausta notícia. É que o Senador Luiz Viana Filho, figura tutelar da política baiana, faleceu durante a noite, após 82 anos de vida útil e luta incansável a favor da Bahia e do Brasil.

“Difícil, neste momento de emoção, ressaltar qualquer dos lados por onde se expandiu sua brilhante e multifacetada trajetória. Desde a política a que se dedicou ainda jovem, até a literatura onde pôde colher as mais altas distinções ao alcance de um escritor.

“Desde a participação em duas Assembléias Constituintes, até o exercício do Ministério da Justiça e da Casa Civil da Presidência da República.

“Desde a Senatória até a Governadoria da Bahia, de onde saiu consagrado pela gratidão e o respeito dos cidadãos.

“Nas letras, foi desde o crítico consciencioso, até o biógrafo exemplar que conseguiu delinear grandes personalidades tão complexas como Rui Barbosa e Rio Branco, trazendo-as redivivas e palpitantes à nossa presença.

“Entretanto, pouco teria dito de S. Ex^a, se não mencionasse a criação desta Casa, em 1970. Sentindo que nova área se abria à ação do

controle externo, dispôs-se a criar e implantar o então Conselho de Contas dos Municípios. Metódico, prudente, ouviu alguns entre os melhores juristas do Brasil, para cercar o novel órgão de todas as salvaguardas. Aliomar Baleeiro, Nelson Sampaio e Orlando Gomes foram alguns dos juristas em quem confiou para construir a estrutura inicial, sólida e até invulnerável com que pudemos vencer as tormentas.

“Encerrado seu mandato de governador e instalado este Órgão, registre-se que S. Ex^a assumiu resolutamente a sua paternidade, batalhando a cada instante pela sua sobrevivência, mesmo quando o pequeno Conselho ainda não granjeara a simpatia e o respeito da sociedade baiana.

“Hoje, quando sentimos que grande parte do caminho já foi percorrido, cumpre-nos, especialmente, registrar que Luiz Viana Filho foi e é uma presença definitiva nesta Casa e na nossa gratidão.

“Se a dor da Bahia é grande, neste dia, a dor deste Tribunal, pontilhado de amigos de Luiz Viana Filho, é, sem dúvida, muito maior.

“Registre-se em ata esta Moção e dê-se conhecimento dela ao Ex.^{mo} Sr. Governador do Estado, ao Senado Federal, à Assembléia Legislativa das Bahia, à Academia Brasileira de Letras, à Academia de Letras da Bahia e à família enlutada.

“Salvador, 5 de junho de 1990. Conselheiro João Lessa Ribeiro, Presidente; Conselheiro Jorge Santos Pereira, Autor; Conselheiro Carlos Araújo; Conselheiro Clemanceau Teixeira; Conselheiro Plínio Carneiro da Silva; Conselheiro Edivaldo Santos Lopes; Conselheiro Substituto José Alfredo Rocha Dias.”

Ao deixar o Governo, saía entre palmas e louvores, ovacionado pelo povo baiano, sempre tão reconhecido aos que dirigem seus destinos com sabedoria e dignidade, trabalho e dedicação. Colhia os louros de quatro anos de dedicação integral. As manifestações de apreço e reconhecimento da Bahia medem-se bem neste expressivo depoimento de Pedro Calmon:

“O Governador Luiz Viana Filho obteve, ao terminar o seu período, a mais consagrada (e a mais difícil) das vitórias. A aprovação popular da sua conduta, como administrador operoso, junta ao reconhecimento político do seu honrado comportamento à frente dos destinos

do estado. Tendo em vista a manifestação final de respeito que também lhe tributou a Oposição, podemos acrescentar uma nota diferente ao registro veraz: a nota rara da unanimidade.

“Os que lhe conhecíamos a carreira pública, realizada sem desvios, desde os albores do neoconstitucionalismo em que, há quarenta anos, se reajustou a República às modernas realidades, não nos surpreendemos com o epílogo feliz do seu Governo vibrante de iniciativas, planejado e dinâmico, a que não faltou nunca o entusiasmo lúcido.

“Insista-se na palavra.

“Lucidez pressupõe lógica, prudência, e continuidade. Esta, a tônica da administração que se equilibra entre os ímpetos do progresso e as vantagens da conservação, dada às grandes obras e empenhada em alicerçá-las na educação do povo, compassada, portanto, pelas solicitações da época e pelas conveniências do meio, esse meio baiano, exigente e culto, que se deslumbra com o desenvolvimento (que é vida) sem esquecer a inteligência e a tradição (imortalidade). Esperávamos, de fato, que o homem de letras – dos maiores do País, guindado às responsabilidades executivas, fosse um promotor de cultura. Não contávamos com as virtualidades do economista, a mobilidade do inspetor dos trabalhos, nas suas múltiplas frentes do interior do Estado, o gosto do empreendimento, a imaginação operativa, dividida, dia a dia, com a capacidade criadora. Para esse vasto quadro de obras públicas, os que visitam a Bahia têm olhos de admiração, enternecidos pelas belas surpresas que lhes reserva a capital, vestida pelos figurinos das metrópoles: roupagem atual e brilhante que deve a um prefeito incomparável, o sucessor de Luiz Viana no Governo; Antônio Carlos Magalhães. Tanto é verdade que em administração (como no tempo) não há parada. Não ir para frente é andar para trás. Avança-se ou retrocede-se.

“A Bahia avançou. Mas não progrediu apenas no que se refere aos problemas materiais, cuja solução urgente empolga e obriga os governos. Adiantou-se, paralelamente, no domínio do espírito, isto é, nas áreas em que se fere a batalha cotidiana da tecnologia, as do ensino, a começar por suas bases, a acabar na superestrutura cultural.

“Sejamos realistas.

“Os estatísticos cometem uma infantilidade, quando medem o desenvolvimento pelos índices flutuantes do produto. Deviam medi-lo pe-

los índices crescentes da educação. Porque a prevalecer aquele critério, nos compararemos às jovens coletividades afro-asiáticas. Mas, a prevalecer este conceito, teremos de nos comparar às grandes civilizações que lucram com a exportação do pensamento, o que perdem na importação da utilidade. A situação da Bahia, no conjunto brasileiro, determina-se por seu patrimônio físico de arte, somado às suas condições humanas de província primaz. É uma Universidade, sobreposta a uma paisagem; um horizonte imaterial que prolonga os traços helênicos da terra e do passado em forma de laboratório incessante de energias moças de estímulos; o futuro condicionado pelas ambições legítimas que o conduzem. Não um futuro qualquer. Mas idealizado, de certo modo romântico, se tudo o que leva razões de consciência é naturalmente, inevitavelmente, romântico. Pois nesse terreno as realizações do Governo de Luiz Viana corresponderam, uma por uma, à expectativa da gente baiana. Quanto ao ensino propriamente dito: quatro faculdades de Educação, seis mil professoras habilitadas em concurso, a rede escolar substancialmente aumentada. Quanto à Cultura na acepção mais ampla: a série dos museus com que a enriqueceu. Com importante contribuição estadual, o museu Costa Pinto. O museu de pintura local, Góes Calmon. O das alfaias, de Cachoeira (Cidade Monumento). O museu do Recôncavo, Wanderley Pinho, modelo no gênero. A Biblioteca Pública, no juízo dos especialistas, a melhor do País. Ainda ontem, nos verdes tabuleiros de Muritiba, o Parque Histórico Castro Alves.

“O julgamento da posteridade é a hipótese que continua a atormentar os homens públicos; a menos que não mereçam este nome. Como, a respeito deles, se pronunciará o mais esquivo, o mais insuspeito, o mais duvidoso dos juízos, que é o juízo impessoal das gerações que aí vêm?

“É preciso esperar por elas. Oferecendo-lhes, contudo, o subsídio dos contemporâneos.

“Este é um depoimento.⁴³”

NOTAS:

1 – *A Tarde*, de 29-2-1966

2 – *A Tarde*, de 7-4-1967

3 – *A Tarde*, de 9-12-1966

190 João Justiniano da Fonseca

4 – *A Tarde*, de 8-4-1967

5 – *A Tarde*, de 29-6-1979

6 – *A Tarde*, de 8-4-1967

7 – *A Tarde*, de 27-4-1967

8 – *A Tarde*, de 8-5-1967

9 – *A Tarde*, de 18-5-1967

10 – Idem, idem

11 – Idem, idem

12 – *A Tarde*, de 18-5-1967

13 – *A Tarde*, de 9-5-1958

14 – *A Tarde*, de 18-5-1967

15 – *A Tarde*, de 17-1-1958

16 – *A Tarde*, de 6-5-1967

17 – *A Tarde*, de 3-6-1968

18 – *A Tarde*, de 8-4-1969

19 – *A Tarde*, de 14-4-1969

20 – *A Tarde*, de 11-9-1969. A palavra registrada na notícia é, como está transcrito, “almejar”. Possivelmente o repórter ouviu mal ou registrou mal o redator. Parece que deveria ser “planejar”. Leia-se: “Realmente não seria necessário que eu dissesse, ou insistasse em acentuar que há muitos anos, há algumas décadas, mesmo, que a economia da Bahia repousa na região cacauceira, ou melhor, na produção do cacau. Não fosse o cacau e a Bahia não teria as condições econômicas que lhe permitem hoje, realmente, almejar com novas perspectivas, com novas áreas de desenvolvimento, para o acréscimo de sua receita.”

21 – *A Tarde*, de 20-9-1969

22 – *A Tarde*, de 16-1-1970

23 – *A Tarde*, de 26-1-1970

24 – *A Tarde*, de 12-10-1970

25 – *A Tarde*, de 19-10-1970

26 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, p. 69

27 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, p. 19

28 – *A Tarde*, de 6-7-1943

29 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, pp. 75/76

30 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, p. 59

31 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, pp. 72/74

32 – *A Tarde*, de 22-2-1961

33 – *A Tarde*, de 7-10-1961

34 – *A Tarde*, de 10-3-1962

35 – *A Tarde*, de 8-11-1967

36 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, p. 70

37 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, p. 71

38 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, p. 70

39 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, p. 70

40 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, p. 70

41 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, pp. 77 a 80

42 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, pp. 67/81

43 – Pedro Calmon, em “O Governo Luiz Viana”, *A Tarde*, de 20 de março de 1971

.....

VIII

NO SENADO

CONCLUÍDO o mandato de governador em 1971, sem que se candidatasse de retorno ao Congresso Nacional, Luiz Viana Filho ficou quatro anos em casa, escrevendo e fazendo sua política, ensinando na Faculdade de Filosofia. Pela Faculdade de Direito já estava aposentado. Em 1974, candidata-se ao Senado Federal. Falando à imprensa, após a inscrição como candidato, diria: “É prematuro se dizer a tônica que empregarei na campanha. Isso porque se apresentam duas fases: – uma de auscultar o eleitorado, ouvindo as suas reivindicações, conhecendo-se os seus ideais, outra a parte do candidato de informar, falar sobre suas idéias, debater o momento institucional sem entrar em detalhes, mas dando o pensamento globalizante dos princípios que defendemos.” Observou que a informação recíproca de candidato e eleitorado é o que leva a uma campanha de alto nível distante da retaliação eleitoral. “Não tenho grupo nem pretendo tê-lo, pois nunca tive essa pretensão. No Governo dei provas cabais, não formando grupos na Arena.”¹ Viria mais tarde a chefiar um grupo político, que se denominaria – vianista. Os amigos o levaram a essa posição. Queriam a sua liderança e ele aca-

bou aceitando-a e exercendo-a com alto desempenho, como em todos os campos de atividade de que participou.

Alcançou ressonância nacional, o nível que Luiz Viana Filho emprestou à campanha de sua primeira eleição para o Senado, nos pronunciamentos pela televisão, apesar das agressões e ofensas de que foi vítima por parte do seu opositor, Deputado Clemens Sampaio, para quem teve resposta firme, mas digna de um cavalheiro.

Com palavras simples, sem uma vírgula de ofensa, respondeu: “Perante as câmaras de televisão fui duramente atingido em minha honra, rudemente acusado e tudo assisti tranqüilamente, não indiferentemente, mas com a tranqüilidade que Deus me deu para resistir às difamações, injúrias e calúnias, por uma triste contingência inseparável da vida política, que pode acontecer a qualquer um que sai à rua e, pode, inopinadamente, ser atacado, mordido por um cão danado.”

Continua: “Não queria aceitar as provocações dos adversários e dos desafetos, que desde o primeiro dia da campanha eleitoral pretendiam denegrir a minha honra por interesses inconfessáveis e escusos. Espero que a Bahia lave esse lixo e o lave com o seu voto, dando-me o desagravo que acredito merecer dos baianos, pela minha vida, meu passado e tudo que tenho feito para honrar e servir à Bahia.

“Fui acusado de preguiçoso, quando desde de 16 anos, idade em que a juventude costuma se divertir, já era modesto trabalhador de um jornal. Daí por diante não parei, na advocacia, no magistério, no Parlamento. E por onde andei conquistei, pelo meu trabalho e esforço, modestos mas honrados, o respeito e o conceito dos meus companheiros. É um pouco de exagero chamar-me de analfabeto. Entretanto, na desenvoltura, fui também chamado de corrupto, quando toda a minha vida pautei pela honradez, trabalho e seriedade.

“Habituei-me a respeitar os baianos, a sua sensibilidade, a sua dignidade como respeitei durante o período que governei o estado, porque nenhum baiano foi humilhado, perseguido, traído, mas apenas conheceu a liberdade, o respeito e o apoio que se deve ao cidadão. Recusei-me terminantemente, a prestar-me ao papel de injuriador, acusador e difamador. Não acredito tenha sido convocado para a propaganda eleitoral para desempenhar essa missão. Mas devo reconhecer a solidariedade que recebi de todos os recantos da Bahia, das associações de classe, das

diversas categorias do povo. Realmente minha alma está lavada.” A Bahia lavar-lhe-ia a honra elegendo-o senador com ampla maioria, nessa eleição e na seguinte. Ele, por si, continuou a servi-la e honrá-la até o dia da morte. Morreu em pleno exercício do mandato de senador.²

Por sinal, outra orientação, não seria de esperar do seu tirocínio e cultura, de sua inclinação para a pureza do diálogo e das coisas grandes. Josué Montello, entusiasmado, escreve um artigo sobre sua candidatura, com palavras as mais desvanecedoras: “Quando a Bahia se prepara para sufragar Luiz Viana Filho como seu representante no Senado da República, não é apenas a terra natal de Rui Barbosa que se eleva nessa escolha – é a própria Nação, é o próprio Senado, a própria classe política. É esse o sentido que vai ter a eleição de Luiz Viana Filho. Não será apenas uma eleição para o Senado – mas também uma bela lição para o Brasil.”³

Sobre as ofensas de Clemens Sampaio, o deputado estadual e candidato à reeleição, Dilson Nogueira, foi à televisão para a leitura da ficha policial do acusador e o TRE cortou a transmissão da palavra daquele deputado. Para resguardar o direito da palavra impedida, ao referido deputado, Luiz Viana Filho entrou no TRE com o seguinte requerimento: “Luiz Viana Filho, candidato ao Senado pelo Aliança Renovadora Nacional, vem, nos termos do artigo 18 e parágrafos, da Resolução nº 609, de 20 de junho de 1974, representar perante esse egrégio Tribunal pelo não-cumprimento dos dispositivos da legislação eleitoral que não toleram propaganda que envolva calúnia, injúria ou difamação.

“Como é notório e toda a Bahia sabe, o candidato ao Senado pelo Movimento Democrático Brasileiro, iniciada a propaganda gratuita, dela se tem valido para reiterada e insistentemente injuriar, caluniar e difamar o peticionário, tudo diante da omissão complacente da Justiça Eleitoral, que se diria intimidada ou no propósito de que a propaganda se afaste da sua finalidade para se tornar veículo de calúnias, injúrias ou difamações. O que entretanto é ainda mais surpreendente e inexplicável, é que ao passo que uma tolerante omissão tem permitido todas as agressões e provocações ao peticionário, critério diferente foi adotado em relação ao candidato Dilson Nogueira.

“Assim é que ontem, no programa noturno gratuito de televisão, mal iniciando a leitura da ficha policial do candidato do MDB, limi-

tando-se a enunciar fatos conforme se vê do texto das declarações que ia proferir e que integram esta representação, foi inopinadamente retirado do ar. E isso quando poucos minutos antes no mesmo programa voltara o candidato do MDB a caluniar o peticionário, diante da omissão da Justiça. Aos ouvintes fica, portanto, a impressão de haver dois critérios, dois pesos e duas medidas por motivos e circunstâncias que o público não atina.

“Espera, pois, o requerente, seja permitida e autorizada a reprodução pela televisão, no horário gratuito do TRE, do texto que seria proferido pelo candidato Dilson Nogueira, que nada mais contém do que fatos notórios, objeto de processo e inquéritos policiais, administrativos e judiciais.”⁴

A campanha chegou ao fim. Luiz Viana foi eleito com expressiva maioria. Era a resposta do povo baiano aos agressores de um homem digno, sério, respeitador – um homem honrado, que jamais ofendeu a quem quer que fosse, antes só sabia tratar com cordialidade e respeito, mesmo os adversários, até os que o ofendiam.

Sua estréia no Senado foi em defesa da Ceplac. Entrou com um projeto de lei mandando transferir para o quilômetro 26 da rodovia que liga as cidades de Ilhéus e Itabuna a sede da Comissão Executiva do Plano de Expansão da Lavoura Cacaueira – CEPLAC. Justificando o projeto, disse que o que se pretendia não era uma exceção, pois eram numerosos os órgãos da administração que tinham sede fora da Capital do País, para assim melhor atender as suas finalidades. E acrescentou que são exemplos o DNOCS, com sede em Fortaleza e a RFNASA com sede em Recife, onde também se localiza a SUDENE. Se, por ventura, alguma atividade mostrasse a necessidade ou a conveniência de contatos com órgãos da administração localizados em Brasília, nada impedia que o dirigente ou servidor da CEPLAC se deslocasse, temporariamente, da sede para atender a tais contatos.

“O que entretanto salta aos olhos, esclarece o senador, é a flagrante conveniência de manter junto à região cacauicultora, em permanente contato com os reclamos, aspirações e necessidades dos que trabalham na lavoura do cacau, a Direção da CEPLAC, que nessa nova localização somente deverá encontrar motivos de satisfação e de felicidade

para o melhor desempenho das tarefas que lhe tocam, de grande relevo para a economia da Bahia e do Brasil.”⁵

Em sessão de 12 de março de 1975, em debate político no Senado, dando o seu testemunho como historiador e até como participante dos acontecimentos dos últimos 40 anos, o Senador Luiz Viana Filho atribui a causa das “agonias, retrocessos democráticos brasileiros”, única e exclusivamente aos elementos radicais. Lembrou que além do episódio de 1935, os comunistas provocaram o de 1937 e o de 1945, pelo menos influenciaram também no suicídio de Vargas, na renúncia de Jânio Quadros e, afinal, na revolução de 1964. Insistiu em que a Arena e também o MDB devem acreditar nas palavras e intenções do Presidente Geisel, acentuando: “Palavras tão lúcidas, quando partem de uma personalidade como o Presidente da República, devem significar alguma coisa. Sabemos que S. Ex^a, através de sua longa vida, nunca se afastou dos problemas nacionais, bem como dos seus deveres e de suas preocupações militares. Essa longa vida caldeada em episódios múltiplos da política brasileira, só fizeram dar a S. Ex^a uma atitude moral cada vez maior. Pode o País estar consciente e convicto de que os passos que o Presidente Geisel der, em direção à democracia, não retrogradarão. Ele não é homem de retroagir, nem de regredir. Ele é um homem de andar ponderadamente, gradualmente, mas andar sempre para a frente.” Conquistada a maior segurança do País, acrescenta, “ele poderá acenar com novos passos em busca da institucionalização da revolução e da democracia, realmente inseparáveis, pois nasceram juntas, e quando chegarmos ao fim da revolução, elas estarão juntas tremulando nos mais altos mastros do País”.⁶

Era o dia 13 de abril de 1975. Em uma entrevista concedida aos jornalistas em seu gabinete, o Senador Luiz Viana Filho expôs uma série de idéias sobre a distensão política, o programa da Arena e a institucionalização do regime, que, dada a autoridade do entrevistado, obtiveram ampla repercussão nos meios políticos.

Considerava Luiz Viana que os dois partidos deviam encontrar uma área comum em que se entendessem para o aperfeiçoamento da Constituição de 1969 e que se devia facilitar a criação de um terceiro partido, pois achava muito difícil a alternância do poder com o MDB.

Também considerava imperioso que o programa da Arena a ser submetido a debate pelo Presidente Petrônio Portela, não se limitasse a idéias gerais. Na sua opinião, era indispensável que estas fossem pormenorizadas, inclusive quanto à reforma constitucional.

Sobre a reforma que entendia dever ser incluída no programa que o partido pretendia debater, destacou a importância do tema “federação”. Para ele, do ponto de vista econômico, a federação já não existia. O seu conceito estava perdendo substância, ante a má divisão das rendas, de que resultava um país rico com Estados pobres e municípios paupérrimos. Salvo São Paulo, pelo que sabia, todos os demais estados estavam na dependência da Secretaria do Planejamento para a execução dos seus planos de governo, só podendo realizar as obras da preferência da União. Era necessário assegurarem-se aos estados, entendia, recursos financeiros que lhes permitissem uma faixa de autonomia que a própria Constituição lhes garantia. Não se tratava de compartilhar planos de desenvolvimento, muito menos que os planos estaduais não se enquadrassem no II PND.

Outro ponto que reputava relevante era o da unidade nacional. O abismo entre o Norte e o Nordeste e o Centro-Sul continuava aumentando, pois o crescimento econômico da área era mais lento que o desta. Para atender essa diferença, ele defendia o retorno do sistema do Fundo de Participação dos Estados e Municípios instituído pela Constituição de 1967, uma compensação à sistemática do ICM, prejudicial aos estados menos desenvolvidos.⁷

Ao ensejo da eleição de Francelino Pereira para a Presidência da Arena, o Senador Luiz Viana Filho enviou carta ao então Presidente, Senador Petrônio Portela, na qual, ao lado de analisar e criticar, ofereceu sugestões várias. A carta, que repercutiu amplamente, era um perfeito programa partidário, com enfoque de vários temas, destacando-se, como sempre no correr de sua vida política, a temática da educação, a que dava ênfase especial. Ao lado disso, abordava com a lucidez que sempre o caracterizou o secular problema da distribuição de renda e da reforma tributária, ainda hoje em debate entre nós. Sempre teve o Senador Luiz Viana Filho que a educação é o ponto fundamental para o desenvolvimento e grandeza de um povo. Parece oportuna a transcrição da carta, em seu inteiro teor:



Na tribuna do Senado, discursando como Senador pela Bahia, cujo mandato exerceu a partir de 1975 até a sua morte em 1990



*Como Senador pela Bahia, ao assinar os termos da Constituição do Brasil em outubro de 1988.
Estão ao seu lado a esposa, D. Julieta Pontes Viana, e o filho Luiz Viana Neto,
seu Suplente no Senado Federal*

“Meu caro Presidente.

“Embora tivesse preferido mais vagar, não desejo ultrapassar o prazo no telegrama em que solicitou subsídios, sugestões, emendas e que hoje se vence. De fato, conforme o prometido, mas não só atendendo a sua solicitação na última reunião do Diretório da Aliança Renovadora Nacional, senão também pelo desejo de colaborar com o nosso estimado companheiro, Deputado Francelino Pereira, em boa hora apontado pelo Presidente Geisel à nossa agremiação, venho trazer-lhe a modesta contribuição de algumas considerações e sugestões. Parecem-me elas de alguma utilidade no momento em que o partido ainda se ressentido do maior e mais inequívoco revés de sua breve existência, e poderão representar tentativa para restituir a confiança infelizmente desaparecida de nossas fileiras. Tanto mais quanto considero uma vigorosa sobrevivência da Arena inseparável, no momento, da própria sobrevivência da democracia no Brasil. É pois, urgente e patriótico fortalecermos a Arena, inclusive convocando, pelos meios ao nosso alcance, figuras exponenciais da vida brasileira, e que pelo prestígio, tradição, cultura e respeitabilidade estejam em condições de transmitir ao País mensagens de entusiasmo e esperança. Não menciono nome para não incorrer em omissões involuntárias. Mas, certamente, bem conhece figuras com inestimáveis serviços ao Brasil e à República, e em condições de virem prestigiar e popularizar o nosso partido. O inviável é um partido que não logre se comunicar com a Nação através de pessoas que ela conheça, nas quais acredite, e que possam dizer coisas pertinentes à vida e ao futuro de cada qual. Na verdade, ou conseguimos aproximar o povo da Arena, ou repetiremos 1974, quando tendo tudo para ganhar, perdemos quase tudo que havíamos ganho.

“Não é mister ter olhos de lince para ver que estamos, queiramos ou não, no limiar de uma nova era. A era da cibernética, do computador, da energia nuclear, e da qual emerge um novo homem, para substituir o homem da decadente civilização industrial. Um homem com aspirações novas, e que reclama novos caminhos, embora de maneira ainda desordenada, como é próprio de períodos de transição. E aos partidos políticos, se quiserem realmente ter o alto e relevante papel que lhes toca numa sociedade aberta e democrática, cabe projetarem e construir tais caminhos. Até porque é tarefa mais dos partidos do que dos

governos. Não poderemos, portanto, nos omitir de um papel de vanguarda para o qual é indispensável que a Arena conserve austeridade como um instrumento efetivo de princípios e idéias a serviço do Brasil. Sem o que nos transformaremos num aglomerado artificial, facilmente dominado pela mediocridade. E para o evitar, a condição primeira é o partido poder viver livremente de modo a que, dentro de uma competição normal se afirmem as suas lideranças naturais, merecedoras de confiança e de apreço dos correligionários. Partido enfeudado – diz a experiência – é partido em decadência. No particular, embora não pretenda contribuir para agravar as notórias e flagrantes dissensões, que inquietam a nossa agremiação em algumas unidades da Federação, talvez fosse oportuno, em outras circunstâncias, uma análise profunda para completo conhecimento do que ocorre com prestigiosos correligionários, alguns já inclinados a abandonar as agruras da vida partidária. Sei que não será fácil. Estou mesmo a lembrar-me dos esforços do Presidente Castello Branco, que para fortalecer o partido de acordo com a ilustre e centenária tradição republicana iniciada em Itu, com a Presidência de João Tibiriçá Piratininga, convocou o nosso eminente companheiro Daniel Krieger. Deixemos porém a história em paz.

“Como é conhecido, tenho as idéias como mais importantes do que os homens, embora elas jamais se concretizem sem grandes homens. E nunca tanto precisamos de idéias, pois somente estas poderão salvar a Arena. Não há porque nosso programa se confundir com o do Governo. O nosso programa será um ideal a ser realizado através do tempo. O Governo é necessariamente limitado pelas possibilidades de próxima efetivação.

“São numerosos os problemas para um partido que aspira a orientar e dirigir a Nação. Ao apelar para a imaginação criadora do nosso mundo político é evidente haver o nosso eminente Presidente Ernesto Geisel desejado encontrássemos o caminho da comunicação nacional em torno de instituições que assegurem a ordem, a continuidade revolucionária, sem prejuízo dos direitos inerentes aos cidadãos. Do mesmo modo que devemos tentar minimizar a crescente corrente da opinião nacional que tem como imprescindível o surgimento de um número de partidos adequados para exprimir as nuances do pensamento político nacional. Contudo, são tantos os temas, no campo das idéias, a desafia-

rem a nossa capacidade de decisão, que prefiro abandonar considerações outras, para nelas me fixar. De fato, para um partido para o qual devem confluir pessoas reunidas por uma identidade de pensamento, e também de interesses, deve ser precípua conhecer as grandes linhas das reivindicações populares, pois somente assim, aceitando-as, ou não, teremos consciência da nossa posição face à opinião pública, e não seremos dolorosamente surpreendidos como ocorreu na eleição de 1974. Nada pior para um partido do que ser cego, surdo e mudo. Máxime numa época em que tudo se baseia na comunicação.

“É urgente que a Arena diga ao País o que pretende fazer daqui por diante. Do contrário, continuaremos a ser a pedra onde se lavam as amarguras do povo, a começar pela elevação do custo de vida, que dia a dia gera novas insatisfações. Perdoem-me a franqueza. Acredito, porém, seja mais frutuosa do que o turíbulo de louvores, forma de adiamento momentaneamente grato, mas que torna mais graves e difíceis os problemas procrastinados. Estou certo de que a Arena deverá se popularizar na base de alguns objetivos definidos, facilmente compreensíveis pelo eleitorado. Nada de fórmulas vagas, indefinidas e que a ninguém sensibilizam. Precisamos representar algumas idéias e aspirações do povo brasileiro. Até aqui muito se tem proclamado que somos o Partido do Governo. É necessário que a título tão honroso juntemos também o de sermos o partido do povo brasileiro.

“Dentro desse pensamento venho pedir-lhe caso julgue conveniente à Arena, submeta à próxima convenção para que se incorporem ao nosso programa as sugestões abaixo enumeradas, nas quais sintetizei objetivos que, acredito, atendem a aspirações de grandes correntes da sociedade brasileira nesta fase de profundas transformações.

“Inicialmente, desejo reportar-me ao problema educacional, que tenho como o fundamental e essencial para o futuro do País. Não importa o que se tenha feito – premente definir o que se irá fazer, e qual a posição que a Arena espose em setor tão importante. Tomaria mesmo a iniciativa de propor que se inscreva em nosso programa uma declaração expressa, peremptória, inequívoca, de que a Arena considera como primeiro e mais importante objetivo governamental a educação nacional. Precisamos inclusive gastar ainda mais em educação. E devemos fazê-lo com a consciência de não haver investimento mais benemérito,

mais rentável do que o feito na educação. Ainda recentemente renomado economista, o Professor Carlos Langoni, afirmava que a educação explica 30% do crescimento do produto nacional. Contudo, enquanto o orçamento do Ministério da Educação monta em 3 bilhões e 893 milhões, o Estado de São Paulo, com um quinto da população do Brasil destina 4 bilhões e 590 milhões à educação. É necessário que ninguém no Brasil deixe de estudar por falta de recursos, pois somente assim seremos verdadeiramente uma democracia. Por isso mesmo tenho como objetivo primacial do Partido no setor educacional a adoção de alguns princípios destinados a corrigirem as desigualdades socioeconômicas do acesso à educação. Cabe-nos defender que a educação seja realmente acessível a todos os brasileiros, independentemente da situação social e econômica em que se encontrem. Daí pretender que sejam submetidos à apreciação e ao voto da nossa Convenção, os seguintes itens:

1) Implantação de um sistema pré-escolar, dando prioridade ao atendimento da população de renda mais baixa; universalização do ensino de 1º grau nas áreas urbanas e rurais;

2) Incrementar expansão no sentido de profissionalização do ensino de 2º grau;

3) Expansão racionalmente equilibrada do ensino superior e redefinição dos seus mecanismos de ingresso, dando-se ênfase ao requisito de aptidão potencial do candidato;

4) Erradicação do analfabetismo dentro de uma perspectiva de educação integrada;

5) Utilização de todos os recursos da comunidade para efetiva educação permanente, eliminando-se para os adultos os pré-requisitos limitativos existentes.

“Dentro desses itens, acredito possível instituir-se no País um sistema educacional isento de privilégios. Numa palavra, uma educação para o povo, atendendo-o, amparando-o e educando-o, desde a fase pré-escolar até à universidade. Uma educação integrada e não uma educação estatística. Uma educação em que o saber seja mais importante do que os diplomas. E uma universidade que seja realmente a mais desinteressada e a mais popular das instituições.

“Proponho, outrossim, que a Arena adote a idéia da criação do Ministério da Cultura, que está a exigir uma atenção maior, e somente possível se desvinculada da educação, certamente mais reivindicante de problemas mais gritantes e imediatos.

“É necessário que ninguém no Brasil deixe de estudar por falta de recursos, pois somente assim seremos verdadeiramente um democracia. Cabe-nos defender que a educação seja realmente acessível a todos os brasileiros, independentemente da situação social e econômica em que se encontrem.”

Impressionante o cuidado, a dedicação, pode-se perfeitamente dizer o amor, com que Luiz Viana Filho trata dos problemas educacionais e culturais, os educacionais acima de tudo. Em todos os momentos de sua vida, desde os artigos do moço jornalista, às manifestações do homem maduro ou idoso – o deputado federal, o ministro, o governador, o senador, não perdeu oportunidade para uma palavra em defesa da educação, da primária à universitária, do saber (*uma educação em que o saber seja mais importante que os diplomas*), da cultura. Afinal, está aí, hoje, o Ministério da Cultura que ele reclamou. A educação, entretanto, continua se arrastando, e, como ontem, só chega para as elites.

Mas voltemos à carta:

“Vencido este setor educacional, que tenho como pedra angular da sociedade, creio ser oportuna a definição da Arena face ao sistema tributário brasileiro. Precisamos reformar o atual sistema de distribuição de renda, quer no que diz respeito às pessoas, quer no que se refere aos estados e municípios. A verdade é termos um sistema no qual os municípios estão pobres e os estados paupérrimos, ambos vivendo da generosidade da União. De tal modo que até se sugere o extermínio da federação, objeto de tantas lutas e tantas glórias nos fatos da nossa história.

“Mas, principalmente injustiças tributárias que oneram o povo brasileiro, desejo tratar aqui. Certamente, numa fase em que foi essencial a poupança e o acúmulo de capitais, para a recuperação da economia devastada pela inflação e a anarquia, houve que exigir sacrifícios. Atualmente acredito já possível cuidarmos de mais adequada distribuição de renda, não somente mediante melhorias de salários e uma série de amparos sociais, hoje propiciados pelo Governo, mas também através de profunda modificação do imposto de renda, que deve ser utilizado como adequado instrumento para suprir as insuportáveis desigualda-

des existentes. Na realidade há uma inversão – somente as grandes rendas têm meios de fugir ao fisco. Seja por fruírem isenções, seja pela política dos incentivos fiscais, as grandes rendas do País estão pagando muito menos do que deveriam pagar. O indefeso é o assalariado. Este, pequeno ou grande, não tem como fugir: paga na fonte adiantadamente. Empregado público, militar, profissional liberal, comerciário, bancário, pouco importa; viveu de salário paga na boca do cofre.

“É tempo de a Arena, se assim entender, dizer o que pensa sobre o assunto. O impossível é ignorar o fato e cruzar os braços. Quanto a mim não seria necessário que o dissesse – sou por que a Arena convoque técnicos, estude o assunto, e veja qual o melhor meio para se fazer do Imposto de Renda um efetivo instrumento de justiça social. Para tanto, o primeiro passo será a Arena inscrever no seu programa, como proponho, uma imediata modificação do Imposto de Renda com o precípua objetivo de atender aos assalariados. Se não pudermos ser o partido de todos, certamente não devemos ser o partido dos privilegiados. Quem por ventura ignorará que é injusto e anti-social o atual sistema de tributação para as transmissões entre vivos e por sucessão hereditária?”

Tema antigo e ainda hoje em pauta, o da reforma tributária e da distribuição de rendas, é aqui abordado com lucidez tal, que pode, na atualidade, serem utilizados os argumentos. De fato, são decorridos vinte e quatro anos e só agora debate-se a reforma tributária. E sempre de má-vontade, sempre sem a disposição de fazê-la instrumento de melhor distribuição da renda nacional, pô-la a serviço do interesse social.

Continuemos a leitura da carta:

“Não é segredo que preconizo profunda modificação na ação partidária da Arena, que deverá ser o grande estuário para o qual convirjam as aspirações das várias camadas da nossa população de trabalhadores, pequenos comerciantes e industriais, comerciários, funcionários, bancários, militares, agricultores, jornalistas, advogados, médicos, engenheiros, e quantos mais vivam de salários ou pequenos rendimentos – e que reunidos, representem a sofrida classe média brasileira. Não basta que sejamos contra o que houver de errado – é imprescindível que sejamos também a favor de algumas aspirações da sociedade brasileira, que reclama um Partido com o qual se sinta identificada, solidária e confiante.

“Creio não dever alongar-me. Contudo, não deixarei de acentuar importantes setores da vida brasileira para os quais se deve voltar a Arena. É sabido, por exemplo, que um dos mais seguros indicadores da modernização de uma sociedade é a crescente participação da mulher nas atividades econômicas, culturais e profissionais. Que pretende a Arena seja feito em setor tão importante? E que dizer da nossa posição diante dos jovens, dos que produzem no campo, e dos que fazem, nas indústrias, a transformação da nossa economia? Não deveremos ter uma posição diante de problemas graves e atuais como o da explosão demográfica, o da poluição, e o da crise das matérias primas?

“Por último, e para concluir, proponho que a Arena assuma uma posição inequívoca diante dos problemas que continuam a agravar as perigosas disparidades regionais. Eliminar gradativamente tais disparidades é um dos objetivos do II PND, proposto pelo Presidente Geisel. Contudo, conforme se constata de recentes análises estatísticas, tais objetivos não serão alcançados sem profunda modificação no atual sistema de incentivos fiscais, e medidas outras na área governamental. Na realidade as disparidades, em vez de diminuir, são cada dia maiores. Dizem-nos os números. Que pensa a Arena e a sua direção sobre tão importante problema nacional?

“Conforme vê o ilustre amigo, não sou dos que julgam temerário pretender que nos reunamos corajosamente em torno de algumas idéias. De um partido de janelas abertas, tudo irá bem. E leve tudo à conta de quem deseja contribuir para que a Arena conserve a flama de que precisa, para bem elevar a democracia no Brasil.

“Disponha de quem tem a honra de se subscrever como seu admirador e colega, muito obrigado.”⁸

Ele clamava, em 1975, contra as disparidades existentes entre o Nordeste e as regiões Sul e Centro-Oeste, e advertia para a impossibilidade da convivência, indefinidamente, da riqueza com a miséria. A situação ainda é a mesma.

A matéria debatida na carta continuaria, com maior ênfase, em 23 de setembro, quando subiu à tribuna do Senado para pronunciar o discurso que publicaria logo mais, dando-lhe o título de *Em Favor do Nordeste*. No prefácio do livrete em que o publica, escreve:

“É uma velha batalha, a que o Nordeste trava contra o pauperismo, e que parece ter tido o seu primeiro eco nacional por ocasião da seca de 1877. Sinal de que estamos à beira do centenário em nossa luta. E são muitos os brasileiros ilustres que nela inscreveram os seus nomes benemeritamente. Lamento não poder evocar todos. Mas lembrarei Elói de Souza, Epitácio Pessoa e José Américo de Almeida. Nova calamidade climática levou à criação do Banco do Nordeste e da Sudene, dos quais foi suporte valioso a Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

“Acredito, porém, não ser injusto ao acentuar que foi a partir da Revolução de 1964 que os problemas do Nordeste tomaram nova dimensão na consciência política do País, com o Presidente Castelo Branco e os Ministros Cordeiro de Farias, a quem sucederam João Gonçalves de Souza, Afonso Albuquerque Lima, Costa Cavalcante e o atual Ministro Rangel Reis. Superintendentes da Sudene foram Rubens Costa, Tácito Theóphilo, Euler Bentes, Evandro de Souza Lima e o atual José Lins de Albuquerque, todos empenhados em redimir os nordestinos, elevando-os ao nível dos nossos irmãos de regiões mais ricas.”

E as coisas não mudaram para melhor, senão para pior.

“Senhor Presidente, Senhores Senadores,

“Se há um discurso que tenha vacilado em proferir é este, pois, infelizmente, em vez de trazer uma palavra de alegria ou de esperança, o que ele contém, principalmente, é uma nota de desalento a juntar-se a muitas outras já enunciadas no Parlamento. O que eu quisera era poder subir a esta Tribuna para proclamar, entre alvíssaras, que, conforme o expresso inequívoco e benemérito propósito do Presidente Geisel, estaria diminuindo o fosso que separa o Nordeste do Centro-Sul. Repito aqui as palavras do II PND:

“Para reduzir o hiato econômico em relação ao resto do País, deverá o Nordeste crescer a taxas superiores a 10% ao ano. A meta é de difícil consecução, mas pode revelar-se viável em face da maturação de investimentos industriais, realizados no período anterior, e se o setor agropecuário mostrar reação aos estímulos dos dois anos. Tal viabilização ocorreria com crescimento industrial da ordem de 15% e agropecuário de 6 e 7%.

“A verdade é outra e o nosso dever, inclusive perante o Presidente da República, cuja integridade de propósitos constitui penhor de

segurança para todos nós, é dizer-lhe a verdade, pois bem sabemos quanto é difícil a verdade romper as barreiras que não raro se interpõe entre ela e os governantes. E a amarga verdade, a verdade dos números, a verdade dos fatos, é que hoje, comparado com o Centro-Sul, o Nordeste está mais pobre do que ontem. Seria muito pouco, Sr. Presidente, se aqui viesse apenas para lamentar essa realidade, que um pouco adiante exprimirei em números, números dramáticos, que devem dar a cada um de nós a consciência de que, ou o Brasil se entrega de corpo e alma, como se estivesse numa guerra, para suprimir o alargamento desse hiato, ou não estaremos contribuindo para a unidade nacional de que tanto nos orgulhamos. A riqueza e a miséria não viverão indefinidamente juntas.

“Por que se terá, porém, interrompido essa fase de ascensão, que até as proximidades de 1970 tanto alegrou o coração dos nordestinos?”

Poucas palavras mais e chega à temática de sua predileção, dos seus cuidados de vida inteira – a educação:

“De fato, Sr. Presidente, sou dos que acreditam que a primeira providência a ser tomada pelo Brasil, digo pelo Brasil porque considero uma verdadeira cruzada nacional, se pretendemos efetivamente diminuir o fosso que está separando e afastando o Nordeste – e tudo quanto digo em relação ao Nordeste se aplica inteiramente ao Norte – do Centro-Sul é pensar como fazer algo de excepcional em relação ao problema educacional do Nordeste (*Muito bem!*), cujas condições exigem medidas extraordinárias para atender a uma situação também extraordinária.

“Como imaginarmos construir uma sociedade próspera, feliz, estável, alicerçada na ignorância? Senão, vejamos os números oficiais: A primeira coisa que eles mostram é termos no Nordeste uma população eminentemente jovem. Bastará dizer que um terço da população tem menos de dez anos de idade. E 57% dela tem menos de 20 anos. E isso, numa população de mais de trinta milhões de pessoas das quais 45% são analfabetos; 45% Sr. Presidente! Analisemos porém, a situação dos jovens. Entre os 5 e os 14 anos, há quatro milhões e duzentos mil analfabetos. E mais: dos treze milhões de analfabetos, com mais de 16 anos, existentes no Brasil, oito milhões estão no Nordeste, que representa menos de um terço da população brasileira. E 40% dos jovens, entre 10 e 14 anos, que vivem na área rural são analfabetos. Será preciso explicar

por que é ínfima a produtividade da nossa agricultura? Será preciso investigação maior para sabermos por que não se aplicam modernas técnicas agrícolas, como o uso de fertilizante, a seleção de sementes, a aplicação de defensivos, ou na pecuária, a inseminação artificial e o balanceamento das rações, quando 99% dos que trabalham nas áreas rurais do Nordeste ou são analfabetos, ou tiveram apenas educação elementar? Ou será pelo fenômeno oposto que nos Estados Unidos, com todos os seus excedentes agrícolas, que vendem a longo prazo, e até dão, vivem nos campos, em alguns casos, pouco mais da metade dos que mourejam nos campos nordestinos? Não sei se sou suficientemente claro para que o Brasil tome conhecimento da calamitosa situação educacional do Nordeste.

“Sr. Presidente, faço por ventura uma acusação? Não. Apenas divulgo um diagnóstico. E para que encontremos e apliquemos a urgente e indispensável terapêutica, que precisa ser excepcional, e para a qual eu gostaria de convocar a Nação por tudo que ela possuir de mais sensível ao seu futuro, ao futuro da juventude do Nordeste. No meu entender, o que está ocorrendo na educação da juventude nordestina é mais grave do que as secas, as enchentes, ou epidemias. É uma calamidade de proporções nacionais. Desgraçadamente uma calamidade silenciosa, pois as próprias vítimas não têm consciência do que lhes acontece. Mas, eu perguntaria: poderemos nós, que representamos o Nordeste, permanecer silenciosos e conformados diante desse quadro? Porque é necessário que o diga – a consequência desse quadro é a miséria em que está mergulhada grande parte da população nordestina. Pelos dados divulgados pelo IBGE, e que se referem a 1973, dois milhões e duzentas mil pessoas da região trabalham nesse ano apenas pela alimentação e o abrigo, o que é quase a servidão. Cerca de oito milhões moram em barracos desprovidos das mais elementares condições de higiene e de conforto. E dezesseis milhões não possuem instalações sanitárias. Não será tudo isso a prova flagrante, inequívoca, terrível, de serem irmãs a ignorância e a miséria?

“Para os grandes males são necessários grandes remédios. É portanto, imprescindível que o Brasil pare um pouco para pensar no Nordeste, especialmente sobre a sua educação. É um problema imenso, e para o qual, também, será urgente uma solução imensa. Uma solução

que salve, pelo menos, aquelas quatro milhões e duzentas mil crianças entre 5 e 14 anos, não alfabetizadas. Crianças famintas, corroídas pela verminose e cujas mãos frágeis estou a ver levantadas, Sr. Presidente, não a pedir uma esmola, mas a clamar por que se cumpra aquele preceito constitucional da obrigatoriedade do ensino primário, que a pobreza dos Estados não tem condições de tornar realidade.”⁹

Continua o orador, abordando, agora, os problemas de ordem econômica, a distribuição de renda, as dificuldades muitas e sempre crescentes do Nordeste. Dizer que hoje a situação secular, como adverte, será pior que de dezoito anos atrás, não tenho meios de o dizer, mas é certo que melhor não será e que outra voz não se levantou, jamais, assim tão solenemente, para a transparente verdade, para a defesa dessa imensa região sempre mais pobre, sempre mais problemática, sempre mais difícil, tão diferente da Região Centro-Sul, sua irmã, que utiliza o mesmo idioma, sem falar a mesma língua, que aqui é de miséria, ali de fartura. Com efeito, o Brasil da Bahia para cima, até o extremo norte, é outro Brasil, muito diferente daquele que se inicia a partir do Espírito Santo e vai até alcançar o Rio Grande do Sul. Quando isso se modificará? É a dolorosa pergunta. Certamente não foram salvos aqueles quatro milhões de crianças entre 5 e 14 anos em favor das quais clamava o orador, mas são, hoje, pessoas idosas marcadas pela desgraça do analfabetismo, encontrando-se, possivelmente, outra população daquela faixa etária, quem sabe maior, na mesma situação. Outros milhões, entre 5 e 14 anos estarão, hoje, pensando a miséria do analfabetismo na Região Nordeste.

Em 1977, discursa apoiando a sugestão do Senador Jarbas Passarinho no sentido de que se substituísse o Ato Institucional nº 5 por instrumentos legais capazes de proporcionar ao governo segurança idêntica. Diz ele: “São judiciosas as observações do Senador Jarbas Passarinho. Tudo entretanto – era a ponderação de toda a sua vida, o cuidado em que não se entortasse o torto ainda mais – estará condicionado ao fato de a Revolução admitir abrir mão da norma excepcional em favor de um sistema normal e permanente, mas não arbitrário. Aliás, o choque entre essas duas concepções tem mostrado a impossibilidade de se conciliar a ordem revolucionária com a ordem legal. Tal preocupação constitui, inclusive, um problema que não é novo no Brasil, e, apesar do

tempo decorrido, ninguém o focalizou melhor que Eusébio de Queiroz ao afirmar, no Senado, em 1851, que ‘o princípio da ditadura aconselhada pelas circunstâncias extraordinárias não é mais que o testemunho vivo da imperfeição das instituições humanas, sempre incompletas, sempre imprevidentes’. Trata-se de sinal de que nada é novo sobre a Terra, embora tudo se deva renovar ou aperfeiçoar, como bem deseja o senador representante do Pará, cujo propósito é justamente de conciliar os reclamos da segurança com dispositivos legais, que ao atribuírem ao governo poderes extraordinários e necessários, também lhe imponham limites.”

Dias depois encontramos-lo na tribuna do Senado, abordando a mesma temática. Esclarece que “imponderáveis setores da complexa máquina governamental põem pedras no caminho da democracia” e continua:

“Fazem as coisas difíceis, criam fantasmas terríveis, perigos assustadores, catástrofes ameaçadoras, dir-se-ia com o objetivo de impedir a distensão. Até quando e até onde poderá resistir o Presidente?”

“Diante desse quadro pergunta-se, a exemplo do que ocorre em muitos outros países, se não seria possível ao Brasil manter a ordem, conter a subversão, assegurar a tranqüilidade, dentro de uma ordem jurídica democrática, na qual nenhum poder esteja acima das leis e dos tribunais, onde a força não seja expressão de arbítrio, ou se somente pela postergação da lei e dos tribunais, com tudo quanto representam em relação aos direitos e garantias dos cidadãos, é possível manter-se a segurança indispensável à tranqüilidade e ao desenvolvimento do país?”¹⁰

Quem se define nestes termos, não rompeu com o seu passado de democrata. Participou de uma revolução, serviu ao governo nos seus primeiros tempos e quando sentiu que tudo degenerava, antes de romper e fazer piorar a situação, ficou na retaguarda, numa posição de quem defende o regime da legalidade dentro dos princípios da ordem vigente e busca uma oportunidade, menor que seja, para manifestar-se no sentido de retorno à normalidade democrática.

Por outro lado, aqueles contra os quais se fez a Revolução de 1964, eram os mesmos que participaram da ditadura de Getúlio Vargas e tudo fazia crer que se encaminhavam para descambar em outro regime de força. Agora depostos e implantada uma nova ordem, também de

força, é verdade, por isso mesmo revolucionária, lutavam contra a Revolução. Alguma coisa de léu com léu, créu com créu, ou, diga-se melhor, ruim, porque não sou eu que estou lá; senão, isso mesmo seria ótimo.

Eleito Presidente do Senado para o biênio 1979/1980, comandou o Congresso Nacional com a sabedoria e a modéstia, a serenidade de sempre e em 18 de março de 1980,¹¹ inaugurou, na Câmara Alta, novas e modernas instalações para a biblioteca da Casa, que, em uma homenagem da Mesa, recebeu o seu nome e onde, hoje, em crescida homenagem, por iniciativa do Presidente Antônio Carlos Magalhães, está a sua biblioteca pessoal, aquela que criou na adolescência, ampliou e zelou no correr da vida.

Em julho de 1981 apresenta projeto no Senado acabando com a taxa de retenção do cacau e presta à imprensa da Bahia as seguintes declarações:

“Eu só admitiria modificar o projeto se a CEPLAC se dispusesse a modificar, profundamente, a maneira pela qual está agindo em relação à Bahia. Como é sabido, a CEPLAC foi criada como um órgão técnico, ao qual incumbiria implantar, na região cacauera da Bahia e Espírito Santo, novas técnicas que aumentassem a produtividade das plantações.

“Com essa finalidade foi criada uma taxa que, naquele tempo, era de resultado bem mais modesto, uma vez que a produção de cacau era menor e o preço da arroba andava pela casa dos cem cruzeiros. Com o aumento da produção e do preço, as arrecadações da CEPLAC têm alcançado, nos últimos cinco anos, somas verdadeiramente astronômicas. Bastaria dizer-se que de 1976 a 1981 foram exportados três bilhões, 658 milhões e 595 mil dólares de cacau, o que representa uma arrecadação de 358 milhões de dólares pela CEPLAC.

“Justamente por esse excesso de dinheiro arrecadado dos lavradores, permanentemente, haja lucro ou não na produção, resolveu a CEPLAC dar uma nova tônica às suas atividades. Assim é que vemos atualmente o órgão empenhado em fomentar plantações de cacau em Rondônia, Amazonas, Acre, Maranhão, Minas Gerais e, por incrível que pareça, até em São Paulo. E tudo isso com o dinheiro retirado da Bahia e também do Espírito Santo.

Ora, sobretudo quando a CEPLAC já está integrada no orçamento do Ministério da Agricultura, não vejo motivo para que ela, a exemplo do que ocorre com os demais órgãos daquele ministério, não seja mantida com os recursos orçamentários da Agricultura. Para mim constitui uma odiosa aberração que somente em relação ao cacau seja feita uma taxação de grande porte, sob o pretexto de beneficiá-lo.

“Por que não se faz o mesmo com o arroz? Com a carne? Com a soja? E todos os demais produtos agrícolas que são amparados pelo Ministério da Agricultura, como é natural e constitui elementar dever?”

“Hoje, não satisfeitos de cuidar do cacau com os recursos retirados do próprio cacau, ainda desviam tais recursos para outros estados que não têm qualquer tradição cacaueira. Que se diria se a Bahia pleiteasse recursos do babaçu para fomentar aqui o seu plantio?”

“O mais grave, porém, é que essa imoderada ampliação das plantações de cacau levará fatalmente a uma superprodução e degradação dos preços, pois a produção cresce hoje muito mais que o consumo.

“Na realidade o que a Bahia está fazendo é um verdadeiro suicídio em relação à cultura do cacau. É esse suicídio que eu desejo evitar. Infelizmente, órgãos que seriam destinados a defender o lavrador tudo fazem para explorá-lo.”¹²

Em 14 de agosto discursaria no Senado sobre o mesmo tema do cacau, criticando severamente a CEPLAC pelo procedimento acima focalizado.

“Mas, para que se tenha uma idéia bem nítida do que representa hoje, que se está extorquindo dos que trabalham e sofrem na produção de cacau, quero apenas lembrar que nos últimos cinco anos” – repete a expressão da entrevista acima transcrita – “a CEPLAC arrecadou três bilhões, seiscentos e cinqüenta e oito milhões e quinhentos e noventa e cinco mil dólares. Isso mesmo, Senhor Presidente, Senhores Senadores, – US\$3.658.595.000,00. Não são cruzeiros, Senhores Senadores, são dólares. O que significa que a CEPLAC, em 1980, rendeu mais do que o Estado de Sergipe. Vale dizer que a CEPLAC está afogada em dinheiro, está nadando em dinheiro, não sabe mesmo o que fazer com o dinheiro sugado da pobre gente do cacau.

“Enquanto isso acontece – é esse um ponto sobre o qual gostaria de poder discorrer – não há trabalhador mais miserável do que o das roças de cacau. Não tem educação, não tem saúde, quase não tem comida, apresenta na Bahia os maiores índices de tuberculose, porque vive em região excessivamente úmida e insalubre. O cacauicultor, sugado, extorquido, exaurido não tem como valê-lo. Por que não cuida a CEPLAC de amparar o homem da região do cacau em vez de esbanjar em gastos inúteis e até afrontosos¹³?”

Em 1982 candidata-se à reeleição e é mais uma oportunidade para debater e expor os seus projetos para o futuro no Congresso Nacional, do qual havia sido presidente há pouco. Apresentando-se em um programa de televisão como candidato à reeleição, expõe os seus projetos, referindo-se especialmente ao seu apaixonado tema – a educação. Se reeleito senador, diz, sua meta essencial será a educação. Irá apresentar emenda constitucional no sentido de que sejam destinadas mais verbas orçamentárias para o Norte e o Nordeste, onde os recursos são inferiores aos que se destinam às regiões mais ricas e desenvolvidas. Arremata: “Pretendo conduzir a minha ação pública sempre fiel à Bahia até os últimos momentos de minha vida.”¹⁴

Assim seria. Faleceu em pleno exercício do mandato, trabalhando e servindo à Bahia. Na reeleição saiu duplamente vitorioso, reelegendo-se e elegendo dois deputados federais e cinco estaduais.¹⁵

Em 17 de agosto de 1983, da tribuna do Senado, voltava a defender a pacificação que pregara, sem resultado, ainda como governador da Bahia. Uma vez mais não teria sucesso na pregação. Dizia ele:

“Para comprovar a tese que tenho sustentado sobre a conveniência do consenso em torno de um candidato à Presidência da República, não seria necessário prosseguir, de tal modo os fatos são evidentes. Infelizmente, porém, parece acontecer com alguns dos responsáveis pela política do País aquilo que dizem haver acontecido com os Bourbons após a queda de Napoleão: tudo haviam esquecido e nada haviam aprendido.

“Quando observo a fogueira que ameaça o Brasil, cada dia pondo-se mais lenha, tenho o direito de perguntar se estou cego ou se são os outros que não querem ver. Principalmente em meio à terrível

crise que nos lacera, não entendo não se fazer imenso esforço em busca de um entendimento.”

“Adverte que o entendimento tem de ser buscado dentro do próprio partido do governo, o PDS, e relembra que em 1968, como governador da Bahia, já tentara chamar a atenção sobre esses fatos, advertindo os políticos da necessidade de uma conciliação nacional.¹⁶

Em abril de 1986 trocava o PDS pelo PMDB, apoiando a candidatura de Waldir Pires ao Governo da Bahia, afinal vitoriosa. A assinatura da ficha de filiação ao PMDB se deu em Brasília, na sede do partido, em 29-4-1986.¹⁷ À cerca dessa filiação, Antonio Carlos Magalhães, Prefeito nomeado pela Revolução, Governador eleito pela Revolução, sempre com a participação e o apoio de Luiz Viana, de quem fora companheiro e amigo por longos anos e de quem, na chefia do Governo, em 1974, lançara a candidatura ao Senado “se Luiz Viana quiser, manifesta-se publicamente, ele é o candidato natural do partido”, ressentido e no seu reconhecido estilo seco e sem rodeios – a política não raro enseja mágoas que só o tempo cura – fez uma ironia, dizendo que Luiz Viana Filho foi “o locutor do Ato Institucional nº 2”. Luiz Viana, digno como sempre, reagiu respondendo que “não teria dúvida em fazer tudo outra vez”, se se repetissem as circunstâncias da época. Sim, lera o Ato. E repetiria a leitura, assim a ocorrência se repetisse. No ensejo da leitura, responderia ainda, com um toque também irônico, guardando segredo do nome: “havia uma pessoa ao meu lado que aplaudia freneticamente”.¹⁸ Aliás, sobre o Ato Institucional nº 2, depusera Luiz Viana anos atrás: *“Não receio afirmar que o ponto culminante do Governo Castelo Branco foi o da promulgação do Ato Institucional nº 2, quer pelo que representou para o País e a Revolução, quer pelo que exigiu de sacrifício ao Presidente Castelo Branco. Profundamente democrata, de arraigada formação legalista, custou imensamente ao Presidente concordar com o Ato Institucional. Somente quando se convenceu de que o único caminho para assegurar a posse dos governadores eleitos na Guanabara e em Minas Gerais era concordar com ele, foi que lhe deu o seu apoio. Com isto, mesmo sacrificando idéias e convicções que lhe eram extremamente caras, no plano de idéias políticas, evitou que a nação submergisse na desordem, que já se prenunciava, pondo em risco a Revolução. Tempos depois, o Presidente costumava repetir-me, recordando a sua luta interior para assinar o Ato Institucional nº 2: – Somente o Papa poderia fazer um ato destes. E isso mesmo por ser inspirado pelo Espírito Santo.”*¹⁹

Em 17 de novembro de 1986, fazia, da Tribuna do Senado, o elogio de Otávio Mangabeira, numa peça histórico-biográfica que publicaria no volume – *OTÁVIO MANGABEIRA, um homem na tempestade*. E a 3 de março de 1988, faria da Tribuna do Senado a defesa do parlamentarismo, em um bem fundamentado e histórico discurso, que publicaria com o título de “Deus ajude o Brasil”. As convicções da mocidade o acompanham no correr da vida. Aqui está o parlamentarista dos primeiros tempos, integrante do velho PL de Raul Pila, a pregar, nos longe dos 78 anos de idade, com as mesmas palavras e o mesmo entusiasmo da juventude. São duas peças, *Otávio Mangabeira, um homem na tempestade e Deus ajude o Brasil*, do mais alto valor histórico.

Imbuído da convicção de que o presidencialismo era a causa das sucessivas crises e revoluções por que passava o País, tão certo que em cinquenta anos de parlamentarismo, durante o império, o Brasil atravessou serenamente, contornando as eventuais crises com uma normal mudança do ministério, o Senador Luiz Viana Filho discursava em favor do sistema parlamentarista. Lembrava que como participante da Constituinte de 1946, viu muitos dos então defensores do presidencialismo passarem, no correr dos anos, a sustentar o regime parlamentarista. Citou Aliomar Baleeiro, seu dileto amigo, Afonso Arinos e Leonel Brizola.

O presidencialismo, dizia, representava no Brasil uma contrafação da democracia, jamais a realização da democracia. E a consequência é que nos graves momentos de crise, não há como contorná-la e encontrar o caminho constitucional, o que faz o país descambar para a revolução e o uso da força. Enquanto isso, no regime de gabinete podem contornar-se as crises com uma mudança de ministério. Lembrava, e aí entra a palavra do historiador, que o primeiro presidente, Deodoro da Fonseca, foi apeado do governo por Floriano Peixoto, em cujo período suprimiu-se a liberdade. Prudente de Moraes teve seu mandato amargurado pela revolução federalista gaúcha, enquanto Campos Sales deixou o governo sob as vaías do povo. E Rodrigues Alves esteve a pique de ser deposto pela revolta da vacina obrigatória. E acrescenta-se que Washington Luiz foi deposto, Getúlio perpetuou-se e em um malsucedido retorno saiu pelo suicídio, Café Filho caiu, Carlos Luz governou uma semana do alto de um cruzador, Jânio Quadros precipitou-se em uma renúncia jamais explicada, João Goulart foi deposto.

Mas, era tempo de festa. Não apenas o político bem sucedido e respeitado, o intelectual de alto renome, sobretudo o grande amigo dos amigos, o defensor da Bahia em todas as causas, o homem Luiz Viana Filho completava 80 anos de idade. E a Bahia festejou, os amigos se congregaram em manifestações de regozijo e carinhosamente lhe renderam as homenagens merecidas. No dia 29 de março, na Capela do Retiro do São Francisco, com a presença de “um milhão de amigos” como registrava na sua bela voz a cantora Zenilda Ramos, incluído entre estes o Governador Waldir Pires, Dom Thomas Murphy rezava a missa de graças e oferecia a bênção. Dias depois foi a hora do rega-bofe. No dia dois de maio um banquete reuniu mais uma vez os amigos para festejá-lo em jantar no Hotel da Bahia. E logo mais recebia das mãos do Prefeito Mário Kertesz, presentes autoridades civis, militares e eclesiásticas, a maior honraria baiana, a “Medalha 2 de Julho”, confeccionada em ouro.

No dia 27 de setembro assinava, no Salão Nobre do Congresso Nacional, ao lado da bancada baiana, inclusive seu filho Luiz Viana Neto, a nova Constituição. Era o único dos 559 constituintes, que assinara também a Constituição de 1946. Referindo-se às Constituições de 1891, 1934, 1946 e 1967, comentava: “Agora vamos ver, na prática, como será essa Quinta República.”

NOTAS:

1 – *A Tarde*, de 9-8-1974

2 – *A Tarde*, de 12-11-1974

3 – *A Tarde*, de 2-11-1974

4 – *A Tarde*, de 9-11-1974

5 – *A Tarde*, de 7-3-1975

6 – *A Tarde*, de 13-3-1975

7 – *A Tarde*, de 14-4-1975

8 – *A Tarde*, de 23-8-1975

9 – Luiz Viana Filho, “Em Favor do Nordeste”, pág. 6, discurso pronunciado no Senado Federal, também publicado em *A Tarde*, de 24-9-1975

10 – *A Tarde*, de 18-3-1977

11 – *A Tarde*, de 19-3-1980

12 – *A Tarde*, de 26-7-1981

13 – *A Tarde*, de 15-8-1981

14 – *A Tarde*, de 9-8-1982

15 – *A Tarde*, de 7-12-1982

16 – *A Tarde*, de 18-8-1983

17 – *A Tarde*, de 29-4-1986

18 – *A Tarde*, de 29-4-1986 e 24-9-1986

19 – Renato Berbert de Castro, em *Bibliografia de Luiz Viana Filho*, pp. 213/14.

.....

IX

O HOMEM E O AMIGO

P

ARA iniciar este capítulo, quero que o favor de Leda Nascimento Pedreira permita-me a transcrição inteira de seu rico trabalho, publicado no livro *Homenagem a Luiz Viana Filho*, de Edivaldo M. Boaventura:

“Luiz Viana nasceu com o dom de fazer amizades e aperfeiçoou durante toda uma vida a capacidade de conservá-las. Cuidava delas, alimentava-as com visitas constantes e conversas agradáveis e, quando longe, mantinha a chama acesa, com cartas e telefonemas. Não esquecia as particularidades de cada um e, com freqüência, o surpreendia, ao regressar, com um presente às vezes valioso e sempre carinhoso, pois significativo do gosto do presenteado. Sentimento para Luiz era coisa séria e amigo, uma preciosidade. Para ele, meu pai foi um de muitos. Para Álvaro Nascimento, Luiz contava entre muito poucos.

“Eram assim diferentes. Luiz, político, historiador, professor, simpático, elegante, carismático, o protótipo do homem público ideal. Meu pai, um tanto jurista, um tanto filólogo, reservado, modesto, tímido e calado, meio céptico, de uma lealdade e fidelidade canina. Um, nascido em Paris, de berço ilustre, galgando postos da maior importância, viajado, social e culturalmente disputado, com livre trânsito em embaixadas,

palácios e academias. O outro no gabinete, arraigado, na certeza de que pouco sabia e muito precisava aprender. Tão diferentes eram e tão amigos ficaram!

“Foi uma amizade sólida, cimentada com admiração, confiança e respeito, que se estendia sobre aqueles à sua volta. Tive a sorte de viver mais de cinquenta anos à sua sombra e nunca me ocorreu analisá-la. Existia e era constante como uma rocha e dela emanava uma atmosfera através da qual me chegavam impressões da vida, da política, da história e da literatura.

“Como começou? Já bacharéis, Álvaro Nascimento e Aliomar Baleeiro tinham uma banca de advocacia. Foi pela mão deste que o jornalista e estudante de Direito, Luiz Viana Filho, ao se formar, entrou para o escritório. Foi tempo de muito estudo, muito trabalho e vasta leitura, até porque Aliomar defendia a necessidade de ler sempre e sem cessar o que quer que fosse. Os três comungavam dos mesmos valores, em cuja escala, o saber, a honestidade e o trabalho ocupavam os primeiros degraus.

“Luiz tinha uma memória fatual espantosa e meu pai uma formidável memória fotográfica. Sabia onde tinha lido, autor, livro, até o lado e canto da página. Às vezes, à noite, voltavam a se falar comunicando novas descobertas comprovadoras de opiniões anteriores, em cochichos telefônicos intermináveis.

“Veneravam, ambos, o português castiço e correto, ligados espiritualmente a Portugal, pelo amor à língua e aos clássicos nascidos lá e no Brasil. Luiz Viana foi o grande defensor de uma língua portuguesa única e de suas origens lusas. Dizia ele na sua Evocação de Rui Barbosa:

‘Os anos não me fizeram mudar. Longe disso, mais eles voltam, mais me acerco de Portugal, terra de minha terra, mais convivo com portugueses, gente de minha gente, mais se me arraiga a consciência da importância e da benemerência da nossa comunidade que Deus guarde para glória da civilização lusíada.’ Lembro-me do orgulho de meu pai, no dia 17 de outubro de 1977, quando Luiz Viana foi recebido como membro do Instituto de Altos Estudos da Academia de Ciência de Lisboa. Não sei se alguém, além do novo acadêmico, sentiu mais forte esta emoção.

“Que Luiz pedisse para Álvaro rever alguns de seus livros, foi um passo natural. Quando isto ocorria, além das conversas de fim de tarde, iam-se tardes de sábados e manhãs inteiras de domingos e feriados. E, se o autor acreditava na competência do revisor, este levava a tarefa a peito, numa atitude quase proprietária. Lia, anotava, marcava e, quando o biógrafo chegava, ninguém conseguia interrompê-los. Uma vez, tomei a defesa do autor e reclamei do rigor do revisor. Ele me respondeu: ‘Se eu não o fizer, outros vão tentar fazê-lo.’

“Luiz Viana poderia ter escolhido outros revisores, por certo mais cultos e indubitavelmente mais conhecidos. Nenhum, porém, teria encetado a tarefa com mais empenho em ver o autor aperfeiçoar seu estilo já escoreito e espontâneo, movido que era pelo amor a quem Josué Montello chamou ‘o amigo fraterno’.

“Ainda menina, comentava com meu pai a respeito da amizade que ele votava a Luiz Viana e Aliomar Baleeiro, e perguntei como sabia que era realmente amigo de alguém, ao que ele retrucou: ‘Há um teste infalível. Imagine-se náufrago, agarrado a uma pequena tábua. De repente, na água, avista este alguém. Se você for seu amigo mesmo, vai querer partilhar com ele da mísera tábua, mesmo que isto lhe custe a vida.’

Ao perder este último pedaço de meu pai não posso deixar de pensar nos três juntos... Onde quer que estejam hoje, estarão partilhando, não uma mísera tábua, mas a abundância do amor que lhes enriqueceu a vida.”¹

É uma definição perfeita da pessoa humana, do amigo, do político, do intelectual no seu trabalho. Precisava-se realmente conhecer Luiz Viana Filho, tratar de perto, dialogar – este testemunho é geral nos que escreveram sobre ele – para saber a riqueza que se acumulava na sua alma e no coração.

As lágrimas de sua filha Lia Viana de Queiroz comovem fundamente a quem as colhe debulhadas no poema *A Saudade de Meu Pai*, e, ao lado de comover, apresentam traços vivos da personalidade, digamos o seu lado humano. Sensível e amigo, compreensivo, dedicado aos familiares e amigos, atento à oportunidade de ser-lhes útil, de oferecer-se para socorrer. A seguir, dois pequenos trechos do poema publicado no livro *Homenagem a Luiz Viana Filho*, de Edivaldo Boaventura:

“Sinto saudade
do pai terno, firme, forte,
simples, sábio e amigo.
Aquele pai
equilibrado e sensível
que não precisava
ser solicitado para ajudar,
mas sentia e compreendia tudo,
da maneira mais bonita
que um ser humano pode fazê-lo,
– gentil e sigilosamente,
para que terceiros não percebessem
que havia a figura do ajudado.

.....

Jamais deixou de atender a algum chamado
de amigos ou adversários.
Estava sempre pronto para servir.
É desse pai
que sinto saudade.”

São muitos os depoimentos sobre Luiz Viana Filho, sua dedicação aos amigos, seu cuidado em preservá-los, tanto os amigos do mundo intelectual como os da área política, ou os de puro afeto pessoal. Continuo por destacar este, de Austregésilo de Athayde:

“Deputado, Senador, Ministro de Estado, Governador da Bahia, onde sua administração profícua e renovadora marcou época no grande estado, granjeando-lhe o prestígio de vinte anos como seu representante no Senado, de que foi presidente e onde, sem dúvida, permaneceria por novo mandato, se, já idoso, não caísse no ataque final de uma saúde já preocupante desde algum tempo. Na quinta-feira passada esteve na Academia Brasileira, onde todos, sem exceção, o admiravam e queriam. Rindo, em sua educada afabilidade, conversou com todos, anunciando-lhes a próxima visita a São Paulo para exames de rotina. Essa lembrança da alegria e da juventude espiritual de Luiz fez que a notícia de sua morte nos apanhasse a todos com uma surpresa de que de

muito custaremos a recompor-nos. E seu desaparecimento em hora em que sua experiência política, seu saber intelectual, a complacência e a cordialidade do seu temperamento seriam tão necessárias para o exercício de uma liderança que desde muito jovem exerceu e que hoje se imporia pela extraordinária capacidade de que foi dotado para servir fiel e nobremente ao Brasil. A perpetuidade de seu nome assegura-se na categoria superior da herança que legou às gerações.”²

E este, muito singelo e simpático, até comovente de Adinoel Motta Maia, que pessoalmente conheço como um dos homens mais íntegros de que sei e de quem me honro de ser amigo:

“Não o conheci na intimidade. Estive em sua presença apenas duas vezes. No dia seguinte ao da minha formatura em Engenharia Civil, remeti-lhe uma carta, com uns trabalhos que tinha publicado ainda como estudante. Ele tinha sido eleito Governador do Estado e mandou-me um cartão, em resposta, dizendo que me convocaria em época oportuna. Recusei convites de empresas privadas e esperei. No dia seguinte à sua posse, ele me telefonou do Palácio de Ondina, às 8 horas da manhã. Eu era apenas um jovem recém-formado, que ele nunca vira, sem pistolão político, que se apresentara a ele apenas por uma carta, ao qual ele convocou, como escrevera meses antes, para uma entrevista em Palácio. Foi a primeira vez que o vi pessoalmente. A segunda foi no aeródromo de Itaberaba onde ele foi para iniciar, solenemente, as obras da estrada BR-242 (trecho da BR-116 até Barreiras). Em meio à movimentação das grandes máquinas de terraplenagem, reconheceu-me e veio cumprimentar-me, tratando-me como o ‘missivista’. Deponho, assim, em favor de sua memória, como o homem que tinha a simplicidade dos verdadeiros intelectuais.”³ Não precisava de mais palavras. Uma carta de pessoa a quem não conhecia, de quem nunca ouvira falar. Uma carta, que sem dúvida mostrava o valor do missivista, que o tem de sobra, impressionou-o ao ponto de merecer como resposta a convocação para o trabalho no seu governo. Ele sabia apreciar e valorizar a inteligência. Por sinal, o Adinoel, no seu temperamento arredo, não sei se tímido ou vaidoso, mas certamente arredo, perdeu a oportunidade de conviver com uma pessoa de ouro. Era só procurá-lo para uma visita após o encontro de Itaberaba. Que por escrúpulo não procurasse o governador, restava o

cidadão fora do governo e de postos políticos por quatro anos, professor, seu colega. A vida tem dessas.

De Carlos Heitor Cony, é esse testemunho, que vale pela nobreza de Luiz Viana e pela altura em que colocava as coisas de espírito e mesmo as relações humanas. É que o Heitor Cony, no mesmo depoimento, confessa que o tratara rudemente em uma polêmica política posta em termos de – defesa de Castelo Branco *versus* defesa de Juscelino Kubitschek: “Com a morte de Luiz Viana Filho perdemos um homem que pairou acima da paisagem habitual a que estamos acostumados. Criou, entre nós, e de magnífica forma, o gênero biografia. Sua autoridade intelectual constitui um dos marcos de nosso tempo. Sua atuação política, vivenciada pela cordialidade e pelo espírito de conciliação, fez dele um dos exemplos de como a vida podia ser melhor se tivéssemos, de nossos adversários, o respeito que exigimos para nós mesmos. Pois foi assim que Luiz Viana Filho viveu e morreu: sob o imenso, o unânime respeito de toda a Nação que nele viu e louvou um de seus grandes nomes.”⁴

De Gabino Kruschewsky:

“Na homenagem que também desejo prestar à memória desse político que engrandeceu o nome da Bahia, ocorrem-me dois episódios que documento como testemunho de sua grandeza:

“O primeiro: instado por lideranças da lavoura cacaueteira, concordei em ir ao Palácio de Ondina, integrando comissão, para reivindicar providências que minorassem a crise. Recebeu-me com a proverbial fidalguia, como se na véspera não tivesse eu proferido candente discurso de críticas ao seu governo. Na saída, fez questão de levar-me até a porta, quando um fotógrafo, com o indisfarçado propósito de comprometer o deputado de oposição ‘freqüentando palácio’, bateu uma chapa minha, que poderia ser mal interpretada, e que certamente seria. Pois bem: admoestado com cavalheirismo, na hora, pelo Governador, pude ouvir, no abraço de despedida, que ficasse tranqüilo que a foto não sairia publicada, como não foi. Ele notara meu constrangimento com fina percepção.

“O segundo: diante de um doloroso episódio em que se defrontaram estudantes e a Polícia Militar, com cachorros na rua e invasão do Mosteiro de São Bento, fiz uma indicação (sugestão por escrito) ao Governador, no sentido de que demitisse o comandante geral, um coro-

nel do Exército. No encaminhamento, acrescentei severas expressões ao documento, de si bastante exagerado.

“Basta dizer que, a certa altura, afirmava que ‘faltava alguém no Tribunal de Nuremberg’, aquele que julgou e condenou vários nazistas por crimes hediondos. Hoje vejo que o coronel não merecia minha exasperação. Indignado com o fato, o militar requereu formalmente a cassação do meu mandato ao Conselho de Segurança Nacional que, sabia ele, precisaria do placet do Dr. Luiz para obter êxito, para que minha cabeça rolasse. Nesse sentido, procurou o Governador, que, contrariamente ao que esperava e mesmo postulava com empenho, lhe negou a anuência, apesar da opinião de alguns assessores e conselheiros de então, que tudo fizeram em favor do comandante e contra mim, esbarrando na decisão firme, altaneira e nobre de Dr. Luiz. Sem o de acordo governamental, a pretensão do coronel não foi acatada e o meu mandato salvo:

– *Exceto o sol da glória e a luz da imortalidade, nada mais te atingirá.*”⁵

São testemunhos que nos fazem arrepiar de emoção. Sempre oferecia uma lição de grandeza. E a palavra amena e leal, de seu amigo fraterno Josué Montello:

“Fui amigo de Luiz Viana Filho durante cinqüenta anos. Sem uma divergência, sem um desencontro, embora fossem opostas, muitas vezes, as nossas convicções. Por esta razão natural: a amizade não é uma subordinação ou uma concordância perpétua, é sobretudo um diálogo em que o respeito mútuo corrige as divergências dos interlocutores.

“Mas Luiz Viana Filho não foi apenas meu amigo. Estou inclinado a concluir que a amizade era nele um dom natural. Nascera para ser amigo, com o gosto de admirar, de servir, de diluir os antagonismos excessivos. Daí ter sido amigo de muitos. Com a faculdade de longos silêncios, sem que, com estes hiatos, o sentimento da afeição se desmanchasse. Bastava-lhe um encontro fortuito, uma palavra, um simples cartão de Natal, para que a afeição se reavivasse, reflorando. A brasa da cordialidade estava acesa sob a cinza do tempo.”⁶

De Consuelo Pondé de Sena:

“Sobreexcedia no seu trato com os semelhantes a simplicidade própria dos espíritos elevados. A todos tratava com delicadeza e dis-

tinção, não distinguindo pobres e ricos, brancos e negros, donos do poder ou comandados, sem embargo de participar da elite brasileira e ter exercido relevantes funções na vida nacional. Simplicidade sem afetação, porque natural, espontânea, pura, digna da admiração que lhe devotavam amigos, correligionários e até mesmo adversários.”⁷

De Luís Henrique Dias Tavares:

“Nós o chamávamos doutor Luiz. Era uma velha forma de tratamento de respeito, reconhecimento e estima. Respeito a um intelectual brasileiro de grande valor. Reconhecimento a um político em que a rara habilidade com os conflitos e as negociações se correspondiam com a coragem e o compromisso aos princípios liberais. E estima, sincera e afetuosa estima, pelo amigo mais sábio e mais velho; cada encontro com ele significava muitas lições.

“Muitas vezes, no gabinete da Waldemar Falcão, assisti interromper depoimentos, lembranças e observações inteligentes e valiosas, para atender um telefonema, continuando depois na mesma linha em que antes já se encontrava e prosseguindo com igual precisão e encanto a recordação de episódios do seu vasto saber das coisas e das personalidades da Bahia e do Brasil.

“Não obstante suas vitórias intelectuais e políticas, mantinha-se simples, amável e extremamente discreto sobre a sua própria biografia. Muito raramente falava de si próprio.

“Ao escrever a única biografia mais séria e extensa que existe sobre Luiz Viana Filho, lembro-me de que Luiz Navarro de Brito dizia-me que sua maior dificuldade estava em obter informações íntimas que lhe permitissem completar o retrato do homem e do político, ao qual todavia conhecia do trato diário no período do Governo Castelo Branco. De fato, por causa dessa discrição, desse pudor com a sua privacidade, quase nada se sabe dos seus primeiros dezesseis ou dezessete anos, do convívio com o pai, Conselheiro Luiz Viana, ou com a mãe francesa, ou das dificuldades materiais que ambos conheceram depois da morte do Governador Luiz Viana. Certa manhã de domingo, contou-me que o pai o levava várias vezes ao Asilo D. Pedro II, de velhas e velhos desvalidos, para que visse e conhecesse o lado dos derrotados, dos que nada tinham de bens materiais, dos que haviam perdido até

mesmo a acolhida dos familiares, ou de um filho único, ou de uma única filha.

“Pouco se sabe também de sua adolescência, do seu viver de estudante de dinheiro curto, do seu aprendizado do jornalista em *A Tarde*, do escritor, com os primeiros livros que escreveu e publicou. Um desses livros, dedicado ao estudo da *Sabinada*, foi, além do mais, de notável coragem política.

“Porque Luiz Viana Filho foi amigo e companheiro político de meu primo Nestor Duarte, sei um pouco, por ouvir dizer em família, da coragem com que se bateu no período mais duro do chamado autonomismo. Dividiam-se, então, entre a oposição imediata ao interventor militar na Bahia, Tenente Juracy Magalhães, e a oposição mais larga e mediata ao ditador Getúlio Vargas (era 1931, 1932...). Na imediata, resistiam à repressão policial e boçal dos canalhas de todos os tempos, alguns dos quais foram os que cometeram violências às ocultas do jovem oficial do Exército, que desejava acertar como administrador e ser conhecido como político liberal-democrata igual aos seus companheiros daquela época. Luiz Viana Filho participou de comícios de agitação política, todos eles temerários, e para os quais iam sem saber se voltavam vivos ou mortos, feridos ou não. Pelos caminhos da vida e da política, os opostos de 1931-1937 – autonomistas e Juracy Magalhães – terminariam se encontrando na luta antifascista dos anos 40 (sobretudo de 1942 em diante), na luta que formou a ampla frente política responsável pela imobilização e queda do Estado Novo.

“É certo (penso eu) que ainda é muito cedo para narrar essa contemporaneidade. Mas os cuidados não devem ir ao extremo de omitir a corajosa resistência do Governador Luiz Viana Filho às conspirações que se armaram nos dias que se seguiram ao AI-5. Discreto e sóbrio nas confidências, ele, todavia, contava que, na madrugada da assinatura desse documento terrível, o então comandante da 6ª Região Militar, General Abdon Sena, fez-se anunciar em Ondina. Ordenou que acorrassem o governador. Político e educado para as situações adversas, doutor Luiz recebeu e escutou a leitura do texto do AI-5.

“– Mais alguma coisa general? perguntou.

“– É bastante, respondeu o general Abdon.

“– Então, general, o senhor vai dar licença, mas eu volto a dormir. Foi o que disse (relatava), mas em verdade adotou em seguida medidas que também contribuíram para segurar as linhas soltas da resistência liberal que, afinal, derrotou o estatuto de dezembro de 1968. Sua resistência foi permanente ao longo de 1969, 1970... Nada disso (penso eu) deve ser esquecido.

“Também recorro uma das admiráveis histórias do doutor Luiz. Eu a escutei diversas vezes. Referia-se a uma senhora (jamais me disse o nome) que comparecia à Assembléia Constituinte de 1935, nos dias de pagamento dos deputados e senadores. Viúva de um político decaído pela Revolução de 1930, perdera todos os bens, não tinha qualquer pensão, e, por isso, procurava a ajuda dos antigos companheiros do marido. Um desses quis chamá-la à ordem.

“– A senhora, advertiu ele, não deve se comportar como esmoler, isso fere a sua dignidade de senhora, concluiu, todo solene.

“Ela respondeu:

“– Sei muito bem o que é dignidade meu caro senhor. Mas também sei o que é passar necessidades.

“Contando essa história, doutor Luiz dava uma lição. Grande e admirável doutor Luiz. Que saudade!”⁸

Jornalista de oposição e participante, desde o início, do grupo autonomista baiano, Luiz Viana Filho fazia permanente oposição a Juracy Magalhães no período em que o tenente cearense exercia o poder como interventor federal na Bahia. Sabia ser firme e seguro no argumento sem a agressão ou a ofensa. São muitos os seus artigos opondo-se a atos do governo, alertando sobre os erros e arbitrariedades nesse período. Em nenhum, uma única palavra que arranhasse a honorabilidade do homem, nada que faltasse com o respeito à dignidade da pessoa humana. Sempre assim com todos. Com o golpe de 1937 e a reação de Juracy deixando o governo para incorporar-se à oposição ao ditador, encontraram-se na mesma linha de frente o jornalista de oposição e o ex-interventor. Em 1945 integrariam a UDN e, lado a lado, defenderiam na Constituinte e no Congresso Nacional os interesses regionais. E agora de Juracy Magalhães, em carta a João Carlos Tourinho Dantas, transcrita em *Tempo de Reviver*, estas palavras carinhosas: “A morte de Luiz Viana feriu muito o meu coração de amigo. Como se dizia na Bahia, ele

era o parisiense mais baiano ou o baiano mais parisiense. Ele era um dos homens mais bem educados que conheci. Depois de ter sido meu adversário político, ele se tornou um grande amigo, nunca deixou de ir à minha casa naquelas fraternais reuniões dos sábados pela manhã, que você bem conhece. A última vez que veio ao Rio, esteve lá em casa e pareceu estar em excelentes condições de saúde. Fiquei confortado pela grande demonstração de apreço que recebeu da Bahia, ao ensejo de sua morte.” Aliás, do próprio João Carlos vem a manifestação da alma baiana: “Político desde a juventude, Luiz Viana só conheceu sucessos na sua vida política. Vitorioso em todas as eleições que disputou, teve coroada a sua carreira como Ministro do Presidente Castelo Branco e Governador da Bahia. Faleceu Senador, mandato que exerceu com dignidade e prudência em uma fase difícil da vida pública brasileira, contribuindo com o seu equilíbrio para a harmonia daquela Casa, que também presidiu. Faleceu sem ter sofrido os incômodos da doença, na residência de uma neta, casada com o neto do mais dileto dos seus amigos, o saudoso Álvaro Nascimento. Foi como um preferido dos deuses, tranqüilamente, sem passar pelo inferno da gélida solidão de uma UTI, com seus tubos, máscaras e catéteres.

“Foi político a vida toda, sem desprezar a cultura nem a educação. Não deixou, apesar de respirar política, que esta tirana perturbasse as suas atividades intelectuais de escritor, legando-nos um valoroso acervo de biografias de importantes vultos da política e das letras...

“Homem cordial, fino, cortês, Luiz Viana lutava o bom combate sem perder a ética, a calma e a compostura. Aliado ou adversário em diversas fases da política baiana, sou testemunha de sua lhaneza e capacidade de não se extremar, no mais aceso dos entreveros eleitorais. Não era um mesquinho, nem vingativo. Por isso, não deixou inimigos, sendo a sua morte sentida por todos, uma unanimidade rara em nossa terra.”

De James Amado:

“Impossível riscar da memória aquela manhã de janeiro de 1969. O telefone traz-me a voz do Governador e uma convocação imperiosa:

“– Preciso falar com você, agora, estou mandando meu motorista apanhá-lo. Por favor, é urgente.

“Recebeu-me em seu grande gabinete no palácio residencial, a bela casa rodeada de varandas e jardins que compõem uma ambiência de paz e tranqüilidade, própria para as conversas amenas.

“Homem de trato, cortês e lhano, mas político habituado a conter suas emoções, Luiz Viana estende-me uma folha de papel com o timbre das Forças Armadas e se põe a andar de um lado para o outro entre a mesa de despachos e a poltrona por mim ocupada. Li estarrecido, e reli pausadamente o ofício no qual o Comandante da Região Militar interpelava secamente o Governador, civil e escritor, exigindo dele que lhe apresentasse, no prazo de 24 horas e por escrito, as razões que o teriam levado a apoiar uma edição tão subversiva.

“Duzentos e setenta e cinco anos haviam passado desde a morte do poeta.

“– E agora? – perguntei a Luiz Viana.

“– Nada, por enquanto. Não terei recebido este absurdo. Mas, como cumprir o convênio com as editoras?

“Após breve pausa, com voz fremente: – Atente no que lhe digo: muito antes do que se pensa, eu passarei, aqui, de caça a caçador.

“Guardei suas palavras e o teor do ofício insólito. O que Luiz Viana Filho me anunciava aconteceria sem demora. Antes disso, porém, um troço de soldados armados invadiu o Departamento de Cultura, seqüestrou os livros ali guardados, entre eles as coleções de versos do poeta. O diretor do órgão foi para a cadeia, teve como consolo a companhia alegre de Fernando Santana, engenheiro e deputado federal cassado. As duas mil coleções da obra gregoriana, sobreviventes, foram distribuídas nacionalmente por uma empresa carioca e esgotadas em poucos meses por um público ávido. Mas geraram duas dúzias de antologias, que asseguraram a presença do poeta nas livrarias, e grande número de estudiosos ocupa-se com o estudo de sua obra até então inacessível.

“Gregório de Mattos havia retornado à Bahia. E bem à sua maneira. Desta vez para ficar.”⁹

O diretor preso, foi o escritor Luiz Henrique Dias Tavares. Dera-se mais ou menos isso: o Governador cercara-se de intelectuais para formar a equipe da área de educação e cultura. O Secretário, Luiz Navarro de Brito, professor universitário e escritor; o Diretor de Cultu-

ra, Luiz Henrique, também professor universitário e escritor; James Amado, escritor; os três, membros da Academia de Letras da Bahia. Empenhados na divulgação da cultura, editaram ou reeditaram uma série de escritores do presente e do passado. Entre estes estava o nosso legendário Gregório de Mattos, cuja obra foi pesquisada, catalogada, revista, e, afinal, editada. Alguns dos livros da edição foram tidos como subversivos pela chamada linha dura da Revolução de 1964, na Bahia representada pelo General Abdon Sena. O resto está contado por mestre James Amado.

Quanto a considerar subversiva a obra de um autor falecido duzentos e sessenta anos atrás, é alguma coisa de não se entender em um cérebro humano sadio. O General Abdon Sena foi deslocado da Bahia sem muita demora.

De José Fonseca Filho (o Fonsequinha, como ele dizia que o chamavam):

“Se Luiz Viana Filho terá se notabilizado mais como político ou intelectual, isso será difícil de afirmar... Quando Governador da Bahia, e tendo servido anteriormente no governo federal autoritário dos militares, soube impor suas idéias e se elas chegavam ao confronto com os segmentos radicais não recuava. Quando Governador da Bahia, enfrentou os segmentos mais radicais do estamento militar e não deixou que decisões lhe fossem impostas de fora, resistindo às forças do obscurantismo. Por isso não faltou chefe militar ditatorial que sonhou em removê-lo do poder, mas esses episódios são pouco conhecidos dos baianos. Luiz Viana Filho enfrentou, na Bahia, as forças do arbítrio a que foi acusado de pertencer por ter exercido a chefia do gabinete civil do Presidente Castelo Branco.”¹⁰

De Edivaldo M. Boaventura:

“O espírito acadêmico, que privilegia o convívio, tinha nele um expoente. Praticava-o com finura de trato, sem excessos e exhibições, com autenticidade e constância.

“A inclinação para as letras emparelhava com a vocação política da qual era um profissional tarimbado. Não obstante a atenção dosada às duas maiores manifestações do seu espírito, punha em primeiro lugar as responsabilidades da política. Era, antes de tudo, um político na melhor e maior expressão desse vocábulo, com gosto pelas realizações

de governo e atenção às reivindicações dos liderados, sem dispensar a conversação informativa e ilustrada.

“Manejando admiravelmente a língua, que defendera no Congresso, sabia concertar harmoniosamente política com literatura. As intercomunicações das duas esferas de atividades emprestavam um toque especial à sua personalidade. Essa simbiose qualificava-o como um dos derradeiros remanescentes da geração que combinou os encargos da política com requintes da cultura

“Construiu, qual Plutarco brasileiro, uma galeria de varões ilustres – Nabuco, Rio Branco, Machado de Assis, Castelo Branco, José de Alencar, Eça de Queiroz e, por último, Anísio Teixeira. Enriqueceu o cenário histórico do final do Império e começo da República. Nessa vertente, a sua contribuição é inigualável. Como ele, todos homens da política e das letras. E, por acaso, a obra não é o reflexo do seu autor?

“Como argamassa, entre a política e as letras, desenvolveu o mundo da amizade, que alimentava com a conversa atraente, mansa e amena, plena de sabedoria e de observações pessoais, onde não faltava uma ligeira pitada de ironia machadiana, que emprestava mais vida à sua presença. Universo de amigos que administrava pela correspondência ou pela chamada telefônica. Para tanto, mantinha uma afinidade total com o aparelho de comunicação oral à distância!

“Com Dona Juju, construiu um belo universo familiar, dos filhos, como Luiz Viana Neto, seu herdeiro político, aos bisnetos. A família era o seu arsenal afetivo de base. A política não o separou da família. Sabia dosar as coisas, era uma das suas habilidades. Estava sempre próximo dos seus, nos momentos apropriados e nas horas convenientes. Mantendo em casa o seu escritório político, encontrava-se com os correligionários no seu próprio lar, no bairro de Brotas, entre livros e retratos.

“Todos esses relacionamentos políticos, literários, fraternais e familiares, ele os mantinha com gosto, paciência e atenção, sem descuidar nunca do relógio, com o qual tinha também muita intimidade. Homem educado, porque controlado, sabia a medida das coisas – um dos seus fortes – e formar um ente de razão antes de tomar decisão.

“Assim Luiz Viana Filho com equilíbrio, sabedoria, espírito de realismo, bom senso, fez da sua vida uma obra de arte.”¹¹

De Adalberto Venâncio Filho:

“O que mais surpreende ao se acompanhar a feitura do ensaio biográfico sobre Anísio Teixeira é o entusiasmo e a dedicação com que se jogou ao trabalho. Já octogenário, parecia um jovem pesquisador na preparação de seu primeiro livro. Nada lhe escapava ao interesse: preocupou-se logo em procurar colher os elementos da passagem de Anísio Teixeira pela Universidade de Columbia, onde obteve, em 1929, no Teachers College, o título de Mestre em Educação.

“Nesse convívio de vários meses, um fato ainda mais surpreendia e, porque Luiz Viana dava a entender que não pretendia que esse fosse o seu último trabalho. Interessado nas vinculações intelectuais de seu amigo, relatou que quando começou a se interessar pelos estudos biográficos, o primeiro nome em quem se fixou foi o de Euclides da Cunha. Mas àquela época achara ainda o tema polêmico demais, ainda muito efervescente e se voltara, portanto, para outros autores. Mas dava a entender – e parece que esta idéia transmitiu a outras pessoas – que estava agora interessado em voltar-se para a figura do autor de *Os Sertões*.”¹²

O depoimento de Renato Vaz Sampaio, de que já falamos, relata o encontro de Luiz Viana Filho com Dilermando Cruz, o matador de Euclides, quando parece que já trabalhava material para a biografia deste, uma vez que discorria com segurança sobre a matéria. Quanto a pretender que a obra em que trabalhava – biografia de Anísio Teixeira – não fosse a última, é um fato absolutamente normal. Nenhum homem inteligente e lúcido, trabalhador dinâmico, como era Luiz Viana Filho, pensa que o texto em preparação será o último, salvo se estiver na exata hora do infarto ou em fase terminal. A gente sempre tem mais um livro a produzir. *A Vida de Luiz Viana Filho*, que me inicio pesquisando aos 76 anos e 9 meses, não será certamente o meu último trabalho. Há tanta coisa ainda a produzir...

Na palavra singela de Lia Viana de Queiroz, em trabalho publicado em *A Tarde*, de 6 de junho de 1995, cinco anos depois de seu falecimento, um pequeno depoimento sobre o chefe de família, o pai amoroso, dedicado, cuidadoso com a educação e o encaminhamento dos filhos:

“Personalidade firme e forte, meu pai teve um papel de destaque na formação do nosso caráter. O sentido da vida era abordado den-

tro de princípios entre os quais a lealdade, a serenidade e a gratidão não podiam estar ausentes.

“A formação do ‘ser’ preponderava sempre sobre a do ‘ter’. E sob esse prisma muitos ensinamentos nos foram dados. ‘Para sermos felizes temos sempre que olhar para baixo’: uma das lições de humildade que meu pai desejava passar para os filhos e que devemos ter sempre presente.

“O que importava era a retidão de caráter, a competência e a dignidade. Aos possuidores desses requisitos, naturalmente não faltariam oportunidades para o reconhecimento de terceiros.

“E esses ensinamentos foram respeitados por meu pai durante toda a sua vida. Daí a força e a penetração que tiveram na formação de nossas personalidades. Os fatos são importantes e fortes na medida em que são verdadeiros.

“Só influenciamos pessoas quando nossas atitudes são coerentes com os nossos pensamentos. E assim foi meu pai: penetrou fundo na nossa formação porque sua coerência era inquebrantável. Bastante rigoroso e exigente com a educação dos filhos, a ele cabia sempre a tarefa de escolher onde iríamos receber os ensinamentos e a formação indispensáveis a um futuro promissor.

“E se o hábito de estudar começou decorrente de uma rigorosa exigência paterna, agradecemos a formação de tão importante e imprescindível atitude.

“Para ele, os livros representavam o principal instrumento para a construção da liberdade do homem. Por isso na Biblioteca Central dos Barris, que inaugurou quando Governador, encontramos gravada a sua frase: ‘Porque somente os povos que amam os livros aprendem a amar a liberdade e ambicionar o progresso.’

“Sempre atento às situações dos filhos e netos, sua discrição fazia dele o conselheiro ideal. Tínhamos certeza que podíamos contar com ele. E o que lhe era confiado jamais deixava de ser segredo.

“Assim na nossa casa, na casa de meu pai e de minha mãe, onde moramos, o sentimos muito presente. No gabinete de trabalho, sempre cercado de livros, muitos livros, não podemos esquecer nunca a

figura bonita, serena, firme, sensível, forte, equilibrada e carinhosa de meu pai.”¹³

No ano seguinte, em artigo publicado na Revista da Fundação Pedro Calmon, nº 1, Lia Viana traz mais um depoimento sobre a personalidade do pai, seus hábitos, seu trabalho, suas preocupações, suas amizades. Sobre a posse na Academia Brasileira de Letras, diz o coração da filha: “No dia 15 de abril de 1955, vestido com o lindo fardão da Academia, meu pai parecia um príncipe.” Sobre sua extraordinária qualidade de fazer e conservar amigos: “É uma casa sem hora para quem chega e onde todos são sempre bem-vindos”, registra referindo-se à sua residência. E a seguir: “Ele era um mestre na arte de fazer e cultivar amigos.” Mais adiante: “Embora a função de governador exigisse dedicação exclusiva, meu pai inventava tempo para cultivar suas amizades. Assim, constantemente visitava Celina Gordilho Wanderley Pinho, sua madrinha muito querida, a quem dispensava amor filial. Tia Celina era filha de Maria e Adriano Gordilho, cujo lar acolheu meu pai com grande carinho. Não esquecia nunca o afeto dos Gordilho e a mocidade ao lado de Juvenal, amigo fraterno, a quem se referia sempre com terna saudade.

“Também, quase diariamente, visitava Álvaro Nascimento, sobre cuja ‘preciosa amizade’ Leda Nascimento Pedreira escreveu brilhante depoimento.

“Não dispensava também o encontro na casa de Carlos Eduardo da Rocha, que, com grande hospitalidade, recebia, com Danúsia, os amigos para drinks aos domingos. Lá, compareciam sempre Edivaldo Boaventura, Pedro Moacir Maia, Celeste Aída, Cláudio Veiga, Galeão, Valdemar Maia, entre outros. Quando o tempo baiano era prolongado, não faltava às reuniões do Instituto Geográfico e Histórico e da Academia de Letras da Bahia.

“A presença no “Sabadoyle” era sagrada. Assim era conhecida a reunião que acontecia todos os sábados à tarde na casa de Plínio Doyle, amigo de longa data. A conversa íntima e descontraída reunia quase sempre Américo Jacobina Lacombe, Alphonsus Guimarães Filho, Mário da Silva Brito, Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Homero Senna, Marcílio Marques Moreira.

“Sobre a escolha de seu nome para o Ministério Castelo Branco: Acompanhado do também Deputado Antônio Carlos Magalhães,

meu pai vai cumprimentar o Presidente Castelo Branco, que pergunta: ‘O senhor é o Luiz Viana Filho, escritor?’

Dois dias depois, num domingo à noite, o telefone toca e minha irmã Celina anuncia que o Presidente Castelo Branco deseja falar com meu pai. Minha mãe na mesma hora interveio: ‘É trote’. Enganava-se. Era realmente o Presidente convidando meu pai para uma reunião no dia seguinte, no Ministério da Guerra.

“Ansiosos, aguardávamos o resultado da reunião, quando meu pai chega informando ter sido convidado para Ministro-Chefe da Casa Civil. Havia recusado o convite. Surpresos, não entendemos a recusa. Mas a sorte estava lançada. O Presidente Castelo Branco, firme nas suas decisões e escolhas, na noite seguinte convoca meu pai, dizendo: ‘Dr. Luiz Viana, o senhor não pode deixar de colaborar com o Brasil.’” O depoimento, que apresenta um momento de tensão vivido pelos familiares, coincide com outros, confirmando a recusa inicial e a insistência do Presidente. Diz-se que Castelo Branco, por admiração ao grande brasileiro, lera *A vida de Rui Barbosa* e deseja o biógrafo perto de si. Queria apenas o auxiliar, que iria assessorá-lo e pôr sua palavra em música? É possível. Quem sabe, não imaginava também a possibilidade de vir a ser, no futuro, um dos biografados? A vida tem seus caprichos e seus mistérios. É certo que o destino traça os próprios caminhos. Sem deixar de ser possível que o homem trabalhe o seu destino, sem o perceber.

E agora sobre o medo do avião nos primeiros tempos: “As idas e vindas para o Rio de Janeiro eram marcadas conforme o calendário dos navios, o melhor transporte para os Viana, pois meu pai não conseguia lidar intimamente com os aviões. Situação que só seria modificada alguns anos mais tarde e de forma radical: o Ministro-Chefe da Casa Civil ver-se-ia obrigado a acompanhar o Presidente em viagens por todo o Brasil.”

A jovem Patrícia Viana de Queiroz, em texto intitulado ‘A meu Avô’, assim define a influência de Luiz Viana Filho sobre os familiares, filhos e netos, pois, certamente o que era com ela seria com os demais:

“A formação de minha personalidade, sem dúvida, sofreu muita influência de sua parte que, sutil e inteligentemente, se fazia penetrar em meu universo.” E adiante, definindo o comportamento no lar:

“A felicidade era sempre algo transparente na expressão do seu olhar, refletindo isso em todos os atos de sua vida. O amor entre você e minha avó Juju era tão expressivo e forte que apenas em vocês dois não poderia se concentrar, transbordando e exalando por todos os que estavam à sua volta.”¹⁴

Sobre o seu trabalho intelectual, a maneira de compor e ordenar, limpar, aperfeiçoar o texto, simplifica o neto, Luiz Viana de Queiroz:

“Escrevia todos os dias, sentado na varanda de seu quarto, datilografando numa Olivetti portátil, da qual nunca quis separar-se em troca de novidades eletrônicas. Escrevia e reescrevia. Depois de pronto, o texto inicial era cortado, recortado e emendado, até atingir a forma definitiva que o agradava. Costumava dizer que difícil para o escritor é acabar o livro; assim como para o caçador o mais trabalhoso é esfolar o rabo da presa.”¹⁵ E é exato. Para quem aprendeu a desenvolver o texto e se habituou ao ato de escrever, o mais difícil, realmente, não é compor o livro, é fechá-lo. É alguma coisa assim como a chave de ouro do sonetista ou, bem comparada, a esfola do rabo do carneiro.

Em um discurso repassado de emoção, transparente de carinho, cristalizado no amor filial, diria Luiz Viana Neto, ao assumir, como seu suplente, a vaga deixada por ele no Senado:

“Muito jovem, cego por um amor filial extremado, não percebi que me lançava numa empreitada de antemão destinada ao malogro, ao tentar seguir-lhe os passos, e repetir-lhe a luminosa trajetória.

“Como ele, formei-me em Direito na gloriosa Faculdade de Direito da Bahia. Como ele, ingressei no magistério para tornar-me titular da mesma cadeira em que ele pontificara. Como ele, muito cedo, deixei-me seduzir pelos enganosos encantos do demônio da política, e três vezes fui Deputado Federal, Vice-Governador e seu auxiliar quando governou a Bahia.”

Nesse pequeno trecho de seu discurso revela a influência recebida do pai. Seguiu-lhe os passos na profissão e na política, como fora no passado, quando o próprio pai acompanhou os passos do genitor, o Conselheiro Luiz Viana.

“Consolo-me – discursa a seguir Viana Neto –, também, com as homenagens com que a Bahia dele se despediu. A Bahia sempre una-

nimemente divergente, encontrou um momento em que se tornou unanimemente convergente, inclinada diante do esquife do meu pai, num preito de respeito, gratidão e saudade.

“Por ali passou toda a Bahia, por ali passaram todas as suas lideranças, as mais distantes e antagônicas, mas todas elas unidas na dor pela perda da grande, da extraordinária figura de meu pai, o Senador Luiz Viana.

“Homenagens, digo melhor, não apenas da Bahia, mas de todo o Brasil. Homenagens que já teriam dimensão nacional pela simples presença da delegação desta Casa, tendo à frente o seu honrado Presidente, mas a que se somaram também manifestações de todos os jornais, de todas as televisões, e artigos dos mais respeitados e acreditados jornalistas da imprensa nacional.

“Sr. Presidente, Srs. Senadores, se como homem público foi meu pai um lutador, alguém que pugnou como um bravo por seus ideais, teve sempre, no entanto, um refrigério: os seus amigos. Em toda parte por onde passou, plantou amizades, criou amigos devotos, ele que foi um devoto da amizade. Na Bahia, no Rio de Janeiro, em Brasília, em Lisboa, onde quer que chegasse, lá estava um amigo para recebê-lo e, sobretudo, para conversar. Meu pai foi um *causeur* extraordinário, pessoa de conversa simples, mansa e erudita, que a todos encantava. Aliás, costumava dizer que política é como conversa de namorados: não acaba nunca.

“E é para suceder essa figura extraordinária que aqui estou. Soldado raso, convocado a assumir as funções de um grande comandante. Pigmeu que sucede um gigante. Figura opaca que só terá um mérito, o de, pelo contraste, realçar-lhe ainda mais o brilho de estrela de primeira grandeza. Sr. Presidente, Srs. Senadores, baldo de merecimento e de atributos, aqui chego para cumprir essa difícil missão. Mas missão que desejo assumir inspirado no seu exemplo, e com o compromisso de buscar reunir todas as minhas energias, para que, superando-me a mim mesmo, possa honrar-lhe a memória, ser-lhe fiel ao legado cívico, ser merecedor da ilustre companhia de V. Ex^{as} e, sobretudo, ser digno desta augusta Casa, que ele amou, presidiu e tanto enalteceu.”¹⁶

Também tenho o meu testemunho pessoal. A mim ele diria uma vez, quando tratávamos de assuntos de família, do quinhão de cada um dos filhos, de dificuldades de família: “A filho, a gente dá ao que

precisa!” Convivemos durante 27 anos, 4 na administração, 23 em sua residência de Brotas. São dois tempos e duas oportunidades, ensejando diverso relacionamento humano – um tempo e uma oportunidade calçados no interesse público, intrinsecamente; outro tempo e outra oportunidade fundados no afeto pessoal, na amizade conjugada ao interesse público. Em nenhuma das duas situações foi diferente. Era sempre cordial e amigo. Prova de que, quando governador, tratava os prefeitos com atenção e cordialidade, a alguns mesmo com amizade, é que quatro anos depois de deixar o governo saiu candidato a senador e foi eleito em um pleito disputado, reelegendo-se para um segundo mandato. Será necessário que se tenha amigos para vencer cinco vezes seguidas uma eleição de deputado federal e duas vezes uma eleição de senador. Muitos e bons amigos. Ele tinha.

Vão muito longe os dias e eu não me lembro a data. Ficaram o local e as pessoas. Era na Livraria do Argeu. Eu corujava livros e saí com um destes na mão. À porta, dou com o Dr. Ulisses Gonçalves, dileto amigo de meu pai e meu amigo afetuoso. Ao seu lado um homem alto, franzino, elegante, quase moço, quase maduro. Bem posto, bem apessoado, pode-se dizer seguramente. Também Ulisses era franzino, menos alto e menos elegante, mais para gente do campo, um tanto ou quanto desengonçado, enquanto o primeiro apresentava a nítida figura de gente da cidade grande. Veio a apresentação: o João Justiniano da Fonseca, poeta, filho de um querido amigo, homem dos mais sérios e dignos de que sei. O João sempre comprando um livro. Aqui, o Deputado Federal Luiz Viana Filho, imortal, nome que brilha na Academia Brasileira de Letras. Apertamo-nos as mãos, enquanto dizíamos as palavras formais desses momentos de apresentação, continuada esta com a pergunta – O que lê? Mostrei o livro. – Escolhe bem, ouvi, seguindo-se à palavra um sorriso de simpatia. Já não tenho lembrança de que leitura se apresentava. Eu não lhe disse, então, que ele tivera as primícias do meu voto. Em 1945, votando pela primeira vez sob a liderança de Raul Coelho, em Curaçá, eu sufragara o nome de Luiz Viana Filho para deputado federal. Só muito depois ele saberia disso.

Sem dúvida não guardou a rápida apresentação, homem de muitos amigos e grande relação social. Em mim, pequeno e simples, ela ficou para toda a vida, embora, quando nos fizemos amigos, anos depois,

nunca me ocorresse lhe lembrar. A segunda e definitiva apresentação, veio em 1966, ele já eleito Governador do Estado, eu candidato a prefeito de Rodelas. Fê-la o Deputado Oliveira Brito, com quem eu votava pela primeira vez, já agora como político. Esta, se não ficasse de imediato, seria lembrada logo mais, no trato das audiências oficiais de um angustiado homem, sofrido para resolver os problemas simples e humanos de sua pequena gente, com o Governador empenhado nas grandes soluções da Bahia. Muitas vezes eu o procurava, transbordante de angústia, em face das tantas necessidades locais, da pobreza secular, da quase ausência do poder oficial. Só uma coisa havia, razoável, na cidade: o ensino primário, sendo no interior do município um zero, no qual pontificava a professora leiga em sua pequena sala de casa residencial de taipa. Tudo o mais faltava. Um bem construído Posto Médico vinha da administração anterior, com a assistência única de uma auxiliar de enfermagem curiosa e inteligente, mas sem nenhum preparo profissional, mantida às custas da municipalidade – dava-se graças a Deus, que nos municípios vizinhos nem isso havia. As estradas municipais, construídas ao nível do solo, eram trafegáveis, aos solavancos, no verão; ainda bem, por esse lado, que muito mais demorado do que o período chuvoso. Basta dizer que na véspera da posse, atolado o carro na estrada Tarrachil–Rodelas, passei a noite, com a família, debaixo de um umbuzeiro, sendo feliz porque não choveu. Havia luz elétrica, suprida pela CHESF, mas distribuída através de uma rede precária (pequenos postes de madeira), alimentada em cerca de metade por fio dez, coberto. Pior que tudo, a falta de ocupação, a grande pobreza em uma terra de escassos terrenos para a lavoura (praticamente as pequenas áreas de vazante do rio, inclusive nas ilhas). A grande fonte de renda, na cidade, era a aposentadoria do Funrural para os velhos. No interior, uns poucos dispunham de meios para comprar e manter uma motobomba, cultivando cebola. Os mais, plantavam batata-doce, mandioca, feijão-fradinho, abóbora, melancia, para a subsistência familiar. Uma escassa pecuária. E graças a Deus, porque a maioria não dispunha do terreno, trabalhava de meia (parceria) ou ocasionalmente como diarista, o que significava a fome.

Fiquei pasmado. Na primeira entrevista levei um catatau ao Governador, que o avaliou rapidamente pelos títulos e disse: vamos por etapa. Destacou as papeletas de saúde e educação e me encaminhou aos

secretários José Duarte e Navarro de Brito, moços que me acolheram afetuosamente. Navarro passou-me a Hildérico Pinheiro, que vendo o pleito de prédios escolares para o interior do município, de pronto me entregou a um seu auxiliar, para orientação. Os recursos, nessa área, deviam ser solicitados diretamente ao MEC, por via de um órgão federal cujo nome me escapa. Foi proveitosa a entrevista. Recebi as instruções e fiz o pleito. Com dedicação pessoal e compreensão de autoridades, que se reverteu em apoio, deixei o município coberto por uma completa rede de ensino primário. Construí seis prédios escolares e ao fim do mandato ficavam recursos para o sucessor construir mais dois. Somados aos dois existentes quando assumi a administração local, eram 10. Já não me lembro bem, parece que eram, no interior, cinco professoras formadas, sendo duas do estado, três do município.

Quanto ao juazeirense e muito receptivo, afetuoso secretário José Duarte, prometeu ajudar, mas pediu tempo. Dependia de recursos financeiros que esperava, e planejamento em vias de conclusão, não me lembro bem, alguma coisa assim. Seria igualmente bem sucedido na área.

Voltemos ao começo da história. O governador e o prefeito. Ainda nos primeiros meses do Governo, o Deputado Oliveira Brito, Secretário das Minas e Energia e político hábil e tarimbado, promoveu, em Ribeira do Pombal, sua terra natal, um encontro dos prefeitos do Nordeste da Bahia com o Governador. Entrei forte e fui muito feliz na reunião. Em regra os prefeitos de Rodelas, Chorrochó, Abaré e Macururé nos apresentávamos ao Governador com os mesmos problemas e às vezes um ao lado do outro, visando a dar mais força à região. Assim, o prefeito de Chorrochó, o velho e querido amigo e parente Doroteu Pacheco de Menezes, da cepa dos Fonseca de Rodelas, concertou os colegas de Abaré e Macururé, e me chamou ao encontro destes. Os três me ofereciam a palavra para falar em nome de nós quatro. Assim credenciado, posicionei-me alto e falei pelo conjunto. A tônica era a da saúde pública, educação, transporte, energia elétrica e economia regional, com ênfase na carência e na pobreza, na reincidente ausência do governo no nordeste baiano, sobretudo na área daqueles municípios ribeirinhos – aí foi necessário ter coragem para a verdade – onde as populações viviam mais em função de Pernambuco que da Bahia e muitos torciam para que

fôssemos pernambucanos – seria melhor para nós. Quando falei em saúde, me ocorreu a história do indiozinho que morreu, por falta de amparo local, na estrada entre Rodelas e Tarrachil, quando ia em busca de auxílio médico em Belém do São Francisco, Pernambuco. Eu frisava, repetindo-lhe as palavras – mãe, a pena que eu tenho é morrer sem ler na cartilha nova que papai comprou.

Quando falei em transporte me iluminei para dizer, com arrojada temeridade: para Paulo Afonso V. Ex^a vai levar o asfalto – nesse ponto situava o pedido: queríamos para nossos municípios, estradas de barro, mas que proporcionassem tráfego permanente, esclarecendo que ali, o que mais desejávamos era a chuva de Deus, mas em certas oportunidades, premidos pela necessidade do transporte enquanto as estradas estavam alagadas, rezávamos para que a chuva cessasse – doloroso contraste, rezar para chover e precisar rezar para não chover.

O governador era um homem sensível, ameno como quem mais o pudesse ser, inibido para dizer não e realmente empenhado em resolver os velhos problemas, embotados pela dor, encanecidos pelos séculos de espera. Sem rodeios asseverou em seu discurso – para Paulo Afonso levarei o asfalto. Em seguida prometeu estudar a solução dos nossos problemas conforme pleiteado. Não faria, quanto ao asfalto, o prometido. O custo era alto para o Estado, onde tantos necessitavam da mesma coisa. Eu saberia mais tarde que tentou, em vão, a participação da CHESF em convênio e não o conseguiu. Ajudaria, mais adiante, os municípios na manutenção, e até na construção, de suas estradinhas carroçáveis, naturalmente o possível. Regularmente uma máquina de terraplenagem estava na região recuperando-as.

No retorno à capital, tendo ido ao Palácio Rio Branco para um encontro com o governador, nos aproximávamos das 20 horas quando o funcionário encarregado de encaminhar os prefeitos ao governador trouxe a notícia de que Sua Excelência, em razão de compromisso anterior, irrecusável, suspendia as audiências, marcando-as para outra oportunidade. Como andava de ônibus, quando entrei em casa horas depois, recebi uma mensagem: o governador me receberia no dia seguinte, às oito da manhã, no palácio residencial de Ondina.

Reclinamo-nos no sofá da sala de visitas e eu me desculpando, porque não dissera tudo nem completamente, voltei aos assuntos do

encontro de Ribeira do Pombal. Ouviu-me atencioso, e pareceu-me que interessado. Quanto à desculpa, esclareceu:

– Não, você situou tudo muito bem, entendi perfeitamente. As dificuldades não são apenas suas, são minhas também. Os recursos, aqui, são igualmente pequenos. Não darei tudo a vocês, mas farei o começo e deixarei condições para que outros continuem.

As palavras não seriam exatamente estas, o entendimento, as promessas, sim. Já tinha em mente, quando as disse, o seu PRODINOR – Projeto de Desenvolvimento do Nordeste, que infelizmente não foi adiante com os sucessores, como certamente imaginava quando o idealizou. Nessa audiência me encaminharia ainda uma vez ao Secretário José Duarte, da Saúde, com quem já traçara os planos. Inicialmente, criou-se um Serviço Médico-Odontológico para os quatro municípios, com sede no Posto de Saúde de Rodelas. A casa já existia e foi equipada. O Estado dava o médico e o dentista e o Município fornecia a hospedagem a esses profissionais, e os seus auxiliares. A solução era ótima no sentido da distribuição de responsabilidade, impraticável quanto ao desempenho da atividade. Um profissional não atenderia aos quatro municípios, a um, sim. E isso modificar-se-ia mais adiante, reduzindo-se os encargos, enquanto criava-se o mesmo serviço em cada um dos quatro municípios. Sei que em Rodelas ficaram os profissionais por algum tempo, atendendo na sede e no interior do município.

Viriam mais tarde recursos para recuperar uma antiga escola rural, já então no perímetro urbano e abandonada de muitos anos. A escola tinha duas salas e uma residência para a professora. Rearrumei-a construindo 3 salas de aula, cantina e sanitários, com um pequeno acréscimo e aí instalei um ginásio, num trabalho conjunto Prefeitura/CENEC. Entrava, aí, a presença do meu querido amigo Luiz Rogério de Souza, presidente da CENEC. O auxílio, era, naquele tempo, de três mil cruzeiros. Recuperei o prédio, dei acabamento a dois outros construídos na gestão anterior, em um dos quais faltava o muro, no outro o muro e o assentamento dos vasos sanitários, pouca coisa. E ainda recuperei uma porção de carteiras escolares quebradas, que se entulhavam depositadas em uma sala de aula de algum dos prédios escolares. Era pequeno o recurso, mas valeu, foi bem utilizado. O ginásio recém-instalado, que mais tarde sendo o imóvel ampliado, se transformaria em centro

integrado, oferecendo desde o curso elementar, então chamado primário, até a escola normal para formação de professores, receberia, com a aquiescência da CENEC, o nome de Ginásio Governador Luiz Viana.

Outro auxílio, do mesmo valor, foi para construir a estrada da Volta do Rio, o ponto sul mais distante da sede, com cerca de 40 quilômetros a partir do povoado de Penedo. Dizia-se que não havia como construir, com esses recursos, uma estrada ali. Era areião de ponta a ponta e dependia de encascalhamento em quase toda a extensão. A menos que a estrada pudesse passar por dentro das propriedades cercadas. As cercas subiam da margem do rio até alcançar o terreno arenoso, impréstável à lavoura, onde se interrompiam. Encontrou-se a solução. Todos necessitavam a estrada, não havia voz divergente. Os proprietários concordaram no recuo das cercas. Coisa pouca, só a faixa destinada à estrada, três ou quatro metros. E eu negocieei: Poria uma cerca de arame farpado para repor a cerca de fina madeira – de ramos, é como dizemos. Uma alegre acolhida. A estrada foi administrada pelos vereadores Estêvão Freire da Fonseca e Clarindo Epaminondas de Sá. Pessoal de trabalho escolhido a dedo, gente da região que queria a estrada feita. Os três mil cruzeiros foram suficientes e eu inaugurei a estrada no meu carro, acompanhado dos vereadores Estêvão e Clarindo, que hoje estão na Glória de Deus. Mas, antes da inauguração, os caminhões já transportavam a cebola que antes ia de barco para Pernambuco passando um trecho de rio encachoeirado e perigoso.

Mais adiante seria a construção de uma rede de eletrificação que alcançava dois terços da margem do rio na jurisdição do município e a rede de distribuição de energia na cidade, uma beleza. Toda a participação do município, foi entrar com as lâmpadas. Para esse trabalho, tivemos o empenho do Secretário de Minas e Energia, Deputado Oliveira Brito e do seu assessor, Manuel Moura, ex-prefeito de Rodelas a quem eu sucedera, que ao lado do governador tinham o mesmo empenho. Para Rodelas foi uma grande obra. Aliás, para qualquer município rico do sul, a rede de eletrificação rural seria uma grande obra.

Quando Oliveira Brito foi cassado, perguntei ao governador:

– E agora, governador, quem vai me representar?

– Você não precisa de representante, representa-se por si próprio. Eu mesmo o represento.

A partir de janeiro de 1971 eu o procurei sempre em sua casa e sempre fui acolhido com afeto. E carregava os pequenos fardos. Até à eleição de 1988 a representação foi sua, eu próprio no comando. Nesse ano, por razões de ordem local, resolvi afastar-me, mas deixava feita a sua imagem e creio que ainda hoje há um grupo político, ali, que apóia os seus candidatos, aliás, os que eram seus candidatos.

Lá um dia, parece que no ano de 1986, me ligou dizendo que precisava falar-me. Recebeu-me perguntando por Rodelas, falamos qualquer coisa mais e ele me disse:

Foncheca, você já tem muito tempo de assessor. Quero lhe arranjar uma coisa melhor e que não o atralhe no seu trabalho literário. Depois da gestão de prefeito, eu vim a exercer uma função de assessor na Secretaria da Indústria e Comércio com Emanuel Vargas e aí continuei na gestão seguinte, com Manoel Castro. Era aposentado do Ministério da Fazenda e isso, para mim, bastava, queria uma atividade até pela conveniência política de ter presença no governo. E não havia pedido outra coisa além daquela modesta função. Nem havia insinuado. Ele, no entanto, me sabia muito tímido – não lhe faltava competência para observar a pessoa humana, tão longa e cuidadoso era o seu trato com os homens na convivência política. Dava-se uma vaga no então Conselho de Contas dos Municípios e a indicação era sua. Ofereceu-ma.

Em uma das nossas últimas entrevistas no Palácio Rio Branco, fim de governo, ele governador da Bahia eu prefeito de Rodelas, anunciou: – Fixarei residência em Salvador, estou construindo uma casa aqui, em Brotas, me procure. Ofereceu o endereço. Havia um sentido no “fixarei residência na Bahia”. É que, nos seus tempos de deputado, vivia mais no Rio que em Salvador; depois, ministro do Governo Castelo Branco, entre Brasília e Rio. Só na Bahia vivera definitivamente e com atividade profissional, na adolescência e primeira mocidade, e durante o ostracismo, entre 1936 e 1945, e como Governador, de 1967 a 1971.

Eu o procurei durante vinte e três anos. Homem humilde e acanhado, me ajustei bem ao seu temperamento de homem simples e ameno no trato. Se demorava a aparecer, era comum que em algum de seus fins de semana batesse o telefone: – “Foncheca, quero lhe falar”, outras vezes, “você nunca mais apareceu”, outras, “estou com saudades suas”. Com intimativas assim, quebrava-me a timidez. Chamava-me de

Fonseca, velho nome de guerra que eu trazia da mocidade no Exército Nacional. Para nada, não raro, era o chamamento. Abria a conversa perguntando por Rodelas. Invariavelmente. Em seguida entravam outros assuntos e gastávamos uma hora, mais. Neste 28 de março de 1997, quase sete anos depois de sua morte, quando inicio este texto, pretendendo produzir sua biografia, digo como Luís Henrique: – Que saudade, Dr. Luiz!

NOTAS

- 1 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, pp. 117/119
- 2 – Idem, idem, pp. 33/34.
- 3 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, pp. 17/18
- 4 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, pp. 51/52
- 5 – Idem, idem, p. 64
- 6 – Idem, idem, pp. 107/110
- 7 – Idem, idem, p. 55
- 8 – Idem, idem, pp. 121/123
- 9 – Idem, idem, pp. 84/85
- 10 – Idem, idem, p. 101
- 11 – Idem, idem, p. 62
- 12 – Idem, idem, pp. 24 e 25
- 13 – *A Tarde*, de 6-6-1995
- 14 – Edivaldo M. Boaventura, em *Homenagem a Luiz Viana Filho*, p. 199
- 15 – Idem, idem, p. 195
- 16 – Idem, idem, p. 185



Biografado com o biógrafo

.....

X

CAMINHANDO PARA A GLÓRIA

CHEGAVA ao final da caminhada terrena, das lutas e dos sonhos, dos cuidados e das preocupações humanas. Cumprira bem e perfeitamente a missão. Ia, sem o sentir ele, sem o percebermos nós, entrando no caminho da Glória. *Rui e a Construção da República*, é o título do último artigo publicado por Luiz Viana Filho. Comemorava-se o centenário da proclamação da República e *A Tarde* solicitou-lhe, na qualidade de especialista em Rui, o maior deles no seu tempo, a colaboração. Trata-se de uma de suas últimas publicações em *A Tarde*. Posterior a esse artigo, foi a conferência proferida na Reitoria da UFBA, em comemoração ao centenário de Wanderley Pinho. A última fala política, foi uma entrevista publicada em 22 de janeiro de 1990. É uma longa apreciação dos fatos políticos do momento, em que aborda, basicamente, o fenômeno da eleição de Fernando Collor de Mello. Seu último trabalho divulgado foi uma carta ao Cardeal Dom Lucas Moreira Neves, publicada pela *A Tarde*, de 13 de maio de 1990, menos de um mês antes do falecimento. São, o artigo e a conferência, como que a despedida do escritor; a entrevista, a despedida do político; a carta, a palavra final do amigo. A conferência está no livro *Homenagem a Luiz Viana Filho*, de Edivaldo M. Boaventura. Vão transcritos, a seguir, o artigo e a carta:

Rui e a Construção da República

“Em Campinas, onde estava nos primeiros dias de novembro de 1889, recebeu Francisco Glicério este telegrama mandado por Campos Sales: ‘Venha já.’ Bastante para dizer-lhe estar-se às vésperas da conspiração que levaria à República. Amadurecera o fruto da propaganda iniciada com o manifesto de 3 de dezembro de 1870. Assinavam-no os líderes do pensamento republicano, dentre os quais Quintino Bocaiúva, Salvador Mendonça, Saldanha Marinho, Lafayette Rodrigues Pereira, Rangel Pestana, Cristiano Benedito Ottoni e Aristides Lobo. Publicou-o *A República*, jornal editado para fazer a propaganda da idéia republicana, que nele teria, por alguns anos, o seu principal suporte na imprensa. O manifesto e o jornal seriam um marco na vida política do País. Escreveu Joaquim Nabuco que ‘o aparecimento de um novo jornal intitulado *A República*, é um acontecimento que, se houvesse presciência em política, eclipsaria todos os outros’. Em verdade os contemporâneos não anteviram o que representavam os acontecimentos de 3 de dezembro de 1870. Ninguém imaginou que o modesto fio d’ água acabaria por se transformar numa caudal irresistível. Somente a partir da chamada Questão Militar, iniciada sob o Gabinete de Cotegipe, e que medrou no clima criado nos campos do Paraguai, se tornou a República real ameaça para a Monarquia, então combatida por uma série de fatores, a começar pela precária saúde do Imperador e a perspectiva do terceiro reinado. Após duas décadas de propaganda, a idéia republicana começava a tomar corpo.

“Na imprensa, já desaparecida a República, nada se sobrelevava à pena de Rui Barbosa, então à frente do *Diário de Notícias*. Adepto fervoroso da Federação, que acreditava a única salvação para a Monarquia, Rui se desligara do Partido Liberal ao ver derrotado, no Congresso Liberal de 1889, o voto em separado que apresentara em favor da idéia federalista. Mais tarde ele diria na Constituinte de 1891: Eu era, senhores, federalista antes de ser republicano. Não me fiz republicano senão quando a evidência irrefragável dos acontecimentos me convenceu de que a Monarquia se incrustara irredutivelmente na resistência à Federação. Esse *non possumus* dos partidos monárquicos foi o seu erro fatal.

“Vencido, ele se considerou de logo incompatível com o partido a que estava filiado desde a juventude. Tornou-se, assim, um ho-

mem sem partido, afirmando não ter interesse em algum dos três partidos, entre os quais se contendia pelo governo da Nação: o Conservador, o Liberal e o Republicano, pois com todos, escreveu, ‘se achava declarada e notoriamente em antagonismo’. Na realidade, embora não o dissesse, e talvez até não o imaginasse, estava em marcha batida para a República. Tanto é exato que, em maio de 1889, ele informou ao seu velho chefe, o Conselheiro Dantas, a quem o ligavam laços de amizade: ‘Não sou nem posso ser, órgão do Partido Liberal. Da República distava apenas uma linha. Já disse a V. Ex^a que só a sua amizade me tem detido.’

“Não o deteria, porém, por muito tempo. À frente do jornal, afastado do Gabinete Ouro Preto, do qual se recusara a participar, apesar dos insistentes apelos de Dantas e do próprio Chefe do Governo, Rui não demorou em se tornar, na imprensa, o vigoroso demolidor da Monarquia. Para ele as idéias estavam sempre à frente dos interesses. Mesmo Quintino Bocaiúva, intrépido redator d’*O Paiz*, verdadeiramente o órgão dos republicanos, não teria a veemência e a importância de Rui, que, para criar a Federação, matava a Monarquia. Esta não viveu sem aquela.

“Caberia, aliás, a Rui, dar um último empurrão para pôr abaixo o cetro de Pedro II. Em 9 de novembro de 1889, publicou o famoso artigo *Plano Contra a Pátria*, que seria a gota d’água na conspiração republicana. Nesse dia, lido o artigo de Rui, Benjamin Constant, sem dúvida o mais autorizado dos líderes republicanos no Exército, procurou-o para dizer: ‘O seu artigo de hoje fez a República e nos convenceu da necessidade imediata da República.’ E autorizado pelo Marechal Deodoro, que aceitara chefiar o movimento rebelde, Constant convidou Rui para participar, no dia 11, da reunião em casa de Deodoro. Seria o início da conspiração. E nela, conforme diria bem mais tarde, se dispusera a arriscar a vida, caso houvesse um malogro. Em torno do velho herói do Paraguai estavam Benjamin Constant, Francisco Glicério, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, o Major Solon Ribeiro e Rui Barbosa, certamente o mais recente dos republicanos. Deodoro ainda hesitara entre proclamar a República e derrubar o Ministério Ouro Preto. Conta-se que instado por Benjamin Constant, teria dito: ‘Eu queria acompanhar o caixão do Imperador, que está velho e a quem respeito muito.’ Dúvida passageira. Na madrugada de 15 de novembro, para surpresa dos com-

panheiros, que o sabiam doente e talvez impossibilitado de assumir o comando da tropa, Deodoro apareceu no Campo de Santana para proclamar a República. Era o fim do meio século do reinado de D. Pedro II.

“Aparentemente fora fácil derrubar a Monarquia. O difícil seria construir a República. Realmente, o levante militar chefiado por Deodoro pusera abaixo o cetro real sem que fosse necessário uma gota de sangue. Contudo, conforme escreveu João Mangabeira, ‘não derrubar um trono, com um levante militar, para que dos escombros do Império tombado surja, alvissareira, a República, por entre as baionetas da tropa. Para o primeiro bastaria uma espada acostumada a rebrilhar ao sol das batalhas, a lampear no caminho da vitória em rasgos de heroísmo ante os regimentos entusiasmados. Mas para a criação do regime político, não seria suficiente o rótulo com que o nomeassem ou de que o revestissem as proclamações do movimento triunfante’.

“Não foi outro o destino da República, nos dias que se seguiram à vitória do movimento. A Monarquia estava por terra. O Imperador partira para o exílio. A República, entretanto, estava longe de ser levantada sobre as ruínas do velho regime. Construí-la seria o extraordinário papel de Rui. No momento em que os espíritos pareciam ainda atordoados diante da vitória, coube-lhe levantar o edifício republicano, traçando o perfil do novo regime, as garantias sob as quais iríamos viver, a liberdade que haveríamos de respirar. Campos Sales, que seria o Ministro da Justiça, ainda permanecia em São Paulo por alguns dias, tendo Rui acumulado a pasta da Justiça com a da Fazenda, da qual seria, por 14 meses, o titular, verdadeiro construtor da República recente. Nas primeiras horas, tudo seria motivo de dúvidas e vacilações, a começar pelo próprio nome do regime triunfante. Tocou a Rui batizá-lo pelo Decreto nº 1, do qual foi o autor: República dos Estados Unidos do Brasil. Achava-se o nome do novo regime.

“Abranches, embora pouco afeiçoado a Rui, ao escrever no prefácio de Atas e Atos do Governo Provisório diz que ‘na primeira semana pós a proclamação da República, só um cérebro pensou e agiu – Rui Barbosa’. Idêntico é o recolhido por Ferreira Viana de D. Pedro II, nos dias de exílio em Cannes: ‘Nas trevas que caíram sobre o Brasil, a única luz que alumia no fundo da nave é o talento de Rui Barbosa.’ Ver-

dadeiramente, se Deodoro é o proclamador da República e Benjamin Constant o seu idealizador, ninguém poderá negar a Rui haver sido ele o construtor da República, que ergueu desde a primeira pedra até a cumeada da Constituição de 1891, da qual foi o único artífice. Nos 14 meses à frente do ministério da Fazenda, no qual, apesar da escassez do tempo e das inúmeras dificuldades decorrentes da implantação do regime, deixou marcas inapagáveis, Rui participou de todos os atos importantes da República, a começar pela separação da Igreja e do Estado, realizada num ambiente de concórdia, malgrado a delicadeza e as susceptibilidades inerentes ao assunto. É que, intransigente quanto às idéias, sabia ser cordato na maneira de levá-las a bom termo. Aliomar Baleeiro, ao dar seguro balanço sobre a admirável atividade de Rui no Ministério da Fazenda, traça este nítido perfil: ‘O espírito vigilante de Rui prevê e provê a tudo, aparando asas à demagogia, que, em estado potencial e larvado, chocado pelo próprio trono depois de 13 de maio, espreitava a oportunidade alvissareira. Em inaudita ubiqüidade, acompanha, tranqüiliza e anestesia a desconfiança internacional, alimentada pelos monarquistas na Europa, ao mesmo tempo em que separa, sem estrépitos, antes com aplauso do clero, a Igreja e o Estado; freia os impulsos e repentes do velho Marechal; supervisiona colegas como um chefe de gabinete; acolhe aclamações da praça em pânico; sustenta a cotação do câmbio em delíquio; projeta a nova Constituição...’ Dir-se-ia que o gênio era incansável, tal a soma de trabalhos que teve a seu cargo, pondo em todos eles a marca inconfundível do estadista. Bem houve João Mangabeira ao chamá-lo o “Estadista da República”. Realmente, ele o foi.

“É certo, e o próprio Rui disse-o com pesar, que lhe faltou o tempo, ‘estofo precioso das grandes obras’. Quatorze escassos e tumultuados meses foi tudo que teve para realizar a obra ciclópica, que legou à posteridade. Obra em meio à qual é necessário ressaltar a Constituição de 1891, da qual foi, sem dúvida, o autor, título a que jamais abdicou, reivindicando-o em todas as oportunidades em que lhe quiseram atribuir o título mesquinho do simples colaborador.

“De fato, abandonado o projeto redigido pela comissão de juristas nomeados pelo Governo Provisório, Rui tomou a seu cargo refundi-lo do primeiro ao último artigo. E reunindo durante cerca de um mês, em sua própria residência, no Flamengo, os colegas do ministério,

Rui submeteu à discussão e aprovação dos companheiros, artigo por artigo, o projeto que redigira para construir a República. Na casa de Rui Barbosa se conservam os originais emendados e redigidos pela mão de Rui, que, concluído o trabalho, lançou esta nota no alto do projeto enviado a Assembléia Constituinte:

‘Provas da Constituição revistas por mim durante a elaboração dela no Conselho de Ministros. Rio, outubro de 1890. Rui Barbosa.’

“Certamente não será preciso mais para testemunhar o trabalho do construtor da República. Realmente, como sabido, temeroso de que se prolongasse indefinidamente, como percebia ser desejo de alguns republicanos mais afeiçoados aos regimes autoritários, Rui cuidara de ver concluído o projeto da Constituição. E aos colegas que cogitaram de demitir-se antes de terminado o projeto da Constituição respondera sem meias palavras – ‘Não podemos deixar o andor no meio da rua.’ O andor era a Constituição, que ele desejara concluída, pois somente assim estaria acabada a obra de 15 de novembro de 1889.

“Não lhe bastou porém ver aprovada a Constituição de que fora o autor ‘estremecendo-a pelas afinidades morais da paternidade...’ Além de autor teria – segundo observou Américo Jacobina Lacombe – a ventura de ser o ‘seu melhor e mais autorizado aplicador’. Tendo incorporado ao direito constitucional brasileiro alguns institutos jurídicos ainda mal conhecidos, coube-lhe ensinar e divulgar a jurisprudência norte-americana, fonte em que se abeberara para adotar o sistema presidencialista. Escreveu Rodrigo Otávio haver ele desempenhado no Brasil ‘o papel Marshall nos Estados Unidos’. Ensinamentos pelos quais pagaria alto preço, inclusive ameaças de morte, como ocorreu no curso da Campanha do *habeas-corpus*, na qual enfrentara Floriano Peixoto com bravura sem par. Assim ele construiu a República à sombra do direito e da liberdade. E numa das derradeiras batalhas no Supremo Tribunal Federal, ele diria com desassombro: ‘Os meus contraditores podem continuar a bater-se pelo Governo, cliente que não deixa mal os seus advogados. O meu é a liberdade, nem sempre grata aos seus amigos. Dos prêmios que ela dá, o único que não falha é a satisfação da consciência. Esse já tenho. Estou pago.’ Depois viria o exílio, último cravo da cruz do construtor da República.

“Em verdade, desde o seu primeiro dia até à sua implantação definitiva Rui foi tudo para o novo regime. Construiu-o de cima abaixo. Ao deixar o ministério, a República estava concluída graças ao gênio de Rui Barbosa. Construída graças ao indiscutível apoio de Deodoro, a quem Rui chamaria ‘o meu grande chefe dos quinze meses do Governo Provisório, meses pujantes e criadores, de que a República saiu feita’. Novembro de 1989.”¹

Aos 82 anos, enquanto a lucidez era ainda a do jornalista de 1929, do deputado de 1935, do professor de 1940, do acadêmico de 1954, fértil a imaginação, inteira a capacidade de produzir, reduziam-se-lhe as forças físicas, quedava-se-lhe a resistência das pernas. Ao seu cardiologista, Dr. Armênio Guimarães, diria: “Minha cabeça não tem oitenta anos, mas as pernas têm.” Sentia por certo o peso do corpo, a dificuldade de movimento, as limitações da idade. Ao filho, Luiz Viana Neto, mostrando-lhe a carta dirigida ao cardeal Moreira Neves, última manifestação escrita de sua grande lavra de 65 anos, diria com o toque de irônica modéstia: “Não está má.” Sentia, sem sombra de dúvida o vigor mental, a clari-vidência, a segurança no escrever. Deus não escreve errado: o ideal, e até o sonho e as esperanças, não morrem conosco, ficam, antes, à posteridade. E eis o último documento digitado na pequena *olivetti* do mestre Luiz Viana Filho, príncipe dos biógrafos brasileiros:

“Bahia, 10 de maio de 1990

“Eminente amigo Dom Lucas Moreira Neves

“Por me encontrar em Brasília, somente hoje tomei conhecimento das declarações do eminente amigo sobre os problemas educacionais que tanto afligem e, mais que isso, deprimem a vida brasileira. Desejo, pois, mandar-lhe uma palavra de inteira solidariedade, e poderia até dizer de entusiasmo, pela preocupação sobre a lamentável situação em que se encontra a nossa educação. Nenhum problema é maior, pois somente a educação poderá libertar-nos da pobreza, se não da miséria em que se encontram amplos segmentos da nossa comunidade. Tudo quanto se faça sem considerar a educação como a base insubstituível será simples paliativo, de efeito ocasional e passageiro, mas incapaz de nos proporcionar os reais fundamentos para as transformações sociais indispensáveis e urgentes. Esteja certo de que não externo um pensamento de ocasião, mas o fruto de uma velha convicção. Tanto assim,

que ao ter a honra de assumir o Governo da Bahia, uma das minhas primeiras preocupações foi organizar, com a inestimável colaboração e orientação do Professor Navarro de Brito, um Plano Integral de Educação e Cultura, que, acredito, talvez com modéstia, contribuiu para o início de uma nova fase na vida educacional da Bahia. Infelizmente, e como bem acentua o documento divulgado pela 28ª Assembléia da CNBB, ‘deploráveis interferências políticas’ não permitiram que o plano tivesse a necessária continuidade. Contudo, os que estudam o desenvolvimento da educação na Bahia poderão verificar que alguma coisa ficou, pois muitas foram as sementes que frutificaram. Para não me alongar, pediria licença para lembrar apenas o que se fez em Salvador, no breve período de 1967 a 1971, inicialmente sob a segura e dedicada colaboração do Professor Navarro de Brito, a quem tanto deve a educação, e, posteriormente, sob a orientação do Professor Edivaldo Boaventura, continuador das mesmas aspirações iniciais. Foi possível, em meio às graves dificuldades financeiras do Erário Público, construir os seguintes estabelecimentos de ensino secundário: Ginásio do Centro Integrado Conselheiro Luiz Viana, Ginásio do Centro Integrado Anísio Teixeira, Ginásio do Centro Integrado Luiz Tarquínio, Ginásio Pires de Carvalho e Albuquerque, Ginásio Marquês de Maricá. O que não impediu serem construídas em Salvador dezenas de escolas de primeiro grau.

“Vinte anos decorreram. A população de Salvador dobrou. Contudo foram aqueles os derradeiros estabelecimentos de ensino implantados em Salvador pelo Governo do Estado. Precisarei dizer mais? Mas, permita-me dizê-lo: ao tempo em que demos à juventude baiana maiores oportunidades de ensino, cuidamos de aprimorar a capacidade do magistério através de numerosos cursos de aperfeiçoamento. Será que fizemos mais do que merecem e precisam os baianos? A verdade é que tudo parou.

“Outrossim, numa antecipação do que defende a Assembléia da CNBB, buscamos ‘promover a revalorização do educador’ como profissional, quer atualizando-lhe e aperfeiçoando os conhecimentos através de numerosos cursos, quer propiciando melhores salários, condição que considero essencial para o aprimoramento do ensino. Não poderemos ter bom ensino com professores economicamente angustiados. Ao falar no Senado, em 1975, lembrei o repetido conceito de Rui Barbosa

emitido nos seus pareceres de 1882 e 1883, dizendo que ‘as necessidades do ensino estão perfeitamente no mesmo pé que as da defesa nacional’. Não é possível economizar na educação. E não há dinheiro mais bem empregado do que o despendido na justa remuneração do professor. E concluía eu, no discurso mencionado: ‘Ou isso ou todas as reformas, sejam quais forem, ruirão como pobres castelos de carta, pois lhes faltará esse indispensável alicerce que é o professor integrado na sua profissão, para ela vivendo, e dela vivendo, sem riqueza, mas com segurança e dignidade.’ Creio não pedir demais. De qualquer modo são convicções das quais não me afasto ao longo do tempo. E, a esta altura da vida, com elas irei morrer.

“Em verdade, nós, baianos, talvez mais do que os brasileiros das regiões do Sul e do Sudoeste, temos por que estar preocupados com o futuro da educação, vale dizer, com o futuro das novas gerações. Apenas para lembrar um dado, que considero significativo, lembrarei aqui um número fornecido pelo MEC para o ano de 1987, relativo ao ensino superior. Dos 853 estabelecimentos de ensino superior existentes no Brasil, apenas 16 são da Bahia. Pernambuco possui 39 e o Rio Grande do Sul 57. Sei que o ensino básico é fundamental. Mas, o progresso, a riqueza caminham sobre o ensino superior.

“Reitero ao eminente pastor a expressão da minha total solidariedade. É um apoio modesto, mas expressão de velhas e profundas convicções. Somente a educação poderá salvar a Bahia. Educar para enriquecer foi a legenda que adotei no governo da Bahia. Ficarei imensamente feliz, se a palavra do eminente prelado contribuir para melhorar a educação na Bahia.

“Estou certo de que ela não vai cair no vazio, dado o empenho do atual governo em dar novos rumos à educação.

“Aqui vão, pois, as minhas efusivas congratulações e minha total solidariedade, pedindo-lhe que continue a dispor do amigo. Muito obrigado. Luiz Viana Filho.”²

Uma predestinação. O homem que teve a educação como prioridade na vida pública, deixou como último escrito um documento em que a defende com a ênfase do amor: “São convicções das quais não me afasto ao logo do tempo. E, a esta altura da vida, com elas irei morrer”, registrou em seu último escrito. E completou: “Sei que o ensino básico

é fundamental. Mas, o progresso, a riqueza caminham sobre o ensino superior. Somente a educação poderá salvar a Bahia.” O enriquecimento pela educação, como pensava e pregou, ou ao menos a redução do número de excluídos. Estes são o retrato da ignorância e do analfabetismo, que levam à falta de oportunidade, enquanto a escola é, sem dúvida, o retrato do desenvolvimento e do progresso, da capacidade de trabalho, da riqueza.

Estava-se a 10 de maio de 1990, 25 dias antes de fechar-se o seu destino de batalhador pelas causas da Bahia e do Brasil, de lutador incansável em defesa da educação. O documento transcrito era o canto do cisne e era, ao mesmo tempo, a chave de ouro de uma vida cheia, de manhã à noite, era a glorificação do homem. Desde o amanhecer de seu entendimento nos caminhos da vida, desde os primeiros passos como intelectual e político, teve a constante preocupação dos problemas educacionais. Morreu repetindo o seu lema: “educar para enriquecer”. Pode-se dizer que isto é um testamento: O Conselheiro Luiz Viana deixou aos familiares e amigos um testamento de bens materiais, de bens de fortuna, como disse. Luiz Viana Filho deixou aos brasileiros o testamento do seu patrimônio espiritual: *“Educar para enriquecer. O progresso, a riqueza caminham sobre o ensino superior. São convicções das quais não me afasto ao longo do tempo. E, a esta altura da vida, com elas irei morrer”*.

Vinte anos depois do fim do seu governo, como acentua, os imóveis destinados ao ensino médio em Salvador, continuavam os mesmos que deixara.

Agora estamos a 16 dias de seu falecimento. É o dia 18 de maio de 1990. Concede uma entrevista aos jornalistas Cidélia Argolo e Gustavo Falcón, que saíria publicada na *Revista da Bahia* – junho/agosto de 1990 (Edivaldo Boaventura – *Homenagem a Luiz Viana Filho*, páginas 347/357). Um depoimento à posteridade. Na política, na arte literária, no relacionamento humano, sempre pensava na posteridade material para estudo e desdobramento, para apreciação meticulosa. De suas palavras manam informações e sabedoria, observações de uma vida de trabalho e reflexão. Vivificam-se as recordações, as lembranças, talvez a saudade.

Perguntado sobre a influência do nome de seu pai em sua carreira política, até que ponto herdara o prestígio político desse, assim responde:

“Quando meu pai morreu eu tinha 12 anos, naturalmente as minhas recordações de fatos, aspectos políticos, são pequenas; mas eu mantive relações, naturalmente, que eram de meu pai ou da minha família, em Casa Nova, Juazeiro, que eram políticas, de forma que, quando eu comecei a estudar aqui e me formei em Direito eu já tinha um grande contato com a política, mas acho que o grande fato que determinou os primeiros rumos da minha vida foi o jornalismo. Eu com 16 anos já era repórter... Ele tinha deixado muitos amigos e naturalmente isso me facilitou muito, me abriu muito as portas, eu refiz as relações, tinha uma certa confiança, uma certa estima, uma certa amizade. Aí não há dúvida de que foi, nesse aspecto foi... Minha família vinha de Juazeiro até Barreiras, tinha parentes aí espalhados.

“Meu pai sempre foi político de interior, pelo menos lá era mais forte; eu, quando fui candidato, a primeira vez, em 33, a minha grande votação foi em Salvador; tanto em 33 como em 34 eu fui o primeiro votado em Salvador para deputado federal. Quer dizer, isso era decorrência do trabalho de jornalista; eu tinha uma coluna diária no *A Tarde*, eu estava no *A Tarde* todo dia em uma coluna, uma coluna de oposição e, como coluna de oposição, tinha muito leitor e muita repercussão e foi isso, acredito eu, que me deu uma projeção. Quando fui eleito para a Câmara Federal eu era o mais moço, isso em 35, mas veio o golpe de 37 e aí eu voltei, refluí para a Bahia. Eu já era casado, tinha filhos; voltei para o *A Tarde* e aí fiquei. Até a Constituição de 46 eu fiquei no *A Tarde*, trabalhei o tempo todo ali.

“Fiquei muito próximo do Simões Filho, que tinha sido muito amigo de meu pai e, naturalmente, eu continuei amigo dele; então, entrei na política muito ligado ao Simões e também ao Otávio Mangabeira; eu era muito ligado ao velho Pedro Lago, que era senador, isso aí foi que abriu os meus caminhos. Em 30 eu ia ser deputado estadual, naquele tempo fui quase ‘nomeado’. Com a Revolução de 30, naturalmente isso aí desapareceu: eu aí tive que me eleger.

“A primeira vez que me candidatei para a Constituinte perdi. Fui candidato avulso, porque quem participava da Oposição era, sobre-

tudo, o velho Seabra e Aloísio de Carvalho Filho e ambos eram, na ocasião, presidencialistas e eu era parlamentarista. Por isso eu não pude entrar na chapa deles, daí eu ter sido avulso. Como avulso eu tinha que ter o coeficiente eleitoral; eu tive mais votos que o Seabra e tive mais votos que o Aloísio. Mas a Constituinte se dissolveu e convocou novas eleições para dezembro de 34 e eu novamente voltei a me candidatar e fui eleito, mas aí já dentro do partido; a UDB, União Democrática Brasileira.”

Sobre o grupo político que integrava, esclarece:

“Do Otávio, do Seabra, esses eram os mais antigos, os mais novos eram o Nestor Duarte, que também fazia parte, o Aloísio de Carvalho, uma turma ainda mais jovem naquela época.

“Para falar exatamente a verdade, naquele tempo não havia ideologia. Isso é uma coisa relativamente nova, naquele tempo havia Governo e havia Oposição, havia quem estava com o governo e quem estava com a Oposição. Por isso ou por aquilo; aqui na Bahia ela (a Oposição) tinha se caracterizado, sobretudo, pela autonomia, a nossa bandeira da época. Isso tudo já está superado, mas nós achávamos que entregar a Bahia a Juracy Magalhães, que não era baiano, não tinha nada com a Bahia. Ele era, na época, um tenente que tinha vindo com a Revolução de 30 e que não estava de acordo com as tradições políticas da Bahia.

“Tudo se baseou evidentemente no autonomismo. Isso, naquela primeira fase; quando veio o Golpe de 37, o Juracy ficou contra Getúlio, tanto que deixou o governo; vieram os interventores, veio o Pinto Aleixo e nós continuamos contra Getúlio, e o Juracy se incorporou a nós; aí as nossas diferenças com o Juracy acabaram porque você em política fica sempre contra o adversário maior, que era o Getúlio. Então, nós somamos todas as forças, incluindo o Juracy, até 45. Em 45, na Oposição, nós apoiamos a candidatura do Eduardo Gomes.

“Naquele tempo não tinha legenda, depois é que fizeram o PSD e nós, quer dizer, a UDB, passamos à UDN – a União Democrática Brasileira passou a ser União Democrática Nacional. Foi nessa legenda que nós fizemos a campanha do Brigadeiro em 45, mas para surpresa nossa foi eleito o Dutra e depois o Mangabeira fez um célebre acordo com o Dutra, indicando ministro e um deles, o Clemente Mariani.

“Cada um ficou com sua corrente. Quer dizer, o Juracy continuou tendo uma grande parcela política no estado, que se alargou quando se elegeu governador em 58. Em 50, veio Otávio, depois veio Régis Pacheco e depois de Régis Pacheco veio o Balbino, e depois do Balbino é que veio o Juracy que, aliás, foi um candidato de protesto porque o candidato do Balbino tinha sido o José Pereira que eles achavam que não tinha condição.

Eu fui eleito para a Constituinte em 46. Fui reeleito em 50, em 54, em 58, em 62. Veio a Revolução e daí eu fui para a Casa Civil.”

Acerca do grupo vianista, diz:

“Não sei se isso existe. É claro que isso é conhecido no Estado. No momento em que eu fui eleito Governador, é natural que eu tivesse aglutinado em torno de mim um grupo de amigos. É evidente, isso aconteceu com o Otávio, aconteceu com o Seabra, aconteceu com o Juracy.”

Perguntado se considera que ingressou na política nacional após ter sido Chefe da Casa Civil, esclarece:

“Não, modéstia à parte eu sempre fui um Deputado com uma certa presença nacional, não vou dizer influência ou outra coisa. Essa presença depois me levou à Casa Civil; se eu não tivesse a presença, evidentemente, o Castelo não teria se lembrado de mim. Eu não conhecia, nunca tinha visto o Castelo, quando ele me convidou

“Naturalmente. É até uma coisa que eu gostaria de ter esclarecido, mas depois que ele morreu isso se tornou impossível; eu tenho uma impressão. É só uma impressão; eu me dava muito com o cunhado dele, com o Hélio Viana, e acredito que ele tenha algum papel nisso porque quando ele assumiu o governo disse ao Juracy que ia escolher entre mim e o Rui Santos. Juracy disse a ele que qualquer um ele receberia bem.”

À pergunta sobre se não tivera dissabor, ao participar do governo militar, quando fora sempre um político de oposição, responde:

“Dissabor eu não tenho. O que eu costumo dizer realmente é que o que foi importante para mim foi ter trabalhado com o Castelo. Depois que trabalhei com o Castelo eu passei a ter uma visão adminis-

trativa da vida pública inteiramente diferente da que eu tinha antes e, se eu consegui fazer alguma coisa no governo, foi por causa disso.

“Nós estávamos convencidos de que a idéia de Jango era dar um golpe militar, paracomunista ou comunista. Estávamos convencidos disso. Hoje, naturalmente, é difícil dizer isso. Uns acreditam, outros não acreditam. O golpe não foi uma maneira de tomarmos o poder, foi mais uma contra-revolução, foi uma maneira de impedirmos que Jango desse o golpe que nós achávamos que ele ia dar. Se ia mesmo, isso vai ficar na história ainda para ser discutido.

“Eu fui eleito governador e até pela minha função de governador eu era obrigado, por uma fidelidade a Bahia, a não me separar do Governo Federal. Quer dizer, não havia condições econômicas, pelo menos não existiam naquele tempo. Hoje, com o Pólo Petroquímico, que me custou sangue, suor e lágrimas, naturalmente, a situação econômica da Bahia mudou, mas naquela época era uma situação muito difícil. A Bahia não tinha nenhuma maneira de sobreviver sem o apoio do Governo Federal.

“Cada situação é diferente da outra. A verdade é a seguinte: você reconhece que o Pólo Petroquímico é uma coisa importante para a Bahia. É uma coisa que ajudou. E nós devemos o Pólo ao Presidente Médici, porque São Paulo era contra, até Costa Cavalcanti, que era do Nordeste, era contra. Todo o governo era contra.”

À pergunta sobre quem sensibilizou Médici para implantar o Pólo Petroquímico na Bahia, sem ser dado à rudez revelou-se quase rude:

“ Fui eu, modéstia à parte, fui eu.”

Agora fala do seu começo como jornalista:

“Foi justamente em 24, na sucessão de Seabra, quer dizer a ascensão de Calmon, e a campanha era feita, sobretudo, no *Diário da Bahia*. Era uma turma grande de jovens, tinha o Hermes de Lima, o Clemente Mariani, tinha o Alfredo Curvelo, o Nestor Duarte, enfim era uma turma realmente brilhante, sem nenhum favor, era uma turma altamente brilhante e eu me entrosei com essa turma. Comecei a minha vida de jornalista aí, mas ela foi curta no *Diário da Bahia*.

“Eu fazia tudo. No jornal eu fui revisor, fiz polícia, fiz porto, enfim tudo que é de jornal eu fiz; naturalmente, como o jornal era matutino, nós trabalhávamos à noite até a madrugada, uma hora, duas. Sobretudo, porque o jornal naquela época era muito mais lento. Hoje, tudo é rápido. Era o tempo da caixa de tipos para compor. Os tipógrafos pegavam letra por letra para fazer a matéria e isso nos obrigava a uma permanência até tarde no jornal. Mas depois que eu entrei para a faculdade, fui trabalhar no escritório do Aliomar Baleeiro e ele já tinha trabalhado no *O Imparcial*. Na ocasião, ele era redator, fazia judiciário no jornal *A Tarde*. O redator-chefe do *A Tarde* era o Armando Campos. Ele me convidou para ir lá e eu fui, isso em 1925, me lembro até o primeiro dia que fui trabalhar, foi no dia 28 de dezembro de 1925. Levei no *A Tarde* uns 20 anos, no entanto; eu fui um redator permanente, efetivo, no dia-a-dia do *A Tarde*.”

Agora o repórter pergunta sobre o seu livro *O Negro na Bahia*, tido por Gilberto Freire como um estudo sociológico sobre a migração do africano, sua aclimatação à nova terra, a cultura que nos trouxe, sua influência. Responde:

“Deu, porque até aquele momento os estudos que tinham sido feitos sobre o negro, sobretudo os de Nina Rodrigues, Manoel Quirino, tinham tratado o negro como se fosse uma unidade, quer dizer, o negro era um só, o africano era um só, o que não era exato, porque a África era dividida em tribos, nações, regiões, religiões, tudo isso lá existe. Então, de acordo com esses negros que vieram para cá, conforme fosse desse ou daquele grupo, partiam influências diferentes. Procurei localizar que tribos ou que nações negras tinham vindo, preponderantemente, para cada uma das regiões do país e trazendo com eles, naturalmente, hábitos diferentes, hábitos religiosos diferentes, e até características. O banto tem uma formação e o sudanês tem outra, são biotipos inteiramente diferentes. Foi a primeira vez que se colocou o problema do negro no Brasil dentro desse enfoque. Posteriormente o Pierre Verger desenvolveu muito isso, ele foi para a África, estudou e no livro dele, *Fluxo e Reflexo*, chegou às mesmas conclusões, embora o livro dele seja muito mais bem documentado. Mas as conclusões a que ele chegou foram as mesmas a que eu tinha chegado. Daí a importância do meu trabalho.

“Naturalmente, nós, sobretudo em relação a Salvador, tivemos uma preponderância banto até pela proximidade geográfica. Nós estamos aqui em frente a Angola. Se você pudesse olhar até lá, você olhava daqui e via Angola. Foi esse negro que veio para cá, com seus candomblés e, predominantemente, angolanos. O aussuá, por exemplo, maometano, que veio do norte da África, esse naturalmente desapareceu, foi absorvido. Naturalmente. A tendência dos grupos pequenos é de serem absorvidos pelos maiores.

“Eu acredito que a cultura baiana tem, realmente, uma suavidade, um relacionamento, uma facilidade de relacionamento, um acolhimento, que é muito uma decorrência da influência negra.

“Isso nós sentimos pouco, mas o estrangeiro que chega aqui sente muito. É curioso porque a população pobre não é revoltada, de um modo geral não é, pode haver elementos disso isoladamente, mas em geral não é. Eu vou contar um fato: veio um casal americano, de antropólogos; chegaram aqui, passaram um domingo, e um amigo meu, que se dava com eles, levou-os aos Alagados. Quer dizer, é uma comunidade pobre, bastante típica como uma região pobre da cidade. Quando eles chegaram lá, havia, naquelas casas, naquelas palafitas, havia pequenos grupos jogando dominó, tomando cerveja, jogando dama, enfim, havia uma comunidade satisfeita e eles passaram a falar rapidamente, mas você sente que não havia nenhuma revolta, nenhuma reação contra. Se você for ao Harlem, disseram os americanos, em Nova Iorque, é inteiramente diferente, você pode ser xingado, pode ser apedrejado, quer dizer, o baiano não é assim. Isso é do negro de Angola, do negro banto; tanto que os empregados domésticos, os que viviam na família, na intimidade, de preferência eram angolanos. É porque eles eram mais suaves, mais doces.

“As revoltas, pelo menos as maiores, partiram dos muçulmanos, tanto que você chega aí no arquivo e ainda encontra documentos escritos em árabe, em línguas que não são línguas africanas. O malé, o aussuá, esse era muito mais revoltado que o outro. Geralmente, eles é que chefiavam todas essas revoltas.

“Parece que lá nas suas origens os malés tinham uma hierarquia. Vieram para cá muitos que eram reis lá, eram príncipes, eram nobres; então, tinham aqui uma reação que era violenta.”

Agora sobre o político e o historiador, influência de um sobre o outro:

“Geralmente, o político é mal julgado, mas o político, por alguma necessidade, ou por obrigação ou por temperamento, é sempre um sujeito muito comunicativo e tem que ser assim. Por exemplo, a minha casa é aberta, quer dizer, não há a hipótese de chegar alguém aqui e eu não receber. Naturalmente nem sempre eu posso atender e quando não posso não é por gosto. Mas a nossa tendência, do político, é essa; meu reduto aqui era grande. Eu conhecia Santo Antônio rua a rua. Beco a beco. Isso nos proporciona um contato permanente com o povo e um conhecimento de necessidades, sobretudo de uma cidade pobre como a Bahia. Por isso, em política o sujeito tem que estar presente a tudo ou então ele não faz política ou não é político.

“Eu fui várias vezes ao candomblé. Fui com o Jorge Amado e outros, mas como mera curiosidade. Você falou em Caymmi, o Caymmi é filho de santo. Claro, acho que toda religião merece respeito, eu me dava muito bem com a comunidade quando eu fiz *O Negro na Bahia*. Um dos que eu conheci muito e fui muitas vezes bem recebido, foi o de Jubiabá, lá em Santo Antônio. Várias vezes fui ao terreiro dele.”

E sobre o seu tempo, as diversões, o trabalho, como vivia a juventude, como se comportavam os boêmios:

“Acho que Salvador naquele tempo tinha uns 300 mil habitantes. Isso dava um poder especial ao homem de imprensa, ao homem do jornal, como era eu. Não me refiro ao articulista que manda o artigo de casa. É diferente, o jornalista mesmo é um sujeito que trata com o público. Então, eu acredito que eu era conhecido, tinha contato. No jornal é assim, sempre tem um que precisa de uma notícia de casamento, outro precisa de uma notícia de enterro, enfim, o jornalista que vive no jornal, dentro do jornal, estabelece um contato muito grande com a população. Agora, a cidade é tão diferente!

“Eu saía do jornal tarde, o último bonde era meia-noite e eu morava em Itapagipe. Chegava em cima no elevador e gritava para o bonde que estava lá em baixo: ‘Espere aí’. E o sujeito esperava que a gente descesse para ir embora. Daí você tem uma idéia de quanto a cidade era diferente.

“Tinha um centro, digamos, mais ou menos cultural, literário, que era o famoso ‘Café das Meninas’, ali do lado da atual prefeitura. Ali se reunia a roda dos boêmios intelectuais ou intelectuais boêmios, como você queira.

“Todo esse pessoal, Monteiro Andrade, Jorge Amado, são tantos que a gente até vai esquecendo, mas todos eles eram dali. O Castelar Sampaio era muito presente lá; e tinha o Palace Clube, que era um cabaré, como se chamava na época, hoje se chama boate, mas naquele tempo era cabaré, que era junto do *Diário da Bahia*. A gente ia muito, ia conversar depois do jornal, naturalmente que a gente tinha que se alimentar também.”

Sobre a radicalização, a discriminação racial:

“Eu acho que isso é uma idéia promocional, porque naturalmente isso existe nas classes, existe nas profissões etc. Eu tenho a impressão que o sujeito quer ver se daí tira algum proveito. Você pode me perguntar: ‘Mas não há discriminação racial?’ Há, não pode deixar de haver. Você vê o chinês, não se mistura conosco, não é verdade? E lá no Oriente o chinês e o japonês não se misturam, é uma sensibilidade diferente, é uma maneira de agir diferente, mas isso é tão sutil, é tão leve, você vê, o Presidente da Academia e fundador é o Machado de Assis e você não vai me dizer que o Machado de Assis é branco; e aqui, poucos sujeitos terão sido tão bem respeitados e até estimados como Teodoro Sampaio, que eu conheci muito e era um homem escuro. O Quirino também, o Roberto Correia, que era professor, quer dizer, nunca houve nenhuma discriminação pelo fato do sujeito ser mais claro ou menos claro, e na Bahia não pode haver, porque o Lélis Piedade, que foi um jornalista muito famoso, ele dizia que família baiana é como capucho de algodão; se você mexer no meio tem um carço preto.”

Sobre sua atividade de biógrafo:

“Naturalmente todo trabalho que o sujeito realiza tem uma gratificação. Se não fosse isso ele não ia fazer; são trabalhos que sob o ponto de vista econômico têm pouca significação, você faz porque gosta. Agora, eu entrei na biografia por uma porta falsa, porque a primeira biografia que eu fiz foi a de Rui e ela foi feita, justamente, em 38, mais ou menos, depois do Estado Novo; como já disse, eu me dava muito com Baleeiro, andava muito na casa dele, que era no Cabula, e um dia

ele sugeriu que eu fizesse uma biografia do Rui, que nós precisávamos fazer ressurgir a figura de Rui, do liberal, do jurista, que era a antítese do Estado Novo, a antítese de Getúlio. A minha idéia foi fazer o Rui com esse objetivo, foi para difundir no país as idéias liberais e as idéias democráticas das quais, evidentemente, o Rui era o grande pioneiro no Brasil, a grande personalidade; e houve um certo êxito e isso aí me levou então a escrever outras, depois fiz a do Rio Branco, depois a de Machado, depois a do José de Alencar, uma puxando a outra.”

O assunto agora é pessoal. Sobre se se sentia realizado:

“Eu não posso me queixar da vida; nunca ninguém faz tudo que deseja, isso não existe, seria o ideal, que é uma coisa inatingível; agora, eu não posso me queixar e por isso mesmo acredito que não sou uma pessoa amarga. Geralmente os sujeitos que são frustrados, que não tiveram na vida aquele papel que deviam ter tido ou que mereciam ter, todo esse pessoal fica um pouco amargo. Cada um se julga bem, isso é uma tendência humana, mas eu acredito que um filósofo grego diga que o sujeito só sabe se é feliz depois de morrer. Um dia depois da morte. Pelo menos, até agora eu devo me considerar uma pessoa que se realizou dentro da sua profissão, dentro da sua carreira. Eu me realizei satisfatoriamente.”

Além do Pólo Petroquímico, pergunta o repórter, que o senhor conseguiu trazer para a Bahia, o senhor se destacou no que se refere à educação. Chegou até a dizer certa feita, referindo-se ao salário dos professores, que o desdém com que a classe havia transformado o salário de general, que os professores ganhavam, num salário de sargento. Como vê a situação da educação hoje?

“Muito preocupante. Só se faz um país com educação, não há outra maneira; eu acho que a educação tem sido muito escoimada e dia a dia ela se torna pior; mesmo num Estado como São Paulo ela ainda deixa muito a desejar, e se você olhar a Bahia, é uma calamidade, eu não sei o que será a Bahia de amanhã com esse nível de ensino que nós temos.”

Cortou-se-lhe o destino quando tanto ainda sonhava e esperava da vida, que tão bem soubera viver, na madrugada de um frio 5 de junho (eram 4 horas da manhã), em São Paulo, onde fora, exatamente para exames médicos no Incor. Era, agora, o ano de Nosso Senhor

Jesus Cristo de 1990. Pretendia viajar ao exterior e queria saber como estava o seu estado de saúde, visto que apresentara algum tempo antes sintomas de angina com crises de falta de ar e dores mandibulares. Fez os exames durante todo o dia de domingo e devia permanecer em São Paulo ainda por dois dias para receber o resultado. Não quis dormir no apartamento do INCOR, preferindo ir para a casa de sua neta Verônica – Verônica Didier Pedreira –, ali residente, onde viria a falecer. Durante a noite manifestou-se nova crise, a que não resistiu.

No mesmo dia 5 chegava seu corpo em Salvador. Vinha Luiz Viana Filho no caixão mortuário, da forma que ninguém deseja viajar. Para render-lhe a homenagem da Bahia a que tão bem servira desde os dezesseis anos, quando se iniciou no trabalho, até os oitenta e dois quando dormiu, e aí se contam sessenta e nove anos, o Governo do Estado da Bahia fretou um avião em que foi conduzido seu corpo, acompanhando-o a viúva, D. Julieta Pontes Viana e seus filhos Luiz Viana Neto e Maria Julieta Viana Didier. Também no caixão mortuário chegara seu pai setenta anos atrás, no porão do transatlântico que o transportara festivamente na ida em viagem de núpcias. No Palácio da Aclamação foi velado, prestando-lhe grandes homenagens a Bahia e o Brasil, com a presença do Governador do Estado, Sr. Nilo Coelho, do Presidente do Congresso, Senador Nelson Carneiro e mais 12 Senadores, do Presidente da Câmara dos Deputados e vários Deputados Federais, do Presidente da Assembléia Legislativa e muitos Deputados Estaduais, cinco ex-Governadores da Bahia, entre estes seu amigo e companheiro político de tantos anos, Antônio Carlos Magalhães, naquele momento eventualmente em posição partidária diversa. Outras autoridades, muitos amigos e admiradores, milhares de pessoas do povo.

Eis a vida que Deus cria e tira, quando lhe apraz. Eu creio em ti, Senhor. Luiz Viana Filho foi cedo demais, posso dizer porque tive a felicidade de privar de sua amizade durante 23 anos e sabia de seu gosto de viver e trabalhar, de produzir nas duas áreas de sua opção de vida – a literatura e a política, a que com igual amor se dedicou desde a adolescência. Já tinha por decidido não se candidatar à reeleição para um terceiro mandato de senador, mas estava acertado que integraria o Conselho da República, por indicação do Senado.

Segundo revelação do Senador Humberto Lucena na tribuna do Senado,³ este dissera a Luiz Viana que no *Cleveland Clinic*, nos Estados Unidos, conforme informações fidedignas que possuía, fazia-se com sucesso a cirurgia cardíaca em pessoas de mais de oitenta anos, que era o seu caso, a qual, os médicos de São Paulo teriam desaconselhado. Com a informação ele se mostrara animado. O tempo conspirou contra essa possibilidade. De todo o modo, foram oitenta e dois anos bem vividos e muito proveitosos para a sociedade sua contemporânea e a futura, que por longos anos desfrutará dos benefícios de sua fecunda produção literária e das idéias e obras realizadas na política, quer como Governador da Bahia e Ministro de Estado, quer como legislador (Deputado Federal por cinco legislaturas seguidas e Senador da República no final do segundo mandato) partícipe de duas constituições: 1946 e 1988, autor de projetos, discursos, idéias, sugestões e muita subvenção orçamentária a inúmeras entidades sociais de caráter assistencial. Manifestando-se sobre subvenções e apoio a instituições de caráter beneficente, José Silveira tem o seguinte testemunho:

“Muitos foram os políticos que nos ajudaram. Nenhum, entretanto, com tanta regularidade e durante tantos anos. Fosse essa colaboração constante e já seria muito; muitíssimo mais foi o seu empenho em nos socorrer. Como Governador do Estado, grandemente nos ajudou na construção do hospital, antes chamado Hospital do Tórax, hoje com o nome de Santo Amaro, cabendo-lhe mesmo o mérito de haver inaugurado a sua fase arquitetônica.”⁴ O Hospital Santo Amaro está aí, para servir ao hoje e ao amanhã. José Silveira esteve galhardamente à sua frente até o seu último sopro de vida.

Das homenagens “pós-morte”, dos discursos de políticos e amigos no Palácio da Aclamação, como dos várias necrológios e artigos publicados sobre ele e sua vida, bem como dos discursos pronunciados no Senado Federal e na Câmara de Deputados a esse respeito, cuidou e muito bem, o Professor Edivaldo M. Boaventura, publicando-os no livro – *Homenagem a Luiz Viana Filho*, cujo material, entre outros, serve de apoio a este modesto trabalho. Mas nem são necessárias muitas palavras para identificar um grande homem. Basta a informação pura e simples de suas ações e mesmo de alguma destas. Eis como depõe Marcelo Duarte defronte de seu esquite: “Quando fui preso, em 68, ele foi me visi-

tar, em pleno regime militar, e quando fui solto recebi outra visita.” Em 1968 Luiz Viana Filho era Governador do Estado e não deixava de ser espiado pelo regime. Não vacilou em fazer duas visitas de solidariedade ao jovem adversário de circunstância, que vinha a ser filho de um amigo do passado – o bravo Nestor Duarte, e agora, como fora antes com o pai, clamava pela liberdade e por isso fora preso.

As homenagens póstumas foram ricas e bonitas, emocionantes, como não poderiam deixar de ser. Era o maior baiano de seu tempo, quer nas letras, quer na política, um dos maiores brasileiros que se despedia da vida.

Vejamos as notícias de *A Tarde*. Abre com a seguinte chamada, na primeira página:

“O falecimento em São Paulo, na madrugada de ontem, do senador Luiz Viana Filho causou surpresa e consternação em todos os setores da coletividade baiana, que hoje presta as últimas homenagens ao ilustre homem público, cuja longa carreira política comportou grandes serviços, não só à Bahia como ao País e, particularmente, ao Nordeste. Luiz Viana Filho faleceu em conseqüência de uma crise cardíaca, após ter realizado exames no Instituto do Coração, na capital bandeirante. Seu corpo foi transportado para Salvador por via aérea e permanece até a manhã de hoje em Câmara Ardente no salão nobre do Palácio da Aclamação, onde as figuras mais representativas da política, da administração e da sociedade se revezaram durante a noite no velório. O sepultamento será às 11 horas de hoje, no Campo Santo. O escritor, professor e político Luiz Viana Filho governou a Bahia de 1967 a 1971, devendo-se-lhe várias realizações importantes, entre as quais a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, a consolidação do Centro Industrial de Aratu, a construção da rodovia BR-242, ligando Salvador a Brasília, o sistema de *ferry-boat*, entre Salvador e ilha de Itaparica, a ampliação do Estádio da Fonte Nova, a construção da Biblioteca Central do Estado, a instalação do Museu do Estado, com a reforma do antigo palacete Góes Calmon e outros melhoramentos de vulto. Membro da Academia Brasileira de Letras, onde ocupava a Cadeira nº 22, escreveu mais de 20 livros, entre eles as biografias de Rui Barbosa, Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, José de Alencar e Eça de Queiroz.” À página 3, vem a notícia com detalhes, incluindo a apresentação de traços biográficos:

“Um dos nossos mais antigos políticos e, dentre todos eles, um dos mais eminentes e respeitados, o falecimento do Senador Luiz Viana Filho consternou a comunidade baiana.

“Enquanto dezenas de coroas eram enviadas ao Palácio da Aclamação, mesmo durante a noite, centenas de pessoas, entre amigos, ex-colaboradores no seu período de governo, colegas políticos, acadêmicos, escritores, intelectuais e gente do povo, compareceram ao velório do ilustre conterrâneo, cujo ataúde foi guardado por alunos da Academia da Polícia Militar da Bahia.

“O corpo do Senador Luiz Viana Filho chegou por volta das 16h30m ao Palácio da Aclamação, ficando em Câmara Ardente no salão nobre, cercado pelos familiares, autoridades e numerosos amigos. Junto ao esquife – coberto com as bandeiras do Brasil e da Bahia – a viúva Julieta, e os filhos Luiz, Lia, Jusinha, Celina e Marilu, esforçavam-se por conter as lágrimas. O Deputado Luiz Viana Neto, suplente do pai, não resistiu ao pranto quando abordado por um repórter que lhe perguntou como se sentia, substituindo-o no Senado Federal. ‘Vou apenas sucedê-lo, não vou substituí-lo. Sinto-me tão pequenino diante dele...’

“Diante da dor, antagonismos foram relevados e adversários políticos, como o ex-Ministro Antônio Carlos Magalhães, uniram-se aos amigos e correligionários do Senador, no mesmo sentimento de solidariedade e conforto à família. No resto da tarde, talvez por conta da chuva fina que caía incessantemente, foi rara a presença de pessoas do povo no velório, em meio à movimentação de políticos, repórteres e câmara de tevê.

“Ao fazer a encomendação do corpo, às 18 horas, o Cardeal Dom Lucas Moreira Neves lembrou que a morte não é, como às vezes se costuma pensar, o ponto final, mas uma síntese da vida, de todo o bem que se fez ao longo da existência. A morte, disse Dom Lucas, tem algo de sagrado, porque representa o encontro com Deus, no qual se centraliza a vida. O cardeal disse, a seguir, que desejava prestar uma homenagem ao Senador Luiz Viana Filho, sob quatro aspectos: o homem público, que tanto fez pela Bahia, atuando no legislativo e no executivo, respeitado por todos, mesmo por seus adversários; o intelectual de grande porte, um dos maiores biógrafos do país; o chefe de família dedicado; e o amigo.

“Dom Lucas observou que sua amizade com o Senador não tinha mais de dois anos e oito meses – tempo de sua presença na Arquidiocese de Salvador – mas apesar de breve foi plena de respeito, afeto e estima. Contou que Luiz Viana Filho ficou contente ao saber que ele tinha lido a biografia de Machado de Assis, de autoria do Senador. O interesse de ambos pelo autor de *Dom Casmurro* os aproximou ainda mais.

“Caía uma chuva fina quando o corpo do Senador Luiz Viana Filho chegou às 14h40m ao Aeroporto Dois de Julho, procedente de São Paulo. Vieram no mesmo avião, um jato particular, o Deputado Federal Luiz Viana Neto, seu filho, D. Julieta Viana, sua esposa, e a filha Maria Viana Didier. Assim que a aeronave estacionou, filhos e netos, após os cumprimentos dos familiares e dos muitos amigos que lá compareceram, retiram o esquife, colocando-o num carro mortuário que o transportou para o Palácio da Aclamação.

“No trajeto do aeroporto até o Palácio da Aclamação, o féretro foi acompanhado por dezenas de carros de familiares, parentes e amigos do Senador. O cortejo seguiu pelas avenidas Paralela e Bonocô, até o centro da cidade. No percurso, os motoristas de automóveis ultrapassados pelo cortejo buzonavam, dando o último adeus ao ilustre baiano. Durante o período de espera da chegada do corpo, desde as 11h até às 14h40m, dezenas de políticos estiveram com a família do Senador Luiz Viana Filho, dentre os quais o Senador Nelson Carneiro, os Deputados federais Genebaldo Correia, Francisco Pinto e Joacy Góes, os Deputados Estaduais Antônio Honorato, José Amando, Raimundo Sobreira e Almir Araújo.”

Saía da vida serenamente como vivera, cercado da estima e do respeito dos concidadãos. Presentes à despedida estavam os amigos e a representação política da Bahia e do Brasil – o Governador do Estado, o Presidente do Congresso Nacional, o Presidente da Câmara Federal, o Presidente da Assembléia Legislativa, 5 ex-Governadores, 12 Senadores, vários Deputados Federais e Estaduais, muitos políticos, gente do povo, certamente eleitores e admiradores. E a intelectualidade baiana e nacional representada pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Academia de Letras da Bahia e Academia Brasileira de Letras. Entrava para a grandeza da História e para a gló-

ria da imortalidade, para a Luz Eterna, abrindo-a, pode-se dizer, com chave de ouro:

*Missão cumprida, seguirei viagem
ao tudo e ao todo – o Eterno! Deixo o vácuo
de quem criou estrelas na passagem.*

NOTAS

1 – *A Tarde*, de 14-11-1989

2 – Edivaldo M. Boaventura, *Homenagem a Luiz Viana Filho*, pp. 343/345.

3 – Edivaldo M. Boaventura, *Homenagem a Luiz Viana Filho*, p. 250

4 – Idem, idem, p. 106



Ao ser condecorado pelo governo português, juntamente com os Senadores Jarbas Passarinho e Nelson Carneiro, em abril de 1989, na Embaixada de Portugal, em Brasília

.....

Bibliografia

- 1 – *História Territorial do Brasil*, Felisbello Freire.
- 2 – *Os Sertões*, Euclides da Cunha.
- 3 – *Pau de Colher*, Raimundo Estrela.
- 4 – *Cartografia de Canudos*, José Calasans.
- 5 – *O Rei do Cangaço*, Manoel Benício, 2ª edição.
- 6 – *Jornal A Tarde*, de julho e agosto de 1920.
- 7 – *Bibliografia de Luiz Viana Filho (1930–1985)*, Renato Berbert de Castro.
- 8 – *Luiz Viana Filho*, Luiz Navarro de Brito.
- 9 – *Homenagem a Luiz Viana Filho*, Edivaldo M. Boaventura.
- 10 – *Tempo de Reviver*, João Carlos Tourinho Dantas.
- 11 – *Jornal A Tarde*, de 1925 a 1990.
- 12 – *A Sabinada*, Luiz Viana Filho.
- 13 – *A vida de Rui Barbosa*, Luiz Viana Filho.
- 14 – *Anísio Teixeira*, Luiz Viana Filho.
- 15 – *A vida de Machado de Assis*, Luiz Viana Filho.
- 16 – *Em Favor do Nordeste*, discurso pronunciado no Senado Federal.

.....

Apêndice

ESBOÇO DE RETRATO

para Luiz Viana Filho

– *Coroa de sonetos*

Esta coroa de sonetos foi realizada e oferecida como homenagem a Luiz Viana Filho no ensejo das comemorações do seu setuagésimo quinto aniversário, em 1983, quando a Bahia o festejou com um jantar de um milhão de amigos. Teve sua primeira publicação em 1987, na *Revista Petropolitana de Letras* e em 1992 foi incluída no livro – SONETOS DE AMOR E PASSATEMPO.

I

A inteligência aflora a cada instante
na decisão, no escrito, na oratória.
Agente não percebe em seu semblante
o dissabor, se escapa uma vitória.

Como centrista e liberal atuante,
já tem marcado o seu lugar na história.
E vai acumulando, ao seu talante,
o pensamento e a idéia para a glória.

Anda tranqüilo, não tem pressa, e acha
que sem afovação alcança a faixa
entre os primeiros com maior recato.

Biógrafo perfeito ao retratar,
criou Castelo a um tempo e Alencar.
– Professor, estadista e literato.

II

Professor, estadista e literato,
em política herdou a tradição
e os votos que lhe descem do sertão
ainda hoje fiel. Fiel e exato.

Vem de seu pai, cem anos de extensão,
o voto que lhe deu, se mal não dato,
pelos idos de trinta o seu mandato
com assento no Congresso da União.

Nova-o, renova cuidadosamente,
associando sempre algum parente
ao voto que merece por bondade.

A tradição do São Francisco é heróica,
e ele a herdou, de forma ativa e estóica,
fez profissão de fé na liberdade.

III

Fez profissão de fé na liberdade
e acreditou na fibra sertaneja.
Pleiteou saúde, escola... Na peleja
manteve alto o padrão de lealdade.

Não só no São Francisco, na cidade
também tem votos. Quem quiser, que veja
a sua casa cheia e a benfazeja
roda da estima e da fraternidade.

Falando de arte, traz literatura
e teatro, a música na tessitura,
folclore, artesanato, amenidade...

Também, pudera, se ele vem de longe
no estudo e no trabalho; alma de monge
viu Rui, Nabuco, Rio Branco, a idade.

IV

Viu Rui, Nabuco, Rio Branco. A idade
é milenar no estudo, não se conta.
Napoleão é um ídolo que aponta
entre outros mais, de boa qualidade.

Pode falar de Kennedy. Acata
a Buda e a Cristo, a Adão. Sabe de um frade
Jerônimo, que é santo, na verdade,
por nos deixar a Bíblia na Vulgata.

Sabe de tudo que se quer saber,
responde sem preâmbulo e é de ver
o gosto com que diz do antigo fato.

Muitos em torno dele aqui se movem,
a idade não se conta nesse jovem,
ainda é pequena para o seu contrato.

V

Ainda é pequena para o seu contrato,
da Bahia na exercida liderança.
O estofo vale mais: – sem aparato,
vale o Brasil formado em aliança.

Um estadista deveras, no barato
poria este país na confiança
de seu povo, que sofre o desacato
de ser, mal, uma pena na balança...

E que luz, no horizonte, não seria,
para o Brasil, subida, da Bahia,
esta chama que brilha enquanto arde.

Somado o pensamento positivo,
a gente conta o tempo, e ele, esquivo,
nunca está só. Há sempre quem lhe aguarde.

VI

Nunca está só. Há sempre quem lhe aguarde
a idéia acumulada, a fé, a crença,
a constante elegância, e, sem alarde,
sua amiga e simpática presença.

Impressionante que ele não retarde
o seu marcado encontro e sempre vença
o empecilho. Embora se resguarde,
do compromisso nunca se dispensa.

Admirável a sua resistência
ao trabalho e à fadiga, a experiência
e a atenção a escutar nosso relato.

Admirável a forma e a gentileza
no ouvir e responder-nos com firmeza,
o simples e afetivo, humano trato.

VII

O simples e afetivo, humano trato,
que em sua casa é um agasalho e prece,
não vem dele somente, se oferece
igualmente na esposa, e sem hiato.

O homem importante, aqui parece
o mais simples do mundo. Quando bato
à sua porta, nunca me dilato,
receoso de que ele se aborrece.

Olha-me e ri. Talvez me olhe
esse pobre sem jeito que se encolhe
no sofá entre humilde e timorato.

E enquanto eu fico quase tristemente,
entram outros. De leve, mansamente,
enchem-lhe a casa, cada qual mais grato.

VIII

Enchem-lhe a casa, cada qual mais grato,
os que recebem seu afeto e estima.
Os que farto protege e a quem anima,
amigo extraordinário, amigo exato.

Sem lamentos, sem queixa que se exprima,
sem nunca se cansar, de bom acato
ao branco ou ao preto, ao louro ou ao mulato,
ele recebe a todos e os anima.

Difícil dizer não, mas quando diz,
tem a ponderação de um bom juiz,
e o faz de forma que a ninguém encarde.

A hora de receber, é qualquer hora,
por isso atende pronto e sem demora,
os seus amigos, da manhã à tarde.

IX

Os seus amigos, da manhã à tarde
– inclusive os heróis, como Sabino,
Voltaire ou Tácito, desde menino
mestre Machado, Cícero, Ricard...

Os seus amigos, sem fazer alarde,
vêm-lhe à tertúlia amena, estudo e ensino,
ao colóquio intelectual mais fino,
à análise do bravo e do covarde.

Meditando madrugam. Eu suponho
que entre a idéia e o pensar há sempre um sonho,
que se às vezes encanta, outras engana.

É o conselho de ilustres personagens,
firmados nas memórias, nas viagens,
para o registro da figura humana.

X

Para o registro da figura humana
de Machado e Alencar, de Rui, Castelo,
Rio Branco e Nabuco, há sempre um elo
entre o papel e dúvida cigana.

Mas o biógrafo, no estudo irmana
pensamento e verdade em paralelo,
robustece e encadeia, elo por elo
na busca atenciosa, insone e insana.

Para chegar mais perto do real
olha, estima, compara, e antes do aval
o documento escoima, desempana.

No idoso jovem que sustenta o malho,
é a personalidade do trabalho
que vive amalgamada em Luiz Viana.

XI

Que vive amalgamada em Luiz Viana
a expressão do trabalho em forma e brilho,
que canta em seu caráter o estribilho
da retidão, que afirma e não engana,

a gente se honra de saber. O trilho
sobre que anda é o da larga correnteza,
o do rio que adquire mais firmeza
correndo para o mar, como bom filho.

Dos homens de quem tenho o endereço,
é o mais extraordinário que conheço,
de mais suave, de mais fino trato.

Para dizer do líder e estadista
do maior descortino, do estilista,
é bem pouco este esboço de retrato.

XII

É bem pouco este esboço de retrato
para mostrar o homem admirável,
para dizer do mestre inigualável,
político de estilo o mais sensato.

É pequenino o esboço, um nada, um nada,
para falar do amigo e cidadão.

Comportaria a força de expressão
do sol, da voz do povo, da alvorada.

Se luz não têm meus versos, nem calor,
e a mestria recusa-me o favor
de ir a mais do que a vulgaridade,
ainda assim, por não ficar calado,
o bem que há feito, o bem que há trabalhado,
quero lhe desejar por eqüidade.

XIII

Quero lhe desejar, por eqüidade,
o sucesso do tempo, o amor da prece;
a inteira paz, calor, felicidade
com dona Julieta, que o merece.

Suplico-lhe dos céus, se aos céus mereço,
a alva cintilação do Meio-Dia.
Haja melhor poeta, no adereço,
que aos pósteros o leve na Poesia.

Seu trabalho profícuo em toda parte,
feita de luz e vida sua arte,
plena de glória a sua eternidade.

E seu memorial, na praça pública,
a forma de espiral e não a cúbica
– a História erguendo-o à posteridade.

XIV

A História erguendo-o à posteridade
nos mesmos termos em que foi na vida:
– O homem lembrado da comunidade,
o escritor na mestria renascida.

A inteligência o tem desde menino
na roda fortuna e do progresso.
A cultura e o trabalho, em seu destino
marcaram-lhe os caminhos do sucesso.

No simples gosto de servir, na alteza
que faz o bem e o mal nunca deseja,
vê-se o Luiz Viana do retrato.

Que assim o reconheça o homem vindouro,
com o seu valor de cidadão de ouro
nos traços do caráter em extrato.

SÍNTESE

Professor, estadista e literato,
fez profissão de fé na liberdade.
Viu Rui, Nabuco, Rio Branco. A idade
ainda é pequena para o seu contrato.

Nunca está só. Há sempre quem lhe aguarde
o simples e afetivo humano trato.
Enchem-lhe a casa, cada qual mais grato,
os seus amigos da manhã à tarde.

Para o registro da figura humana
que vive amalgamada em Luiz Viana,
é bem pouco este esboço de retrato.

Quero lhe desejar, por equidade,
a História erguendo-o à posteridade
nos traços de caráter em extrato.

A Vida de Luiz Viana Filho, de João Justiniano da Fonseca, foi composto em Garamond, corpo 12, e impresso em papel vergê areia 85g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações), do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em agosto de 2005, de acordo com o programa editorial e projeto gráfico do Conselho Editorial do Senado Federal.

“Quando a Bahia se prepara para sufragar Luiz Viana Filho como seu representante no Senado da República, não é apenas a terra natal de Rui Barbosa que se eleva nessa escolha – é a própria Nação, é o próprio Senado, a própria classe política. É esse o sentido que vai ter a eleição de Luiz Viana Filho. Não será apenas uma eleição para o Senado – mas também uma bela lição para o Brasil.”

JOSUÉ MONTELLO

“Luiz Viana Filho foi um homem que pairou acima da paisagem habitual a que estamos acostumados. Criou, entre nós, e de magnífica forma, o gênero biografia. Sua autoridade intelectual constitui um dos marcos de nosso tempo. Sua atuação política, vivenciada pela cordialidade e pelo espírito de conciliação, fez dele um dos exemplos de como a vida podia ser melhor se tivéssemos, de nossos adversários, o respeito que exigimos para nós mesmos. Pois foi assim que Luiz Viana Filho viveu e morreu: sob o imenso, o unânime respeito de toda a Nação que nele viu e louvou um dos seus grandes nomes.”

CARLOS HEITOR CONY